

Terra Livre

Geografia,
movimentos sociais
e teoria

Associação
dos Geógrafos
Brasileiros



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2002/2004)

Presidente

Bernardo Mançano Fernandes
(Presidente Prudente/SP)

Vice-Presidente

Carlos Augusto Amorim Cardoso
(João Pessoa/PB)

Primeira Secretária

Regiane Sakihara
(São Paulo/SP)

Segunda Secretária

Cacilda Redivo
(Curitiba/PR)

Primeiro Tesoureiro

Rafael Straforini
(Campinas/SP)

Segundo Tesoureiro

João Roque da Silva Neto
(João Pessoa/PB)

Coordenador de Publicações

Titular: Eliseu Savério Sposito (Presidente Prudente/SP)
Suplente: Denise Elias (Fortaleza/CE)

Representação no sistema CONFEA/CREAs

Titular: Renato Emerson Nascimento dos Santos (Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Hugo José Scheuer Werle (Cuiabá/PA)

Comissão de Relações Internacionais

Titular: Ana Luíza Coelho Neto (Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Roberto Verdun (Porto Alegre/RS)

AGB Nacional

Endereço para correspondência:

Caixa Postal 64.525

05402-970 – São Paulo – SP

Correio Eletrônico: agbnacional@yahoo.com.br

Na Internet: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>

ISSN 0102-8030

Terra Livre

Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Ano 18 – Vol. 2

NÚMERO 19

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 1-296	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Aldo Paviani – Álvaro Heidrich – André Martin – Antonio Carlos Vitte
Antonio César Leal – Antonio Nivaldo Hespanhol – Antonio Thomaz Júnior
Arioaldo Umbelino de Oliveira – Armen Mamigonian
Beatriz Soares Pontes – Carlos Walter Porto Gonçalves – Dirce Suertegaray
Eliseu Savério Sposito – Everaldo Melazzo – Heinz Dieter Heidemann
Horieste Gomes – Jayro Gonçalves Melo – José Borzacchiello da Silva
Lylían Coltrinari – Manuel Correia de Andrade – Marcos Alegre
Messias Modesto dos Passos – Nelson Rego – Nídia Pontuschka
Raul Borges Guimarães – Rosalina Braga – Ruy Moreira – Sandra Lencioni
Sergio Magaldi – Sérgio Martins – Sílvio Bray – Tomoko Iyda Paganelli

Editor responsável

Eliseu Savério Sposito

Revisão dos textos originais

Eliseu Savério Sposito

Editoração eletrônica e revisão

Augusto Gomes – Fernanda Gomes

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica Provo

Endereço para correspondência

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)
Coordenação de Publicações – Terra Livre
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
Edifício Geografia e História – Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel: (0.11) 3091-3758

FICHA CATALOGRÁFICA

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986. São Paulo, 1986 - v. ilust. Histórico	
1986 - ano 1, n. 1	1994/95/96 - interrompida
1987 - n. 2	1997 - n. 13
1988 - n. 3; n. 4; n. 5	1998 - interrompida
1989 - n. 6	1999 - n. 14
1990 - n. 7	2000 - n. 15
1991 - n. 8; n. 9	2001 - n. 16; n. 17
1992 - n. 10	2002 - n. 18; n. 19
1992/93 - n. 11/12 (editada em 1996)	
1. Geografia - Periódicos I. AGB. Diretoria Executiva Nacional	
Revista indexada em Geodados - www.geodados.uem.br	
ISSN 0102-8030	CDU - 91(05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / Exchange disued

Sumário

Apresentação	7
Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST <i>Jean-Yves Martin</i>	11
Análisis comparado de movimientos sociales: MST, Guatemala y España <i>Ángel Calle</i>	37
Un lugar en la bandera (la marcha zapatista) <i>Georgina Calderón Aragón</i>	59
O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato <i>João Edmilson Fabrini</i>	75
O conceito de espaço rural em questão <i>Marta Inez Medeiros Marques</i>	95
As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades <i>Bernardo Mançano Fernandes e Karina Furini da Ponte</i>	113
Geografía, diferencia y políticas de escala <i>Neil Smith</i>	127
Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso da Coperguaçu Descalvado – SP <i>Alba Regina Azevedo Arana</i>	147
As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso na tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma <i>Eda Góes e Rosa Lúcia Makino</i>	163

A reinscrição do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem <i>Antonio Cezar Leal, Antonio Thomaz Junior, Neri Alves, Marcelino Andrade Gonçalves, Eduardo Pizzolin Dibieso, Silvia Cantóia, Adriana Martins Gomes, Sara Maria M. P. S. Gonçalves e Valdir Estevão Rotta</i>	177
Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente <i>Clézio Santos</i>	191
Geração de ambiências – três conceitos articuladores <i>Nelson Rego</i>	199
A liberdade no “fazer ciência” em Geografia <i>Silvio Simione da Silva</i>	213
Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST <i>Tânia Paula da Silva</i>	229
O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre <i>Leda Verdiani Tfouni e Lucília Maria Sousa Romão</i>	243
Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território <i>María Franco Garcia e Antonio Thomaz Junior</i>	257
Ética, humanidade e ações por cidadania – do <i>impeachment</i> de Collor ao Fome Zero do governo Lula <i>José Henrique Rodrigues Stacciarini</i>	273
Compêndio dos números anteriores	285
Terra Livre – Normas para publicação	291

Apresentação

Neste momento, editamos o número 19 (ano 18, volume 2) da Revista **Terra Livre**. O propósito de semestralizar esta publicação já chega ao seu segundo ano. Estamos no segundo semestre de 2003 e mais um número da revista é editado pela Gestão 2002-2004.

O principal objetivo da **Terra Livre** é fomentar os debates, em nível científico, de temas geográficos, em todos os lugares em que se fala e se respira a Geografia, como os cursos de graduação e de pós-graduação, os grupos de estudos, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e outras instituições de caráter público ou privado. E este é, sem dúvida, um dos objetivos básicos de sustentação da AGB.

É de conhecimento de todos aqueles que se preocupam com nossa associação, a sua situação financeira precária. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que encontramos, em várias entidades, respostas positivas aos nossos anseios de manter a Terra Livre em sua periodicidade e intercâmbios, no Brasil e no estrangeiro. O número 18 contou com o apoio financeiro do CNPq e da Mútua (Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA). Neste número, continuamos a contar com o CNPq e, aos poucos, com recursos resultantes das assinaturas e das vendas da revista.

Este número, dedicado inteiramente aos movimentos sociais, conta com a contribuição de vários autores que buscam divulgar suas idéias e aquecer o debate na Geografia. O leitor poderá confirmar a presença de quatro autores estrangeiros que são Jean-Yves Martin, Neil Smith, Ángel Calle e Georgina Calderón. Todos eles têm contribuições que problematizam os movimentos sociais e que inserem novas idéias na temática.

Os autores brasileiros também mostram suas contribuições (a maioria ligada às universidades públicas, aos quais se soma um assessor aos movimentos do campo). São eles: Horácio Martins de Carvalho, Bernardo Mançano Fernandes, Karina Furini da Ponte, Marta I. M. Márquez, Tânia Paula da Silva, João Edmilson Fabrini, Neil Smith e outros.

Como nos números anteriores, temos certeza de que todas as contribuições serão úteis aos geógrafos que atuam em diferentes frentes de trabalho e outros profissionais que utilizam o conhecimento geográfico para seus trabalhos.

Mesmo tendo informado o leitor no número anterior, convém lembrar que a Terra Livre foi avaliada pela CAPES (Sistema Qualis) e classificada como revista nacional, sendo uma das melhores do gênero no Brasil. Outra informação importante é que, iniciado o sistema de assinaturas (veja a ficha de assinatura no final deste volume), o que vai garantir o acesso regular à revista e a aproximação entre a associação e os geógrafos.

APRESENTAÇÃO

Há, ainda, algumas metas a serem ampliadas. Uma delas é que desde o número 16 realizamos intercâmbio com 108 instituições de 37 países e sabemos da necessidade de, pouco a pouco, ampliar esse número para valorizar, cada vez mais, nossa revista. Essa tarefa não poderá estar à margem do intercâmbio que já realizamos com a maior parte das universidades brasileiras.

Finalmente, é preciso registrar que o trabalho em equipe é fundamental para a continuidade da revista. Contamos com os membros do Conselho Editorial para analisar, criticamente, todas as matérias enviadas para publicação e com os membros da Diretoria, com os quais temos dialogado para manter a revista e para tomar as decisões necessárias a sua organização.

Eliseu Savério Sposito
Editor

Artigos

Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST

Una geografía de la radicalidad popular nueva:
algunas reflexiones a partir del caso del MST

A geography of the new popular radicality:
a few reflections based on the case of MST

Jean-Yves Martin

Geógrafo, professeur agrégé de l'Université, doutor em Geografia da Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III); Comitê de redação do boletim *Info-Terra*, da ONG francesa “Frères des Hommes”.

Resumo

Será que a dita “globalização”, tema central do discurso ideológico ultraliberal, anuncia o fim da geografia? Não! Essa é mais uma carta marcada da prepotente idéia do fim da história. Mas, do mesmo modo, a geografia deve por fim à sua própria fragmentação caleidoscópica em pedaços esparsos: universitária, escolar, tecnocrática e cotidiana, e também à sua auto-esterilização em vãs querelas acadêmicas. Por meio de alguns elementos de reflexão apresentados neste artigo, a partir da análise do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), queremos mostrar que a geografia já dispõe, fora do beco da “pós-modernidade”, de um conjunto de conhecimentos em elaboração que a destaca. Nesse processo se busca a construção de um novo paradigma – no sentido real da palavra – que objetiva fazer da geografia uma ciência social do espaço pluriescalas, da conflituosidade territorial, da emergência de novas identidades socioespaciais, da pesquisa participante dos geógrafos e de seu comprometimento com a realidade. Desse modo, defendemos que a geografia possa ser capaz de esclarecer e de acompanhar a emergência em curso de uma nova radicalidade popular.

Palavras-chave

Geografia crítica – MST – Movimentos socioterritoriais – Nova radicalidade popular.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 11-36	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

Is the so-called “globalisation” – central theme of the ultraliberal ideological discourse – heralding the end of geography? No. It is just another mishap of the alleged end of history. But geography should nevertheless put an end to its own kaleidoscope-like fragmentation into scattered pieces (university, school, technocratic, daily-life...) as well as to its self-sterilization through pointless quarrels between academics trends. By reflecting on the issues presented in this article, based on the analysis of the case of Landless Rural Workers (MST) we wish to show that geography already has at its disposal a quantity of developing knowledge, beyond the “post-modern” dead-end, which makes it specific. And that, in the process, the construction of a new paradigm – in the true sense of the term – is being attempted, whose aim is to make of the geography a social science or the multi-scale space, of territorial conflictuality, of the emergence of new socio-spatial identities, of the participating research of geographers, involved in reality. And so we claim that geography is thus able to clarify and accompany the current emergence of a new popular radicality.

Keywords

Geography – MST – Socio-territorial movement – New popular radicality.

Resumen

Una geografía de la radicalidad popular nueva: algunas reflexiones a partir del caso del MST. Sería que la dicha “globalización”, asunto central del discurso ideológico ultraliberal, anuncia el final de la geografía? No. Éste es más un avatar de la idea del final de la historia. Pero, no obstante, la geografía debe poner un término a su propia fragmentación kaleidoscópica de pedazos dispersos: universitario, alumno, tecnócrata y del diario, y también a su autosterilización en inútiles peleas de escuelas académicas. A través de algunos elementos de reflexión presentados en este artículo, a partir del análisis del caso del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierras (MST), deseamos mostrar que la geografía ya dispone, fuera del callejón sin salida de la “posmodernidad”, de un conjunto de conocimientos en elaboración que la distingue. Y que en este proceso se busca construcción de un nuevo paradigma – en el sentido verdadero de la palabra – cuyo objetivo consiste en hacer de la geografía una ciencia social del espacio multi-escalas, de la conflictualidad territorial, de la emergencia de nuevas identidades socio-espaciales, de la búsqueda participante de los geógrafos, implicados en las realidades. De este modo, defendemos que la geografía puede ser así capaz de clarificar y acompañar la emergencia en curso de la radicalidad popular nueva.

Palabras clave

Geografía crítica – MST – Movimientos socio-territoriale – Nueva radicalidad popular.

“Ceux qui ont la chance de pouvoir consacrer leur vie à l'étude du monde social, ne peuvent rester, neutres et indifférents, à l'écart des luttes dont l'avenir de ce monde est l'enjeu”¹.
Pierre Bourdieu, *Contre feux 2*, 2000.

Introdução²

O recente Fórum Social Mundial de Porto Alegre (janeiro-fevereiro 2002) acaba de sublinhar, de novo, que um “outro mundo é possível”. Além do encontro dos militantes do mundo inteiro, mostrou-se a diversidade dos movimentos sociais no mundo. Vê-se bem melhor agora que

1. “Os que têm sorte de dedicar sua vida ao estudo do mundo social, não podem permanecer, neutros e indiferentes, às lutas cujo o futuro deste mundo é o trunfo”.

2. Agradecimentos ao geógrafo brasileiro Jailton Dias, que fez a revisão do texto do artigo escrito em português.

a afirmação ultraliberal “não há alternativa”, não é mais verdade. O que se busca através do desenvolvimento dos movimentos sociais, além de todos os “diktats” da globalização neoliberal, e de todos os becos da “pós-modernidade” cultural e intelectual, é bem uma outra perspectiva para o século XXI. Mas, nesta busca, qual pode ser o papel da Geografia como ciência social crítica? O objetivo deste artigo é não somente de criticar as representações espaciais associadas à globalização, mas, também, de mostrar a atualidade e a urgência de uma geografia da nova radicalidade popular.

Primeiramente, procurar-se-á situar geograficamente o problema da emergência dos movimentos sociais no contexto geral da globalização capitalista e neoliberal, levando em conta a situação da geografia como ela é hoje, isto é fragmentada, e fazendo retorno ao pensamento pioneiro dos filósofos franceses, a saber, a “produção do espaço” segundo H. Lefebvre e os “outros espaços” de M. Foucault.

Em segundo lugar, serão apresentadas algumas considerações da análise geográfica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como “movimento socioterritorial”. Será, ao mesmo tempo, uma nova contribuição ao debate já lançado para B. M. Fernandes (1996 e 2000) e desenvolvido, entre outros, por M. A. Mitidiero (1999 e 2001) e J.-Y. Martin (1997, 2000 e 2001).

Finalmente, tentar-se-á uma extrapolação para ir além deste caso único do MST, em busca da definição de uma geografia da nova radicalidade popular, nas perspectivas notadamente abertas pelas recentes publicações dos geógrafos ditos “radicais” americanos, como o “terceiro espaço” [*thirdspace*] de Edward Soja (1996) e os “espaços da esperança” [*spaces of hope*] de David Harvey (2000).

Assim, nas interpelações da vida social, tal como nas reflexões teóricas, são as mesmas coisas que trabalham no mundo de hoje, que não é unicamente o da globalização neoliberal.

I – Globalização, movimentos sociais e espaço geográfico

A GEOGRAFIA FRAGMENTADA

Esquemáticamente, conforme Marcelo Escolar, são quatro as geografias: a geografia acadêmica ou científica, a geografia “ensinada”, a geografia profissional e a geografia cotidiana (Escolar, 1996, p. 14).

A primeira tem sua origem nas cátedras universitárias, nas atividades docentes e de investigação. O “discurso duro” da ciência geográfica é produzido neste nível. A segunda impõe-se nas salas de aulas para dispor o sentido do território. “Não produz, mas reproduz o discurso, na perspectiva da legitimação da consciência nacional”. Por isso, tornam naturais as diferenciações geográficas e as diferenças sociais. A terceira produz espaço configurando-o materialmente através do planejamento: “suas práticas não só enunciam ou reproduzem o discurso ao redor do espaço, mas concretizam-no objetivando-o no plano, delimitando ações, justificando limites”, determinando eixos hierarquizados e áreas diferenciadas. A quarta é a geografia vivida diariamente, “a concebida nas ruas, a eleita nos bairros, a que se constrói sobre coisas concretas”. Esta geografia cotidiana “contradiz com seu desenvolvimento dos cânones do discurso acadêmico disciplinar, continuamente entra em crise com a geografia ensinada, pelo simples fato de que esta é, em grande parte, um produto socialmente imposto” (idem, p. 15).

Para Escolar, toda “reflexão alternativa” precisa ser tomada das mãos dos “acadêmicos”, “geopolíticos” e “mestres”, um conjunto de noções e temas muito marcados pela sua utilização ideológica corrente. Assim, diz ele:

“Não só estaríamos reconstruindo nossa disciplina como ciência social, mas, por sua vez, reconquistando a ‘Geografia’ em níveis mais populares e conflituosos de suas atribuições tradicionais” (idem,

39). “Penso que estão colocadas as condições para repensar alternativas originais na investigação empírica sobre a territorialidade [e] sobre suas relações (...) com os movimentos populares de contestação aos avanços do neoliberalismo econômico e social” (idem, p. 121).

MUDANÇAS GLOBAIS E O NOVO PAPEL DA GEOGRAFIA

Gabriel Wackermann (2000) julga que, desde a queda do comunismo, o desaparecimento do frágil equilíbrio entre os dois blocos mundiais antagonistas e a sua substituição pela hiperpotência única dos Estados Unidos, “com os excessos do capitalismo, mesmo o geógrafo não-marxista não pode só continuar criticando, severamente, o sistema soviético em geral, sem constatar, simultaneamente, a obra destrutiva capitalista nos âmbitos cultural e econômico nas inúmeras regiões do mundo”. Neste sentido, ele também constata que “esta Geografia é conduzida por uma atitude muito crítica a respeito da economia dominante” (Wackermann, 2000, p. 18).

Mas, ao mesmo tempo, a comunidade científica dos geógrafos, além dos tropeços da diversidade das escolas acadêmicas, conhece hoje uma verdadeira crise de identidade. Ora, estima Wackermann,

“como todos os meios científicos, como todos os meios humanos, o meio geográfico não é somente atravessado por correntes de pensamento e animado por salutares movimentos de renovação. É também perturbado pelo espírito de capela, os afrontamentos visando o poder ‘pontifical’, isto é, o direito de decretar uma única verdade, a vontade de monopolizar a decisão final nas instâncias de nomeação e de promoção dos ensinadores e pesquisadores da disciplina, mesmo de certos ramos da disciplina em detrimento dos outros. É assim que inúmeras inovações, salutares em si, desde a re-centralização da geografia humana na sua vocação eminentemente social, até a introdução das ciências matemáticas e da geografia quantitativa, foram infelizmente marcadas de exclusivismo, de preconceitos deliberados, provocando rachas profundos, enquanto elas poderiam suscitar redesdobramentos e reposicionamentos fecundos” (idem, p. 82).

Além destes conflitos acadêmicos, a partir das suas relações privilegiadas com o espaço, muito importa agora que os geógrafos, especialistas do estudo das relações sociais neste espaço, coloquem o acento sobre todos “os signos profundos dos disfuncionamentos mundiais e locais, sem complacência e sem exagero, no quadro da promoção de uma democracia participativa, não formal”. É só assim, diz enfim Wackermann, que eles “serão trazidos de volta ao verdadeiro tesouro da nossa disciplina geográfica”. Finalmente, o autor pergunta:

“será que a geografia não merece, como antes e mais do que ela é desde um certo tempo, liberada do espírito de capela e do ambiente das falsas querelas, das lutas muitas vezes esterilizadoras e dos combates de retaguarda, de aparecer em todo o seu rigor científico e sua eficácia para um público, às vezes, desamparado, desejando conhecê-la, e mergulhar nela para melhor reencontrar o Norte [...]” (idem, p.339-340).

A “GLOBALIZAÇÃO” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Geralmente, com o termo “globalização” afirma-se que a única escala a levar-se em conta hoje, é aquela do mundo inteiro. Mas, a insistência da ideologia globalitária não pode esconder o paradoxo seguinte: no contexto da globalização, observa-se também o desenvolvimento de novos movimentos sociais, de resistência e contestação, de várias escalas.

Para o geógrafo canadense J-L. Klein (1998, p. 63), a “mundialização” impõe uma nova territorialidade, onde as responsabilidades assumidas anteriormente pelo Estado-nação desagrega-

ram ou foram confiscadas pelas instituições e pelas organizações que funcionam em diferentes escalas, numa dinâmica onde as capacidades políticas tendem a recuar frente às dominações econômicas. De fato, as forças econômicas predominam sobre os interesses políticos e sociais, mesmo no interior das estruturas oficiais, o que explica também a propensão dos governos a abandonar seus programas sociais em função das exigências financeiras, por exemplo, no caso dos ditos “programas de ajustamento estrutural”. Mas “o sistema-mundo não deve ser reduzido à mundialização das trocas econômicas”. O geógrafo sublinha que muitos outros aspectos contribuem ou são atingidos, não somente no plano econômico, mas também político, social e cultural. Assim, se é verdade que o sistema-mundo inclui toda sociedade na escala planetária – “somente para melhor excluir da redistribuição uma significativa parcela da sociedade” –, é também verdade que permanecem outras disposições espaciais, tal como o espaço nacional ou o espaço local, com suas próprias características e lógicas. São certamente “informadas pela lógica da mundialização”, mas, no entanto, não desaparecem. Conseqüentemente, “se a gente quiser entender o novo mapa da mundialização, é, mais do que nunca, necessário combinar diversas escalas e diversos níveis de análise” (Klein, 1998, p.63).

J-L Klein acrescenta ainda: “diz se que o cidadão do século XXI será um cidadão do mundo. Sua responsabilidade é assim aumentada. Terá de reconstruir as ligações sociais que foram afrouxadas sob a pressão da mundialização, combinando o local e o mundial, o individual e o social, o privado e o público”. É deste ponto de vista que a contribuição da geografia pode ser crucial

“para conceber uma estratégia de desenvolvimento capaz de combinar os interesses dos cidadãos e os do sistema-mundo em construção; encontrar um espaço social recolhendo força capaz de fazer contrapeso perante as forças do mercado; delimitar os territórios da ação coletiva. Eis o que constitui um vasto programa. ‘Pense globalmente e aja localmente’, diz a famosa palavra de ordem, mais verdadeira do que nunca!” (Klein, 1997, p. 66).

Naturalmente, certos movimentos sociais adaptam-se à globalização e fazem, por vezes, esforços para agir em todos os níveis e em todas as escalas. Mas será que essas ações podem convergir, dar um sentido às aspirações individuais dos cidadãos e estruturar um novo projeto unificador?

“As ações coletivas da resistência à desterritorialização, que nos permitem descobrir um processo da construção da solidariedade coletiva, relacionam-se à um espaço a ser defendido, recordam-nos as riquezas da solidariedade territorial construídas nas ligações sociais básicas. Desse modo, a mercantilização da ligação social imposta pela universalização é denunciada constantemente pela invenção contínua dos lugares, de palavras e a busca da perenidade dos lugares” (Klein, 1997, p. 42).

A vontade popular para manter raízes com o território é manifestada, tanto no meio rural como no meio urbano. “Mais do que a expressão de uma atitude do passado, construída na manutenção de comunidades tradicionais restritas, ou de um acessório emocional e nostálgico da história, pode ser analisada como uma dinâmica da solidariedade que suporta um projeto para viver o território” (ibidem). Assim, as resistências locais à globalização são integradas numa dinâmica subversiva da busca da solidariedade social baseada na inscrição do espaço de uma coletividade de atores locais: “para querer remanescer”, “para estar junto”, num mesmo território, “para viver no lugar certo”.

“Estas práticas coletivas da resistência poderiam bem constituir ao mesmo tempo uma ruptura e ir além da lógica da organização, disposição, coordenação, do regulamento estratégico que é essencial em nome dessa eficácia do sistema, porque obriga-nos a questionar as finalidades mesmas da sociedade.

Nisso, o desafio coletivo é político porque precisamente está na resistência aos efeitos perversos de uma economia a-territorial” (Klein, 1997, p. 43).

Pois, a globalização e a explosão/implosão conjunta do modelo do Estado-nação, criam um sistema-mundial complexo, composto por múltiplos níveis, onde os atores e os agentes econômicos, políticos e sociais brigam e, às vezes, se ligam.

Qual pode ser o lugar dos movimentos sociais num tal sistema, múltiplos e pluriescalar? Qual desses níveis pode mostrar-se pronto para ver as ações dos movimentos sociais impor os compromissos de amanhã? Será que essa nova territorialização coletiva dos movimentos sociais pode ser concebida como uma alternativa crível perante a globalização econômica?

“Na medida em que os movimentos sociais contribuem para redesenhar fronteiras e para redefinir o conteúdo da esfera pública, eles podem ir contra a orientação neoliberal que a globalização impõe ao redobramento da sua função reguladora, seu papel é essencial e deve ser esclarecido” (idem, p. 4-5).

É a própria tarefa da geografia.

A “CARA ESCONDIDA DA TERRA”

Segundo o sociólogo Manuel Castells, esses movimentos sociais de resistência à “nova ordem internacional” constituem hoje o que ele nomeia da “cara escondida da Terra”. No nosso tempo,

“quando a universalização e a informacionalização, obra das redes do dinheiro, da tecnologia e do poder é transformada no nosso universo, com exceção de uma pequena elite dos *globapolitanos* (semi-ser, semi-fluxo), os homens e as mulheres sofrem no mundo inteiro, por perder todo o controle de sua vida, ambiente, emprego, economia, governo, país e, finalmente, do destino mesmo da terra” (Castells, 1999, p. 90).

Todavia, de acordo com uma velha lei da evolução social, a resistência é oposta à dominação e os projetos alternativos desafiam a lógica inerente à “nova ordem do mundo”, vivida como uma desordem pelos seres humanos de toda parte. Porém, como é frequentemente o caso na história, “estas reações e mobilizações avançam por trajetos inabituais e caminham em rumos inesperados” (ibidem).

Esta “cara escondida da terra”, torna-se assim, “a cara de todos os movimentos sociais que refutam a universalização ao interesse do capital e a informacionalização consagrada, a única glória da tecnologia”. Assim, conforme M. L. de Souza:

“Movimentos sociais *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada, *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate” (Souza, M. L. de. In: Castro, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*, 1995, p. 109).

BREVE RETORNO AO PENSAMENTO FILOSÓFICO ESPACIAL FRANCÊS

Uma maneira nova de pensar sobre o espaço formulou-se, mais claramente, pela primeira vez, em Paris, particularmente nos escritos de Lefebvre e de seus colegas, mas também, muito menos

visivelmente, nos trabalhos de Michel Foucault. Contudo, segundo E. Soja, por quase 20 anos, esses “outros espaços” restaram inexplorados e, freqüentemente, substancialmente mal entendidos para os maiores admiradores de Lefebvre e Foucault (Soja, 1996, p. 11)³.

Eu quero sugerir que a estas celebrações faltam o ponto central que Lefebvre e Foucault fazem em suas conceitualizações da espacialidade, diferentes contudo similares, que a afirmação de uma visão alternativa da espacialidade desafia diretamente todas as modalidades convencionais de pensar o espaço. Elas significam detonar, desconstruir, e não estar confortavelmente depositadas em velhos recipientes. Não são apenas “outros espaços” a ser adicionados à imaginação geográfica, elas são também “outras coisas” além das maneiras estabelecidas de pensar a espacialidade (idem, p. 162-163).

DA “PRODUÇÃO DO ESPAÇO” AO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO: HENRI LEFEBVRE

A obra de Henri Lefebvre parece ser mais conhecida e levada em consideração nos outros países do que na própria França. Nos Estados Unidos, Soja (1989 e 1996), no Canadá, Rob Shields (1999) e no Brasil, o Geosp (Carlos, 1999) sublinham, entre outros, toda a importância da sua reflexão sobre o espaço.

Lefebvre pôde pensar, ele mesmo, que a sua “crítica da vida cotidiana” foi a sua mais importante contribuição à teoria social marxista. Ele insistiu na importância fundamental do materialismo dialético. Portanto, a sua contribuição maior, nas disciplinas intelectuais, foi sua investigação da construção social e das convenções do espaço.

“Lefebvre compreendeu o espacial como um sujeito atravessando todas as disciplinas, um exemplo ideal para ilustrar o seu desejo do fim da especialização tecnocrática da pesquisa acadêmica e da organização do governo. Ele estendeu assim, progressivamente, o seu conceito inicial da vida cotidiana, primeiro na vida rural do campesinato, depois na extensão dos subúrbios e, finalmente, para discutir da geografia das relações sociais em termos gerais” (Shield, 1999, p. 141).

Sabe-se bem que, a tese central da obra máxima de Henri Lefebvre *A produção do espaço* é que o modo de produção organiza – no mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço. É assim que acontece.

“O espaço social não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos. Ele envolve as coisas. Efeito de ações passadas, ele permite ações, sugere ou proíbe outras. O novo modo de produção, a nova sociedade, apropria-se, quer dizer, arruma a seus fins o espaço pré-existente, modelado anteriormente. A organização do espaço centralizado e concentrado serve também ao poder político e à produção material. As classes sociais investem na hierarquia destes espaços ocupados” (p. 88-89).

Ora, as forças trabalham nesse espaço. A violência subversiva responde à violência do poder. A luta das classes intervém na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais do que nunca, pode se ler no espaço. As formas dessa luta são muito mais variadas do que no passado. Fazem parte delas, com certeza, as ações políticas das minorias. “As diferenças jamais dizem a sua última palavra. Vencidas, elas sobrevivem”. Elas lutam, às vezes ferozmente, para afirmarem-se e transformarem-se através de uma prova. Henri

3. “No seio das disciplinas espaciais, quando observado, o trabalho de Lefebvre e Foucault foi tomado como uma reconfirmada benção da bem estabelecida visão das espaciais ou geográficas convencionais imaginações. O que foi faltado quase inteiramente por quase todos, era a crítica radical e o desafio disruptivo detonado por Lefebvre e por Foucault, para reestruturar as maneiras as mais familiares de pensar sobre o espaço, através todas disciplinas” (Soja, 1996, p. 11).

Lefebvre chega à conclusão de que tudo o que provém do tempo histórico é submetido, hoje, a uma tal “prova do espaço”.

“As culturas, as consciências dos povos, dos grupos e mesmo dos indivíduos, não escapam à perda da identidade, que vem se ajuntar aos outros terrores. Referências e referenciais vindos do passado, dissolvem-se. Os valores, erigidos nos sistemas mais ou menos coerentes, desagregam-se, confrontando-se. Ora, nada, nem ninguém pode evitar a prova do espaço. Mais e melhor: um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, resolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte” (idem, p. 478-479).

Conforme Lefebvre, o espaço, sem deixar de ser o lugar dos recursos, o meio onde desenvolvem-se as estratégias, não se torna somente o teatro, o receptáculo, a cena indiferente, o simples cenário, nem o quadro mesmo dos atos. Ele é cada vez mais ativo, tanto como instrumento quanto como objetivo, como meio e como fim. É assim que ele torna-se o trunfo principal das lutas e das ações apontando um objetivo, e o porquê dele suscitar sempre a contestação.

Assim, conforme E. Soja, através de toda a sua obra, H. Lefebvre:

“define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes [...]. Afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial [...]. A desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical, voltada para a expropriação do controle da produção do espaço” (Soja, 1993, p. 116).

Pois, o alvo do pensamento de H. Lefebvre não é somente um estudo “retro” do espaço social na sua história e na sua gênese, mas busca considerar melhor o atual, para entrever, senão mesmo prever o possível e o futuro. “Esta tentativa deixa lugar aos estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Não exclui, ao contrário, os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional, o mundial implicam-se e imbricam-se, o que se incorpora no espaço, os conflitos virtuais não são ausentes nem eliminados” (*La production de l'espace* – Introdução de 1985, p. viii). Assim, “o mundial não aboliu o local”.

Ora, há bem duas fases na pesquisa de Lefebvre sobre o espaço. A primeira trata do que ele denominou de “urbano”, e a segunda do espaço social, o qual ele foi o primeiro a nomear como “planetário”, “global”. Foi, então, o primeiro a falar da necessidade de uma escala “planetária” na análise (Shields, 1999, p. 144-145). O seu projeto é orientado na direção do futuro, “oferecendo a possibilidade de gerar uma nova espacialização – um mundo mas equitativo – fora das contradições contemporâneas e das relações de globalização” (idem, p.183). Para Rob Shields

“as idéias de Henri Lefebvre foram eletrificando não somente uma geração, mas um século da esquerda, e elas deixaram as suas marcas não somente na França – e mesmo na Europa – mas imprimiram as suas marcas nas comunidades distanciadas, nos bairros, combates e debates, e mais particularmente, nas Américas” (idem, p. 188).

Como Lefebvre diz, “não há saber sem crítica do saber e sem saber crítico”. Ainda há como contribuir hoje à emergência de uma teoria crítica do espaço existente, que pode ser substituída

pelos retalhos e descrições que aceitam e legitimam esse espaço. Essa teoria crítica, levada até à contestação e mesmo até à contestação radical, quer substituir a utopia dominante da mundialização neoliberal, uma “outra” utopia alternativa e crítica. “Fundamentalmente, a dialética espacializada e aberta que se descobre na obra de Lefebvre abre a possibilidade de entender e de integrar os diversos movimentos sociais” (idem, p. 187). E, com a sua espacialização, a geografia deve estar no centro de uma teoria crítica como tal.

“OUTROS ESPAÇOS” E “MICROFÍSICA DO PODER”: MICHEL FOUCAULT

Numa Conferência proferida em 1967, Michel Foucault descreve da seguinte forma o novo mundo em formação – aquele da globalização nascente – e a angústia que ele já engendra: “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Em todos os casos, acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver, fundamentalmente, com o espaço, muito mais do que com o tempo”⁴. Ele fez, ainda, esta observação: “Como sabemos, a história é a obsessão do século dezanove. A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço”. Em outras palavras, os séculos XIX e XX foram, sobretudo, marcados pela História – com o resultado que se sabe – o século XXI poderá bem ser o do tempo da Geografia.

A “HETEROTOPIA” DOS “OUTROS ESPAÇOS”

Nesta perspectiva, há ainda muito a fazer para desvendar a verdadeira “natureza do espaço”, uma primeira dificuldade provendo, para Foucault, da espécie de sacralização, cujo espaço é sempre o objeto.

“Agora, apesar em toda a técnica desenvolvida na apropriação do espaço, apesar de toda uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado. A nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dados desde o início: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. Todas estas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado”⁵.

Para avançar nesta necessária desmistificação do espaço sagrado, as “representações do espaço” marcando a emergência do novo mundo, ele sublinha toda a importância de analisar os “outros espaços”, quer dizer os “espaços que se encadeiam uns nos outros, mas que, por outro lado, contradizem todos os outros (e) são de dois tipos principais”, e que ele chama, seja de “heterotopias”⁶, seja de “utopias”⁷.

Esta distinção dual pode deixar-nos um pouco na perplexidade. Ora, se Foucault evoca, com um pouco mais de detalhes, as “heterotopias de crise” e as “heterotopias de desvio”, ele não fala

4. FOUCAULT, M. *De outros espaços*. [s. l.]: Diacritics, 1986.

5. Idem.

6. “Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real, que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da Sociedade. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais” (idem).

7. “Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder, obviamente, apontar a sua posição geográfica na realidade. Chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias” (idem).

do que poderá mais nos interessar aqui, a saber das heterotopias da resistência ou das lutas em vigor na territorialização dos movimentos sociais.

No recente livro, David Harvey (2000) sublinha também toda a importância geográfica do pensamento espacial de Foucault:

“Há, Foucault assegura-nos, abundantes espaços em que a ‘outraneidade’ [*otherness*], a alteridade, e, daqui, as alternativas puderam ser exploradas não como meros produtos da imaginação mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as alternativas podem tomar forma e, a partir destes espaços, que uma crítica de normas e de processos existentes pode o mais eficazmente ser montada” (Harvey, 2000, p. 184).

Portanto, Harvey considera também que se “o conceito de ‘heterotopia’ tem a virtude de insistir num melhor entendimento da heterogeneidade do espaço [...] ele não dá indícios para se saber o que um utopismo” mais espaço-temporal possa ser” (idem, p. 185). Em verdade, Foucault não considera os “outros espaços” em toda a sua diversidade possível. Apesar disso, ele é muito mais explícito quando se trata dos conflitos e trunfos de poder, cujos espaços antagonistas são portadores.

A “MICROFÍSICA DO PODER”

A geografia das confrontações locais de poder foi, em parte, problematizada por Foucault na temática de uma verdadeira “microfísica do poder”. Perguntado por geógrafos, em 1976 – numa entrevista publicada no primeiro número da revista de geografia crítica *Hérodote*⁸ – após uma certa irritação inicial, ele acaba reconhecendo:

“A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo [...]. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês [os geógrafos]...”⁹.

Falando mais adiante das relações entre poder e espaço, ele destaca que “o poder sempre é exercido a partir de inúmeros pontos, no jogo de relações inigualáveis e móveis. E, onde há poder, há, necessariamente, também resistências que são dos seguintes modos: possíveis, imprescindíveis, espontâneas, selvagens, rastejantes, violentas, etc.”¹⁰. Então, ele diz também que o poder “não é qualquer coisa que se adquire, que se arranca ou que se partilha, alguma coisa que a gente guarda ou deixa escapar”. Segundo ele, nunca se deve esquecer de que, paradoxalmente, “o poder vem de baixo”, porque “as relações de forças múltiplas constituem uma linha de força geral”, que “atravessam os afrontamentos locais”. Assim conceituada, a racionalidade do poder vem de táticas muitas vezes explícitas na escala limitada em que elas se inscrevem. Elas são, muitas vezes, a expressão de um verdadeiro “cinismo do poder”.

Além destas grandes linhas, assim destacadas, para Foucault “resta escrever toda uma história dos espaços – que seria, ao mesmo tempo, a história dos poderes (os dois termos no plural) – desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do hábitat”¹¹.

8. Questions à Michel Foucault. *Hérodote*, Paris, n. 1, p. 71-85, 1976.

9. FOUCAULT, M. 1994, Dits et Ecrits, tome IV (1980-88), também publicada no Brasil, em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 164-165.

10. FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW P. *Michel Foucault: un parcours philosophique*, Paris: Ed. Folio, 1984, p. 297-321.

11. FOUCAULT, M. In: *Power/knowledge*. Nova Iorque: Panthéon, 1980, p. 149.

As “pequenas táticas do hábitat”, vindas do local, são assim, nas relações do poder, sempre “o outro termo”. Elas inscrevem-se como o irreduzível cara a cara”. Réplicas das estruturas do poder, elas também são, “distribuídas de maneira irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência são disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço”. Elas podem fazer objeto de uma abordagem e de uma análise geográficas. Segundo qual lógica? Aquela “das grandes rupturas radicais, das partilhas binárias e maciços? Às vezes. Mas se trata mais freqüentemente de pontos de resistência móveis e transitórios”. As lógicas e as dinâmicas desta “microfísica do poder”¹² podem ser destacadas, sobretudo, quando elas têm conseqüências até nas “malhas do poder”.¹³

Esta abordagem pode justificar uma “outra maneira de avançar rumo a uma nova economia das relações de poder”. Tal como, “um novo modo de investigação consiste em tomar as formas de resistência aos diferentes tipos de poder, como pontos de partida”. Neste caso, “para entender em que consistem as relações de poder é preciso analisar as formas de resistência, de oposições que se desenvolvem nestes últimos anos”¹⁴. Este tipo de abordagem, nos parece impor-se na análise geográfica das lutas dos movimentos socioterritoriais (ver: Martin, 1997, p. 32 e 2001, p. 58-62).

II – O MST, um “movimento socioterritorial”

Tratar-se-á nesta parte de uma nova e breve contribuição ao debate recentemente lançado por B. M. Fernandes em seu trabalho, tomando o MST como exemplo, na sua reflexão sobre “movimento social como categoria geográfica” (Fernandes, 2001); continuado por M. A. Mitideiro no seu artigo sobre a territorialização como “conceito explicativo da luta pela terra” (Mitideiro, 2000), e prolongado para J.-Y. Martin, apresentando o MST como “movimento socioterritorial”, mais do que “socioespacial” (Martin, 2001). Desenvolvendo a discussão, nos parece que alguns pontos do debate devem ser reconsiderados aqui, no sentido de esclarecer, por meio do caso do MST, não somente as distinções entre espaço e território, mas também, entre os processos de espacialização e de territorialização, assim como entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

1 – DO ESPAÇO RURAL AO TERRITÓRIO CAMPONÊS

É sempre fundamental fazer nitidamente a distinção entre o espaço e o território. É muito mais do que uma simples questão de terminologia. Assim – após C. Raffestin que já fez considerações a respeito da “anterioridade” do espaço¹⁵ –, segundo A. U. de Oliveira:

“Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso, reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, e portanto, uma produção humana, logo, espaço de luta de classes ou frações de classes [...] sendo pois o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir” (Oliveira apud Fernandes, 1996, p. 12-13).

12. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

13. FOUCAULT, M. “Les mailles du pouvoir”, Conférence prononcée à Bahia, publiée dans le Tome 4 de *Dits et Ecrits* (1980-1986), 1994.

14. FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. op. cit., p. 300.

15. RAFFESTIN, C. A geografia do poder. 1980.

A distinção espaço/território torna-se muito mais necessária ainda, no contexto atual da globalização, com a emergência de movimentos populares de contestação, como, entre outros, o MST no Brasil:

“O capital mundializou-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se, de forma privada, do mundo. O território capitalista confiscado historicamente no processo de sua construção agora é contestado. As lutas dos Sem-Terra são marcas visíveis dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem-Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade e se tornando cidadãos” (idem, p. 13).

Vejamos o problema do caso do campesinato no espaço rural brasileiro.

a – *O espaço geográfico*

Como já vimos, segundo Lefebvre, cada sociedade produz seu espaço, um processo no qual tem também sempre objetivação, coisificação, e/ou reificação do espaço, traduzindo a concepção dominante em vigor. Mas, além dessas “representações do espaço”, quais são as principais características da “produção do espaço” rural, na formação econômica e social brasileira de hoje, a hora da dita globalização?

Pode-se destacar, rapidamente, ao menos dois pontos:

1 – O bloqueio das estruturais fundiárias: mesmo com a multiplicação dos projetos de reforma agrária, nunca houve realmente redistribuição fundiária significativa. A comparação dos dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995 o mostra (Cf. Martin, 2001, p. 23). Daí, mais que nunca, a atualidade não ultrapassada do velho dito: “terras sem camponês e camponês sem terra”.

2 – Há portanto que distinguir o papel paradoxal das periferias, dos interstícios e das margens, destacando três tipos de regiões:

- Os interstícios – por exemplo no Nordeste – no domínio do latifúndio: no detalhe, a situação dos municípios pode ser bastante diferente: uns com somente um ou alguns latifúndios no seu território, e outros municípios vizinhos, ao contrário, com uma multidão de minifúndios (ver o caso do Rio Grande do Norte em Martin, 2000, p. 261-272).
- A periferias urbanas das metrópoles¹⁶, notadamente no Sudeste: a metropolização desenvolvida tal como um arquipélago, num oceano cada vez mais esvaziado para a evicção rural, ou talvez, melhor dizendo, a “desruralização”¹⁷.
- As margens “pioneiras” de colonização – na Pré-Amazônia, como no Pará – enquanto lugar do deslocamento das populações rurais, é palco de tensões sociais particularmente fortes. Além de serem diferentes, as três formas de regiões são, ao mesmo tempo, concernidas em conjunto com as tensões (número de conflitos rurais), as ocupações de terras (acampamentos) e os assassinatos de trabalhadores rurais (conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra).

b – *O território camponês*

Como diz A. U. Oliveira, falando do latifúndio, “a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo” (Oliveira, 1999, p. 107). Ora, o território é bem outra coisa que o espaço:

16. Ver SOUZA, M. L. de. *O desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras, Bertrand Brasil, 2000.

17. SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 12.

“Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1999, p. 74).

O território pode ser visto como o resultado da apropriação permanente do espaço geográfico por meio de práticas territoriais individuais, de classes, sociais, também materiais (trocas, planejamento) e ideais, isto é, todas as ideologias, funcionais e justificativas (geografismos, territorialismos, regionalismo, latifundismo...) podendo ir até o sonho, o mito, a utopia (Martin, 2000, p. 79-82). É precisamente dessa multiplicidade das práticas territoriais que provém a multidimensionalidade do território¹⁸.

A apropriação do espaço geográfico como território social, segue um processo histórico cíclico de T-D-R (Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização), já bem apontado por Raffestin (1980) e Barel (1986)¹⁹.

Tratando-se aqui da desterritorialização do campesinato brasileiro, há particularmente que sublinhar um curioso paradoxo. De um lado, tem-se a diminuição dos empregos rurais: menos 5,4 milhões de 1985 a 1995. Mas, por outro lado, tem-se crescido o número de “posseiros” e/ou “ocupantes”. Entre 1970 e 1985, ocorreu o aumento do número absoluto de “posseiros” de 811.367 para 1.054.542, crescendo mais de 30%. Em 1995, os estabelecimentos rurais dos “ocupantes” correspondiam a 2.149.575. Mesmo com a mudança da denominação oficial de “posseiro” para aquela de “ocupante”, é claro que a duplicação deste número “revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização” através do deslocamento em direção às cidades, e procura garantir, ao contrário, na sua luta aberta pela posse da terra, “o meio de produção necessário ao trabalho familiar camponês” (Oliveira, 1999, p. 81-82). “Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses” (idem, p. 72). Pois, em se falando do campesinato brasileiro, trata-se “de um campesinato que não quer sair da terra, como na transição européia do feudalismo para o capitalismo”. Muito pelo contrário, “ele quer lutar para entrar na terra”. Trata-se finalmente de um campesinato que “não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação” (idem, p. 85). Mas, a “desruralização” não se opera sem uma resistência do campesinato brasileiro a esta desterritorialização massiva. Nessa luta, revela-se uma identidade camponesa jamais verdadeiramente reconhecida até hoje.

2 – ESPACIALIZAÇÃO E/OU TERRITORIALIZAÇÃO?

Do mesmo modo que o território não é a mesma coisa que o espaço, há também que distinguir, cuidadosamente, os processos de espacialização e territorialização. O primeiro inscreve-se no espaço tal como ele é, enquanto o segundo é criador de novas territorialidades, na medida que elas transgridem e ultrapassam, mesmo que apenas um pouco, as estruturas herdadas do espaço geográfico, até agora estabelecidas.

18. “O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, é a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com bases em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”. (CARA, R. B. In: SOUZA, M. et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 262).

19. “Seria interessante representar a mudança social (e seu contrário) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte isso, a vida e a morte dos territórios. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (BAREL, Y. *Espaces, Jeux et Enjeux*. Paris: Fayard, 1986, p. 138).

a – *O processo de espacialização:*

O processo de espacialização é a maneira como o indivíduo, assim como movimento coletivo, inscrevem-se nas estruturais espaciais já existentes, sem necessariamente colocá-las em questão enquanto tais. No caso particular do MST:

“A espacialização ocorre simultaneamente à aparição pública da organização da contestação. Em função disto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é tomado pelos pesquisadores como objeto de estudo tendo como base o conceito de espacialização. O MST está organizado, hoje, em 23 Estados da federação formando e organizando diversos acampamentos, assentamentos e cooperativas agrícolas; desde a sua formação até hoje, proporcionou o assentamento de 150 mil famílias e organiza 505 acampamentos com 73 mil famílias em todo Brasil. Representa o mais efetivo movimento popular da história do país e é a principal oposição política/ideológica ao governo atual. Assim, entendemos o MST como um movimento espacializado em todo território nacional” (Mitideiro, 2001, p. 4).

Mas, em oposição à ideologia do globalismo que postula a hegemonia exclusiva da escala planetária, um movimento popular deve procurar eficácia no desdobramento da sua ação em todas escalas, do local ao global. Assim, a espacialização efetua-se em diferentes escalas geográficas. Precisamente, uma das especificidades do MST, é sua capacidade de desdobrar sua ação nas diferentes escalas: local, regional, federal, continental e, mesmo internacional.

“A espacialização da luta pela terra deve ser buscada nas ações praticadas pelo MST, como: as ocupações seguidas de acampamentos; caminhadas, marchas e passeatas; a ocupação de prédios públicos; a reocupação de terras após reintegrações de posse e os acampamentos de “beira de estrada”; a efetivação da participação das mulheres e dos jovens na luta; os bloqueios (de estradas); a realização de eventos; a efetivação do movimento na mídia; a sua repercussão nacional através da opinião pública; a sua repercussão internacional (internacionalização do movimento)” (idem, p. 5).

Mas, se essa apresentação sublinha bem a ação do MST em várias escalas, ela não faz, ainda, nítido o bastante, a distinção entre os diversos processos em jogo.

b – *O processo de (re)territorialização: os “acampamentos” do MST*

É preciso levar cuidadosamente em consideração todos “os grupos expropriados cujos acampamentos, circunstanciais, fazem parte de sua estratégia de resistência, como é o caso dos acampamentos, às vezes altamente organizados, dos sem-terra e dos sem-teto” (Haesbaert, 1995)²⁰. Neste caso de invasões–ocupações, há, claramente, um questionamento imposto do espaço. Estes são tentativas para introduzir, aqui na escala do lugar, uma novidade radical que põe em causa a organização estabelecida do espaço. “A ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação” (Fernandes, 1999, p. 5).

É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em causa o tabu sociohistórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento.

20. Haesbaert, R., Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.191.

“Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores” (Fernandes, 2000, p. 18).

A ocupação, como prática socioterritorial radical, caracteriza fortemente o período em que o movimento constituiu-se historicamente (1984-1996). Mas, também, compreende-se melhor porque o poder neoliberal busca, desde a segunda metade dos anos 1990, criar muitos obstáculos a fim de lutar mais eficazmente contra esse movimento popular considerado insuportável: judicialização, militarização, repressão, parada de toda reforma agrária efetiva, etc.

c – O caso misto dos “assentamentos”

No prolongamento de uma ocupação, o assentamento constitui a introdução de uma novidade espacial. “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (Fernandes, 2000, p. 11).

Mas, para M. A. Mitidiero, a conquista da terra é menos importante do que o processo de luta:

“A territorialização vista como formação de um novo território, a partir de um território preexistente comandado pelo Estado, ou seja, a concepção de que parte ou fração deste território se desprende formando um novo e pequeno território (o assentamento, a conquista da terra) torna-se insuficiente na sua dimensão explicativa. O conceito de territorialização relativo aos movimentos sociais no campo deve ser visto apenas como processo de luta pela terra e não como conquista e domínio de partes ou frações do território” (Mitidiero, 2001, p. 6)

Com certeza, a oficialização pelo Estado (INCRA) faz do assentamento uma nova estrutura espacial, através da mutação fundiária, em detrimento do latifúndio, no caso da fazenda improdutivo expropriada. Mas, a natureza do assentamento restará, portanto, ambivalente e, a partir daí, muitas evoluções são possíveis.

Às vezes é possível manter nele uma boa dinâmica coletiva de mobilização das famílias “assentadas”. Então, induz-se a um desenvolvimento local, e o assentamento torna-se um lugar de identificação camponesa. Por outro lado, os camponeses assentados podem comportar-se de uma maneira mais individualista, e o assentamento poderá conhecer, rapidamente, graves dificuldades. Ele torna-se um quadro esvaziado, pode ser ameaçado de fracasso e mesmo de desaparecimento. Assim, conforme M. A. Mitidiero:

“O assentamento como lugar social de luta constante por transformações sócio-econômicas na estrutura social brasileira é uma proposta um pouco diferente da daqueles pesquisadores que interpretam o MST como um movimento territorializado (conquista e domínio). Vemos o MST como um movimento em processo de territorialização e não como um movimento territorializado” (Mitidiero, 2001, p. 7).

Afinal, de onde provém a eficácia reconhecida do MST, enquanto movimento social? De conseguir realizar a combinação desses dois processos – espacialização e territorialização – diferentes é certo, mas que se revelam, de fato, complementares e indissociáveis.

“Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (Fernandes, 2000, p. 17).

3 – DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, AO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Será que o objetivo de todos os movimentos sociais rurais é o “de buscar uma reinvenção do lugar (um novo lugar, uma nova vida) e a reorganização do território com o intuito de materializar sobre estes os seus direitos de cidadãos, sua liberdade”? Talvez esses movimentos “lutam pela terra do trabalho e da vida em contraposição a organização impositiva do território capitalista”. Mas serão todos “os movimentos sociais no campo movimentos socioterritoriais, e não socioespaciais...” (Mitidiero Jr., 1999, p. 146)? E, também, qual pode bem exatamente ser a distinção a se fazer entre estes dois tipos de movimentos sociais?

a – *Os movimentos socioespaciais*

Os movimentos sócio-espaciais são todas as organizações, como os partidos políticos e os sindicatos tradicionais, mais ou menos burocratizados, estruturados segundo os níveis e as escalas das subdivisões espaciais político-administrativas em vigor, sem conseguir, nem mesmo buscar introduzir nenhuma inovação na própria espacialização. Eles se organizam apenas de acordo com os níveis e as escalas das estruturas político-administrativas – por exemplo um bairro, para uma associação de moradores, como no caso dos movimentos sociourbanos (MSU) quando ainda existem²¹, e que lutam num “ativismo de bairro” somente para melhorar as infra-estruturas, como água encanada, rede de esgoto, asfalto nas ruas, sem, de forma alguma, pretender modificar essa estruturação espacial. No caso das associações de moradores, por exemplo, segundo M. Santos, elas

“têm um inegável papel organizativo, mas não tem fôlego para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. [...] Trata-se de uma ação política puramente espacista, mas não propriamente espacial. O espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial. Agir sobre uma fração do território sem que a ação seja pensada de maneira abrangente, pode oferecer soluções tópicas e de eficácia limitada no tempo, servindo sobretudo ao reforço dos dados estruturais contra os quais se imaginava combater” (Santos, 1987, p. 75)²².

É, ainda mais, no caso dos sindicatos, dos partidos políticos e de todos os movimentos estruturados da mesma maneira. São organizações hierárquicas e piramidais, unicamente decalcadas a partir das estruturas político-administrativas. Uma grande parte da sua impotência atual deriva do fato que elas se mostram incapazes de se adaptar, com a sua desterritorialização sem reterritorialização, às novas condições criadas para os efeitos da globalização.

b – *Um movimento socioterritorial*

Um movimento socioterritorial, ao contrário, é uma organização que tem a vontade e cria as capacidades de introduzir no espaço, com práticas socioterritoriais novas, verdadeiras mutações territoriais, mesmo se elas são de início, na base, limitadas e estritamente localizadas.

21. Ver: SOUZA, M. L. de. “O Desafio Metropolitano”. “Hoje em dia, no Brasil, o único movimento social realmente forte e notável se vincula às lutas no campo – o movimento dos sem-terra e suas diversas organizações, com destaque para o MST – e não às lutas urbanas” (1999, p. 177).

22. SANTOS, M. op. cit., p.75.

“O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST” (Fernandes, 2000, p. 12).

Não se trata mais aqui do problema do planejamento oficial do espaço – mesmo dito, às vezes, notadamente na França, “do território” – mas é, de preferência, questão das práticas emergentes das classes socioespaciais populares, até agora sempre deixadas à parte do problema. É na e para uma tal territorialização deliberada que o espaço torna-se verdadeiramente um trunfo, não mais entregue às elites dominantes apenas, mas acessível às camadas populares, através, notadamente, dos movimentos sociourbanos (MSU) ou rurais (MST), apesar de todos os obstáculos e perigos. Eles reorganizam porções do espaço geográfico com o desenvolvimento de práticas socioterritoriais alternativas, como, por exemplo, quando uma fração de latifúndio é transformada em assentamento, mediante a pressão de uma ocupação de sem-terra, ou quando os sem-terra ocupam uma parcela vazia num bairro urbano onde constroem logo um conjunto de casas. Ver recentemente o caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), e seu acampamento em Guarulhos (São Paulo), com 3.500 famílias.

Um movimento socioterritorial, como é o MST, longe de encerrar-se nas estruturas herdadas e impostas do espaço produzido pela sociedade capitalista, na sua etapa da globalização, desenvolve práticas alternativas que põem em questão a estruturação espacial. As chaves do relativo êxito de um tal movimento – comparativamente ao fracasso da maioria dos movimentos sociais urbanos – são as seguintes: as ocupações permitem desestabilizar o tabu sociohistórico brasileiro do latifúndio. Compreende-se bem todos os esforços do poder neoliberal para pôr fim às ocupações dos sem-terra. Portanto, elas não são somente uma resposta local a uma determinação global, mas também os firmes pontos de apoio para uma interatividade multiescalas do movimento, do local até o internacional, como no seio da Via Campesina, movimento camponês transnacional, por exemplo. Enfim, ultrapassando a estigmatização anti-rural, o movimento é também portador, mesmo se é sobretudo por meio de suas lutas, da afirmação de uma identidade camponesa enfim reconhecida.

III – Nova radicalidade popular e Geografia Crítica

A necessidade de uma nova Geografia mais crítica, foi afirmada muitas vezes para alguns geógrafos. Destacam-se, por exemplo, três obras marcantes, ainda mais por seus subtítulos do que por seus títulos. Já em 1978, M. Santos pronuncia-se “por uma geografia nova” [título], e proposta de passar assim “da crítica da Geografia a uma Geografia crítica” [subtítulo] (Santos, 1978). Em 1989, E. Soja anuncia a emergência das “geografias pós-modernas”, mas sobretudo deseja “a reafirmação do espaço na teoria social crítica” (Soja, 1993). Enfim, em 2001, sobre o título “espaços do capital” [*spaces of capital*], D. Harvey lembra as etapas do seu caminho “por uma Geografia crítica” [*towards a critical Geography*] (Harvey, 2001).

1 – UMA GEOGRAFIA CRÍTICA DA IDEOLOGIA “GLOBALISTA” NEOLIBERAL

O conceito de globalização impôs-se em somente algumas décadas. Conforme Harvey, “a globalização, por exemplo, era inteiramente desconhecida antes de meados dos anos 1970. Inumeráveis conferências estudam agora a idéia [...] que se transformou num conceito central, rapidamente, associado com o globalizado novo bravo mundo do neoliberalismo” (Harvey, 2000, p. 12-13).

Portanto, há, no mesmo tempo, de remarcar que uma das “principais mistificação da ideologia neoliberal globalista” é aquela da imagem de um mundo como lugar único, como aldeia planetária, bem no prolongamento da fim anunciada da história. Ela é também a negação da geografia. Ora, é preciso de acabar com uma tal visão uni-escalar da mundialização. Mas, segundo o geógrafo Martin Vanier, só pode ser a condição de melhor esclarecer os “mitos, as visadas, as estratégias que a missa globalista serve-nos com a palavra de mundialização” (Vanier, 2001, p. 10-11)²³.

“Sabe-se desde algumas gerações – melhor desde os trabalhos do filósofo Henri Lefebvre – que o capitalismo produz e destrói os territórios, e que sua dinâmica mora nesta permanente redistribuição das posições espaciais da produção das riquezas. No momento em que ela torna-se global, essa redistribuição revela-se intolerável. Os processos de declassificação-reclassificação podem agir em qualquer lugar” (Vanier, 2001, p. 32-33).

Segundo ele, contra essa mistificação do globalismo, após o economista Pierre Veltz

“ha de redizer muito simplesmente, que não há concepção de qualquer coisa (produção, trocas, meio ambiental etc.) que não provem de posições locais. Não é através de um simples jogo em duas escalas extremas, mas inscreve-se no *continuum* dos encaixamentos dos territórios, assim como das redes, que fazem com que o global é finalmente uma coprodução complexa, as vezes inconsciente, de estratégias e decisões em todas espécies de escalas, que elas sejam tomadas em nome ou não da globalização. O local, o regional, o nacional, o continental: tais são as cenas ativas da globalização. Lembrar-se disto é não somente reencontrar responsáveis de um fenômeno muitas vezes reduzido a uma natureza quase metafísica, mas também reconectar escalas de ação (econômicas, políticas, cidadanias) que o pensamento único conseguiu totalmente disjuntar” (idem, p. 34)

Desta maneira, sublinha também M. Vanier, o global é agora imediatamente presente no local.

“Sobre os ‘paetês e *strass*’ da pós-modernidade, a ideologia globalista venderia-nos uma versão pobre, simplista, não civilizada” do que poderia melhor ser “um mundo mais consciente das suas interações e mais aberto” (idem, p. 32).

Encostada aos adquiridos contínuos da análise espacial dos geógrafos – que sabem destacar as realidades do funcionamento dos sistemas socioespaciais – a ciência geográfica deve sem cessar operar uma crítica vigilante de todas as formas das ideologias espaciais. Ela não pode ser o seu simples relé, ou, sem um recuo crítico suficiente, servir de porta-voz das ideologias geográficas.

As principais ideologias a criticar são, por exemplo:

- Os geografismos, modelos simplistas, que reduzem-se a abordagens deterministas e naturalizantes dos fatos regionais ou continentais. Lucram com o favorecimento da tradição e os benefícios da evidência. Exemplo: o “tropicalismo”, como explicação-justificação do subdesenvolvimento. Ou a divisão tradicional do velho Nordeste em três zonas (Mata-Agreste-Sertão) cuja pertinência é cada dia mais distante das realidades geoeconômicas atuais (Martin, 2000). Também, o discurso da “fatalidade”, perante as recorrências das secas.
- Os territorialismos, que estão muitas vezes a serviço de uma promoção chauvinista de um país ou de uma região. Exemplos: o regionalismo, o nacionalismo e também o localismo.
- As ideologias monoescala, que virem a apologia de uma só e única escala. Mas é para rejeitar os outros níveis, julgados inferiores, afim de abrir o livre caminho para a constituição de espaços bem

23. VANIER, M. *Agir local, penser global*. Paris: ATTAC, 2001.

adaptados as visadas transfronteiras neoliberais. Por exemplo: o Europeanismo (*Euroland*) contra os Estados-nações históricos do velho mundo em recuo, ou o pan-americanismo, para melhor justificar o NAFTA.

2 – A NOVA RADICALIDADE POPULAR

Segundo Miguel Benasayag e seus co-autores (Benasayag et al., 1997 e 2000) a nossa época, com todas as suas mutações globais, atravessa uma verdadeira crise maior, além mesmo do que uma ruptura histórica.. Poderia então ser pensada só como uma passagem da “modernidade” à “pós-modernidade”, sublinhando que essas duas noções referem-se à “conceitos mais ou menos consistentes”? (idem, 2000, p. 9). Nos anos 1980, no momento da nova ofensiva do capitalismo, afirmava-se, no mesmo tempo, que o fracasso do socialismo soviético, a emergência do pensamento “pós-moderno” segundo o qual “não existia mais modelo emancipador”. Mas, essa apresentação sempre permanece confusa e ambígua. Por que, no tempo que o discurso crítico que tratava embora dos regimes do socialismo real, permanecia também o fato que os filósofos pós-modernos anunciavam o “fim da história”, com a sua chegada a bom porto neoliberal? O discurso pós-moderno professava também o prepotente fim das ideologias, das grandes narrações, da razão, do sujeito e da história. Constituía-se desta maneira “um verdadeiro grito de guerra contra toda tentativa de transformação social” (idem, p. 17). Com a pós-modernidade, a promessa de um futuro melhor que acompanha a etapa otimista da modernidade deixa então lugar para uma visão do futuro totalmente inversa, agora largamente percebida como ameaçadora (idem, p. 122). A pós-modernidade tinha então produzido o seu contrário simétrico: “o futuro relevante até agora do âmbito da esperança, é tragicamente transformado numa espera angustiada perante o horizonte da ameaça”. Preciso, portanto, sublinhar “a vacuidade” da resposta proposta pelos teóricos pós-modernos, a saber “o relativismo cultural, o reino do fragmentar e da irracionalidade”. Desta maneira, as teorias pós-modernas “só conseguem, finalmente, o enforcamento do universal abstrato e condenam-nos á impotência” (idem, p. 79).

Embora, bem mais que

“aqueles que permanecem isolados na quietude das universidades e das bibliotecas – os povos, os imigrantes, os exilados, os sem-teto, os trabalhadores, os desempregados, aqueles que lutam no seio de uma situação qualquer, colocam-nos perguntas difíceis de qualificar de outro modo do que filosóficas. Alias, é a razão pela qual o desenvolvimento de uma filosofia da *praxis* tem uma importância maior na nossa situação. Ela exprime uma exigência que nos convida a trabalhar para uma elaboração de um novo sentido da vida, anticapitalista, á produção de uma hegemonia não utilitarista. Com a nova radicalidade, trata-se, neste sentido, de uma luta para a defesa de certos princípios e fundamentos que a pós-modernidade tentou erradicar e sem os quais a barbaria econômica ameaça a vida do nossa planeta” (idem, p. 7).

Nos anos 1990, descritos como os anos “pós-revolucionários” foi então decretado o colapso anunciado de todo empreendimento emancipador, de todo o projeto de transformação social, para preconizar um conformismo resignado. Depois, como sublinham M. Benasayag e seus companheiros, “desde alguns anos de toda parte no mundo, assistimos á eclosão, sobre múltiplas formas, de um largo movimento de refutação do neoliberalismo como horizonte inultrapassável. Trata-se assim, conforme eles, da tradução “de uma verdadeira sensibilidade revolucionária segundo a qual o neoliberalismo, a sociedade do dinheiro e do lucro, não são mais inultrapassáveis, mas simplesmente são para ser ultrapassados. É, precisamente, este ultrapassamento que está “no âmago do que chamamos a nova radicalidade, na medida em que não está mais legitimado em nome de um modelo determinado, mas simplesmente em nome da vida” (idem, p. 5-6).

Desde o começo dos anos 90, com a emergência das lutas zapatistas no Chiapas e do Movimento dos Sem-terra no Brasil, dos sem-documento na Europa, dos sem-teto, das lutas de contracultura, entre tantos, permitem-nos afirmar que as novas formas de lutas desenvolvem-se. Ainda que sem modelo, essas ações traduzem “uma legitimidade particular daqueles que lutam contra as injustiças, apesar da ausência de modelo ordenador do futuro”. Para eles, a ausência de modelo, ao contrário de impedir a emergência das lutas, é capaz de ser “uma condição central para pensar a radicalidade política libertada, enfim, de possuir um programa completo e pronto do mundo desejado”. Não ter programa, é o que permite ter projetos, “passando do dever ser ao dever fazer” (idem, p. 18-19).

Uma outra das novidades fundamentais dessa nova radicalidade consiste na abdicação da militância puramente contra

“ela desenvolve, as praticas multiplas de cada situação, lugares (casas, oficinas, universidades populares, ocupações de terra) e modos de vidas que, concretamente, ultrapassem o individualismo preconizado pelo sistema. Em outras palavras, a gente deveria agora distinguir de um lado a luta agenda, daquela dos indivíduos que tentam encontrar, nas suas atividades, a possibilidade de ser solidários e, por outro lado, a nova radicalidade, que significa o desenvolvimento concreto na vida de cada dia de modos de vida e de vínculos diferentes” (idem, p. 6-7).

Perante a maior crise de nossa época, tomando as suas distâncias com as tentações e os becos da pós-modernidade, a Geografia deve, ao mesmo tempo, trazer a sua contribuição à análise da nova radicalidade em emergência, para melhor redefinir o seu paradigma no sentido de uma filosofia da praxis. Mas, agora, vejamos, a seguir, como os geógrafos americanos, precisamente ditos “radicais”, apresentam hoje o problema.

3 – O ESPAÇO: DA REAFIRMAÇÃO CRÍTICA AO “THIRDSPACE” – E. SOJA

Já sabe-se bem que, desde 1989, Edward Soja preocupou-se da “reafirmação do espaço na teoria social crítica” (Soja, 1993)²⁴. Ele já era convencido que “há um extraordinário apelo por uma nova perspectiva crítica, por um modo diferente de ver o mundo, no qual a geografia não somente ‘tem importância’, como fornece a mais reveladora perspectiva crítica” (Soja, 1993, p. 33). Mas considerou também que só pode ser ao preço da emergência de “uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico sintonizado com os desafios políticos e teóricos contemporâneos” (idem, p. 13). Até afirmar:

“Essa geografia humana crítica reconstituída deve estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo [...] pelos trabalhadores explorados, pelos povos tiranizados e pelas mulheres dominadas” (idem, p. 93).

“Assim, a luta de classes (sim, ela ainda continua a ser uma luta de classes) precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial de exploração e dominação, a reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. E precisa incluir todos os que são explorados, dominados e ‘periferalizados’ pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio: os camponeses sem terra, a pequena burguesia proletarizada, as mulheres, os estudantes, as minorias raciais e também a própria classe trabalhadora” (idem, p.115).

Mas, ele insistia bastante em situar essa perspectiva – como se vê bem no título: *Geografias pós-modernas* – no contexto geral da “pós-modernidade” então vigente.

24. Ver: MARTIN, J-Y. 1997, p. 31.

Alguns anos mais tarde – em 1996 – Soja acha que durante muito tempo, os geógrafos, como os outros cientistas sociais, trataram o espaço como uma das duas maneiras seguintes: ora como formas materiais do “*firstspace*” [primeiro espaço] que pode ser medido e objetivamente traçado; ora como imagens mentais, pensamentos e seus significados subjetivos do “*secondspace*” [segundo espaço]. Portanto, Soja discute que há agora uma outra maneira de pensar sobre a geografia do espaço e do ser humano, um “*thirdspace*” [terceiro espaço] bem mais detalhado e complexo. “Eu defino *thirdspace* como outra maneira nas compreensão e ação para mudar a espacialidade da vida humana, uma modalidade distinta da consciência espacial crítica” (Soja, 1996, p. 10).

“Se *Firstspace* for explorado primeiramente com seus textos e contextos legíveis, e *Secondspace* com seus prevalecendo discursos representacionais, então a exploração do *Thirdspace* deve adicionalmente ser guiada por alguma forma de praxis potencial de emancipação, a tradução do conhecimento na ação – e conscientemente espacial – num esforço consciente de melhorar o mundo” (idem, p. 22).

Soja segue o desenvolvimento desta idéia do *thirdspace* desde as obras pioneiras de Henri Lefebvre e os trabalhos de Michel Foucault, até os escritos culturais críticos atuais, tais como Bell Hooks²⁵ e Homi Bhabha²⁶. Segundo ele, a multiplicidade dos “outros espaços” que “a diferença faz” define uma “política cultural nova da diferença e da identidade”, uma “subjetividade espacial radical”, com a margem, os interstícios e a periferia como “espaços da abertura radical”. Ora há de sublinhar a estratégica de diferença do *thirdspace*, sua flexibilidade em tratar das formas múltiplas da opressão e da desigualdade, e sua relevância à política contemporânea:

“A dimensão espacial de nossas vidas nunca foi de uma relevância prática e política mais grande do que hoje. Meu objetivo em *Thirdspace* é incentivá-lo pensar diferentemente sobre os sentidos e o significado do espaço”(1).

Thirdspace é enraizado numa perspectiva de recombinação radicalmente aberta, interjogando outros dados nas escolhas:

“Tudo vem junto em *Thirdspace*: subjetividade e objetividade, o abstrato e o concreto, o real e o imaginado, o conhecimento e o inimaginável, o repetitivo e o diferencial, a estrutura e o agenciamento, a mente e o corpo; a consciência e o inconsciente, o disciplinado e a transdisciplinaridade, a vida do cada dia e a história sem-fim” (idem, p. 56-57).

Com a sua busca para esferas mais largas da participação no mundo do cotidiano e nas possibilidades da ação social em toda parte no mundo, do pessoal ao planetário, o *thirdspace* cria novos locais da diferença, para esforços e para a formação de comunidades interconectadas, não-excludentes e múltiplas da resistência radical a todas as formas de subordinação hegemônica.

“Aqueles que são territorialmente subjugados pelos funcionamentos da potência hegemônica, têm duas escolhas inerentes: qualquer um aceita sua diferenciação e divisão impostas, fazendo o melhor dele; ou mobilize-se para resistir; desenhando em cima de seu posicionamento putativo, sua ‘outraneidade’ atribuída, e esforçar-se ao encontro a esta imposição potência-enchida. Estas escolhas são reações inerentes e respostas espaciais, dos indivíduos e das coletivas, aos funcionamentos requisitados para a

25. Notadamente: HOOKS, Bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

26. BHABHA, Homi K. *The location of culture*. New York/London: Routledge, 1994.

potência nos espaços percebido, concebido e vivido. Os resultados desta diferenciação socioespacial, divisão, encerramento e lutas, são cumulativamente concretizados e conceitualizados em práticas espaciais, nas representações do espaço, e nos espaços da representação, porque todos os três estão formados sempre profundamente pelo funcionamento da potência. É útil ver estas pressuposições, processos da produção social, e resultados dos funcionamentos da potência como confrontados, histórica e geograficamente, ao *desenvolvimento desigual*: formação espaço-temporal composta e dinâmica de diferenças sociais, construídas em muitas escalas espaciais diferentes, do corpo e da casa, à nação e à economia mundial” (p. 87, grifos do autor).

Mas, de novo, se Soja aprofunda sua análise do *thirdspace*, no sentido de uma tal radicalidade crítica, resta sempre no cerne de um “pós-modernismo de resistência” (p. 52); para criar uma “pós-moderna geografia alternativa de escolha política e radical abertura” (p. 63); e para “o desenvolvimento de um pós-modernismo radicalmente aberto e abertamente radical” (p. 92). Parece assim bem claro que E. Soja não quer nitidamente sair da problemática de uma recorrente “pós-modernidade”.

4 – O “ESPAÇO – UTOPISMO” DOS “ESPAÇOS DA ESPERANÇA” – D. HARVEY (2000 E 2001)

Não é precisamente o caso de David Harvey, que descreve para começar o discurso que ele chama de “pós-moderno”, como dominado de um lado pelos conceitos da “globalização”, e de outro lado do “corpo”. Ele sublinha, entretanto, que pouco esforço sistemático foi feito para conectar melhor estes dois regimes discursivos que residem em um ou outro extremos das escalas que “nós podemos usar para compreender a vida social e política”. É precisamente uma tal tentativa de estabelecer uma conexão entre os dois, que é no alvo dos “espaços da esperança”. A motivação de Harvey para fazer essa tentativa é explicitamente política. É crítico do conceito da globalização porque não deixa nenhuma esperança para a mudança, afirmando que “não há alternativa”.

Na vista de Harvey, a resistência não pode tomar o seu ponto de partida em alguma noção unificada como “o trabalhador”, nem a “potência do trabalho”, mas deve derivar-se da particularidade do corpo individual. Melhor que nas escalas unificadas da “classe trabalhadora” ou dos “poderes da globalização”, todas as lutas novas tomam lugar entre a microescala do corpo e a macroescala da economia global. “Globalização é o mais macro de todos os discursos disponíveis para nós, quando ‘o corpo’ é certamente o mais micro dos pontos de vista para compreender a obra da sociedade” (Harvey, 2000, p. 15). Daqui, é necessário construir uma dialética da política capaz de arbitrar entre as diferentes escalas espaciais.

Harvey argumenta que a globalização, quando vista como um processo, está estritamente ligada à necessidade do capitalismo de uma reorganização geográfica contínua como resposta a seus crises e impasses. Em sua tentativa de formular uma teoria do “desenvolvimento geográfico desigual”, Harvey indica a necessidade de fundir o que ele chama a “produção da escala”, com a “produção da diferença geográfica”.

“Os seres humanos produzem tipicamente uma hierarquia aninhada dentro das escalas espaciais, com que organizar suas atividades e para compreender seu mundo. As casas, as comunidades, e as nações são os exemplos óbvios ou as formas organizacionais contemporâneas que existem em escalas diferentes. [...] O caso das mudanças de territorialização mostram claramente que não há nada ‘natural’ a proposto das limites políticas, mesmo se condições naturais puderam jogar um qualquer papel na sua definição. Territorialização é, no final, um resultado de esforços políticos e decisões, feitos em um contexto das condições tecnológicas e político-econômicas” (idem, 2000, p. 75).

E do mesmo modo, as diferenças geográficas não expressam simplesmente heranças histórico-geográficas, mas são também o resultado dos processos político-econômicos e socioecológicos atuais. Muitas vezes hoje, análise teórica e ação política tendem a focalizar as diferenças em uma escala só, como é expressado pelo hegemonia atual da escala global no discurso. Uma teoria do “desenvolvimento geográfico desigual”, na outra mão, focalizando as diferenças geográficas em muitas escalas diferentes, e relacionando essas escalas diferentes a cada uma delas, possui o potencial, não somente para uma compreensão melhor dos processos em cada escala, mas também para a libertação da ação política.

Tanto quando “possibilidade tem uma reputação ruim”, não há nenhuma esperança, e sem esperança a política alternativa torna-se impossível. Harvey chama conseqüentemente a uma revitalização da tradição utópica, como uma maneira para pensar alternativas reais. O que ele está buscando, é um “utopismo espacio-temporal”, assim como dialético, que reconhece a existência e a persistência relativa de processos sociais e de suas instituições, mas ousa também formular alternativas socioespaciais; que sejam enraizadas em nossas possibilidades atuais, ao mesmo tempo que aponta uma trajetória diferente para o “desenvolvimento geográfico humano desigual”.

A ação política tem assim que ocorrer através de diversas escalas no tempo e no espaço. O mais importante, entretanto, quando pensamos sobre um futuro alternativo, diz Harvey, é “mergulhar no desconhecido”: nós devemos “conhecer a coragem de nossas mentes” e – melhor que ser meramente “objetos da geografia histórica” – ser sujeitos ativos “puxando conscientemente possibilidades humanas para seus limites”.

Como um dos argumentos principais dos “espaços das esperanças” é que o pensamento utópico deve ser dialético e pluralista, e enraizado na realidade social contemporânea. “Acredito que a concepção de um desenvolvimento geográfico desigual pode ser útil em ordem de apreciar as tarefas e as potencialidades políticos inerentes aos particulares múltiplos movimentos militantes de oposição que gritam de todas partes para ser combinados” (idem, p. 82-83). Segundo ele, hoje:

“Há tempo e lugar no esforço humano sem fim para mudar o mundo... Acredito que nos estamos precisamente em tal momento” (idem, p. 195).

“A tarefa é então definir uma alternativa, não nos termos de algum forma espacial estática, nem mesmo algum processo emancipador aperfeiçoado. A tarefa é puxar junto um utopismo espacio-temporal – um utopismo dialético – que é enraizado em nossas possibilidades atuais ao mesmo tempo que é o ponto de partida para diferentes trajetórias para ir além do desenvolvimento geográfico desigual humano” (idem, p. 196).

“Alguma alternativa radical para ter êxito [...] deve achar jeito para negociar entre a segurança conferida para instituições fixas e formas espaciais de um lado, e de outro lado a necessidade de restar aberta e flexível em relação as novas possibilidades socio-espaciais. [...] A perspectiva de uma permanente revolução (por exemplo, na produção das formas espaciais) deve conseqüentemente estar adicionada a aquela de uma longa revolução com que nos alcançamos os princípios de um utopismo espacio-temporal dialético (idem, p. 243).

Mas, o que deve estar bem claro, conforme Harvey, é que jamais nenhuma alternativa a forma contemporânea da globalização nos será entregue “do alto”. Terá que vir dentro dos espaços locais múltiplos que reúnem-se num largo movimento.

“É aqui que as contradições enfrentadas pelos capitalistas, quando procuraram pelo aluguel do monopólio, atingem algum significado estrutural. Procurando até negociar valores da autenticidade, da localidade, da história, da cultura, das memórias coletivas e da tradição, abrem novos espaços para o

pensamento e a ação políticos, dentro de que as alternativas podem ser planejadas e perseguidas. Esse espaço merece intensas exploração e cultivo da parte dos movimentos de oposição. É um dos espaços da esperança chave para a construção de um tipo da alternativa a globalização” (Harvey, 2001, p. 410-411).

É também tempo para relegitimar a Geografia e recapturar suas possibilidades de emancipação. Isto é, certamente, a idéia mais forte das “idéias fortes” que uma “Geografia crítica” pode articular neste momento difícil em nossa história (idem, p. 233).

Bibliografia

- BENASAYAG, Miguel; SCAVINO, Dardo. *Pour une nouvelle radicalité, pouvoir et puissance en politique*. Paris: Ed. La Découverte, 1997. (Coll. Armillaire)
- BENASAYAG, Miguel; SZTULWARK, Diego. *Du contre-pouvoir, de la subjectivité contestataire à la construction de contre-pouvoirs*. Paris: Ed. La Découverte, 2000. (Coll. Cahiers-Libres)
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux 2*. Paris: Ed. Raisons d’Agir, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Caminhos da Geografia)
- CASTELLS, Manuel. *Le pouvoir de l’identité, de L’ère de l’information, Fayard*, Paris: 1999. t. 2
- CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DAMIANI, Amélia Luísa (org.). *O espaço no fim de século, a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Novas Abordagens – GEOUSP)
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.
- FOUCAULT, M. *De outros espaços*. [s. l.]: Diacritics, 1986.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- HARVEY, David. *Spaces of Capital, Towards a Critical Geography*. New York: Routledge, 2001.
- KLEIN, Juan-Luis et al. (dir.). *Au-delà du néolibéralisme, quel rôle pour les mouvements sociaux*. Québec: Presses Université du Québec, 1997. (Coll. Etudes d’Économie Politique)
- KLEIN, Juan-Luis; LAURIN, Suzanne (dir.). *L’éducation géographique, formation du citoyen et conscience territoriale*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1998. (Coll. Géographie Contemporaine)
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l’espace*. Paris: Ed. Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique*. Paris: Ed. Messidor, 1986.
- MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*. São Paulo, n. 19/20, p. 26-41, 1997.
- MARTIN, Jean-Yves, *Identités et territorialités dans le Nordeste brésilien, le cas du Rio Grande do Norte*. Villeneuve d’Ascq: Ed. Septentrion, 2000.
- MARTIN, Jean-Yves. *Les Sans-Terre du Brésil, géographie d’un mouvement socio-territorial*. Paris: Ed. l’Harmattan, 2001.
- SANTOS, Milton. *Pour une géographie nouvelle, de la critique de la géographie à une géographie critique*. Paris: Publisud, 1984.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SHIELDS, Rob. *Lefebvre, love and struggle, spatial dialectics*. London/New York: Routledge, 1999.
- SOJA, Edwards W. *Geografias pós-modernas, a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.
- SOJA, Edwards W. *Thirdspace, journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places*. Malden/Oxford: Blackwell, 1996.
- VANIER, Martin (Ed.). *Agir local, penser global, les citoyens face à la mondialisation*. Paris: ATTAC/Fayard, 2001.
- WACKERMANN, Gabriel. *Géographie humaine*. Paris: Ed.Ellipses, 2000. (Coll. Universités)

Análisis comparado de movimientos sociales: MST, Guatemala y España

Compared analysis of social movements:
MST, Guatemala and Spain

Análise comparada de movimentos sociais:
MST, Guatemala e Espanha

Ángel Calle

Universidad Carlos III de Madrid, España.

Resumen

Este artículo persigue dos objetivos. El primero es realizar un análisis comparativo de tres movimientos sociales que se desarrollan en tres contextos políticos diferentes: la Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (RCADE) en España, el movimiento de derechos sociales e indígenas en Guatemala y el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) en Brasil. El segundo es, sobre la base de estos análisis, reflexionar sobre cuestiones epistemológicas en el análisis de los fenómenos de movilización social: ¿qué son? ¿qué relación existe entre conflicto y movilización social? ¿cómo representan los movimientos sociales los conflictos? ¿qué factores culturales y estructurales condicionan la evolución de un movimiento social?

Palabras clave

Movimientos Sociales – Acción Colectiva – RCADE – MST.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 37-58	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

This article has two main goals. Firstly, we are going to carry out a comparative analyse among three social movements that take place in three different political contexts: Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (Citizens network for the abolition of foreign debt, RCADE) in Spain, the social movement for the civil and mayan rights in Guatemala and the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) in Brazil. Secondly, we are going to reflect about some key questions about theoretical perspectives to analyse social movements: what they are? which relation is established between conflict and social action? which cultural and structural factors condition the evolution of a social movement?

Keywords

Social Movements – Collective Action – RCADE – MST.

Resumo

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma análise comparada de três movimentos sociais que se desenvolvem em três contextos políticos diferentes: a Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (RCADE), na Espanha; o movimento de direitos sociais e indígenas, na Guatemala e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil. O segundo é, a partir dessa análise, refletir sobre questões epistemológicas na análise dos fenômenos de mobilização social: o que são? que relação existe entre conflito e mobilização social? como os conflitos são representados pelos movimentos sociais? quais fatores culturais e estruturais condicionam a evolução de um movimento social?

Palavras-chave

Movimentos sociais – Ação Coletiva – RCADE – MST.

1 – Introducción

Este artículo persigue dos objetivos. El primero es realizar un análisis de la movilización social en tres contextos políticos diferentes: España, Guatemala y Brasil. Desde España tomaremos como referencia la Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (RCADE), organización social de la cual el autor forma parte. La RCADE organizó el 12 de marzo de 2000 una consulta social (en paralelo a las elecciones oficiales a la presidencia del país que se estaban celebrando) en la que, básicamente, se preguntaba a la ciudadanía si estaba a favor o en contra de la abolición de la Deuda Externa¹. Contó con la participación para su organización con más de 23.000 voluntarios. Más de un millón de ciudadanos se acercan a las urnas con objeto de manifestar su opinión acerca de la abolición de la deuda externa, mostrándose favorables más del 95% de ellos. Todo un “éxito” teniendo en cuenta la intervención policial para el desmantelamiento de la mayoría de mesas electorales.

En Guatemala, analizaremos el movimiento campesino cuyas reivindicaciones, y con ellas en ocasiones las organizaciones, se sitúan en dos frentes: los derechos sociales básicos y el reconocimiento de los derechos del pueblo maya. Éste último conflicto nos llevará en ocasiones a establecer comparaciones con el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) habida cuenta de que se comparten muchos de los problemas sociales que se denuncian. En 1997 se firmaban los Acuerdos de Paz que ponía fin a décadas de enfrentamiento armado entre la guerrilla y el gobierno en Guatemala. Aún así, como veremos, muchas de las secuelas del conflicto permanecen, en particu-

1. Dos eran los objetivos básicos de la consulta. El primero, sensibilizar a la ciudadanía con el tema de la Deuda Externa. El segundo, realizar un acto de desobediencia civil (realizar actos políticos en días de elecciones) para reclamar una democracia participativa. Ver www.rcade.org para más información.

lar la que atañe a los derechos del pueblo indígena, el cual, a pesar de representar el 60% de la población se encuentra padeciendo una gran exclusión cultural, económica y política en aquel país centroamericano.

Por último, el Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos servirá como referencia ilustrativa de un movimiento latinoamericano con gran proyección tanto nacional e internacional, y sobre el que desarrollaremos gran parte de nuestro análisis.

Son tres contextos sociales. Tres movimientos distintos. Dos movimientos situados en los denominados países empobrecidos, donde las desigualdades económicas son un acicate para la organización de protestas, pero donde, al mismo tiempo, las oportunidades políticas y mediáticas están severamente restringidas. Por el contrario, la RCADE pertenece al llamado Norte, donde los conflictos se desarrollarán en un campo más simbólico, habrá más recursos y espacios para organizarse en contra de las elites, aunque los conflictos, desde un punto de vista material, serán menos intensos. Sin embargo, ¿qué une a estos movimientos? ¿qué los separa? Tomaremos al MST como hilo conductor de nuestra investigación para realizar las comparaciones oportunas.

El segundo de los objetivos, y que pasamos a abordar seguidamente, es profundizar en algunas cuestiones epistemológicas del análisis de la movilización social².

2 – El análisis de la movilización social

Hasta la década de los 70 las escuelas sociológicas abordaban el análisis de los movimientos sociales desde dos perspectivas fundamentales. Por un lado, el enfoque marxista tradicional situaba la acción política como consecuencia de las condiciones de existencia de las relaciones económicas que se dan en una sociedad (Zemelman, 1987). Por otro lado, escuelas primordialmente radicadas en los Estados Unidos abordaban la cuestión desde los esquemas del comportamiento colectivo: el sistema social producía tensiones o bien los individuos presentaban un comportamiento que no cuadraba con las reglas existentes en la sociedad (ver Riechmann y Fernández, 1995, p. 18-19).

El surgimiento de movimientos sociales en las décadas de los 60 y los 70, aparentemente desligados de las viejas esferas de movilización política e introduciendo nuevas problemáticas sociales (feminismo, ecologismo, pacifismo y movimientos de minorías como los de Martin Luther King), obligan a replantearse ciertos postulados a los sociólogos. No obstante, junto a estas “nuevas” formas de acción social, que se desarrollan primordialmente en el llamado Norte, permanecen aún muy vivos espacios de lucha política y realidades sociales que se comprenden mejor desde la dialéctica materialista apuntada por pensadores marxistas: tal es el caso de los movimientos revolucionarios en América Central, como también las luchas campesinas, sindicalistas y contra la dictadura desarrolladas en Brasil desde mediados del siglo XX.

¿Desde qué paradigma analizar entonces la movilización social? Desde nuestra perspectiva la movilización social ha de ser entendida como la expresión colectiva de un conflicto. Este conflicto tiene sus raíces en un ámbito estructural (más profusamente analizado en la literatura marxista), cultural (feminismo, también parcialmente en el origen de levantamientos indígenas en Guatemala, México o Ecuador) o de relaciones con la naturaleza (ecologismo, también movimientos indígenas). Ahora bien, los conflictos no son expresados de manera unívoca. Así, el conflicto campesino (la reivindicación social para la supervivencia cultural y económica del pequeño agricultor) es vivido de manera diferente en Europa (donde tiene una expresión fundamentalmente económica) que, por ejemplo, en comunidades mayas, donde la tierra representa una identidad histórica y comunitaria para los individuos: el lugar donde yacen sus ancestros.

2. Para una mayor profundización en el análisis epistemológico de los movimientos sociales ver Calle (2000).

La existencia no crea automáticamente conciencia, ni un conflicto estructural se expresa de la misma forma desde distintas realidades socioculturales, como criticara Weber (1946, p. 215) a Marx. Los conflictos, por tanto, han de ser representados para que puedan adquirir “existencia” en el espacio *sociedad*. Esta representación o *sentido* de un movimiento social se construye en espacios de socialización compartidos por los integrantes del movimiento, de ahí que el contexto sociocultural impulse a elaborar sentidos propios sobre conflictos específicos³. Esta perspectiva cognitiva ha de verse como complementaria de perspectivas estructuralistas, y no antagonica, como tradicionalmente venía ocurriendo. La realidad proporciona las *razones objetivas* del conflicto, mientras que los movimientos sociales construyen, desde sus *razones subjetivas*, el sentido que permite identificar y enfrentarse a ese conflicto.

Así, la estructura social (sobre todo en el proceso de desarrollo actual del capitalismo bajo el paradigma de las políticas neoliberales, o del proceso histórico que constituyen las relaciones de dependencia económica y sociocultural Norte-Sur) seguirá siendo fuente permanente de conflictos, independientemente de que estos conflictos lleguen a explicitarse o no, o de que sean representados de manera diferente por diversos actores sociales.

3– El conflicto y su representación

Los movimientos sociales construyen sus representaciones del conflicto en torno a una serie de *valores* éticos que motivan a los individuos a intervenir conjuntamente en la transformación de la realidad. Inspirados por estos valores los individuos elaborarían conjuntamente *marcos de significado* para aprehender el conflicto social en toda su dimensión. Los marcos de significado estarían constituidos por un *diagnóstico* de la realidad social (qué y cómo acontece, cuáles con las causas, quién es responsable) y una *propuesta* para superar esa realidad con la que el movimiento no se siente satisfecho (reforma agraria, abolición de la Deuda Externa, etc.)⁴.

Sobre esos marcos de significado el movimiento social elabora sus *marcos de acción*: ¿mediante que praxis se va a poner en evidencia y se va a superar eventualmente el actual orden social? Y por último, todo estos marcos (de acción y de significado) han de ser elaborados en un *espacio de interacción*: los encuentros, los espacios de comunicación (políticos y culturales), la estructura organizativa y las propias acciones contribuirán a la conformación de identidades sociales compartidas y a la elaboración de representaciones del conflicto y de acciones para superarlo.

Así pues, valores, marcos de significado y de acción constituyen el sustrato de representación del conflicto. A continuación recorreremos la representación que construyen al respecto los tres movimientos.

3.1 – LOS VALORES

Con respecto a los valores, el MST nos hablará de “socialismo y humanismo” como principios que han de regir la construcción de una nueva sociedad en la que deberán imperar “la justicia social y la igualdad de derechos económicos, políticos, sociales y culturales”, procurando tam-

3. Desde los 70 ha cobrado especial relevancia el *enfoque cognitivo* en el estudio de los movimientos sociales: movimientos sociales como productores de conocimiento y de identidades compartidas. En este enfoque, que hunde sus raíces últimas en la perspectiva sociológica de Weber (1958) sobre la acción social, destacaríamos los trabajos de Melucci (1996), Snow y Benford (1988), Eyerman (1991) y Castells (1986: 446-7, 1998: 92-3). Particularmente relevante para nuestro estudio será el análisis realizado por Fernandes (1999: 229 y ss.) sobre la construcción de discursos por parte del MST en sus “espacios interactivos” más prominentes: campamentos y asentamientos.

4. Ver Snow y Benford (1988) y Calle (2000) para una profundización en el concepto de marcos de significado.

bién “combatir todas las formas de discriminación social y buscar la participación igualitaria de la mujer”⁵.

A diferencia del MST, la RCADE no explicita valores ideológicos, tales como “socialismo”, fruto principalmente de la heterogeneidad política de sus integrantes, de su estructura organizativa como red de nodos ciudadanos, y de su corta existencia. En el ideario de la RCADE podemos leer:

“La Red lucha contra la pobreza e injusticia en sus orígenes, es decir, las estructuras, y no detenerse en sus efectos. [...] La Red en sí misma es una crítica del funcionamiento de las instituciones y organizaciones actuales y la búsqueda de un sistema alternativo para un mundo justo y solidario. [...] Somos parte de los movimientos sociales internacionales en la lucha contra la exclusión. [...] La acción de la Red por la democracia participativa es parte de su esencia y es una de las formas de lucha por el cambio de estructuras.”⁶

Siendo la RCADE un movimiento social del Norte subraya como parte de su identidad su compromiso internacionalista además de la crítica común en los nuevos movimientos sociales hacia el sistema institucional y político⁷. Por el contrario, movimientos y organizaciones sociales campesinos de Guatemala, o el propio movimiento zapatista y las organizaciones indígenas que lo conforman, compartirían valores positivos de solidaridad y justicia, pero subrayando, en diferente grado según el colectivo, que la interpretación de los mismos se realiza sobre la base de la cultura maya⁸. Por ejemplo, el EZLN manifiesta como puntos esenciales de su lucha el reconocimiento de los pueblos indios como sujetos de derecho público, la elección de autoridades de acuerdo a sus prácticas ancestrales, el derecho de asociación regional, etc. En la misma página web del EZLN podemos leer que “el territorio tiene un sentido histórico y cultural que no puede ser disociado de la existencia de los pueblos indios como tales”⁹.

3.2 – LA REPRESENTACIÓN DEL CONFLICTO

¿Qué representaciones sobre el conflicto social construyen los tres movimientos? Para el MST, la reivindicación de una reforma agraria (*propuesta*), pasa por un *diagnóstico* centrado en la dialéctica de lucha de clases campesino-terrateniente, y que en un ámbito más global se sitúa en la dinámica explotadores-explotados¹⁰. El marco de acción más notorio es la ocupación de tierras como medida de presión sobre las instancias gubernamentales y obtener así la “tierra prometida” sobre la que empezar una nueva vida, y eventualmente continuar con la lucha (“ocupar, resistir, producir” como emblema más presente en los mensajes del MST). Según Stedile (2000, p.132-135), dirigente del MST, la ocupación “obliga a todos los sectores de la sociedad a manifestarse en contra [...] la ley viene después del hecho social, nunca antes”.

5. Ver documentación del IV encuentro del MST de agosto de 2000 en www.mst.org.br, y en revista *OSAL* n. 2 septiembre 2000. Ver también un análisis de la evolución de estos principios políticos en Fernandes (1999, p. 79).

6. Ver ideario elaborado tras el III Encuentro de abril de 2000 en www.rcade.org.

7. Ver Offe (1992: 162 y ss.). Las movilizaciones sociales en torno a contra-cumbres del Banco Mundial, G-7, etc. ponen en evidencia no sólo la crítica al sistema capitalista de estos movimientos, sino también la desconfianza hacia el medio institucional: ONGs, sindicatos y partidos no suelen formar parte de muchos de los actos que tienen lugar en Europa.

8. Ver Bastos y Camus (1996: 169 y ss.) para una ilustración de la convergencia y divergencia en torno a valores y marcos de significado de organizaciones populares en Guatemala, según se inclinan más hacia perspectivas que se apoyan en los derechos humanos o en los derechos como pueblo indígena.

9. Ver comunicado del EZLN del 29 de abril de 2001 y artículo de Ana Esther Ceceña en www.ezln.org (tomado 14/6/2001).

10. Como principios del MST figura “1. Construir una sociedad sin explotadores ni explotados, donde el trabajo tenga supremacía sobre el capital; 2. La tierra es un bien de todos debe estar al servicio de toda la sociedad”.

La asignatura que todo movimiento social pretende aprobar es la reintegración de la justicia en las normas sociales y jurídicas existentes, poniendo en primer lugar de relieve la contradicción que existe entre dicha justicia social y la legalidad vigente¹¹. De ahí también la búsqueda de la desobediencia civil practicada por los movimientos de solidaridad global (también referidos por la prensa como “anti-globalización”) en cumbres vinculadas al Banco Mundial (Praga septiembre 2000, Barcelona, junio 2001) o de la Organización Mundial del Comercio (Seattle, 1999). Pero a diferencia de grupos como RCADE, que protagonizó una sentada en las escaleras del Congreso en noviembre de 2000 (recibiendo una fuerte carga policial con cientos de heridos y que obligó al ministro de interior a contestar una pregunta sobre dicha actuación), el MST encuentra en esta forma de desobediencia la reintegración de facto de la justicia a las normas sociales: la ocupación es el diagnóstico y la propuesta llevada a cabo; la ocupación pone en evidencia la injusticia que se denuncia y al mismo tiempo constituye la “solución” que el movimiento social plantea al conflicto sobre acceso a tierras.

Así mismo, la ocupación permite la retroalimentación de la puesta política: es un espacio interactivo que permite incorporar a nuevos militantes, y lo que es más importante, sirve como espacio de socialización en una cultura política crítica que, precisamente, no es la que se impulsa en los entornos de socialización habituales de nuestras sociedades (trabajo, familias, medios de comunicación, escuelas). Los acampados suelen convivir con núcleos estables de familias durante años. De ahí, no sólo la solidaridad, sino también la formación política (vía participación asamblearia, colaboración en actos y marchas, organización de la vida en el campamento, información y acceso a documentación del MST), ya que como muchos acampados declaraban textualmente en las entrevistas de campo realizadas “esto es como una escuela”¹². La socialización es tan fuerte que se habla en términos de “morir por este proyecto”, y si bien la mayoría de acampados y acampadas puede que abandonen la lucha política tras la consecución de tierras, es también norma que un número reducido de ellos y ellas renuncien a la posibilidad de asentarse para seguir colaborando en esa lucha, o para seguir realizando su proyecto personal de sociabilidad: “mismo si tomo lote dejo a mis hijos y vuelvo a mi lona negra”, declaraba una coordinadora de grupo. La explicación de esta socialización no reside sólo en las actividades de debate y de concienciación política. La llegada a un nuevo campamento (suelen desplazarse al cabo de unos meses por razones tácticas o por despejes policiales) supone la construcción de un nuevo espacio físico común: pozos, letrinas, barracas comunes, aparte de las labores rutinarias que desarrollan los equipos de salud e higiene, vigilancia, abastecimiento, etc. La ocupación es, por tanto, marco de significado, marco de acción y espacio intenso de socialización. Esta socialización disminuirá de intensidad al asentarse las familias debido a que muchos y muchas consideran alcanzados bastantes objetivos de su lucha, y sobre todo, a que en la mayoría de los casos se desarticula la red de solidaridad que unía a las familias en sus tareas cotidianas.

De manera similar, en las comunidades indígenas de Guatemala, la movilización social deberá mucho a la existencia de espacios interactivos cotidianos como son las propias comunidades. Sobre esos espacios físicos, se ha asegurado la transmisión de una cultura que durante 500 años ha estado bajo presión de las elites dominantes. Estos espacios interactivos fueron “activados” para la lucha política, en parte, con la ayuda de agentes “externos”: tal fue el caso de las comunidades de base de la Iglesia católica durante los años 60 y 70, una teología de la liberación que en Brasil serviría de paraguas organizativo y concientizador; o las cooperativas rurales en Guatemala alenta-

11. Para Melucci (1996: 25-28) un movimiento social es “toda forma de acción colectiva que (i) invoca solidaridad, (ii) pone de manifiesto un conflicto y (iii) conlleva una ruptura de los límites de compatibilidad del sistema en el cual tiene lugar la acción.”

12. Todas las entrevistas de campo realizadas entre los meses de abril y junio de 2001.

das desde la Agencia Internacional para el Desarrollo a finales de los 60, y que sirvieron para elevar los marcos de significado sobre los problemas en el campo (ver CEH, 1999, cap. I).

Así, en el caso de Brasil, las comunidades de base católicas “se constituían en un espacio de socialización política, donde las familias se reunían para conocerse, y pensar su papel en la sociedad” (Fernandes, 1999: 72). Desde ahí, los campesinos y las campesinas de Brasil fueron “elevando” el nivel de representación y de delimitación de sus problemas para comenzar reclamando “1. legalización de tierras ocupadas por los trabajadores” (encuentro fundacional del MST en 1984) hasta llegar a demandar diez años después no sólo un programa completo de reforma agraria sino también toda una sociedad “donde el trabajo tiene supremacía sobre el capital” (ver Fernandes, 1999, p. 72)¹³.

La capacidad de presión y de manifestación del conflicto por parte de las comunidades indígenas de Guatemala será bastante inferior, a pesar de que en términos de desigualdades sociales la situación de pobreza sea más extrema que en Brasil, alcanzándose en algunas regiones un porcentaje de analfabetismo del 95% y una mortandad infantil del 123 por mil (PNUD, 1998). Los marcos de acción de mayor presión en Guatemala se encuadran más en torno a marchas, manifestaciones y esporádicamente alguna ocupación de predios públicos; particularmente importante para el desarrollo del movimiento indígena fue la campaña 500 años de Resistencia, cuyo encuentro en 1992 en Xela (Quetzaltenango) convocaría a 100.000 personas y a cientos de representantes de comunidades indígenas de todo el continente americano. Entre las razones del menor avance de determinadas propuestas del movimiento campesino en Guatemala situaríamos el hecho de que éstas se basan, al igual que en México, en aspectos políticos que proponen reafirmar los derechos ancestrales de los pueblos mayas, lo que pone en tela de juicio el propio Estado de Derecho y las prerrogativas económicas de las elites de aquel país. Además, la impunidad sigue siendo moneda corriente, y aún está en pie toda una cultura del terror desatada bajo el genocidio perpetrado por el general Ríos-Montt a principios de los 80, y que resta credibilidad y persuasión a toda movilización social: meterse en política equivale prácticamente a declararse “comunista” o “guerrillero”, lo que en Guatemala está frecuentemente asociado a recibir una condena de muerte.

A diferencia de los movimientos sociales anteriores, los nuevos movimientos en Europa están aún intentando reconstruir visiones globales del mundo, marcos de significado que puedan orientar su acción social e incentivar (ética e instrumentalmente) la participación en los mismos. El descrédito de la política tradicional supuso el descrédito de las ideologías y por ende (en una asociación que constituye un serio obstáculo para la movilización social) de todo pensamiento político. La falta de espacios de socialización entre estos nuevos movimientos, como es el caso de la RCADE, les impide progresar en la creación de un espacio interactivo. Internet es, en estos casos, un enemigo más que un aliado: salvo excepciones, no permite debate de ideas, y no ayuda a construir un “nosotros” que ha de basarse forzosamente en un intercambio real de discursos, e incluso de emociones.

Como consecuencia de todo ello, encontramos a muchos de estos movimientos sociales más pendientes de la acción que de la elaboración y de coordinación de alternativas sociales que supongan un desafío al orden social. Ciertamente se critica ferozmente a la globalización neoliberal, reclamando una Tasa Tobin, la abolición de la Deuda Externa y una carta de derechos sociales común a todo Europa, por poner algunos ejemplos. Pero la heterogeneidad de estas redes (donde

13. No obstante, dependiendo del espacio de interacción la explicitación de estos marcos de significado será más o menos compleja. En los campamentos, los propios mítines y las discusiones de asamblea, refuerzan como sentido de la lucha el enfrentamiento entre *sem terra* y *fazendeiros-jagunços*. Cuando los entrevistados desempeñaban labores de coordinación, en el propio campamento o en el MST, el discurso incluía actores y conceptos como neoliberalismo, explotados, lucha de clases, indicando una mayor profundización ideológica del sentido social de la acción.

conviven socialdemocracia, comunismo y anarquismo fundamentalmente) en unos casos, y la atracción de la acción (consecuencia en parte del descrédito de las grandes narrativas políticas y de los actores sociales institucionalizados), llevan a primar el “no” sobre la propuesta. Ejemplo de ello, no obstante, puede ser también lo acontecido en el I Foro Social Mundial: la heterogeneidad de los participantes (política y culturalmente), la diversidad de conflictos políticos desde los que cada uno observaba el mundo, entre otras razones, mostraron cuán difícil puede ser la coordinación cuando no existen espacios interactivos que nutran un sentido común de la acción social.

4– Enfrentamientos reales y simbólicos: movimientos sociales contra las elites

Los movimientos sociales se enfrentan primordialmente a un poder (económico, político y cultural) establecido, situando a un sector definido de dicho poder como actores responsables de la situación social que se denuncia. Tanto para los movimientos revolucionarios como para el movimiento obrero tradicional el tablero de enfrentamiento por ellos definido (a través de la lucha armada y las huelgas y manifestaciones, respectivamente) está esencialmente constituido por “fuerzas reales”: se ejerce una presión directa, material, para que el otro cambie o vea alterada su posición política.

En los nuevos movimientos sociales, o en las nuevas formas de acción social y política, en las que situaríamos al MST, a la RCADE y al movimiento social de Guatemala, el escenario de confrontación se visibiliza principalmente a través de “fuerzas simbólicas”: en primer lugar, el alcance del actual universo de comunicación y cultura (internet, medios de comunicación, literatura, cine y música, etc.) obliga a que los distintos actores sociales tengan que “representar” su visión del conflicto dentro de este universo; en segundo lugar, los actores sociales tratarán de conquistar espacios socioculturales que sostengan los valores y los mensajes de cada uno de dichos actores (a través de campañas dirigidas a: potenciales integrantes o simpatizantes del movimiento social, centros de difusión de cultura y pensamiento como universidades, grupos de intelectuales o artistas, los propios medios de comunicación, etc.). Por otra parte, salvo casos como el EZLN en México, el enfrentamiento directo bajo amenaza de emprender o responder mediante acciones violentas se descarta. El control de los Estados (militar y eventualmente mediático) hace poco razonable la imposición de nuevos órdenes sociales, además de infringir determinados valores y paradigmas de la acción social de muchos de estos nuevos movimientos sociales: democracia radical, convencer y no imponer, desafío de valores militaristas o que engendre violencia¹⁴.

Así, estos movimientos sociales buscarán cada vez más realizar acciones sociales más llamativas y participativas que puedan simbolizar el conflicto y sus propuestas para la superación del mismo. Tal sería el caso de las ocupaciones del MST como diagnóstico-solución la reforma agraria, o de la consulta de la RCADE como diagnóstico-solución a la falta de una democracia real. En ambos casos se persigue hacer partícipe a la ciudadanía de la acción, poniendo al mismo tiempo en evidencia la naturaleza del conflicto y cómo su “resolución” contraviene el orden establecido, proyectando así hacia la ciudadanía un mensaje “simbólico”: la justicia no es posible en el actual orden social. Por su parte, los actores nombrados como responsables del conflicto trabajarán a su vez en presentar las acciones de estos movimientos sociales como contravinentes de un orden necesario: son movimientos atrasados o “paleolíticos”, cuya utopía representa caos e injusticia,

14. El acceso al poder momentáneo de los indígenas de Ecuador en el 2000 fue fruto de un gran campaña de desobediencia civil, y se encontró con la oposición frontal de Estados Unidos cuya intervención hizo reconsiderar a los militares su posición favorable a la toma de poder por parte de los indígenas.

que en realidad están, bien procurando un beneficio particular, o bien, en el mejor de los casos, trabajando por un interés común de una forma errónea y contradictoria.

No obstante, el tablero de “fuerzas simbólicas” se sostiene sobre un tablero de “fuerzas reales”, expresión y continuación del escenario más tradicional de pugna entre actores sociales. Las elites contrarias al orden social al que apunta un movimiento en cuestión se servirán de su posición política o económica para que el tablero simbólico se incline a su favor: tratarán de impedir la reproducción de espacios sociales desde los que se apoyan y se organizan sus discursos y sus acciones, utilizarán el aparato administrativo, judicial o las fuerzas del orden público para prevenir “ataques” al Estado de Derecho, presionarán a medios de comunicación o lanzarán campañas que desarticulen la credibilidad y la confianza en los valores y en el mensaje del movimiento social. Así mismo, la propia situación del país (las oportunidades políticas, las redes organizativas existentes, etc.) permitirá u obstaculizará la transmisión de mensajes, la creación de alianzas, la sensibilización de la ciudadanía, etc. lo que empujará la balanza simbólica hacia el movimiento social o en dirección contraria a éste. Desde esta perspectiva, cobran relevancia (dependiendo del contexto y del conflicto que se esté analizando) los análisis centrados en cuestiones estructurales de movilización social: perspectivas marxistas, teorías de la dependencia y teorías de las escuelas norteamericanas de movilización de recursos y de las oportunidades políticas¹⁵.

4.1 – GUATEMALA: LA MOVILIZACIÓN FRENTE AL TERROR

En Guatemala se situaría el peor de los “escenarios de fuerzas”, cuando lo comparamos con el de los otros dos movimientos sociales que son objeto de nuestro análisis. El cambio de régimen a finales de los 80, y la firma de los Acuerdos de Paz en 1997 amplió las oportunidades políticas y de organización de la sociedad, particularmente de la comunidad maya. No obstante, la realidad se torna sombría en el corto plazo para el avance de cuestiones básicas, desde los derechos indígenas recogidos en los Acuerdos hasta garantizar unos derechos sociales mínimos para la población, a veces ni siquiera el respeto a la vida, dados los niveles de violencia social, y más sectariamente, de violencia política aún existente¹⁶.

La cultura del temor en la que se encuentra sumergida la sociedad guatemalteca (la equiparación de acción política a “iniciativa guerrillera”, con el consiguiente temor que genera entre los campesinos, y la baja credibilidad de los derechos humanos, tanto en su valor como en su implementación) hacen escasamente persuasivo para los ciudadanos salir a defender derechos humanos, sean éstos sociales o de los pueblos indígenas (CEH, 1999 y REHMI, 1998). Además, la falta de recursos organizativos dada la situación tan empobrecida en que se encuentra la mayoría de la población o institución que pudiera dar apoyo, la persistencia de organizaciones y prácticas ligadas al aparato de represión de la dictadura (y que continúan ejerciendo asesinatos selectivos, coaccionando a activistas de organizaciones e involucrándose en otras formas de violencia social: desde linchamientos hasta delincuencia organizada), la falta de oportunidades políticas (dificultades y falta de apoyo en tareas de sensibilización sobre los derechos de la comunidad indígena, prácticas fraudulentas en la obtención de votos) y las presiones sobre jueces y medios de comunicación a la hora de abordar investigaciones sobre la trama de impunidad conforman un panorama difícil para poder abrirse hueco en el tablero de “fuerzas reales”. A

15. Ver (McAdam y otros, 1996) para un análisis del paradigma de estas escuelas norteamericanas. Consideramos que las teorías de movilización individual instrumental (coste/beneficio, ver Elster, 1991) adquieren muy poca relevancia para el análisis de la acción global habida cuenta de que esta movilización se caracteriza por la conformación de espacios y sentidos comunes, y no por decisiones individuales.

16. Tal sería el caso del retorno de la pena de muerte, de la proliferación de linchamientos como consecuencia del descrédito de la justicia y de la “limpieza social” que ejercen unidades paramilitares (ver CODEHUCA, 1998; AI, 1997: 52)

pesar de algunos signos positivos¹⁷, en la reciente visita del relator de Justicia de la ONU, éste manifestaba su preocupación por las amenazas y los ataques a magistrados que investigan casos de corrupción o en los que aparecen involucrados militares; según el propio relator en Guatemala existía una “cultura del miedo” e instaba al gobierno a tener “determinación de acabar con la impunidad” (ver diario *El País* 22/3/2001 y 14/5/2001).

Sobre esa desigualdad de fuerzas, se reproduce la cultura del temor, y al mismo tiempo, se ofrece una imagen distorsionada de los valores y prácticas de la cultura maya, identificándolos con ejercicios brutales de violencia como son los linchamientos que acontecen en pueblos del interior. Esa desigualdad de distribución de fuerzas física y simbólica puede explicarnos entonces por qué la consulta popular sobre la inclusión de derechos indígenas en la constitución de 2000, no superó el 20% de participación y en la que el “no” salió vencedor.

En comparación con el MST, y con la recién gestada RCADE, las elites de Guatemala llevaron hasta las últimas consecuencias la política de “quitarle el agua al pez”, como gustaba definir al ejército guatemalteco su pretensión de arrasar y militarizar comunidades indígenas, consideradas como cómplices de la guerrilla. Los diferentes contextos políticos de Brasil y del Estado español hacen que, en la actualidad, el enfrentamiento “simbólico” sea más visible que el enfrentamiento “físico”, si bien en Brasil los 1.200 asesinatos de agricultores, sindicalistas, abogados y religiosos (con sólo 56 juicios celebrados y 7 condenas firmes hasta el 2000) nos “ilustran” el papel de los paramilitares de la UDR, y de la connivencia en algunos casos del aparato judicial con una de los integrantes del conflicto (ver Almeida, 2000, p. 30). En el caso de la RCADE, dada su débil y reciente implantación, la presión sobre sus integrantes no pasa de alguna multa por atender manifestaciones, o de controles policiales tras la finalización de encuentros. No obstante, la política de “quitarle el agua al pez” nos servirá de metáfora para introducir como se desarrolla en el espacio físico (recursos organizativos, oportunidades políticas, medios de comunicación, etc.) el enfrentamiento entre el MST y las elites, fundamentalmente el gobierno, para frenar la aceptación popular del movimiento social¹⁸.

4.2 – LAS AGUAS DEL MST Y LA OFENSIVA DEL GOBIERNO

El fin de la dictadura y la promulgación de una constitución en 1988 constituyó un fuerte incentivo para el desarrollo del MST. En primer lugar, las mayores oportunidades políticas permitieron la conquista abierta de espacios sociales en el campo y en la ciudad y la creación o afianzamiento de alianzas con actores que compartían valores y marcos de significados con el movimiento social (la propia Iglesia, el PT y el sindicato CUT; ver Fernandes, 1999: 65 y ss., 120). La Constitución, si bien no reflejaba las aspiraciones de los movimientos campesinos, contribuía a situar como principal valor de la tierra su “función social”, y leyes desarrolladas posteriormente obligaban al gobierno, al menos en teoría, a expropiar aquellas tierras productivas pero mantenidas en la ociosidad (ver Fernandes, 2000, p. 254). De hecho, en los primeros años de gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-1997), éste colocaba entonces la reforma agraria como una de las prioridades de su gobierno y al propio MST como un movimiento social que servía de colaborador para este propó-

17. Como hechos positivos que permiten hablar de nuevos aires en el panorama político de Guatemala, destacaríamos la reciente condena de altos militares del Ejército, la primera vez que esto ocurre en la reciente historia del país, por el asesinato del obispo Gerardi, director de un informe sobre las violaciones de derechos humanos que situaba al Ejército como máximo responsable de las atrocidades cometidas (ver *Folha de S. Paulo*, 9/5/2001). Así mismo, el ex-dictador Ríos-Montt era obligado a abandonar la presidencia del Congreso por estar siendo investigado en un delito de manipulación de leyes.

18. Con todas las precauciones que deben siempre tomarse para extrapolar datos de las encuestas, el apoyo al MST por parte de la ciudadanía estuvo en torno al 50% en 1995 y 1996, pasando a un 77% tras la matanza de 17 campesinos en Carajás, situándose desde 1998 sobre el 63% (ver Konder, 2000, p. 121).

sito (ver Konder, 2000: 34 y ss). Entre 1995 y 1999, los datos del gobierno sobre el número de familias asentadas eran de 370.000, más que en los 20 años anteriores, si bien, el propio MST matizaba a la baja esas cifras¹⁹, alegando que esos nuevos agricultores de los que hablaba el gobierno no eran siempre producto de la reforma agraria. El MST postulaba que el gobierno no tenía verdadero interés en una profunda distribución de tierras, como probarían los recursos cada vez más reducidos dedicados al INCRA y que el organismo llegase a permanecer más de 40 días sin director. El MST consideraba que los avances en la reforma se debían más a la presión del propio movimiento social, al apoyo de la ciudadanía (2/3 de la misma considerando “muy necesaria” su realización²⁰) y al hecho de que la paridad dólar-real había devaluado considerablemente el valor de las tierras²¹. Es más, la propia constitución de la Cámara del Congreso, en la que un 30% de los diputados a comienzos de los 90 serían grandes propietarios de tierras, hacía creíble la crítica de que el poder político se refugiaba en una retórica favorable, pero que en la práctica las propias leyes instituidas obligaban en realidad al gobierno a satisfacer tan sólo unos mínimos en el proceso de distribución de tierras en el Brasil (ver Gomes da Silva, 1994).

Junto a esta apertura de oportunidades políticas, el avance en el número de asentados permitía la conformación de núcleos de familias de campesinos que accedían a unos mínimos de vida y que continuaban en, o pasaban a engrosar, la base social del MST. Esta base social se situaría en torno al 50% de las familias asentadas, unas 150.000. La Constitución de 1988 pasó a permitir la creación de cooperativas no tuteladas por el INCRA. Las cooperativas, y en general, el consiguiente aumento de renta de los asentados servían para sostener al movimiento social y para dotarlo de credibilidad hacia los *sem terra*, merced a la consolidación de los éxitos en la lucha por la tierra. Un estudio realizado por el INCRA en colaboración con la FAO revelaban que los asentamientos vinculados al MST, y en general los provenientes de una lucha organizada por la tierra, eran los que presentaban un mayor índice desarrollo; al mismo tiempo, el mencionado estudio reconocía los atrasos en la concesión de los créditos prometidos por el gobierno y el escaso apoyo técnico que éste otorgaba en la práctica a los asentados (INCRA/FAO, 1998).

La generación de recursos económicos contribuyó a mantener las necesidades de organización y coordinación de las actividades sociales y políticas del MST. Esta financiación, que según los integrantes del MST se realiza de manera voluntaria para soportar la lucha política, sería fuertemente contestada por el gobierno y por ciertos medios de comunicación, como veremos más adelante.

También la apertura de oportunidades políticas trajo consigo la apertura de oportunidades mediáticas. El conflicto social en el campo pasaba a ocupar un lugar destacado y frecuente en las páginas de información. Más relevante aún es el número de editoriales que importantes diarios dedicaron al MST en el año 2000 (*Folha de S. Paulo*: 11; *O Estado de S. Paulo*: 31; y *Jornal do Brasil*: 21), buena prueba del debate público, a favor y en contra, que el movimiento social genera²². Particularmente destacable, corroborando nuestra tesis de abordar los conflictos sociales desde la perspectiva de un enfrentamiento en pugna por el imaginario social, es el papel atribuido a la

19. Las cifras ofrecidas por el investigador Fernandes (2000: 271) situarían en 300.000 el número de familias asentadas, de las cuales un 50% estarían vinculadas al MST.

20. En revista *Carta Capital* (24/5/2000, n. 123), de edición electrónica en www.terra.com.br/cartacapital (observación: 20/6/2001).

21. Para un análisis de la evolución de posicionamientos del gobierno, del MST y de la ciudadanía, ver el detallado trabajo de Konder (2000).

22. Ver Konder (2000: 74, 75, 120) para un estudio de las relaciones entre MST y gobierno, prensa, iglesia y otros actores sociales, incluyendo ciudadanía. Salvo indicación contraria, las reflexiones sobre medios de comunicación y posicionamiento de gobierno provendrán de este trabajo.

difusión en 1996 de la novela *O rei do gado*, por el principal canal de TV (Rede Globo), que retrataba la situación de los sin-tierra: los integrantes del MST pasan a “tener rostro” y a “despertar simpatía”. El movimiento social entraba en la cotidianeidad de buena parte del pueblo brasileño, los individuos lo incorporaban a las representaciones de su vida, y lo que es más importante, acompañaban esta representación con visiones positivas de los integrantes. Este hecho, unido a la repercusión de la matanza de campesinos en Carajás y a la Marcha a Brasilia protagonizada en 1997, hacían que en ese año una encuesta llegase a mostrar un 85% de aprobación a las ocupaciones de tierras.

En 1998, surgía la voz de alarma en Planalto. El MST crecía, no sólo en presión (a través de ocupaciones y ocupación de edificios del INCRA, reteniendo en ocasiones a sus funcionarios), sino en la especificación y en el nivel de sus demandas²³. Así mismo, el modelo de producción agrícola del MST centrado en un mercado interno, opuesto a la concentración de producción en torno a la agroindustria exportadora, y favorecedor de la agricultura orgánica frente a la transgénica, representaban un desafío para determinadas elites económicas y políticas del país. El gobierno, a través de declaraciones de Fernando Henrique o de sus ministros, pasaba a calificar al MST, no de bandera de la reforma agraria, y sí de “grupo de protesta”, “grupo político”, “asaltantes” e “ilegítimo”. Las elecciones de ese año, y los apoyos políticos que se establecían entre el MST, sindicatos y partidos de oposición, convidaban a emprender una estrategia de “quitarle el pez al agua”.

Y el “agua” del MST lo constituían la imagen pública asociada a la lucha histórica contra los terratenientes en Brasil (y por ende contra elites y colonizadores), la simpatía de determinadas elites culturales e intelectuales²⁴, los lazos con actores sociales influyentes (desde la Iglesia al propio PT), la afluencia de recursos a través de las cooperativas y asentamientos, los campesinos que veían como la lucha del MST se transformaba en una realidad social y económica diferente para ellos, y por último, su osadía en ocupaciones de tierras y predios, que impulsaba a agentes institucionalizados y a otros movimientos sociales a seguir su camino²⁵. En definitiva el “agua” era eminentemente simbólica y cultural, y aseguraba la identificación “MST = movimiento social histórico, legítimo, actuando en defensa de los campesinos desheredados”: había que iniciar una presión mediática para desarticular esa imagen. Pero el “agua” también tenía sus “fuentes” (el tablero de fuerzas simbólicas posee un sustrato real) y a partir de este razonamiento, y apoyándose en la campaña hostil desde los medios de comunicación, el gobierno se decidiría a acabar con esas “fuentes”. Entre las medidas adoptadas figurarían: el corte de apoyo técnico y de créditos a los asentados, la instauración de un sistema de adquisición de tierras a través de la compra y no de la concesión (Banco da Terra) y, particularmente en algunos estados como es el caso de Paraná, el inicio de una fuerte represión, en las que policía y paramilitares aparecían involucrados en 16 asesinatos y 31 tentativas de asesinato²⁶.

23. Para el profesor Bernardo Mançano Fernandes (2000b) “o debate hoje, não é o de não assentar as famílias sem-terra, mas da forma como vão ser assentadas”. Según Konder (2000, p. 31) “a postura do governo diante do MST mudou após o massacre de Eldorado dos Carajás. Fernando Henrique Cardoso percebeu a necessidade de coordenar melhor as ações para poder enfrentar o movimento”.

24. Las elites culturales ayudan a dotar de credibilidad y de proximidad a un movimiento social, dado que las personas también recrean su mundo a partir de las manifestaciones artísticas. Máxime si el apoyo se produce como en el caso del MST desde las diversas esferas culturales: Chico Buarque, Niemayer, Angelo Antônio y Leticia Sabater, Sebastião Salgado, Augusto Boal, Jelson Oliveira, como representantes destacados que ejemplifican la introducción del MST en las esferas brasileñas de música, arquitectura, cine, fotografía, teatro y poesía.

25. Tal sería el caso del sindicato CUT y su filial en el campo, Contag. También recordamos que al margen del MST otros movimientos o grupos sociales realizan ocupaciones (ver Fernandes, 2000, p. 256).

26. Ver conclusiones del Tribunal Internacional de Derechos Humanos, celebrado en Curitiba en mayo de 2001 en www.conflitonocampopr.org, presidido, entre otros y otras, por el premio Nobel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, y organizado desde diversas instancias sociales, entre las que figuraban la CPT y el MST.

Los asentados constituyen el pilar más importante del MST. Desde una perspectiva cultural los asentamientos son espacios de socialización donde se reproduce el sentido político del MST, son los nuevos quilombos, los nuevos Canudos, la realización política de las Comunidades Eclesiales de Base. Aporta además credibilidad y concordancia con la experiencia²⁷ a aquellos y aquellas que se están sumando a la acción política en los acampamientos. Y al contrario que un acampamiento, es un espacio que difícilmente puede ser quebrado desde la vía jurídica o policial. No obstante, habida cuenta de la precariedad de los campesinos allí instalados, sí precisan de un apoyo técnico y económico para reproducir ese espacio y para subsistir ellos mismos. La justificación para el corte de ese apoyo técnico y económico que constituyen los programas gubernamentales Lumiar y PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) para la instalación de los asentados (ayudas que rondan los 10.000 reales en créditos y otras a fondo perdido para vivienda) se produjo tras la aparición en prensa de artículos y reportajes en los que la coordinación del MST era acusada de presionar a los asentados para que éstos desviarán ese 3% (a veces un 10% según los medios) al movimiento social²⁸. Estos recortes impidieron la puesta en marcha de cooperativas como es el caso de la Cocamp en el Estado de São Paulo. Y afectaron también al programa educativo PRONERA (Programa de Educación Nacional en la Reforma Agraria): PRONERA constituye una de las formas de reproducción de las representaciones que apoyan una identidad campesina y favorecedora de la reforma agraria (ver revista *Veja*, 6/5/2000 y *Folha S. Paulo*, 14/5/2000).

La connivencia gobierno-medios es puesta en evidencia por Konder (2000, p. 66, 72). Investigaciones realizadas por algunos periodistas mostraron que el propio ministro de la Secretaría de Comunicación del Gobierno, en plena campaña de ocupación de predios por parte del MST en el 2000, llegó a ponerse en contacto con la revista *Veja* para pedir una línea editorial en defensa del gobierno frente al MST y con el canal TVE para que éste retirara una entrevista con Stedile. Se demostró también las facilidades para el desplazamiento aportadas por el propio INCRA para que un periodista de la *Folha de S. Paulo* organizara reportajes sobre la presunta desviación de fondos del MST. Días después de estas intervenciones del gobierno, los principales periódicos del país pedían en sus editoriales mayor dureza del gobierno con el MST.

La ofensiva gubernamental se completa, en el terreno económico, con la creación del Banco da Terra, proyecto financiado por el Banco Mundial, y por el que, fuera ya de lo que puede considerarse la política de Reforma Agraria, los campesinos reciben créditos para la compra de tierras. Además, el gobierno lanza un programa de solicitud de tierras por correo que, junto con el Banco da Terra, desarrollan un acceso individual a las tierras, con lo que obstaculizaría, en principio, la formación de asentamientos vinculados al MST, aunque podría promover un nuevos focos de conflicto²⁹.

En el terreno jurídico y de las fuerzas de seguridad, el gobierno crea un servicio de informaciones específico sobre la violencia en el campo, prepara proyecto para “la infiltración de espías, con autorización judicial en organizaciones criminales y movimientos que pongan en riesgo al seguridad institucional” como es el caso del MST³⁰ y el número de detenciones de militantes del

27. En las entrevistas realizadas en los campamentos, los *sem terra* concedían al MST una credibilidad al comprobar que sus diagnósticos y propuestas sí reflejaban su realidad: su acción política era la que reportaba los frutos obtenidos en la reforma agraria, mientras que el gobierno no cumplía o cumplía muy tarde (las cestas básicas de alimentos al igual que los créditos a los asentados no llegaban, las promesas de tierras que constataban como griladas no eran expropiadas).

28. Ver revista *Veja* (6/5/2000) y *Folha de S. Paulo* (14/5/2000).

29. Según el informe INCRA/FAO (1998) entre las causas que llevan al fracaso o al menor desarrollo de los asentamientos estaría la inexistencia de créditos de apoyo técnico y la dificultad para reembolsar los mismos.

30. “Puede ser permitida la infiltración del MST y otros movimientos de cuño social”, según publicaba *O Globo* (21/6/2000), ver Konder (2000, p. 60).

MST se eleva a 258 entre enero y septiembre de 2000 (13 en 1996 y 21 en 1995; Konder, 2000, p.60). E incluso en el Paraná la policía militar llega a recibir entrenamiento en el extranjero (Israel) para eventualmente acometer más eficazmente los despejes de las ocupaciones del MST³¹.

Con sus actuaciones en el terreno económico, jurídico y policial, el gobierno intentaría la desestabilización de las fuentes físicas de reproducción del MST. Paralelamente, su actuación en el terreno de la representación del conflicto, la iniciativa del gobierno perseguiría desmontar en el imaginario social la identificación, por parte de la ciudadanía, del MST con un “movimiento social histórico”, “legítimo” y “actuando en defensa de los campesinos desheredados”. Este imaginario debería ser reemplazado por una visión del MST como “movimiento violento”, “corrupto y contrario a la función social de la reforma agraria” y “a la búsqueda de poder político”. Esta iniciativa se desarrollaría principalmente a través de los medios de comunicación, cuya posición editorial sería favorable a una actuación más contundente con el MST, aunque queremos destacar que esto no impide, sin embargo, la aparición de reportajes que proyectan una imagen positiva del movimiento social³².

Ofrecemos a continuación algunas acciones y publicaciones con objeto de ilustrar esa batalla simbólica que se desarrolla entre el MST y las elites políticas y económicas. El MST es presentado como “movimiento violento” mediante su identificación con movimientos guerrilleros que subvierten el Estado de Derecho. En abril de 2000 el canal Rede Globo emitía un reportaje en sus informativos en los que la escuela de formación técnica del MST era presentada como una escuela de entrenamiento guerrillero³³. El uso de *facões* y hoces en reuniones y en marchas, herramientas de trabajo que representan señas históricas de la identidad campesina, sirve para entroncar al movimiento social con un imaginario de violencia y subversión revolucionaria por la vía de las armas; así, y como ejemplo ilustrativo, en *O Estado de S. Paulo* podíamos leer: “[el gobierno] acepta la presión amenazadora del MST empuñando sus “inocentes-letales” instrumentos de trabajo (*foces, facões*), mas [el propio MST] califica de violencia la acción policial en pro del orden legal”. El MST busca en *foces* y *facões* su identidad, y en las ocupaciones la restauración de la justicia prometida en la constitución; en el texto presentado se subvierten esas relaciones: los símbolos son “letales”, y la ocupación es una violación del orden. La ocupación de predios, en particular oficinas del INCRA, y la eventual retención de funcionarios en determinadas ocasiones, es una vía de presión puntual de los integrantes del MST ante una falta de cumplimiento de acuerdos por parte del gobierno³⁴. Estas ocupaciones, junto con la simbología de violencia difundida en declaraciones del gobierno y en los medios, estarían, fundamentalmente, en la explicación del rechazo de la ciudadanía a ciertas actuaciones del MST, aceptando sin embargo sus objetivos y dotando de legitimidad al movimiento³⁵.

31. Documentación presentada en el Tribunal Internacional de Derechos Humanos, ver nota 28.

32. Ejemplos de las mismas sería el seguimiento mediático del Tribunal Internacional de Derechos Humanos, en Curitiba mayo 2001, o el tratamiento mediático recibido en ocupaciones significativas como la del senador Jader, favorable a las reivindicaciones del movimiento social y sin proyectar una imagen de violencia (ver por ejemplo, *Folha S. Paulo* de 15 de junio 2001).

33. Sobre la base de la entrevista a un presunto ex-trabajador del mencionado instituto.

34. Por ejemplo, la no llegada de cestas básicas a los campamentos provoca una situación de desespero y de hambre entre familias que, en tal situación, son obligadas a abandonar el campamento o a reforzar la presión sobre el gobierno. Los acampados entrevistados son conscientes de que sólo acciones “mediáticas” pueden obligar al gobierno a cumplir determinados acuerdos. En ese contexto se produjeron, por ejemplo, los saqueos a dos camiones que llevaban alimento en un campamento del Pontal de Parana-panema (ver *Folha de S. Paulo* 29/6/2001).

35. Expresando de nuevo la mayor cautela con respecto a la extracción de información a través de encuestas, el apoyo a la reforma agraria se sitúa desde 1995 en torno al 85% y el del MST sobre el 63%, porcentaje similar a los que se opondrían a la ocupación de predios (ver Konder, 2000: 120 y ss. y revista *Carta Capital* (24/5/2001) n.123 en www.terra.com.br/cartacapital).

La “ilegitimidad” del MST y su representación como colectivo “corrupto y contrario a la función social de la reforma agraria” se fundamenta, en primer lugar, en la batalla “simbólica” por la definición de “violencia” y de “cumplimiento de la ley”: para unos, el conflicto es consecuencia de la no ejecución de la reforma agraria y del mantenimiento de un orden caracterizado por la desigualdad social; para otros, el conflicto es fruto de la conculcación de derechos constitucionales como el respeto a la propiedad privada³⁶. En el caso de Brasil, la proyección de una imagen de “ilegitimidad” también se ampara en la presentación del MST como “corrupto” en un país fuertemente preocupado por la gran cantidad de escándalos que salpican a políticos en el manejo de fondos públicos. El apoyo al MST con una cuota, proveniente en ocasiones de créditos del propio gobierno, fue presentado como “desviación de fondos” en una intensa campaña mediática iniciada en mayo de 2000³⁷. La propia estructura informal del MST, esperable en todo movimiento social, refuerza ese imaginario. Muchas veces son las cuentas personales de militantes las que canalizan ingresos, incluso del propio gobierno, lo que da pie a artículos en los que, sin comprobar el destino final de esos fondos, la presencia de ese dinero en una cuenta personal sirve para apelar a la experiencia histórica de la ciudadanía brasileña y relacionarlo con casos gubernamentales de corrupción³⁸. El gobierno también realiza publicidad directa en televisión para informar de los avances de su proyecto de reforma agraria, y para catalogar de contraproducente la acción del MST (representado en una multitud que se dirige con focos y facões hacia una hacienda), el cual estaría “levantando cercas a la reforma agraria” más que derribándolas. El tablero de fuerzas simbólico permite construir representaciones sin una base real, basta que “suene coherente” para que la representación pase a formar parte del imaginario del individuo, y por tanto de lo que él define como realidad³⁹.

Por último, el gobierno se esfuerza, especialmente desde 1997 en adelante, en presentar al movimiento social como un contendiente político más, que desarrolla su acción desde fuera de esferas institucionales⁴⁰. Ciertamente el MST es un movimiento que reivindica un sistema socialista como proyecto político, tal y como siempre han reflejado sus documentos públicos. El matiz que introduce principalmente el gobierno va dirigido a presentar una imagen negativa, de lucha por el poder encubierta, a la conformación de alianzas estratégicas con otros movimientos democráticos (MPA, MAB, etc.) y a sus apoyos tácticos con organizaciones sindicales y con partidos de izquierda.

36. Los movimientos democráticos como MST o RCADE propugnarían en realidad una radicalidad del presente orden social. Para el MST sería el cumplimiento de la reforma agraria según ordena la Constitución brasileña. Para la RCADE la igualdad real de derechos según la Constitución, el cumplimiento de acuerdos internacionales (Carta Derechos Humanos, Acuerdos de Río de Janeiro 1992, Kyoto 2000, etc.) y la soberanía última de la ciudadanía sobre las actuaciones del Estado y de cualquier actor privado (legitimidad de consultas sociales).

37. Ver Konder (2000: 70 y ss.) para un análisis sobre la “ilegalidad” de estas cuotas, frente al tratamiento que reciben las contribuciones personales, y las subvenciones públicas, que se realizan a otras instituciones como sindicatos, patronal, colegios de abogados, etc.

38. Ver artículo sobre el financiamiento del MST en la *Folha S. Paulo* (24/6/2001). En comunicación personal, los integrantes de la cooperativa Cocamp manifestaron que no es novedad que, al carecer el MST de persona jurídica, incluso programas del gobierno sean canalizados vía cuentas de militantes. Las presuntas irregularidades de la Cocamp son difíciles de sostener a la vista de la cooperativa ya construida, y del hecho de que los desembolsos del gobierno para la Cocamp deben contar con la fiscalización y aprobación de peritos técnicos y del Banco de Brasil.

39. El mundo existe como realidad, y el ser humano participa como realidad social de ese mundo. Pero todas esas realidades han de ser asimiladas y reproducidas a través de representaciones. La propia experiencia junto con la cultura y las narrativas históricas que se tejen en los espacios de socialización común (familia, televisión, escuela, etc.) conforman nuestra representación de la realidad. La actual saturación de información va en detrimento de una adecuada reflexión, por lo que la representación de la realidad es más manipulable desde los grandes medios de comunicación.

40. “O MST é um movimento político que faz parte da vida contemporânea” (Fernando Henrique en 1997), “O MST não quer fazer reforma agrária, só quer fazer oposição em ano eleitoral” (ministro Jungmann en 1998); ver Konder (2000, p. 32-38).

da en pugna con el actual gobierno por el acceso a la presidencia, como es el caso del PT⁴¹. Se pretende, en última instancia, vaciar a la reforma agraria de su innegable contenido político y encuadrarla en un proyecto de mejora de renta y de condiciones sociales para los campesinos.

Dado el sentido del MST y su dimensión social, el enfrentamiento con las elites políticas y económicas no puede ser representado en un tablero de fuerzas nacional. El conflicto se desenvuelve también en una esfera internacional. El MST es, en este sentido, un desafío para las políticas neoliberales defendidas por Fernando Henrique Cardoso y para las instituciones internacionales que las promueven, especialmente el Fondo Monetario Internacional y la Organización Mundial del Comercio. A la llegada al poder, Fernando Henrique Cardoso declaró su compromiso con los “valores occidentales” y con la “universalización de los valores de la economía de mercado”⁴². Dicho compromiso se materializó en su política monetaria (equiparación del dólar con el real), la apertura comercial y desreguladora del mercado interno, y en un programa de privatizaciones que afectó a sectores estratégicos como banca, telecomunicaciones y energía. La crisis de 1998, llevó al gobierno a firmar un acuerdo con el FMI que garantizaba un préstamo de hasta 40 mil millones de dólares a cambio de acelerar estas políticas neoliberales que ya venían siendo implementadas. Como resultado de ello el conflicto en el campo se agravó. La liberalización del sector agrícola hizo que las importaciones de productos pasaran de 1.000 millones de dólares en 1994 a 7.000 millones en 1999, aumentando la presión económica sobre el pequeño agricultor (ver Villela, 2000). Éste además veía que el apoyo gubernamental se debilitaba. Los créditos del país se concentraban en las manos de los grandes propietarios: solo un 0,9% de los establecimientos inferiores a 5 hectáreas (37% de las propiedades) tuvieron acceso a crédito (Teixeira y Hackbart, 2000: 23). Con la excusa de los acuerdos del Fondo Monetario y del pago de la Deuda Externa, de 1998 a 1999 el INCRA redujo su presupuesto a la mitad (de 2.200 millones de reales a 1.090.000 millones). Además todo el presupuesto no fue ejecutado, con lo que se generó un superávit de 208 millones entre 1998 y 2000 (ver Konder, 2000: 50). Superávit y reducción contribuyeron al pago de la Deuda Externa, que pasó de 120.000 millones de dólares en 1994 a 221.000 millones en 1999 en detrimento de un apoyo a la reforma agraria, tal y como atestigua la disminución del presupuesto del INCRA y las dificultades de acceso a crédito y a apoyo técnico en los nuevos asentamientos, según informe INCRA/FAO (1998). El propio Fernando Henrique ya declaraba en el 96 los límites “técnicos” a los que se enfrentaba su “voluntad política” de llevar a cabo la reforma agraria: “si dijese que voy a asentar a un millón, estaría mintiendo. No tenemos capacidad técnica para asentar. No tenemos recursos para asentar”⁴³.

Tenemos por tanto, el perfil común de las “revueltas del pan” que se suceden bajo las políticas neoliberales, y en particular tras las intervenciones del Fondo Monetario Internacional en países del Sur: incremento de una Deuda Externa que obliga a vender el patrimonio público y a no atender programas sociales, o proyectos económicos no orientados a la recaudación de divisas. Esta situación es un caldo de cultivo para el reforzamiento o la erupción de conflictos sociales.

Junto a ese conflicto económico, se sitúa en su base un conflicto cultural-político. Valores “socialistas y humanistas” proclamados por el MST se enfrentan a “valores” de “economía de mercado”. Son dos sentidos que se oponen en lo ético-cultural, y que consiguientemente, catapultan una confrontación no sólo de marcos de significados sino también de marcos de acción. El gran

41. Ejemplos de estas alianzas tácticas serían las marchas a Brasilia de agosto de 1999 (contra las privatizaciones) y de junio 2000 (contra la corrupción y el apagón) que convocaban MST, CUT, PT, Pcdob, entre otras muchas organizaciones sociales.

42. Citado en Hoffmann (1999).

43. “A reforma agrária é uma das principais prioridades do meu governo e estamos demonstrando isso, na prática” declaraba también Fernando Henrique en 1996 (todas las citas tomadas de Konder, 1999, p. 37).

desarrollo experimentado por el MST (en sentido político y de implantación social) lo llevan a enfrentarse al binomio Cardoso-Fondo Monetario⁴⁴, constituyendo para el MST los representantes “simbólicos” de ese neoliberalismo que es colocado en el origen del conflicto. De ahí que sea fácil escuchar en manifestaciones del MST junto con otros actores políticos el lema de “fora já, fora já de aquí, o FHC e o FMI”. El MST, con su apuesta por el mercado interno y su crítica a los transgénicos es todo un problema para políticas de producción volcadas hacia la acumulación de renta y hacia la exportación. Y de ahí también la búsqueda de alianzas internacionales, a través de la coordinadora campesina mundial denominada Vía Campesina y de plataformas contra el ALCA o de debate contra la globalización como fue el I Foro Social Mundial de Porto Alegre (2001). La opinión pública internacional también cuenta, hasta cierto punto. Baste recordar la repercusión internacional que tuvo la matanza de Eldorado dos Carajás en abril de 1996, retransmitida por la “globalizante” CNN, y que obligó al presidente Fernando Henrique a mostrarse más conciliador con el MST (ver Konder, 2000, p. 30).

La estrategia de alianzas, tanto nacionales como internacionales, del MST ha empujado a los distintos actores sociales del país a incorporar la cuestión agraria como un asunto primordial de su agenda política. Como uno de los factores que explican el avance del MST en sólo dos décadas, está su capacidad para articular iniciativas junto con otros actores sociales sin que ello suponga una cooptación del movimiento social. Ejemplos de las mismas son los apoyos institucionales (en forma de recursos organizativos, de apoyo a la reforma agraria y apertura de espacios políticos) de gobiernos de municipios o de Estados favorables al MST⁴⁵, de centros universitarios y de sectores más progresistas de las diferentes Iglesias. También anotaríamos la realización de eventos junto con otras fuerzas políticas de gran repercusión social (marchas a Brasilia, I Foro Social Mundial realizado en Porto Alegre en enero 2001). Todo ello sirve para reforzar la posición del MST en el tablero de fuerzas físicas y de ahí transmitir su representación del conflicto a la ciudadanía (condicionar el tablero de fuerzas simbólicas).

4.3 – MOVIMIENTOS DE SOLIDARIDAD GLOBAL EN EUROPA

Por el contrario, movimientos sociales de solidaridad global en Europa no encuentran todavía fórmulas y redes de articulación con otros actores políticos institucionales, lo que contribuye a su etiquetación como movimientos “marginales” o “fuera de la realidad”. Ello lleva a que frecuentemente sean tratados genéricamente como “movimientos antiglobalización” de matices “violentos”, imposibilitando que cuestiones concretas entren en la agenda política (como sería el caso de la reforma agraria para el MST) y haciendo que el debate se centre siempre en las “cargas policiales”⁴⁶. En muchos casos, ciertamente, estos problemas para abrirse hueco en el “imaginario social” tienen un origen externo (posicionamiento contrario de las elites económicas y de ciertos medios de comunicación, actuación gubernamental destinada a la criminalización de estos movimientos sociales) e incluso interno (dificultades para construir un sentido político compartido más allá de reclamaciones puntuales o genéricas, canales de comunicación y de información hacia el exterior deficientes, plataformas de coordinación y compromiso muy inestable).

44. Lo que no quiere decir que el gobierno se encuentre cómodo con las imposiciones del Fondo Monetario Internacional. A propósito de la crisis del “apagón”, el propio gobierno se dirigía al Fondo Monetario Internacional para pedir la revisión de las metas presupuestarias de manera que exista más autonomía para invertir en el sector eléctrico (ver *Folha de S. Paulo* meses de mayo y junio de 2001).

45. Ejemplos: algunos municipios y Estados contribuyen económicamente o cediendo instalaciones a la realización de reuniones del MST y de movimientos sociales; se subvencionan necesidades básicas para campamentos o se permite la instalación de los mismos en terrenos públicos; se producen declaraciones favorables a la realización de la reforma agraria.

46. Ejemplos recientes: Praga (septiembre 2000), Goteborg (junio 2001), Barcelona (junio 2001) y Génova (agosto 2001).

Las dificultades de articulación se reflejan también en la inestabilidad de las plataformas que consiguen unir a estos movimientos sociales en el Estado español, como ejemplificaremos más adelante. No obstante, y como ejemplo del papel que desarrollan los “incentivos” culturales a la movilización, la realización del I Foro Social Mundial supuso en el Estado español un revulsivo para realizar encuentros entre diferentes redes sociales⁴⁷. Como culminación de esos encuentros cabe destacar el fin de semana de protesta contra la globalización neoliberal en respuesta a la cumbre del BIRD, finalmente suprimida, en junio de 2001⁴⁸. La exitosa realización del encuentro sirvió para constatar la importancia de la coordinación para ayudar a que estos espacios interactivos den paso a sentidos y relaciones políticas más estables.

A pesar de experiencias como la de Barcelona, en los países del llamado Norte sigue faltando, al contrario de lo que ocurre en Brasil, coordinación de redes sociales y estabilidad y profundidad en torno a una representación compartida del conflicto que se denuncia. Cuando eso acontece puntualmente, se desarrollan sinergias de movilización altamente positivas. A título ilustrativo ofrecemos los casos de las protestas contra la Ley de Inmigración en el 2001, la consulta social contra la Deuda Externa en el 2000, y el ya tradicional en Europa movimiento *okupa*, que lleva décadas manteniendo una desobediencia a través de la ocupación de edificios abandonados.

En el 2001 las protestas contra la Ley de Inmigración que restringía fuertemente los derechos sociales de los inmigrantes, obtuvieron un gran impacto merced a tres factores: *i*) la existencia de una red de apoyo (las parroquias donde se encerraban los activistas en un comienzo) que servía de retroalimentación; *ii*) la proximidad del conflicto (en comparación a las explicaciones aún “utópicas” para representar y criticar a la globalización: “las personas antes que las mercancías”); *iii*) y al sentido, puntual eso sí, pero claro de la protesta (acabar con la Ley y regularizar la situación de los inmigrantes). Destacar, aunque en menor medida, la presencia puntual de intelectuales y artistas que ayudaron a introducir el conflicto en los imaginarios sociales de la ciudadanía.

En el 2000, la consulta social sobre la Deuda Externa organizada por la RCADE facilitó el acercamiento de muchos colectivos, aunque aún está por madurar el sentido profundo y las formas de coordinación de esa red ciudadana⁴⁹. También aquí, la coordinación de organizaciones fue una de las claves del “éxito”, demostrándose además en localidades como en Barcelona la importancia de recursos organizativos y del apoyo de ciertos actores políticos (como fue el propio ayuntamiento de la ciudad), para sacar más fácilmente adelante ciertas movilizaciones sociales.

De la misma manera, el movimiento *okupa* lleva muchos años en pie en los grandes núcleos urbanos: al igual que en el MST, existe un espacio de interacción fuerte que constituye en sí un acto de desobediencia que aporta la “resolución” al conflicto (el predio ocupado), y que permite elaborar un sentido claro (anarquismo-socialismo fundamentalmente) sobre la base de una socialización intensa.

Quedó demostrado también, a la vista de estos casos de movilización social, que cuanto menos el orden social podía admitir las demandas o el orden alternativo que propugnaba el movi-

47. El propio encuentro que la RCADE organizó en la Universidad Carlos III de Madrid, al que asistieron ATTAC-España, Ecologistas en Acción, Plataforma Feminista, participantes del MRG, CADTM-Bélgica, etc. También en Girona se reunieron gran cantidad de movimientos sociales encuadrados muchos de ellos en lo que la prensa bautiza como “movimiento anti-globalización”.

48. Unas 30.000 personas se reunieron el fin de semana y se manifestaron pacíficamente el domingo. Hubo al final una carga policial que recibió fuerte contestación de los grupos políticos de la oposición. Aparentemente, el imaginario de “violencia” asignado a este tipo de manifestaciones (una semana antes habían ocurrido los sucesos de Goteborg en Suecia) se trasladó hacia el aparato policial.

49. No obstante, como prueba de la debilidad de estas redes sociales, la consulta contó con la participación de 23.000 activistas. En la actualidad, las acciones llevadas a cabo denotan la existencia de unas 1.500 personas como núcleo de activistas.

miento, mayor contundencia se registraba en la restauración del orden vigente por parte de las fuerzas de seguridad. Tal es el caso del tratamiento más severo que el movimiento okupa suele recibir de la policía y, en menor medida, de ciertos medios de comunicación. Así también, la RCADE, una vez que apostó por su continuidad tras la consulta social y su participación en acciones que implicasen desobediencia social (toma de las escaleras del Congreso, el 25 de noviembre de 2000) sus integrantes comenzaron a recibir multas por acudir a manifestaciones ilegales y un mayor hostigamiento policial en sus convocatorias. De la misma manera, el ministro del interior, Mariano Rajoy declaraba tras los sucesos de Barcelona de junio de 2001, que plantearía el cierre de fronteras cuando se celebrase cumbres internacionales en el Estado español, habida cuenta de la capacidad demostrada de coordinación de redes contrarias a la globalización neoliberal.

Queremos subrayar que al hablar de un enfrentamiento de “fuerzas simbólicas” no podemos caer en el reduccionismo de concebir a los nuevos movimientos sociales como nuevos agentes mediáticos dedicados a producir noticias llamativas que atraigan la atención del público. Los movimientos sociales, para ser tales, deben ser espacios donde se desarrollan identidades culturales y políticas propias. Deben ayudar a construir relatos vitales que desafíen el orden social actual. En última instancia, es el apoyo de una ciudadanía, la aceptación de una cultura desde la que percibir el mundo, y la conquista de “fuerzas físicas” lo que permitirá hacer valer en la sociedad los diagnósticos y las propuestas de un movimiento social.

5– Conclusiones

Señalábamos al comienzo del artículo que en este trabajo nos enfrentábamos a tres contextos de movilización social bien distintos. Guatemala y Brasil insertos en los conflictos derivados de las relaciones de dependencia entre Norte y Sur, y construyendo su acción social desde paradigmas rurales o culturales, a diferencia de RCADE. Nos preguntábamos entonces acerca de las semejanzas y las diferencias entre estos tres movimientos sociales.

Como puntos de unión de los tres movimientos sociales aparece la condición del conflicto y de las redes pre-existentes. Conflicto y redes son condiciones necesarias para la movilización social. Si para el MST o la RCADE el conflicto se sitúa en una dimensión materialista ligada fuertemente a la globalización, corolario para el Sur de la Dependencia con respecto al Norte, en Guatemala se comparten estas desigualdades como referente de movilización pero además se nutre de un rechazo a la imposición de una cultura occidental (política, religiosa) que ha obviado cualquier aportación de la cultura maya.

En cuanto a las redes, la fortaleza del MST cabría explicarla en la capacidad de articular un tejido social “heredado” de luchas campesinas de los 60, del activismo de partidos clandestinos, y sobre todo, del papel desempeñado por la CPT y en general por las redes de Comunidades de Base. Análogamente, a pesar de la impunidad, los movimientos de derechos humanos e indígenas en Guatemala resurgen de manera continua. Las redes pre-existentes, en este caso, tienen 500 años y son las aldeas de las comunidades mayas, remotas y alejadas de los centros capitalinos del poder, y donde se reproduce una cultura alternativa. La RCADE, por su parte, se nutriría de las redes de solidaridad internacional en España (Chiapas, Norte-Sur, movimientos a favor del 0,7), redes que no permiten una socialización tan intensa y que explican, en parte, la debilidad de ciertos movimientos en el Norte.

Después de las condiciones necesarias, aparecen las suficientes, aquellas que posibilitan la reproducción de los movimientos sociales. Por una parte, los movimientos han de tener capacidad para construir un discurso, una coordinación y una praxis para denunciar y remontar el conflicto. Por otro, han de contar con un medio cultural (apoyo de la ciudadanía, entroncar con la memoria

histórica) y físico (medios de comunicación, acceso a recursos, elite política-social-económica) que les sea favorable. El MST es, de largo, el movimiento que mejor ha sabido aprovechar sus condiciones suficientes. En Guatemala, la movilización social o los valores mayas no entroncan con la memoria histórica de buena parte de la ciudadanía. Movilizarse significa adentrarse en el peligro. Y hacerlo en defensa de una cultura no propia de las elites, es encontrarse cerradas todas las puertas políticas. La impunidad vela por mantener el desencuentro cultural y físico entre posibles movimientos sociales y la ciudadanía. A su vez, la RCADE, inmersa en un Norte posmoderno, participa de los rasgos de otros movimientos sociales de su entorno: descrédito de toda metanarrativa, trabajo en redes poco cohesionadas entre sí, compromiso aleatorio de sus integrantes.

Todos ellos comparten algunas características de los nuevos movimientos sociales en su proceso de construcción de discursos, coordinaciones y acciones. “Crear condiciones” y no “imponer” es algo que resuena en los campamentos del MST (autónomos en sus decisiones), que inspiró la consulta social de RCADE sobre la Deuda Externa, y evidenciable en la coordinación de redes autónomas que los tres movimientos presentan.

Sin embargo, el MST es el que de manera más consciente busca esa reproducción a través de las ocupaciones que permiten una socialización intensa y dan cuenta de la fortaleza del movimiento social. Por el contrario, bien por ser un movimiento más urbanos, posmodernos o con ciertas necesidades materiales cubiertas, la RCADE no se asienta sobre espacios de reproducción tan consistentes como el MST.

Así mismo, el MST, a través de sus contactos con actores sociales relevantes (partidos políticos, sindicatos, universidades, CPT, personalidades de reconocimiento público) permite frenar el cierre de oportunidades mediáticas y políticas (vía violencia en el campo) con el que responden las elites. Esta actitud de las elites es, en diferente grado, un rasgo común de los tres espacios: en la medida en que la acción del movimiento social no entronca con los intereses de las elites se produce un cierre de oportunidades. En el caso de Guatemala, la impunidad es un cierre tan alto que, a pesar de que las condiciones suficientes están ahí (conflicto estructural y cultural, mínimas redes pre-existentes, capacidad de reproducirse a través de las comunidades, cultura histórica de enfrentamiento con las elites) no puede despegar un movimiento social de la fortaleza del MST.

Para terminar, una reflexión epistemológica. Hablar de movilización social es hablar de contextos. Tal y como hemos intentado en este trabajo, desde un punto de vista sociológico, que trata de explorar tendencias, debemos buscar metodologías que, de una parte, den cuenta de la importancia de esos contextos en la construcción de la movilización social, y de otra, sepan extraer factores sociales (fundamentalmente materiales pero también pertenecientes al campo de la subjetividad) que reproducen conflictos y que condicionan la organización de la acción colectiva.

Bibliografía

- MENDES DE ALMEIDA, Angela. Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Argentina, n. 2, p. 29-33, septiembre 2000.
- AI. *Guatemala, ¿hasta cuando la impunidad?*. Madrid: Editorial Amnistía Internacional, 1997.
- BASTOS, Santiago y CAMUS, Manuela. *Quebrando el silencio: organizaciones del pueblo maya y sus demandas (1986-1992)*. Guatemala: FLACSO, 1996.
- BENJAMIN, César y SALETE, Roseli. *Proyecto popular e escolas do campo*. Colección Por uma educação básica do campo n. 3. Brasília: MST, 2000.
- BOFF, Leonardo y BETTO. Frei: *Mística e Espiritualidade*. Río de Janeiro: Rocco, 1994.

- CEH. *Guatemala: memoria del silencio. Conclusiones y recomendaciones del Informe de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH)*. Guatemala: Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Trabalho apresentado no 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, de 2 a 5 de dezembro de 2.000, organizado pelo Curso de Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, 2000b.
- CALLE, Ángel. *Ciudadanía y Solidaridad*. Madrid: Iepala, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información: Economía, sociedad y cultura. Volumen II: El Poder de la Identidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- CODEHUCA: *Brecha*, San José, Comisión de Derechos Humanos de Centroamérica, CODEHUCA, enero-febrero 1997.
- CONCRAB. *CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil*. São Paulo: CONCRAB, 1999.
- CONCRAB. *O Cooperativismo no pensamento marxista*, São Paulo: CONCRAB, 2000. (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, n. 2)
- ELSTER, Jon. *El Cemento de la Sociedad. Paradojas del Orden Social*. Barcelona: Gedisa, 1991.
- EYERMAN, Ron y JAMISON, Andrew. *Social movements: a cognitive approach*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- GALTUNG, Johan. *Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*. Bilbao: Bakeaz, 1998.
- GENRO, Tarso y DE SOUZA, Urbitaran. *El Presupuesto Participativo: la experiencia de Porto Alegre*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2000.
- GOMES DA SILVA, José. A reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 165-190.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Théologie de la Libération – perspectives*. Bruselas: Lumen Vitae, 1974.
- HOFFMANN, Bert. Continuidad y cambio en la nueva política exterior de Brasil. El caso de Cuba. *Síntesis*, Madrid, n. 31-32, p. 199-215, enero-diciembre 1999.
- INCRA/FAO. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: INCRA, 1998. (obtenido: 23/6/2001 de www.dataterra.org.br/Documentos/FAO-INCRA/fatores.htm)
- KONDER Comparato, Bruno. *A ação política do MST*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)
- LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MCADAM, Doug. Cultura y movimientos sociales. In: LARAÑA, Enrique; JOHNSTON, Hank; GUSFIELD, Joseph (eds.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY J. D.; ZALD, M. (eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes*. Cambridge: University Press, 1996.
- MST. *Mística. Uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST, 1998.
- OFFE, Claus. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Sistema, 1992.

- PNUD. *Guatemala: los contrastes del desarrollo humano*. Guatemala: PNUD, 1998.
- REMHI. *Guatemala: Nunca Más*. Guatemala: Oficina de Derechos Humanos del Arzobispo de Guatemala, 1998. Informe (resumen) proyecto interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI)
- RIECHMAN, Jorge; FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. *Redes que dan libertad*. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, JAI Press Inc, 1988.
- STEDILE, João; FERNANDES, Mançano. *Brava Gente*. Argentina: Ediciones Barbarroja, 2000.
- TEIXEIRA Gerson; HACKBART Rolf. O Censo Agropecuário de 1996: Uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro. In: CÂNDIDO, Geraldo (org.), *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000. p.17-24.
- VILLELA, Moacir. A Organização Mundial do Comercio (OMC) e o comércio agrícola do mundo. In: CÂNDIDO, Geraldo (org.), *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000. p.39-43.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El futuro de la civilización capitalista*. Barcelona: Icaria, 1999
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1946.
- WEBER, Marx. *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu, 1958.
- WOODCOCK, George: *Anarchism. A history of libertarian ideas and movements*. Nueva York: New American Library, 1962.
- ZEMELMAN, Hugo. *Conocimiento y sujetos sociales: contribución al estudio del presente*. Cidade do México: Colegio de México, 1987.

Revistas e jornais

- Revista *OSAL*, n. 2, septiembre 2000.
- Carta Capital* (www.terra.com.br/cartacapital).
- Veja*.
- Folha de S. Paulo*.
- O Estado de S. Paulo*.
- El País*.

Un lugar en la bandera (la marcha zapatista)

Um lugar na bandeira
(a marcha zapatista)

One place in the flag
(the zapatista march)

Georgina Calderón Aragón

Profesora Titular de Tiempo Completo, Colegio de Geografía,
Universidad Nacional Autónoma de México.
Correio eletrônico: cat_odisea@yahoo.com

Resumo

Este artigo pretende fazer uma breve descrição da marcha zapatista, assim como analisar os caminhos que seguiu a aprovação da lei dos direitos e cultura indígena, a qual foi não somente o motivo da marcha, mas um dos sinais de que o exército zapatista pedia ao governo federal para reatar o diálogo. Nesse sentido se apresentam os lugares mais representativos por onde passaram os delegados zapatistas, assim como sua chegada à Cidade do México e sua presença no Congresso Federal, para a defesa da lei assinada entre o Governo Federal e o EZLN. Também se analisa a discussão dentro do Congresso e a aprovação, por parte desse, de uma nova lei.

Palavras-chave

Marcha zapatista – Lei Indígena.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 59-74	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

This article aims to briefly describe the Zapatista march and to analyze the routes that led to the passing of the law of indigenous rights and culture. This law was not only the reason that motivated the march, but was also one of the signs the Zapatista army demanded from the Federal government to reinitiate the dialogue. The article presents the most representative places the Zapatista delegates passed through as well as their arrival in Mexico City and their presence at the Mexican Congress where they defended the law signed between the federal government and the Zapatista National Liberation Army (EZLN). It also analyzes the discussion and approval by the Mexican Congress of a new law.

Keywords

Zapatista march – Law of indigenous.

Resumen

Este artículo pretende hacer una breve descripción de la marcha zapatista así como analizar también los caminos que siguió la aprobación de la ley de derechos y cultura indígenas la cual fue, no sólo el motivo de la marcha sino una de las señales que el ejército zapatista pedía al gobierno federal para la reanudación del diálogo. En este sentido se presentan los lugares más representativos por los que pasaron los delegados zapatistas, así como su llegada a la Ciudad de México y su presencia en el Congreso de la Unión para la defensa de la ley firmada entre el gobierno federal y el EZLN. También se analiza la discusión dentro del Congreso y la aprobación, por parte de éste, de una nueva ley.

Palabras clave

Marcha zapatista – Ley indígena.

Antecedentes

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional puso tres condiciones para reanudar el diálogo con el gobierno federal y llegar de acuerdo a un comunicado a una:

“paz firme, justa y digna, Esas tres señales son: el retiro de 7 posiciones militares del ejército federal en la llamada “zona de conflicto” (dos ya se retiraron, pero aún faltan cinco por retirar), la liberación de todos los zapatistas presos (sólo han sido liberados 17 y faltan casi 100 más), y el reconocimiento constitucional de los derechos y la cultura indígenas de acuerdo a la iniciativa de la Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa)” (Centro de Información Zapatista, 2001).

Lo importante es que dentro de la iniciativa de la Cocopa, el concepto de libre determinación de los pueblos indígenas, ocupa un lugar central, ya que recoge la aspiración autonómica de los pueblos indígenas, además, consolida el reconocimiento de sus derechos colectivos y encauza la corriente de Constituciones locales que ya tienen incorporado este concepto (casos de Oaxaca, Veracruz, Nayarit, Campeche y Chiapas). Por otro lado, y escasamente advertido, como dice Alejandro Negrín

“el concepto de libre determinación en el proyecto de reforma constitucional tendría también, de ser aprobado un impacto internacional. Puede hablarse al menos de dos efectos. Uno, el fortalecimiento del monitoreo internacional hacia el respeto a los derechos de los pueblos indígenas. Dos, ubicaría a México en una posición de vanguardia en las discusiones internacionales en torno a este tema; el hecho

de ser el primer país del mundo que eleve a rango constitucional la noción de libre determinación de los pueblos indígenas posicionaría la cuestión indígena como una de las prioridades de una nueva política exterior de derechos humanos” (Negrín, 2001, p. 10-11).

Como dice Luis Hernández:

“si bien México ha tenido siempre desde su fundación una composición pluriétnica y pluricultural, sus Constituciones no han reflejado esta realidad. Borrarlo indio, hacerlo mexicano obligándolo a abandonar su indianidad, ha sido una obsesión de las clases dirigentes desde la Constitución de 1824 ... Aunque la Constitución de 1917 reconoció la existencia de sujetos colectivos y derechos sociales no tomó en cuenta a los pueblos indios ... La reforma al artículo cuarto en 1992 estableció, por primera vez, una referencia a la existencia de los pueblos indios. Reconoció sus derechos culturales, pero sin señalar los principios, relaciones e instituciones donde esos derechos deberían materializarse, y relegó a leyes secundarias (inexistentes en muchos casos) su aplicación. La nueva redacción al cuarto constitucional no contempló demandas sustanciales: autonomía como ejercicio de la libre determinación. Por lo tanto, la referencia a la cuestión indígena presente en la Constitución es insuficiente para satisfacer las reivindicaciones indígenas” (Hernández, 2001).

Las declaraciones del presidente Vicente Fox antes de que saliera la marcha de Chiapas parecían alentadoras

“creo que el EZLN quiere la paz, y vamos a dar oportunidad a que nos lo demuestre, por eso estamos a favor de la marcha, de que vayan (los rebeldes) a la ciudad de México, que se reúnan con el Congreso, y si se puede que tengamos una entrevista también nosotros, para que ahí construyamos la paz” (Venegas, 2001, p. 7).

La noche del viernes 23 de febrero fue el tiempo de las despedidas, los abrazos, la música, el baile, los discursos. Llegaron caminando desde sus comunidades a La Realidad, La Garrucha, Moisés Gandhi y Oventic para despedir a quienes iban a llevar su mandato. Esa noche se reunieron en La Realidad cientos de tojolabales para despedir con música y baile a sus delegados. Desde ahí recorrerían más de 200 kilómetros para llegar a su primer destino, San Cristóbal, los comandantes tojolabales Tacho, Daniel, Mister, los comandantes tzeltales Abraham y Alejandro y el subcomandante Marcos.

Desde La Garrucha, recorriendo 120 kilómetros, saldrían los comandantes tzeltales Eduardo, Esther, Omar, Sergio, Moisés, Fidelia, Filemón, Gustavo, Zebedeo, Ismael y Maxo. A una distancia de 60 kilómetros de San Cristóbal, de Moisés Gandhi partieron los comandantes choles Abel y Bulmaro. Por último de Oventic partirían los comandantes tzotziles David, Isaías, Javier, Susana y Yolanda, quienes atravesarían 60 kilómetros para llegar a la ciudad de Jovel, como ellos le denominan.

En la ciudad de los auténticos coletos, en el parque central, bajados de las montañas, unos 20 mil zapatistas tomaron nuevamente la ciudad, como en el ya un poco lejano primero de enero de 1994, en la concentración política más grande llevada a cabo en Jovel. Sólo que esta vez no lo hicieron los zapatistas armados del EZLN, sino sus bases de apoyo, civiles de comunidades de toda la región indígena de Chiapas. Fue una gran demostración de fuerza, una última llamada a quienes se niegan a reconocer los derechos de los pueblos indios.

En San Cristóbal eran días de temor y espera. Cada vez que los zapatistas toman las calles los coletos sienten pena, no tristeza, sino pena chiapaneca, o sea, aprensión y miedo. Las clases privi-

legiadas de la ciudad alteña aguardaron durante horas la llegada de los rebeldes a la ciudad. Algunos hasta pusieron sillas en azoteas, balcones y ventanas para mirar el espectáculo. Otros, precavidos, guardaron coches y decidieron verlo por televisión. La insurrección ha cambiado la conducta de los indígenas. Dan y exigen trato de iguales. Ven a los ojos de cualquiera sin bajar la mirada. Caminan por las aceras. Acciones que anteriormente no hacían.

El discurso del subcomandante Marcos en esa plaza definió lo que representaba la movilización

“los indígenas mexicanos somos indígenas y somos mexicanos. Queremos ser indígenas y queremos ser mexicanos ... la nuestra es la marcha de la dignidad indígena. La marcha de quienes somos el color de la tierra [nombre por el cual se reconocería a la marcha] y la marcha de los todos que son todos los colores del corazón de la tierra ... hermanos son quienes con sus colores nos hermanan. Con ellos, con los hermanos colores, camina hoy el color de la tierra. Con dignidad camina y busca con dignidad su lugar en la bandera”.

Era el 24 de febrero de 2001, día de la Bandera.

Ese mismo día y antes de partir el EZLN informó que el arquitecto Fernando Yáñez Muñoz sería el encargado de servir de puente entre la delegación zapatista y diputados y senadores o directivas de los distintos partidos políticos que individualmente o en grupos quisieran dialogar con la dirigencia rebelde. Anunciaron que el arquitecto ya había aceptado la invitación y que además acompañaría a la delegación zapatista en su marcha al Distrito Federal, en calidad de invitado especial.

Desde el Distrito Federal salieron ocho camiones con más de 300 extranjeros que después acompañarían la marcha. En San Cristóbal de las Casas se dieron cita entonces, catalanes, vascos, españoles, italianos, franceses, suecos, argentinos, irlandeses, estadounidenses, finlandeses quienes llegaron para participar en la historia de este país. Los denominados monos blancos de Italia llevaron la responsabilidad de cuidar a los delegados zapatistas hasta su llegada a la Ciudad de México después de la negativa del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR) de acompañar la marcha zapatista, con el pretexto de que ésta no cumplía con las normas y procedimientos formales, lo cual puso en duda la voluntad del gobierno de Vicente Fox de asegurar el incipiente proceso de paz. Sobre todo porque el CICR había asistido a las delegaciones zapatistas en al menos 13 ocasiones además de las pláticas de paz en San Cristóbal de las Casas y en San Andrés Sacamch'en.

Como respuesta los zapatistas enviaron un comunicado en donde los cinco primeros puntos estaban relacionados con la posición de la Cruz Roja de rechazar su participación en la marcha y responsabilizaban a Vicente Fox de esta negativa, en los siguientes puntos del mismo manifestaron su posición:

“Sexto. Al bloquear la participación del CICR el señor Vicente Fox pretende presionar al EZLN para que negocie la seguridad de la marcha zapatista, a cambio de que se realice un contacto con su gobierno. El objetivo es claro: amenazar para obtener concesiones que le permitan reforzar su campaña publicitaria. Séptimo. El EZLN reitera: no habrá diálogo con el gobierno federal hasta que se cumplan las tres señales demandadas. En cambio la delegación zapatista sí dialogará con el Congreso de la Unión y con los indígenas y sociedad civil de todo el país.

Octavo. El EZLN hace un llamado a la sociedad civil nacional e internacional y al Poder Legislativo federal para que se movilicen y se manifiesten en repudio a esta cerrazón gubernamental y para que se organicen con el fin de cuidar la seguridad de la delegación zapatista.

Para terminar. A todos los pueblos indios y sociedad civil de los estados de Chiapas, Oaxaca, Puebla, Veracruz, Hidalgo, Querétaro, Guanajuato, Michoacán, estado de México, Morelos, Guerrero y Dis-

trito Federal les decimos: Ahí estaremos con ustedes, Nada nos detendrá” (Centro de Información Zapatista, 2001).

La marcha

El ciclo de movilizaciones zapatistas inició con la salida de la comandanta Ramona en septiembre de 1996 para la fundación del Congreso Nacional Indígena (CNI), siguió la marcha de los 1 111 en septiembre de 1997, continuó con la consulta de marzo de 1999 y culminó al comparecer ante diputados y senadores en el recinto parlamentario de San Lázaro.

La marcha estuvo compuesta con 23 comandantes y un subcomandante y salió de la ciudad de San Cristóbal de las Casas el 24 de febrero de 2001 para recorrer 12 estados de la República, con la intención de detenerse más tiempo en Nurío toda vez que ahí participarían en el Congreso Nacional Indígena y con el objetivo de encontrarse con el Congreso de la Unión para dialogar sobre la iniciativa de reformas constitucionales en materia de derechos y cultura indígenas elaborada por la Cocopa, la cual fue presentada al Senado de la República el 5 de diciembre de 2000, después de haberse firmado los acuerdos de San Andrés entre el gobierno federal y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional el 16 de febrero de 1996.

Así es que desde los cinco Aguascalientes salieron los delegados zapatistas para recorrer San Cristóbal, Tuxtla, La Sepultura, La Ventosa, Juchitán, Orizaba, Puebla, Tlaxcala, Ciudad Sahún, Pachuca, Actopan, Tepa-El Mexe, Ixmiquilpan, El Tephé, San Juan del Río, Querétaro, Acámbaro, Zinapécuaro, Pátzcuaro, Uruapan, Nurío, Morelia, Zitácuaro, Bosencheve, Temoaya, Toluca, La Pilita, Tres Marías, Cuernavaca, Tepoztlán, Iguala, Cuautla, Anenecuilco, Chinameca, Tlaltizapán, Milpa Alta, San Pablo Oztotepec, Xochimilco y en la ciudad de México, Cuicuilco, la Villa Olímpica, la Escuela Nacional de Antropología e Historia, el Instituto Politécnico Nacional, la Universidad Autónoma Metropolitana, la Universidad Nacional Autónoma de México y el Palacio Legislativo de San Lázaro.

Sin podernos detener, por razón de espacio en cada una de las plazas que visitaron, nos detendremos en los lugares en donde fue de mayor trascendencia su presencia. Comenzó recorriendo el mundo indígena del sur-sureste en donde fueron recibidos con plazas y calles aledañas llenas, principalmente de indígenas que llegaron desde sus comunidades para expresarles su apoyo. En estos lugares el subcomandante Marcos dejó de ser un lector de comunicados para convertirse en un orador con sentido del humor. Además de Marcos en todos los casos tomaban la palabra algunos de los comandantes para explicar el motivo de la marcha, la ausencia de derechos indígenas, la importancia de la autonomía de los pueblos indios, etcétera.

La concurrencia formada por los distintos grupos étnicos de acuerdo a la zona apoyaban con consignas y comentarios. El grito que más se escuchó a lo largo de toda la marcha fue “no están solos”. Mientras que la estrategia publicitaria del presidente, distribuida a lo largo de los caminos, comunidades y pueblos fue mediante carteles con la leyenda “Di sí a la paz”.

Los estados del sureste que recorrieron los delegados del EZLN tienen problemas comunes, de acuerdo con *La Jornada* en ellos se

“dibuja un mapa de los territorios invisibles de los pueblos indios del país, el trazo es un recuento de avatares y luchas: expulsión de sus espacios tradicionales de existencia, migración forzada a las ciudades, abandono del agro y sus secuelas, instalación de maquiladoras, proyectos de biopiratería, siembra de transgénicos, corredores industriales, de urbanización y de transporte, caciquismo, represión, hostigamiento militar y paramilitar, asesinato, cárcel, abuso e imposición de autoridades, saqueo de tierras, hambre, desnutrición, descalificación, división artificial de sus comunidades, programas impuestos

meramente paliativos, todo como resultado de un menosprecio y un racismo enraizados en un sistema que no les reconoce más derechos que el de integrarse (léase desarticularse) y desaparecer como campesinos, como personas pertenecientes a una comunidad o a un pueblo” (*La Jornada*, 2001, p. 16).

En cada concentración los discursos eran diferentes y en todas las del sur-sureste el componente indígena fue avasallador. En Oaxaca sobre el orgullo indígena y en contra del Plan Puebla Panamá. Marcos insistió en los significados de la autonomía indígena

“queremos vivir en el presente y construirnos con todos un futuro. Lo que no queremos es dejar de ser indígena. Estamos orgullosos de serlo. Orgullosos de nuestra lengua. Orgullosos de nuestra cultura. Orgullosos de nuestro vestido. Orgullosos de nuestra lucha como mujeres y como indígenas y como pobres. Orgullosos de nuestra forma de gobernar y gobernarnos. Orgullosos de nuestra forma de trabajar. Orgullosos al fin, de ser del color de la tierra. Por eso queremos la autonomía indígena. No para separarnos del país y agregar otra nación pobre a las que ya hay en abundancia. La queremos para cuidar con sabiduría la tierra. Para hacerla rica y próspera para nosotros y para todo el país. Para evitar que la saqueen y la destruyan y la maten”.

En Puebla el mensaje estuvo centrado en la dignidad

“cuando hablamos de la dignidad indígena estamos hablando de lo que somos como indígenas y de lo que es el otro que no es como nosotros. La dignidad indígena no es dominar al otro que no es indígena, someterlo, destruirlo, humillarlo, ignorarlo, olvidarlo. La dignidad indígena es un puente que necesita de otro lado al cual tenderse, otro para mirarlo y ser mirados”.

El valle del mezquital lugar castigado por Dios porque no llueve nunca, recibió a la delegación zapatista con un fuerte aguacero. Ya en la noche, en medio de la miseria extrema surge asombrosamente el balneario de El Tephé, donde la noche del 28 de febrero duermen los zapatistas. Es El Tephé que en otomí significa “cerro de biznaga” una empresa indígena, autónoma, próspera, en franca expansión, que opera con números negros, da empleo a 190 personas y entrega dividendos a las 300 familias otomíes que la poseen y explotan bajo el régimen de propiedad comunal desde 1991, como ejemplo para todos aquellos que no creen en la capacidad de los indígenas para trabajar en comunidad. Es un parque de 12 hectáreas, formado por un hotel con 32 habitaciones y cinco piscinas que se alimentan de las aguas de un manantial que las hace bullir a 38 grados centígrados. Este balneario tiene un buen funcionamiento ya que desde que tomaron el control eligieron un consejo de administración y aprobaron invertir en mejoras 60 centavos de cada peso de ganancia, para no tener que pedir dinero al banco.

Al día siguiente de dormir en El Tephé la caravana sufrió el único percance, se produjo porque un autobús se quedó sin frenos y provocó una carambola entre más de nueve vehículos. De inmediato, y por temor de que se tratara de una agresión, la sociedad civil encargada de la seguridad de la marcha, formó tres cordones en torno al autobús, uno de italianos, del grupo de los Monos Blancos, y los otros dos integrados por indígenas y voluntarios. Después de más de dos horas y media, el convoy continuó hacia la ciudad de Querétaro.

El Congreso Nacional Indígena

El Congreso Nacional Indígena es el heredero organizativo de los diálogos de San Andrés sobre derechos y cultura indígenas, se fundó el 12 de octubre de 1996 en la Ciudad de México.

Nació al calor del debate nacional sobre la cuestión indígena propiciado por la suspensión de las negociaciones, en septiembre de 1996 y de la salida de la comandanta Ramona hacia la ciudad de México, como delegada del EZLN en la fundación del congreso. En la declaración *Nunca más un México sin nosotros*, surgida de la reunión fundacional, se exigió “*el cumplimiento inmediato y completo de los acuerdos*”. Desde entonces se ha convertido en la organización indígena nacional más amplia y representativa del país, y en una de las fuerzas sociales más dinámica.

Durante la primera Asamblea Nacional, efectuada en Milpa Alta, el 20 de noviembre de 1996, se acordó que el CNI “*es un espacio construido por todos para que se encuentren nuestros pueblos, se hablen nuestros corazones, se crezca nuestra palabra y se encauce nuestra lucha*”. El CNI se ha ido consolidando como espacio abierto de encuentro y expresión, en el que todos los indígenas tienen un lugar y, a través de él han ido configurando su rostro. No es una organización de estructura cerrada o formal. Ha ganado ya el reconocimiento de la mayoría del movimiento indígena, que ve en él “su casa” y de la opinión pública, que acepta lo genuino de su causa.

En el tercer congreso del CNI en Nurío Michoacán las comunidades contribuyeron con su trabajo para la realización del evento. Los artesanos de Ocumicho hicieron los gafetes más llamativos y codiciados; exclusivos para aquellos que participan en tareas de organización. Estaban adornados por pequeñas caras de zapatistas, hechas de barro. Además cientos de manos anónimas trabajaron voluntariamente durante un mes para convertir una abandonada escuela secundaria y un potrero en un rústico centro de convenciones. Unos aportando fuerza de trabajo, otros recursos en especie, algunos más sus habilidades, todos sin esperar algo a cambio.

Desde la ciudad de Uruapan se podían trasladar los delegados de manera gratuita hasta Nurío, mediante taxis. Lo que más les causó problemas fue la elaboración de las letrinas. El problema de la alimentación se superó al ser proporcionada por diferentes comunidades las cuales apartaron maíz o alguna vaca de sus hatos ganaderos. También se construyeron bancas para tres mil personas, se instalaron veinte regaderas, ochenta baños y dos cocinas.

La secundaria técnica 69 de Nurío tiene historia, fue la primera que se estableció en una comunidad del pueblo purépecha. Surgió en 1980, construida por faenas, a consecuencia de una movilización de comuneros de varios pueblos de la meseta. El programa de la escuela se diseñó para solucionar los problemas que enfrenta la educación indígena. Se trataba de arraigar a los estudiantes, capacitándolos en los problemas específicos de la región, involucrar a los viejos en la enseñanza e incluir en el proyecto a todas las comunidades de la zona. En 1982 los padres de familia y los maestros presionaron hasta que se cambió la clase de inglés por una de lengua purhé.

En este escenario arrancó el Tercer Congreso Nacional Indígena, con un llamado a la unidad de los pueblos indios del país para que juntos defiendan ante el Congreso de la Unión la iniciativa de ley sobre derechos y cultura indígenas de la Cocopa, así como los Acuerdos de San Andrés. Ante casi 4 mil delegados indígenas y unos 5 mil observadores e invitados nacionales e internacionales se instalaron las cuatro mesas de trabajo en las que los temas únicos fueron el análisis de la iniciativa de la ley de la Cocopa y los acuerdos de San Andrés, así como las estrategias que deberán seguirse para lograr su inclusión en la Constitución.

El documento resolutivo confirmó la inclusión de 42 pueblos indios de todo el país a las causas zapatistas. El CNI asumió como propia la iniciativa de ley de la Cocopa, al considerar que retoma en espíritu y letra los Acuerdos de San Andrés Sacamch'en. Los representantes de los pueblos indios reunidos en Nurío, se sumaron a la exigencia en el cumplimiento de las tres señales que el EZLN demandó al gobierno federal para reanudar el diálogo y anunciaron la integración de una comisión especial que los acompañara en su recorrido. Quedó de manifiesto la existencia de una verdadera cohesión entre los pueblos indios del país y el EZLN. Todo parecía indicar que los

representantes indígenas llegarían al Distrito Federal fortalecidos, con un enorme capital político, con la legitimidad de representar a un movimiento indígena nacional.

También puntualizaron su postura con relación a sus demandas, determinaron *“llevar la autonomía a la práctica en municipios y regiones, vamos a recuperar nuestras aguas, bosques, tierras, santuarios, sitios históricos; recuperaremos nuestros territorios”*. En ese sentido aclararon:

“somos pueblos porque llevamos en nuestra sangre, en nuestra carne y en nuestra piel toda la historia, toda la esperanza, toda la sabiduría, la cultura, la lengua y la identidad, toda la raíz, la savia ... que nuestros padres y madres nos encomendaron y que sembraron en nuestras mentes y corazones para que nunca jamás se olvidara o perdiera”. El reconocimiento constitucional de nuestros territorios y tierras, que representa la totalidad de nuestro habitat “es sagrado porque allí reproducimos nuestra existencia material y espiritual como pueblos, para poder conservarlos íntegramente y mantener la tenencia comunal de nuestras tierras, pues sólo así es posible preservar nuestra cohesión social, conservar las formas de trabajo gratuito y colectivo en beneficio de toda la comunidad y asegurar el patrimonio y futuro de las próximas generaciones”.

Terminado el congreso los comandantes zapatistas, ahora acompañados por la comisión y los asesores del CNI, marcharon hacia el Distrito Federal. En el Centro Ceremonial Otomí en Temoaya el subcomandante Marcos anunció que

“a partir del día de hoy, comenzaremos a mandar mensajes a la ciudad de México. Son siete mensajes, tienen cada uno sentido factorial. Es decir, el uno más el dos tienen un sentido. El uno más el dos más el tres tienen otro sentido. Y así hasta cumplir el séptimo. Llegado el séptimo entraremos a la ciudad de México. Este es el primer mensaje de los siete “Nada deben temer: Que teman quienes cierran los ojos y la boca para oír y hablar con los que somos. Serán entonces hechos a un lado. Verán impotentes cómo recuperan voz los sin voz y adquieren rostro los sin rostro. Entonces nada valdrán sus voces que remedan las de los conservadores, las de los que quisieron hacernos imperio, las de los hacendados partidistas, las de los Carlos Salinas de Gortari, las de los Ernesto Zedillo. Ninguno de ellos está ya, y nosotros aquí estamos. La historia tiene un lugar para cada uno. Cada uno lo toma o lo deja. En la suma y en la resta no sólo suman los sí y los no, también suman los silencios”.

En Tepoztlán leyó su segundo mensaje:

“El silencio que somos quienes color de la tierra somos, fue roto. Sobre sus pedazos nos levantamos. No está en juego la posibilidad de volver a ser lo que éramos y no somos. Tampoco el que nos convirtamos. Lo que está en juego es si se reconoce o no el lugar que ya tenemos y en el que somos. Es la posibilidad de ser con todos y no bajo los otros. No importa el pequeño nosotros que del gran nosotros somos. Importan todos: los que hacen leyes y los que las legitiman. Nosotros, quienes hacen la historia y quienes la escriben”.

El tercer mensaje fue leído en Iguala: *“Este es México. Para hacer una guerra hay que desafiar al gobierno. Para alcanzar la paz con justicia y dignidad también hay que desafiar al gobierno. Desafiemos pues, a quien se oponga, desafiémoslos nosotros a ellos”.*

Cuautla fue el lugar donde se dio la última reunión entre Francisco I. Madero y Emiliano Zapata antes de la ruptura que dio a luz el Plan de Ayala y en donde se dio lectura al cuarto mensaje: *“Caminaremos entonces el mismo camino de la historia, pero no lo repetiremos. Somos de antes, sí, pero somos nuevos”.*

En Milpa Alta se pronunció el quinto mensaje:

“No tenemos dos rostros, dos pies sí, y el uno y el otro se necesitan para caminar. Cuando la luna es reina, quien tres dolores carga anuncia que por tres noches la fuerza se hará más fuerza con el color de la tierra. Amaneciendo el séptimo día del paso que salió de la casa del purépecha, el color de la tierra pintará toda la tierra que se crece hacia arriba. Apenas entonces empezará a morir la pena y con todos los colores bailará el color que somos de la tierra”.

Ese mismo día, se dejaron libres a los zapatistas que estaban presos en las cárceles de Chiapas. Con estos casos sumaron ya 77 presos liberados. El abogado de los reclusos, Miguel Ángel de los Santos, aseguró que aún faltarían 15 personas por liberar. Diez de ellas están en distintas cárceles del estado, acusados de delitos del fuero federal, tres más en Tacotalpa Tabasco, y dos en Querétaro. Los detenidos están acusados de portación de arma, daños y delitos contra la salud. Detenidos que hasta la fecha no han sido liberados.

El sexto mensaje lo dijo el subcomandante Marcos en Xochimilco:

“Amaneciendo el séptimo día del paso que nacimos colectivo será velada la palabra. Sobre los hombros del trigo, pan seremos con los todos que somos. La tierra que se crece hacia arriba abrirá sus ojos y oídos al paso del color de la tierra, es decir, nos abrirá los brazos. El día repetirá el uno en el espejo y la rebeldía reiterará la historia. Marzo verá el silencio hecho añicos y otra voz, la morena, voz será entre todas las voces que cantan”.

Estancia en la Ciudad de México

El arribo del contingente del EZLN al Zócalo de la ciudad de México, simbólica e histórica sede política de la nación, sería el punto de partida de una nueva etapa del zapatismo y los pueblos indios: la negociación política para obtener el reconocimiento constitucional de sus derechos como pueblos. En ese zócalo se pronunció el séptimo mensaje: *“El séptimo mensaje son ustedes”*, dijo Marcos ante un Zócalo con más de 200 mil personas que abarrotaron la plaza. Estaban en el corazón del país.

El CNI también demandó que *“se abran las puertas de la tribuna máxima del país para que el EZLN y la representación de nuestros pueblos puedan hacer uso de la palabra ante los legisladores. Esa tribuna es del pueblo mexicano, no de las fracciones parlamentarias”*.

Con la llegada de los zapatistas a la Ciudad de México continuó la discusión en la Cámara de Diputados para determinar en qué términos se reunirían con los zapatistas. El martes 13 le enviaron una propuesta para reunirse sólo con 10 diputados, 10 senadores y la Cocopa. Propuesta que fue rechazada por la comandancia general del EZLN y los integrantes del CNI y demandaron el uso de la tribuna para explicar a todos los legisladores y al pueblo de México las bondades de la iniciativa de ley de Derechos y Cultura Indígenas. En voz de Marcos

“la propuesta es humillante e indigna ... Es muy poco serio que el Congreso salga con la propuesta de reuniones en lo oscuro. No aceptamos un diálogo vergonzante con el Poder Legislativo, limitado a un rincón y con un reducido grupo de legisladores ... Nosotros decimos que en nuestra demanda de comparecencia ante el Congreso de la Unión están en juego tres cosas: el reconocimiento constitucional de las derechos y cultura indígenas, la posibilidad de un proceso de paz exitoso en Chiapas y la señal definitiva de toda la clase política de la nación de que son el diálogo y la negociación el camino para resolver los conflictos ... El EZLN y el CNI están pidiendo la tribuna, nadie ha dicho que será

Marcos el que la use ... Nosotros estamos aquí para dialogar con el Congreso de la Unión, y en cuanto el señor Fox cumpla con las tres señales dialogaremos con su representante”.

Los zapatistas continuaron recibiendo el apoyo de la población, durante las visitas que realizaron en las distintas plazas tanto en comunidades indígenas como en centros educativos de la Ciudad de México. Pero también se comenzaron a escuchar a las personas que no querían que se abriera la tribuna legislativa para ellos. Como ejemplo, Jorge Espina Reyes, presidente nacional de la Confederación Patronal de la República Mexicana (Coparmex), afirmó que los legisladores *“tendrían que estar mal de la cabeza” para aprobar una iniciativa de ley sobre cultura y derechos indígenas en los términos que lo demanda el EZLN, con la creación de entidades autónomas*”. El dirigente empresarial calificó al EZLN como *“un grupo intransigente, con intereses y apoyos sospechosos de extranjeros que gozan en sus respectivos países de mala reputación”*, refiriéndose a los distintos intelectuales de diferentes partes del mundo que acompañaron y apoyaron la marcha.

Otras voces surgieron desde los propios legisladores. El senador Diego Fernández de Cevallos durante una entrevista dijo:

“si vamos a llegar a que en este país sólo se diga, se piense y se haga lo que diga Marcos ¡pobre país! Se está haciendo una práctica generalizada en algunos suponer que en este país se tiene que hacer, decir y pensar lo que piense, haga o diga Marcos y el que no esté de acuerdo está provocando la guerra y está contra la paz ¡Esto es de una intolerancia inaudita! ... Más aún cuando no podemos olvidar que estamos hablando de un grupo armado que ha declarado la guerra al gobierno y a las instituciones de México, y que esa declaración de guerra está mantenida hasta el día de hoy”.

Así las cosas, y ante la cerrazón de la clase política del país, el 18 de marzo el subcomandante Marcos anunció mediante un comunicado que el EZLN *“decidió dar por terminada su estancia en la capital del país e iniciar el próximo viernes 23 su retorno a las montañas del sureste mexicano”*. Entre los puntos más importantes del comunicado Marcos apuntaba:

“1) Durante siete días , desde el pasado 13 de marzo, el EZLN ha esperado con paciencia que el Congreso acepte su disposición al diálogo digno y respetuoso. 2) El EZLN lamenta que en el Congreso hayan podido más las grillas internas, los pleitos de poder, los grupos conservadores que confunden la tribuna con un club de acceso exclusivo, y los que nos quieren utilizar para saldar sus cuentas, positivas o negativas, con el foxiequipo. 3) Sólo los políticos cavernarios suponen que pueden actuar con las mismas posiciones racistas, soberbias y autoritarias de las épocas de la Colonia y el porfirismo. Estas posiciones son ya insostenibles en el México actual” (Centro de información zapatista, 2001).

El jueves 22, un día antes de la partida del EZLN las juntas de Coordinación Política del Congreso de la Unión enviaron un texto en el que manifestaron su disposición para tener un encuentro con la comandancia zapatista *“nunca más un acuerdo nacional sin la participación y aportación esencial de pensamiento indígena”*, expresaron en el texto firmado por los líderes del Congreso y redactado, ahora sí, en papel membretado. Esa misma noche, un tiempo después de haber recibido la invitación, el subcomandante Marcos anunció que el EZLN decidió aceptarla *“si no hay trampa el Ejército Zapatista de Liberación Nacional estará en la máxima tribuna promoviendo el reconocimiento constitucional de los derechos y cultura indígena”*. La propuesta de la Cámara de Diputados se formuló a la misma hora en que se realizaba el mitin de despedida a un costado del Palacio Legislativo *“Parece que la puerta del diálogo comienza a abrirse”*. La situación cambió en las últimas 24 horas cuando los actores políticos dieron un giro inesperado que se tradujo en la

aceptación para la comparecencia. El resultado de la votación fue cerrado, 220 votos a favor del PRD, PT, PVEM y la mayoría priísta y 210 votos en contra por parte de la bancada de Acción Nacional, de 20 diputados del PRI y siete abstenciones.

El EZLN destacó en un comunicado que todos sus invitados al salón de plenos de la Cámara de Diputados serían representantes indígenas, quienes *“por primera vez no entrarán por la puerta trasera del Congreso y tendrán presencia en condiciones dignas y respetuosas”*, después de que se especuló que sus invitados podrían ser los políticos o escritores internacionales. El formato de diálogo quedó establecido hasta el martes 27, consistiría en intervenciones del EZLN por 30 minutos (todos suponían que sería Marcos) y el CNI con tres intervenciones de 15 minutos, después habría comentarios por los grupos parlamentarios hasta por 10 minutos para terminar con un mensaje de despedida por parte del EZLN de 3 minutos. Las televisoras consideraron que iba a ser un hecho histórico y decidieron pasarlo sin cortes los canales 9 de Televisa, el 7 de Televisión Azteca y Canal 40. Así como Radio Red.

El Congreso de la Unión

Llegó el miércoles 28, el autobús se detiene, los comandantes bajan en fila india e ingresan a la cámara. Y efectivamente, el subcomandante no viene cerrando la fila como suele hacerlo. Y a la tribuna, contra todos los pronósticos y deseos, subió a dar el mensaje político la comandanta Esther y su discurso estuvo plagado de simbolismos y puntos de vista que muchos no se esperaban. En respuesta a la posición del PAN dijo

“hubo quienes apostaron a que usaríamos esta oportunidad para insultar o cobrar cuentas pendientes y que todo era parte de una estrategia para ganar popularidad pública. Quienes así pensaron no están presentes. Pero hubo quienes apostaron y confiaron en nuestra palabra. Esos nos abrieron esta puerta de diálogo y son los que están presentes”.

Con relación a la participación de Marcos en la tribuna aclaró

“algunos habrán pensado que esta tribuna sería ocupada por el sub Marcos y que sería él quien daría el mensaje central de los zapatistas. Ya ven que no es así. El subcomandante insurgente Marcos es eso, un subcomandante. Nosotros somos los comandantes, los que mandamos en común, los que mandamos obedeciendo a nuestros pueblos. Al sub y a quien comparte con él esperanzas y anhelos les dimos la misión de traernos a esta tribuna ...”

Con relación a las diferencias entre los indígenas y los mestizos hizo un símil con el Congreso mismo

“aquí en este Congreso, hay diferencias marcadas, algunas de ellas hasta contradictorias, y hay respeto a esas diferencias. Pero aún con estas diferencias, el Congreso no se parte, no se balcaniza, no se fragmenta en muchos congresitos, sino que, precisamente por esas diferencias y por el respeto entre ellas, se construye sus normas ... Ese es el país que queremos los zapatistas. Un país donde se reconozca la diferencia y se respete. Donde el ser y pensar diferente no sea motivo para ir a la cárcel, para ser perseguido o para morir”.

Habló sobre la situación de la mujer en las comunidades, pero para dejar claro que las indígenas

“nosotras sabemos cuáles son buenos y cuáles son malos los usos y costumbres. Malas son de pegar y golpear a la mujer; de venta y compra, de casar a la fuerza sin que ella quiere, de que no puede participar en asamblea, de que no puede salir en su casa”.

Por último, saludó el anuncio de la desocupación militar de Guadalupe Tepeyac, La Garrucha y Río Euseba

“en este caso, sus órdenes han sido señal de paz y por eso nosotros, los comandantes y las comandantas del EZLN también daremos órdenes de paz a nuestras fuerzas: Ordenamos al compañero subcomandante insurgente Marcos que, como mando militar que es de las fuerzas regulares e irregulares del EZLN, disponga lo necesario para que no se realice ningún avance militar de nuestras fuerzas sobre las posiciones que ha desocupado el Ejército federal; y que ordene que nuestras fuerzas se mantengan en sus posiciones actuales de montaña”.

También instruyó al arquitecto Yáñez para que junto con la Cocopa y el comisionado de la paz certifiquen que las siete posiciones están libres de toda presencia militar y que se ha cumplido así una de las tres señales demandadas por el EZLN para el reinicio del diálogo. Lo instruyeron también para que trabaje en el cumplimiento de las dos señales restantes y se pueda así reiniciar formalmente el diálogo. Estaban, ahora sí, listos para dejar la capital del país.

El regreso a las comunidades

Así las cosas el sábado 31 de marzo los delegados del EZLN a las diez de la mañana, traspasaron las rejas de la Escuela Nacional de Antropología e Historia donde los estudiantes, profesores, trabajadores y autoridades acogieron durante 18 días a los zapatistas y a los integrantes del CNI que participaron en la marcha por la dignidad indígena. Se fueron después de haber cumplido su cometido: llevar la voz indígena a la tribuna de San Lázaro y desde ahí demandar la aprobación de la iniciativa de reformas constitucionales de la Cocopa que significa el reconocimiento de los derechos y la cultura indígena.

El regreso a las comunidades estuvo plagado de emociones. Los indígenas de las cañadas de Ocosingo recibieron con alegría y muestras de apoyo a los delegados del EZLN, a quienes les dieron una cálida bienvenida al foro Aguascalientes: esta es su casa. Trataron a los dirigentes rebeldes como “héroes” que regresaban después de una batalla. El subcomandante Marcos regresó a esta comunidad tzeltal, después de seis años. Habló a la multitud en tzeltal. Fue la primera vez que se le escuchó hablar en público en una lengua indígena. Narró las actividades llevadas a cabo por la caravana. Los estados que atravesaron, los pueblos indios con los que entraron en contacto y la llegada a la Ciudad de México. Relató el momento en que los delegados zapatistas y los representantes del CNI hablaron en la máxima tribuna de la nación para defender la ley Cocopa. Recordó a las personas solidarias de otros países que los acompañaron durante la marcha. En su turno Gabino del municipio autónomo San Manuel, dijo: *“todos los pueblos estamos muy a gusto por recibirlos vivos”*, reafirmando así la preocupación principal cuando los vieron partir el 24 de febrero.

En La Realidad, termina la marcha, tocó fin una de las más prolongadas y resonantes acciones políticas del zapatismo. Llegaron a tiempo para la siembra. No hay que olvidar que, antes que comandantes, son campesinos. Miles de mujeres y hombres tojolabales los esperaban. El mayor Moisés entregó al subcomandante Marcos el rifle R15 y el revólver que había dejado en prenda el 24 de febrero. Mientras se bailaba, como a las tres de la mañana, el subcomandante Marcos, el

mayor Moisés y el comandante Tacho desaparecen en el silencio de la noche porque *“todavía falta el camino a casa”*.

La resistencia

Pero el diálogo no ha podido reiniciar pues las otras dos señales demandadas no se han cumplido, ya que no han sido liberado todos los presos y, sobre todo, si bien se aprobó por el Congreso una ley sobre derechos y cultura indígena, ésta está muy lejos de la ley presentada por la Cocopa. Así que como dijo Carlos Montemayor *“el diálogo y la apertura requieren de un largo camino. No son sólo el milagro de un instante”*.

Comenzó entonces la discusión en las comisiones dictaminadoras de la iniciativa de la ley sobre derechos y cultura indígenas. Encabezados por el presidente Manuel Bartlett del PRI, junto con Luisa María Calderón del Pan y Demetrio Sodi de la Tijera del PRD, anunciaron el compromiso por trabajar de manera acelerada para lograr el consenso entre las fuerzas políticas representadas en el Senado de la República y aprobarla en el periodo de sesiones que estaba en marcha. Sodi de la Tijera precisó que la fracción parlamentaria perredista ya tiene una postura definida, *“que es aprobar el proyecto de ley indígena de la Cocopa sin ningún cambio de fondo”*.

Pero los cambios se dieron y cuando faltaba una semana para que concluyera el periodo de sesiones en el Senado de la República se complicó la negociación del proyecto de reforma constitucional indígena, aunque los indicios ya indicaban una negociación entre las fracciones de los partidos del PAN y del PRI. El lunes 23 de abril se presentó por la noche un proyecto de dictamen, que según PRI y PAN prácticamente recogía todo el contenido de la iniciativa de la Cocopa. Sus hacedores Manuel Bartlett del PRI y Diego Fernández de Cevallos del PAN confiaron en la aprobación del borrador lo más rápido posible. El PRD en el Senado se opuso al principio en la propuesta ya negociada pero, después de tres días de cabildeo y sin haber logrado que se hiciera ninguna modificación, la propuesta del Bartlett-Cevallos se aprobó en el Senado el 25 de abril con 109 votos a favor, por todas las fracciones parlamentarias. Se impuso la lógica de la cantidad de votos y de las negociaciones entre partidos, porque la fuerza y la autoridad no se logran con los argumentos jurídicos y políticos que pueden esgrimirse. No se consideró que la iniciativa de la Cocopa era producto de una negociación, que no expresaba sólo la voluntad de los pueblos indígenas, que ya les llegaba con candados y acotaciones.

En ella se reconoció el derecho a la autonomía de los pueblos indios, pero no se hicieron las reformas al artículo 115 para permitir que la misma tuviera expresión territorial. Se cambió el término de uso y disfrute de los recursos naturales por el de “uso preferente”, mientras que la definición de las comunidades indígenas como “entidades de derecho público” pasó a “entidades de interés público” lo que significa que no se les dota de personalidad jurídica, acordada en San Andrés.

Por su parte, en la Cámara de Diputados también se aprobó la ley con 386 votos a favor por los legisladores de los partidos PAN, PRI y PVEM y 60 en contra de PRD, PT y cinco diputados del PRI. Los comentarios se dieron inmediatamente. Mientras unos decías que era una ley que había nacido muerta porque no considera las necesidades de las etnias ni está a la altura de sus reclamos. Otros, consideraban que era un paso adelante hacia el reconocimiento de los derechos de los pueblos indios.

El EZLN mediante un comunicado, rechazó la reforma porque

“no retoma el espíritu de los Acuerdos de San Andrés, no respeta la “Iniciativa de Ley de la Cocopa”, ignora por completo la demanda nacional e internacional de reconocimiento de los derechos y la cultu-

ra indígenas, sabotea el incipiente proceso de acercamiento entre el gobierno federal y el EZLN, traiciona las esperanzas de una solución negociada de la guerra de Chiapas y revela el divorcio total de la clase política respecto de las demandas populares” (Centro de Información Zapatista, 2001).

En otro comunicado el subcomandante Marcos fue más sarcástico:

“¿de manera que la “maldita trinidad” (que como su nombre lo indica, está formada por cuatro: Diego, Jackson, Chucho y Bartlett) volvió a hacer de las suyas en el Senado? ¿Qué no les importa la guerra en Chiapas? ¡Claro que les importa! Por eso elaboraron esa reforma. Porque así aseguran que la guerra no termine, que los militares continúen con sus negocios sucios en Chiapas, que los zapatistas se mantengan en la clandestinidad, y que los indígenas sigan siendo objetos de limosnas y desprecios. Ya se ve ahora que el problema no era de “puntos y comas”. Si algún nombre merece esa reforma es el de “Reconocimiento Constitucional de los Derechos y la Cultura de Latifundistas y Racistas” ¿Y qué tal el Fox aplaudiendo la burla legislativa? Claro, como que él la apadrinó ... Si, ya sabemos lo que viene: una gran campaña de medios sobre la “intransigencia zapatuda”, aumento de la presión militar y policiaca, reactivación de grupos paramilitares, ofensiva, etcétera. Esta película ya la vimos y el desenlace es conocido (pregúntenle al señor Zedillo)” (idem).

A partir de este comunicado el EZLN guardó silencio.

Pero, para que la reforma de ley pase a la Constitución tiene que ser aprobada por 16 de las 31 legislaturas locales y por el ejecutivo. Así es que la ley se envió, una vez aprobada por la Cámara de Diputados a los congresos estatales para su aprobación. El primer Congreso que la aprobó fue el del estado de Veracruz el jueves 24 de mayo y se siguieron aprobando en los distintos estados hasta el 18 de julio, fecha en que se consumó la reforma constitucional y la cual fue turnada al presidente Fox para su promulgación.

Los estados que votaron a favor fueron Veracruz (24 de mayo), Puebla (29 de mayo), Colima (29 de mayo), Aguascalientes (30 de mayo), Querétaro (31 de mayo), Campeche (31 de mayo), Guanajuato (31 de mayo), Durango (6 de junio), Quintana Roo (7 de junio), Coahuila (12 de junio), Jalisco (21 de junio), Sonora (28 de junio), Tlaxcala (29 de junio), Nuevo León (1 de julio), Tabasco (9 de julio), Nayarit (12 de julio), Michoacán (12 de julio), Chihuahua (17 de julio).

En contra votaron las legislaciones locales de los estados de Oaxaca (6 de junio), Zacatecas (6 de junio), Baja California Sur (14 de junio), Sinaloa (21 de junio), Morelos (22 de junio) (votación sin validez legal por no estar respaldada por las dos terceras partes del congreso), Chiapas (28 de junio), Guerrero (28 de junio), Hidalgo (28 de junio), San Luis Potosí (28 de junio), Estado de México (6 de julio).

El sábado 14 de julio se abrió el debate sobre la legalidad de los votos emitidos por las legislaturas locales en torno a la ley indígena y abogados y legisladores del PRD y del PT, en varios congresos estatales, preparan recursos de controversia constitucional contra esa reforma, porque argumentaban que no se cumplieron con los requisitos de la Carta Magna. El problema es que hay un vacío en la Constitución federal y cinco criterios de las legislaturas de las 31 entidades para votar a sus propias constituciones.

Si bien las controversias constitucionales se ingresaron, todavía no han sido resueltas por el Poder Judicial, lo cierto es que en los diez estados donde reside alrededor del 80 por ciento de la población indígena, los congresos votaron en contra de la reforma en la materia, con el argumento que no resuelve los problemas de discriminación, libre determinación de los pueblos, autonomía y pluriculturalidad. El voto en contra lo sostuvieron porque la ley indígena está alejada de la inicia-

tiva de la Cocopa, no cumple con los acuerdos de San Andrés, no resuelve el conflicto en Chiapas, ni se llega a la paz, objetivos por los que fue enviada al Congreso de la Unión.

Después del comunicado en el que rechazaban la ley aprobada por el Congreso de la Unión, inició nuevamente un tiempo de resistencia sin palabra. Así es que después de un recorrido lleno de símbolos ya que inició el día de la Bandera, símbolo que encarna la pertenencia a una nación. Los zapatistas la demandaron para ellos. Con eso quisieron aplacar las acusaciones a sus pretendidas intenciones separatistas. Visitaron las más pobladas y representativas zonas indígenas. Recibieron los míticos bastones de mando y fueron elevados al rango de jefes políticos de las principales etnias del país. Mostraron la cara sucia, pobre y fea de la República. Emularon el recorrido de Emiliano Zapata. Visitaron con éxito las dos universidades públicas del D.F. e hicieron lo posible por pisar suelo y realizar actividades en todos los rincones en donde existe tradición de lucha popular. No lograron el reconocimiento que querían.

Así como tampoco obtuvieron lo expresado en un comunicado de febrero de 2001 decían “Nosotros los indígenas hemos pintado esta bandera. Con nuestra sangre le pusimos el rojo que la adorna. Con nuestro trabajo cosechamos el fruto que el verde pinta. Con nuestra nobleza blanqueamos su centro. Con nuestra historia el águila devorando la serpiente le pusimos para que México se nombraran el dolor y la esperanza que somos. Nosotros hicimos esta bandera y, sin embargo, no tenemos un lugar en ella”. Y ciertamente el Congreso de la Unión nuevamente les negó un lugar en la bandera.

Bibliografía

- CENTRO DE INFORMACIÓN ZAPATISTA. *La marcha del color de la tierra*: comunicados, cartas y mensajes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. México: Rizoma/Causa Ciudadana, 2001. 417p.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. Constitución y derecho indígena. In: LA JORNADA (ediciones). *El otro jugador*. México: La Jornada, 2001. p. 87.
- LA JORNADA (ediciones). *El otro jugador*. México: La Jornada, 2001. 381p.
- NEGRÍN, Alejandro. La iniciativa de la Cocopa tendría impacto internacional. *Masiosare La Jornada*, México, p. 10-11, domingo, 11 feb. 2001.
- VENEGAS, Juan Manuel. Si se puede, nos entrevistaremos con el EZLN, dice el presidente. *La Jornada*, México, p. 7, sábado, 10 feb. 2001.

O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato

The MST project of settlements territorial development and peasants

El proyecto del MST de desarrollo territorial de los asentamientos y campesinos

João Edmilson Fabrini

Professor do Depto de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de M. C. Rondon.
Correio eletrônico: fabrini@unioeste.br

Resumo

A expansão das relações capitalistas no campo ocorre de forma desigual. Neste contexto, os camponeses têm construído seu lugar social por meio das lutas, como é o caso daquela desenvolvida pelos sem-terra nos assentamentos. Entretanto, no projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos, operacionalizado pelas cooperativas, o camponês não tem lugar. Embora recentemente o MST tenha realizado alguma revisão, as cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos. Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário. Mas, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento do MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, associações, grupos coletivos, relações de vizinhança, etc.

Palavras-chave

Desenvolvimento desigual – Camponeses – Sem-terra – Assentamentos – Território.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 75-94	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

The capitalist relations expansion in the field occur in an uneven way. In this context, the peasants have constructed their social place by means of fights, as it is the case of that one developed by the landless in the settlements. However, at the MST (Landless Movement) project of settlements territorial development, accomplished by the cooperatives, the peasants have no place. Although the MST (Landless Movement) has recently performed some revising, the collective cooperatives are considered a superior organization way to make possible the settlements territorial development. This project is upheld in a theoretical framework that recognizes the laborer superiority and the modern production relations to construct a favorable territory to the revolutionary process. But, the settlements peasant have resisted to the MST (Landless Movement) development project. They try to accomplish a project that passes by the rural existence, materialized in the formation of a variety of settled groups as production nucleus, associations, collective groups, neighborhood relations, etc.

Keywords

Uneven development – Peasants – Landless – Settlements – Territory.

Resumen

La expansión de las relaciones capitalistas en el campo o de forma desigual. En este contexto, los campesinos han construido su lugar social por medio de luchas, como es el caso de aquellas desarrolladas por los sin tierra en los asentamientos. Mientras tanto, en el proyecto del MST de desarrollo territorial de los asentamientos operacionalizados por las cooperativas, el campesino no tiene espacio. Aunque recientemente el MST haya realizado alguna revisión, las cooperativas colectivas son consideradas una forma superior de organización para viabilizar un desarrollo territorial de los asentamientos. Este proyecto está sostenido en un bosquejo teórico que reconoce la superioridad operaria y las modernas relaciones de producción para construir un territorio favorable al proceso revolucionario. Pero, los campesinos de los asentamientos han resistido al proyecto de desarrollo del MST. Buscan colocar en practica un proyecto que pasa por la existencia campesina, materializadas en la formación de una variedad de grupos de asentados como núcleos de producción, asociaciones, grupos colectivos, relaciones de vecindades, etc.

Palabras clave

Desarrollo desigual – Campesinos – Sin tierra – Asentamientos – Territorio.

Introdução

A existência camponesa deve ser compreendida no interior da expansão das relações capitalistas de produção, que ocorre de forma desigual. Neste contexto, os camponeses têm construído seu lugar social por meio das lutas, como é o caso daquela desenvolvida pelos sem-terra nos assentamentos. No projeto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de desenvolvimento territorial dos assentamentos, operacionalizado pelas cooperativas, o camponês não tem lugar.

As cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos. Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário.

Entretanto, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento territorial elaborado pelo MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas.

A resistência camponesa e o desenvolvimento desigual das relações capitalistas

As manifestações de resistência dos camponeses são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que a possibilidade aberta e criada nas entranhas da produção de mercadoria das relações capitalistas.

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída a sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas; e mais recentemente, a “metamorfose” em agricultor familiar.

O referencial teórico marxista oficial imputou ao estudo do campesinato o sentido da divisão da sociedade em classes sociais e o conflito existente entre elas. A partir da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários (revolução socialista) foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre o campesinato. Nesta concepção, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista).

Partindo da idéia do desenvolvimento igual das relações de produção, a teorização do campesinato de Marx é a do desaparecimento numa sociedade capitalista avançada (industrial). Isso ocorre porque o fundamento teórico de Marx foi elaborado a partir dos economistas clássicos (Smith, Ricardo, etc.). A economia política se constituiu no horizonte teórico de Marx, estabelecida na produção, reprodução e circulação do capital. Neste universo de interpretação não cabia o camponês¹.

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo (o mundo da mercadoria). As relações capitalistas seriam puras e possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção e as situações irregulares estariam presentes como resíduos que cedo ou tarde seriam descartadas.

Assim, a concepção de que o modo de produção capitalista não permite a existência do campesinato parte da produção da mercadoria como uma força totalizadora do progresso e desenvolvimento das forças produtivas. A idéia de desenvolvimento das forças produtivas está relacionada à outra: de que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a passagem ao socialismo, ou seja, depois da revolução burguesa viria a revolução do proletariado.

Em *O 18 de Brumário*, um conjunto de publicações jornalísticas, Marx refere-se explicitamente ao campesinato atribuindo conteúdo político à sua prática: os camponeses não se constituem numa classe social.

“Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, por-

1. Alguns autores que utilizam o critério da produção de mercadorias para compreender a existência camponesa, como Abramovay (1992), por exemplo, entendem que não existe discussão sobre o campesinato em Marx, Lênin e Kautsky porque é impossível definir a natureza e origem dos seus rendimentos.

tanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção” (Marx, 1987, p. 137).

Engels (1981) é outro autor que analisa o campesinato. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transforma-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo. A contribuição dos camponeses para a construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre o socialismo e existência do campesinato.

Esta idéia foi exposta na crítica ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês em 1894, quando argumentou que não se justificava concessão de terra parcelar aos camponeses, como defendia o Partido, pois eles estavam em vias de extinção e desaparecimento com a intensificação das relações de produção capitalista.

A exploração da terra de forma parcelar não permite a libertação da subordinação dos camponeses, não sendo possível saída do circuito de miserabilidade. Para isso, deveria se reunir propriedade dos meios de produção e trabalho na forma de cooperativas coletivas. A formação de cooperativas era uma condição básica para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

Mas, se autores marxistas, e o próprio Marx, por um lado, não vêem possibilidades de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalista, por outro, apontam o princípio do desenvolvimento desigual e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Apontam para o entendimento de campesinato pela resistência, luta e o conflito entre as classes.

Os camponeses não estão em conflito direto com a instituição da propriedade. Na realidade, o que mais pesa aos camponeses é o capitalista porque este o subordina na circulação da produção, o que leva à expropriação e diferenciação social.

É interessante a conclusão de Amin e Vergopoulos (1986) sobre o conflito existente no campo quando afirma que os camponeses trazem a tona o funcionamento do próprio sistema que regula a transferência de renda da terra para os setores capitalistas (bancos, comerciantes, estado, indústrias, etc.).

“O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto... a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum patrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta... O verdadeiro patrão dos camponeses é a indústria e o Estado” (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da produção da mercadoria, mas na circulação da produção e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda da terra ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e também proprietários de terra.

Como o proprietário de terra está inserido numa lógica de acúmulo que tem como raiz a produção e distribuição da mais-valia, o camponês, na sua revolta, também atinge os proprietários

fundiários. A revolta atinge os proprietários de terra porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social (renda da terra) garantida pela propriedade terra, ou seja, vai contra a transferência de mais-valia social para o proprietário fundiário. “Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes; por isso o desespero, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

Lênin (1982) é outro autor que vai tratar dos camponeses no interior do desenvolvimento das relações capitalistas ao analisar o caso da Rússia. O livro I de *O Capital* dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social implica no reconhecimento de um descompasso de relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada numa mesma base espacial.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa.

Neste sentido, o nexos da compreensão da questão agrária e do campesinato reside na desigual correspondência, no descompasso entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias. O desenvolvimento desigual que se incorpora na distribuição do produto social (riqueza produzida) exige a presença da instância política (Estado) para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise.

Segundo Gruppi (1979), Lênin se diferencia de Kautsky, principal referência para a compreensão do capitalismo no campo, na generalização que o autor alemão apresentava nos seus estudos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia vai tratar da particularidade do campesinato e a especificidade daquela formação histórica, articulada com o desenvolvimento capitalista (Gruppi, 1979, p. 26). Na concepção de Lênin, está implícita o reconhecimento das especificidades que se constitui o campesinato russo.

Gruppi (1979), ainda, afirma:

“A análise Marxista pode ser tão rica porque encontrou a chave do conceito de formação econômico-social. Graças a essa noção, a sociedade não é mais esta formação indistinta capaz de gerar a ilusão de poder encontrar a sua ‘explicação’ em pretensas leis universais... Na concepção de Lênin, a sociedade se desenvolve em formações econômico-sociais distintas, das quais podem ser determinadas as leis específicas que as governam” (Gruppi, 1979, p. 10).

Chayanov (1974) também vai tratar da existência camponesa. A obra de Chayanov se constitui numa importante referência para compreender a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Chayanov, não parte do princípio da inserção do campesinato no interior do modo de produção capitalista e de sua subordinação pela renda da terra. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês é considerada “marginal” na compreensão de Chayanov. O autor considera o consumo da família para compreender o volume do trabalho dos camponeses.

Os caminhos trilhados por Chayanov para a explicação da racionalidade camponesa são paralelos à explicação baseada no lucro médio e renda. Enquanto Kautsky e Lênin falam de uma diferenciação social, Chayanov fala de uma diferenciação demográfica, ou seja, do número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos de sua existência. A questão em Chayanov está centrada no consumo dos membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A expansão dos cultivos, por exemplo, está pautada no número de trabalhadores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio.

O balanço trabalho-consumo depende de aspectos demográficos, ou seja, número de pessoas disponíveis para consumir/trabalhar. Os camponeses estudados por Chayanov, quando produzem o suficiente, deixam de trabalhar e o aumento do número dos membros da família leva a um alívio da atividade e do esforço no trabalho.

Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo, ou seja, trabalho norteado pelo número de consumidores da família. Enquanto Chayanov ficou com a produção camponesa em si; os marxistas, como é o caso de Lênin, vão apontar para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não fora dele, como faz Chayanov².

Ao estudar os camponeses, Martins (1989, 1990, 2000) levanta a necessidade de re-interpretação do campesinato colocando a luta pela terra como forma de garantia de seu lugar no processo social e político. Ao interpelar a construção teórica e compreensão de aliança entre camponeses e operários do PCB, que coloca obstáculos a expressão política dos camponeses, Martins (1990) vai levantar a ideia de se ouvir campesinato.

As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual tem procurado se fazer ouvir. É preciso saber ouvir sua fala. “Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa” (Martins, 1990, p.17). Por meio de suas lutas que ele fala e constrói sua inclusão social. São inúmeros os exemplos de formas de fala dos camponeses, ou seja, a fala de suas ações políticas que é essencialmente para entrar na terra e nela permanecer (contra a expropriação/expulsão).

O estudo de Oliveira (1981, 1991, 1994) resgata a ideia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas e a introduz na geografia agrária para compreender o campo e o campesinato a partir da perspectiva geográfica. O campesinato é entendido como uma contradição implícita do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e conseqüentemente a existência dos camponeses. Isso se constitui numa “traição”, conforme o autor, às leis da ordem capitalista.

“Outros autores ainda entendem as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominantes que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento)” (Oliveira, 1991, p. 46).

2. Ao analisar clássicos da questão agrária, Paulino (1977) faz referência a Chayanov como um marco teórico na compreensão do campesinato. Entretanto, a autora não visualiza que a fundamentação teórica de Chayanov sobre o campesinato deixa de considerar as relações capitalistas de produção nesta compreensão.

A partir da teorização de Oliveira (1991) pode-se inferir que a existência do campesinato deve-se ao próprio capitalismo, ou seja, o campesinato seria uma criação das relações contraditórias do capitalismo. Isso ocorre porque os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro. A produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas.

Além dos projetos de colonização e migração, Oliveira (1991) cita o exemplo do arrendamento de terras por camponeses no Oeste do Estado de São Paulo para indicar que o próprio capital lança mão da produção não-capitalista para produzir capital. Assim, "... no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade" de reprodução e existência do campesinato (Oliveira, 1991, p. 50).

Neste contexto, é interessante observar que nem sempre é o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta. O capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que tem a sua existência garantida pela luta de resistência.

O sentido contraditório e desigual da existência do campesinato está no fato dele garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo inclusive para a produção de mercadoria, como fazem aqueles que defendem a "agricultura familiar".

No caso dos assentamentos de sem-terra a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

Fernandes (1996), procurando compreender as manifestações políticas das lutas camponesas dos sem-terra refere-se à luta de negação da proletarização num processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista. A partir da terra conquistada se desdobram novas lutas como ocupações de terra e mobilizações nos assentamentos. Este desdobramento das lutas é entendido como espacialização e territorialização dos sem-terra.

É neste contexto de reprodução e existência camponesa por meio das lutas principalmente, que se deve compreender o desenvolvimento territorial dos assentamentos. Um projeto de desenvolvimento territorial dos assentamentos que valorize as características camponesas dos assentados e não a defesa de seu fim, como ocorre com a proposta do MST, materializada nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), como será visto a seguir.

Assentamentos de sem-terra

Os assentamentos rurais possuem diferentes conteúdos. Segundo Esterici (1992), o termo assentamento surgiu provavelmente no interior do Estado e refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente, pela viabilidade econômica. Neste tipo de assentamento as populações "beneficiadas" estão destituídas de caráter ativo.

Tomando o movimento de luta pela terra como referência nesta abordagem, os camponeses, por meio de ações políticas vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento. Aí se desdobram novas ações e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc.

A população dos assentamentos apresenta enorme diversidade que o termo assentado não revela. A generalização não permite reconhecer as diferenças existentes no interior desta “categoria”. A diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação da terra (acampamento). O acampamento surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra que se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a terra conquistada surge como base de nova socialização.

Carvalho (1999) afirma que nos assentamentos se encontram grupos sociais de comportamentos distintos marcados por uma identidade social construída na trajetória de vida dos assentados.

“Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face, independentes da suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pela fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento” (Carvalho, 1999, p. 32).

Não se trata de reconhecer a identidade social pela política somente naqueles grupos ligados ao MST. As posturas de assentados que estabelecem vínculos políticos locais (prefeito, vereadores, entidades, etc.) também se caracterizam com identidades políticas.

Carvalho (1999) ainda, entende que a formação de grupos sociais identificados pela política nos assentamentos significa uma forma de obtenção de benefícios pessoais. Apresentando-se cético à coesão interna dos grupos sociais existentes nos assentamentos formados pela identidade social pela política, eles seriam grupos extremamente débeis e movidos por interesses imediatos.

“... essa auto-identificação significava para elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar. Essa identidade social realimentava (interdependência funcional) tenuamente o grupo social, no sentido de dar-lhe coesão interna, desempenhando, portanto, uma função social muito precária para a concretização destes objetivos se comparada com aquela função desempenhada pelo projeto político dos grupos sociais que se propunham a implantar um modelo de gestão dos assentamentos” (Carvalho, 1999, p. 57).

Por outro lado, Carvalho (2002) se refere à importância da criação de Comunidades de Resistência como uma alternativa conjuntural para superação de dificuldades colocadas à pequena agricultura resultante de mudanças macroeconômicas recentes com a implantação da ideologia neoliberal. As comunidades de resistência, ou seja, a alternativa camponesa, defendida por Carvalho (2002) indica um caráter defensivo e momentâneo de organização numa conjuntura desfavorável às lutas dos sem-terra. No entendimento de Carvalho, a organização camponesa tem apenas conteúdo tático.

O projeto de desenvolvimento territorial do MST

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso,

relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações.

Segundo Raffestin (1989), os territórios construídos no espaço podem ser trunfos em favor de determinados segmentos. O espaço do assentamento se constitui como suporte de determinadas relações formando o território camponês.

“O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993, p. 144).

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1998) atribui sentido geográfico ao desenvolvimento do movimento dos sem-terra colocando a ocupação de terra e o acampamento como condição de territorialização da luta pela terra. A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio da sua luta, o poder dos latifundiários.

“A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização... Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio-territorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST” (Fernandes, 1998, p. 33).

Verifica-se que no entendimento de Fernandes (1998) a ocupação de terra está no centro do processo de espacialização e territorialização do sem-terra.

Entretanto, a ocupação da terra se constitui numa etapa deste processo. A realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês. Sem a conquista da terra, as novas relações sociais não podem se materializar no espaço, a não ser numa área bem reduzida, ou seja, na área onde foram montadas as barracas dos sem-terra ocupantes.

A ocupação é um pré-requisito para construção do território, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização camponesa. É a terra (fração do território) de assentamento que se constitui no centro da territorialização do campesinato e não a ocupação em si.

Ao analisar o conjunto de transformações políticas, sociais e econômicas desencadeadas por agentes no espaço, Fernandes (2001) ainda, e Leal (2002), apontam para a existência de impactos. O conjunto de mudanças relativas à saúde, geração de rendas, políticas públicas, moradias, educação entre outras mudanças, com a implantação de assentamentos rurais, são expressas no conceito “impactos socioterritoriais”.

Entretanto, o que se verifica são “impactos territoriais” pois o assentamento dos sem-terra implica em transformações que passam pelo controle, domínio, posse e poder sobre o espaço, ou seja, o que faz com que o assentamento se torne um território camponês é o fato dos assentados

possuírem o domínio e poder sobre o espaço antes controlado pelos latifundiários. A existência de impactos territoriais indica que se trata de uma construção resultante do encontro entre sociedade e espaço.

O território se constitui enquanto tal não porque é construído pelo homem apenas, mas porque possui um conteúdo político que passa pelas manifestações de poder sobre o espaço, sintetizando o conflito de classes existente na sociedade. Portanto, são impactos territoriais porque as transformações no espaço com as lutas e conquista da terra (assentamento) implica em alterações na relação de poder, conferindo ao território do assentamento um conteúdo essencialmente político.

Um importante indicativo de impactos territoriais resultantes de um conjunto de transformações nos assentamentos é a formação de grupos, cooperativas, associações, relações coletivas e comunitárias, etc.

Na construção do território camponês, um conjunto de atividades coletivas é desenvolvido nos assentamentos a partir de espaços de socialização política. A idéia de espaço de socialização política foi aplicada por Fernandes (1996), a partir de estudo de Grzybowski (1987) e Tarelho (1988), na compreensão das ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST. Para Fernandes (1996) existe uma multidimensionalidade no espaço de socialização política que se expressa no “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e no “espaço de luta e resistência”. A construção destes espaços é utilizada para compreender o desenvolvimento de ações coletivas pelos camponeses no interior dos assentamentos de trabalhadores sem-terra.

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que pode ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os assentamentos organizados em núcleos e grupos de assentados também se constituem num lugar de comunicação e socialização política.

Neste processo é construída outra dimensão da socialização política: o espaço interativo. Este espaço é entendido como uma segunda dimensão do espaço de socialização em que os sujeitos possuem conhecimento crítico da realidade e de suas ações.

A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares. Neste momento, ocorre a espacialização da luta com a reprodução de experiências construídas a partir da socialização política. A ocupação de terra e o acampamento de sem-terra são um espaço de luta e resistência. A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização como marchas, caminhadas, ocupações de órgão público, etc.

Trazendo a idéia de espaço de socialização política para os assentamentos, verifica-se que a organização espacial é condição de produção e reprodução de relações sociais que favorece a formação de núcleos, grupos, comunidades, etc. Neste sentido, a formação de grupos de assentados materializados nas mais variadas formas permite a aproximação entre as pessoas, ou seja, a construção de relações entre as pessoas para o desenvolvimento de atividades coletivas e construção do território camponês.

As manifestações coletivas nos assentamentos surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista e tem implicações nas relações de poder. As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas nos assentamentos apontam para nova compreensão do ordenamento da social e espacial, indicando o conteúdo do território camponês.

Portanto, as ações coletivas implícitas no território camponês são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social, motivada por uma identidade política construída no processo de

luta pela terra e possui perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

A concepção do MST de atividades coletivas e a construção do território nos assentamentos

O MST elegeu as cooperativas como a principal forma de materialização das ações coletivas nos assentamentos, apesar de revisão/redefinição recente do método e suas estratégias de ação. As cooperativas têm se constituído num dos principais instrumentos de desenvolvimento de ações coletivas. Segundo Thomaz Jr e Ribas (2000), o cooperativismo pauta-se numa tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial nos assentamentos com um ordenamento específico expresso nos lugares e formam redes de contra-poderes.

O MST entende que há necessidade de organização de cooperativas nos assentamentos para o desenvolvimento das forças produtivas e inclusão dos assentados ao mundo da mercadoria. Esta inclusão não se encerra nela mesma, mas cria condições para inverter o ordenamento social regido pelo capital.

A idéia é que as cooperativas podem criar condições favoráveis à construção do socialismo. Estas condições seriam criadas, no entendimento do MST, com o estabelecimento de produção tipicamente capitalista para modernizar as relações sociais no campo. A criação destas condições de produção (desenvolvimento das forças produtivas e produção de mercadorias) ampliaria as forças revolucionárias da sociedade, semelhante ao papel desempenhado por uma revolução democrático-burguesa.

Trata-se de uma construção territorial que não passa pela dimensão camponesa, ou seja, que não reconhece na construção do território camponês as condições favoráveis para transformações sociais revolucionárias, pois o coletivo forjado na esfera política das relações camponesas tem um conteúdo “menor” do que aquele forjado no interior da produção como ocorre com os operários da fábrica.

Esta compreensão é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais e de produção.

“Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d’O Capital segundo a qual a grande indústria mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno-burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agrícolas e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado” (Lênin, 1982, p. 341).

As ações do MST no início da década de 1980 foram caracterizadas por lutas de conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra a declinar sua atenção também para ações coletivas nos assentamentos. A produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra.

No período de início do MST, que vai de 1979 a 1985, não havia política cooperativista definida para os assentamentos. Eram atividades coletivas que se materializavam nas associações de assentados, mutirões, troca de dias de serviço, etc. A orientação dessa cooperação simples, como os mutirões, por exemplo, tinha raiz na Igreja, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos.

No período de 1985-1989 aumentaram as atenções para os assentamentos, quando se consolidou a idéia de que a luta dos assentados é uma luta do MST. No I Encontro Nacional dos Assentados em 1986 ficou decidido que os assentados pertencem ao MST, formando neste Encontro uma Comissão Nacional de Assentados.

Entre 1989 e 1990 são formadas as primeiras cooperativas, como foi o caso da Coanol (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda) e Cooptil (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.) no Rio Grande do Sul. Começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Neste período ainda, são definidas as primeiras linhas políticas na formação do SCA, marcadas essencialmente pela busca de eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos. A CPA (Cooperativas de Produção Agropecuária) foi considerada uma forma superior de cooperação com a coletivização da terra, trabalho, gestão e capital. A produção de subsistência não foi desprezada, mas a elaboração de mercadorias teve uma importância destacada. A Economia Política passa a se constituir em paradigma para a elaboração da concepção de cooperativismo, ou seja, uma compreensão da expansão do capitalismo no campo semelhante à que ocorre na indústria.

Para garantir organicidade foram criadas as Centrais de Cooperativas (a primeira CCA surgiu no Rio Grande do Sul). Foi criada também a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em 1992, na cidade de Curitiba, resultante dos debates internos do MST.

A Confederação (Concrab), organização das cooperativas na terceira instância, tem a função de coordenação geral das políticas e planejamento do desenvolvimento das atividades das cooperativas. Cabe ainda, organizar a formação técnica (administrativa, financeira e agrônômica) de caráter nacional, desenvolver estudos e estratégias de mercado, cuidar das relações internacionais relacionadas às cooperativas (exportação, por exemplo) e articulação com outras confederações.

As reflexões feitas de 1989 a 1993 resultaram em algumas definições expressa na elaboração de um conjunto de documentos que indicaram a necessidade de intensificar as relações de produção de mercadoria nos assentamentos.

Desde 1993 as CPAs enfrentam dificuldades, o que levou o MST a declinar sua atenção ao debate sobre o cooperativismo. Foi neste contexto também que o MST elaborou um importante documento: *A cooperação agrícola nos assentamentos* (1993). Este documento aprofundou a preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente na esfera econômica, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais e políticos. Ficou destacado que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica.

Os debates sobre a cooperativa-empresa econômica ou uma cooperativa mais de conteúdo político ficou explícito no documento *Sistema cooperativista dos assentados* de 1998, que exprime, até os dias atuais, a concepção de cooperativismo do MST. Essa tensão de concepções se

manifesta no documento de 1998 que se refere à organização dos núcleos de base/produção, de um lado, e a necessidade da divisão de trabalho de outro, como forma de viabilizar as cooperativas. Apesar do enfoque político, a dimensão econômica, é a lógica fundante da cooperativa. Segundo Almeida (2001) existem dificuldades de apreensão do movimento contraditório da realidade quando se privilegia a explicação economicistas no entendimento da construção do território. O privilégio atribuído às questões de natureza econômica tem resultado no entendimento de “... um território sem sujeitos, enfim, vazio de relações sociais” (Almeida, 2001. p. 1).

Embora o MST/Concrab tenha estimulado as mais variadas formas de associativismo agrícola nos assentamentos, as cooperativas são a principal forma de organização econômica, social e política. “Portanto, o paradigma da década de 90 foi constantemente reafirmado: *cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela* [grifo do autor]” (Concrab, 1999, p. 32).

O entendimento do MST/Concrab é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, sem necessariamente inviabilizar a produção familiar, que permite o acúmulo para os capitalistas. Os assentados devem reconhecer no trabalho em cooperativas a possibilidade de seu desenvolvimento.

A proposta de cooperação através das CPAs refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para viabilidade dos assentamentos. Conforme a Concrab (1993), existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade do trabalho, divisão e especialização do trabalho, racionalização de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento de agroindústrias para se alcançar patamares de produção cada vez mais elevados nos assentamentos.

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas a divisão do trabalho, que implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Esta (troca) é base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo. A produção, neste caso, tem como objetivo a satisfação das necessidades do outro, realizada nas trocas.

A necessidade de organizar uma cooperativa que possa produzir mercadoria e integrar-se ao mercado, como indica MST/Concrab (1999), é a forma de construir a resistência nos assentamentos.

“Uma unidade de produção qualquer, *somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias*, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [grifo nosso]” (Concrab, 1999, p. 14).

A produção camponesa implica numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST organizou cursos de formação aos assentados, dos quais se destacam os Laboratórios Organizacionais³.

O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial é considerado pelo MST a forma de viabilizar econômica e politicamente as CPAs. A organização empresarial defendida pelo MST é semelhante à proposta de Lênin nas Tarefas Imediatas, quando estimulou a implantação do sistema taylorista e utilização de processos científicos de trabalho (Linhart, 1983, p. 77). O sistema Taylor, duramente criticado por Lênin antes da revolução, considerado como um sistema para esmagar e sujeitar os operários às máquinas, passou a ser defendido depois do período revolucionário. Paradoxalmente, Lênin visualizou o impulso democrático e a participação das massas nas tarefas de administração e contabilidade, procurando diferenciar o taylorismo soviético do americano. Procurou forjar um taylorismo proletário e libertador!

3. No estudo de Brenneisen (2000), existe uma importante análise crítica dos laboratórios organizacionais em que se destaca a natureza, objetivos e conteúdo destas atividades entre os assentados.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), devem produzir em escala e colocar seus produtos no mercado a preços mais competitivos.

“No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Através da cooperação, portanto, aumentam as chances de resultados financeiros mais rentáveis” (MST, 1993, p. 11).

Os fatos têm demonstrado muitas dificuldades de sobrevivência das cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com muitos empreendimentos capitalistas privados.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

“Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta... Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (Oliveira, 1994, p. 49-50).

Portanto, é preciso de uma organização de cooperativas nos assentamentos sustentada teoricamente em paradigmas que valorize a organização familiar dos assentados. Uma cooperativa edificada a partir das relações sociais que considere a importância da produção camponesa.

É necessário observar que a crise vivida pelas cooperativas não é motivada exclusivamente por razões internas. As investidas do Estado contra esta forma de organização dos sem-terra chegou a ponto de que se para combatê-la, é necessário inviabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, como foi o caso do Projeto Lumiar de assistência técnica, então que o faça, pois o enfraquecimento das cooperativas se tornou elemento principal na política dos órgãos oficiais de gestão dos assentamentos no fim da década de 1990.

Somada às dificuldades colocadas pela ação direta do governo federal para dismantelar as cooperativas e projetos desenvolvidos nos assentamentos, acrescenta-se o modelo agrícola excludente adotado na modernização da agricultura, diminuição de subsídios agrícolas, abertura e liberalização do comércio com importação de produtos agrícolas, exposição da agricultura à voracidade da competição internacional, etc.

A partir desta conjuntura nacional desfavorável, o MST/Concrab tem feito uma série de reflexões sobre a organização da produção e cooperação nos assentamentos, resultando na criação em 2002 do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao SCA. Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais

na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros⁴.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente foi dividido em cinco frentes de atuação: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

A compreensão de campesinato do MST

Um dos obstáculos para o desenvolvimento do trabalho coletivo nos assentamentos, segundo o MST, são as características camponesas dos assentados. Estes não apresentam consciência coletiva formada a partir da divisão do trabalho.

O entendimento do MST é que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção seria uma condição para superação da consciência camponesa dos assentados e conseqüentemente construção da consciência coletiva. As cooperativas operacionalizariam a construção da consciência coletiva entre os camponeses.

Para o MST, a base material em que os camponeses estão inseridos não permite que eles se construam enquanto sujeitos políticos. Há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que os camponeses possam participar do processo político.

A eliminação das características camponesas dos assentados seria uma necessidade, pois são um obstáculo para o desenvolvimento econômico, social, político dos assentados. A própria expansão das lutas, dependeria da superação das características camponesas dos assentados.

O MST entende que os camponeses nos assentamentos não possuem “consciência coletiva” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento” de 2001.

“Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. *Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista.* Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [grifo nosso]” (Concrab, 2001, p. 7).

A compreensão de desenvolvimento de atividades coletivas e cooperação do MST, sustentada teoricamente em pressupostos marxistas, apresenta características que reconhece o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura, sendo o campesinato uma relação atrasada. Esta concepção de marxismo está calcada no entendimento da II Internacional, marcada pelo evolucionismo.

4. Segundo declarações do Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula (janeiro de 2003) uma das características do modelo de reforma agrária será a qualidade dos assentamentos. Promete executar uma reforma agrária não limitada apenas à questão fundiária, mas que seja de natureza econômica, social, produtiva e fundiária. Isso pode apontar para uma redefinição nas lutas dos sem-terra em relação à conquista de benefícios para os assentamentos.

A leitura de Marx é feita como se ele fosse um teórico do desenvolvimento igual e das forças produtivas (evolucionista) e não da revolução e do conflito de classes. Mas, o campo brasileiro é marcado pela ruptura e contra-ordem e não pela evolução. “No campo, porém, na nossa tradição camponesa, as grandes mudanças não estão associadas a nenhum evolucionismo e sim a rupturas, socialmente concebidas como inversão de ordem” (Martins, 1989, p. 21).

O que se observa nos assentamentos é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab. Verificou-se assim que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentado na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com a reprodução simples da produção camponesa.

A racionalidade do camponês não é a de produtor de mercadorias e excedentes conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista, quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias na circulação da produção.

O desafio colocado é conciliar a proposta principal de cooperação do MST (coletivização) e as aspirações de reconstrução do projeto de ser camponês; relação que envolve “autonomia” e “auto-suficiência” se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com o estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários, por exemplo), divisão do trabalho, controle da produção, etc.

“... o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção” (Zimmerman, 1994, p. 208).

Por outro lado, o ideal camponês de autonomia motiva sua disposição de luta e manutenção na terra conquistada, procurando ampliar suas conquistas agora na condição de assentado. As características da produção camponesa, ao contrário de fragilidade, são uma condição para a luta. Não somente luta para entrar na terra, mas também para nela permanecer e garantir sua autonomia e liberdade. Portanto, aquilo que o MST considera uma fragilidade é condição de resistência e existência.

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver atividades coletivas que se traduz em resistência na sua prática. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra.

A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta. O prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção desta característica camponesa. Assim, as características camponesas dos assentados devem ser preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de sua superação para alcançar patamares superiores de luta (CPA), como defende o MST.

A dimensão econômica e produtiva não se constitui no único parâmetro para compreensão do desenvolvimento territorial dos assentamentos. Organizados na forma de núcleos e grupos, os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção do território camponês que estão centradas nas relações sociais e não na produção de mercadorias.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos de assentados não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mas pela identidade e afinidades políticas construídas

no processo de luta. O núcleo/grupo não é um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos.

Assim, os camponeses assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas.

A formação de núcleos e grupos de assentados materializa concepções políticas e ideológicas com discussões de questões que atinge a sociedade toda. Os assentados não ficam passivos diante de decisões tomadas para atender os interesses dos dominantes. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os assentados vão constituindo o seu território nos assentamentos.

As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitem o assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios trabalhadores. Não há somente repasse de informações, mas discussão de formas de participação e realização de lutas de resistência.

Considerações finais

No processo de construção do território, verifica-se que as cooperativas despontaram como forma de participação dos assentados enquanto sujeito político. Entretanto, é a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam, que o MST entende que os assentados vão se tornar sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por outro lado, os assentados vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas como condição para construção de sujeitos políticos. Uma construção que ocorre mais pelo desenvolvimento de forças sociais e populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas. É neste contexto de emergência de forças sociais que se expressa o conteúdo e natureza do território camponês nos assentamentos de sem-terra.

Eis, pois, como os camponeses dos assentamentos se constroem como sujeitos políticos, verificados a partir da materialização de relações camponesas no espaço (território camponês). Um espaço marcado pelo descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Migração e território sob o olhar do migrante*. Três Lagoas: 2001. (digitado)
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, v. 1 e 2.
- BOGO, Ademar. *Resgatar os princípios organizativos*. São Paulo: MST, 2001.

- BRENNEISEN, Eliane Cardoso *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na Região Centro-Oeste do Paraná*. São Paulo: PUC-SP, 2000. 287 p. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)
- CARVALHO, Horácio Martins. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1999.
- _____. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba: 2002. (digitado)
- CHAYANOV, Alexander Von. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCRAB. *Sistema cooperativista dos assentados*. 2 ed. São Paulo: Concrab, 1998. (Cadernos, n. 5)
- _____. *Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)*. São Paulo: Concrab, 1999.
- _____. *O que levar em conta para a organização do assentamento*. São Paulo: Concrab, 2001.
- ENGELS, Frederich. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 59-80.
- ESTERCI, Neide. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). *Assentar, assentados e assentamentos – solução ou atenuante*. Campinas: ABRA, 1992. p. 7-15
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST, 1998.
- _____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LEAL, Gleison Moreira. *Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio*. Presidente Prudente: UNESP, 2002. 157 p. (Relatório de Qualificação de Mestrado)
- LINHART, Robert. *Lênin, os camponeses e Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MALAGODI, Edgard. *Marx e a questão agrária*. In: ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Campinas: n. 22. p. 59-85, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MORAES, Clodomir de. *Elementos da sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *A cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: MST, 1993.
- _____. *Normas Gerais*. São Paulo: MST, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. *Mesas Redondas...* Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.

- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Geografia, movimentos sociais e natureza. Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 19/20, p. 5-25, out. 1997. (Tema: A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos)
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.
- THOMAZ JR., Antonio; RIBAS. Alexandre Domingues. *O cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Presidente Prudente: 2000. (digitado)
- ZIMMERMANN, Neuza. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS. L. et al. (orgs.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. p. 205-224.

O conceito de espaço rural em questão

El concepto de ambiente rural en cuestión

The concept of the rural space in question

Marta Inez Medeiros Marques

Professora Doutora do Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo.

Correio eletrônico: mimmar@usp.br

Resumo

Este ensaio visa contribuir para o atual debate em torno das mudanças verificadas no campo e da necessidade de repensar o conceito de espaço rural e suas possibilidades de desenvolvimento. Na primeira parte, são apresentados e discutidos, criticamente, tanto o conceito de espaço rural adotado no Brasil como teorias sobre o rural e o urbano elaboradas pela sociologia e pela geografia. Em seguida, são analisados os significados que o espaço rural assume em diferentes períodos na sociedade ocidental à luz da relação cidade-campo, com base nas idéias de autores como Marx, Lefebvre e Williams. Estes dois espaços são pensados como segmentos de uma totalidade dialética, ou seja, totalidade cuja unidade se forma na diversidade.

Palavras-chave

Espaço rural – Relação cidade-campo – Ruralidade – Desenvolvimento rural.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 95-112	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	-----------	----------------

Resúmen

El objetivo de este ensayo es contribuir para el debate actual acerca de los cambios en el campo y de la necesidad de reflexionar sobre el concepto de ambiente rural y sus posibilidades de desarrollo. En la primera parte, el concepto de ambiente rural utilizado en Brasil es presentado y analizado en conjunto con las teorías acerca del rural y del ambiente urbano concebidas por la sociología y por la geografía. En seguida, los significados del ambiente rural en la historia de la sociedad occidental son analizados a la luz de la relación ciudad-campo basados en ideas de Marx, Lefébvre e Williams. De acuerdo con una perspectiva dialéctica, estos dos ambientes no pueden ser comprendidos separadamente.

Palabras clave

Ambiente rural – Relación ciudad campo – Ruralidad – Desarrollo rural.

Abstract

This paper intends to contribute to the current debate on the changes verified in the countryside and the necessity of rethinking the concept of rural space and its alternatives of development. The first part presents and critically discuss the concept of rural space adopted by the Brazilian legislation and the theories about the rural and the urban as elaborated by sociologists and geographers. The text analyses the meanings of rural space in different phases of the western society vis-à-vis the country-city relations, based on Marx, Lefébvre and Williams ideas. These two spaces are apprehended as parts of a dialect totality, that is, a totality which unity results from diversity.

Keywords

Rural space – Country-city relations – Rurality – Rural development.

Apresentação

Este ensaio analisa o espaço rural e seu significado à luz da relação cidade-campo, pois, conforme se verá a seguir, estes dois espaços não podem ser compreendidos separadamente.

O espaço rural tem passado recentemente por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, o que tem levado ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas sobre o tema em vários países, sobretudo nos países desenvolvidos, onde esse processo apresenta maior importância.

No caso do Brasil, o despertar para esta problemática tem se dado principalmente entre os estudiosos comprometidos com a discussão de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o país, ou seja, a partir de uma perspectiva instrumentalista. Para estes, a superação da extrema desigualdade social que marca a sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela definição de políticas de valorização do campo.

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

O avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Além disso, nos principais centros urbanos do país vive-se uma situação de crise, marcada por um forte aumento da violência e do desemprego, além das péssimas condições de saúde,

educação e habitação enfrentadas por grande parte de seus moradores. O intenso processo de êxodo rural verificado na segunda metade do século XX, responsável pelo alto grau de urbanização alcançado por nossa população, encontra-se hoje em fase de desaceleração, tornando-se cada vez mais significativa a migração entre pequenos municípios rurais e o movimento cidade-campo.

Apesar de o Brasil ser um país de população predominantemente urbana, com apenas cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, grande parte de nosso vasto território permanece rural e apresenta forte potencial agrícola.

A pobreza é proporcionalmente muito maior no campo do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 1990 (IPEA, 1996). É também neste espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país. A agricultura concentra hoje os mais baixos níveis de renda média.

Porém, em contraste com esta situação e demonstrando didaticamente a importância e pertinência de uma distribuição de terras mais justa para se alcançar o desenvolvimento social e econômico do campo, podemos citar o exemplo de alguns municípios do sul do país, onde a produção camponesa tem peso significativo e são observados boa parte de nossos maiores índices de desenvolvimento humano (IPEA, 1996). Como é o caso dos municípios de: Feliz, Paraí, Nova Prata e Salvador do Sul no Rio Grande do Sul e de Indaial, Gaspar, Videira e Timbó em Santa Catarina (Veiga, 2002, p. 121).

A grande diversidade social de nosso campo se associa à sua diversidade natural, o que se reflete na complexidade de sua problemática social e ambiental, ao mesmo tempo em que representa um imenso potencial para o seu desenvolvimento. Para se poder avaliar melhor a tal potencialidade, é preciso compreender o(s) significado(s) que apresenta o espaço rural.

O texto se inicia com algumas considerações a respeito de definições sobre os espaços rural e urbano elaboradas no âmbito das ciências sociais bem como por instituições oficiais. Em seguida é analisada a relação cidade-campo com base em idéias desenvolvidas por Marx, Lefébvre e Williams na busca de compreender o significado da ruralidade em diferentes fases de sociedade moderna capitalista. Nas considerações finais, trata-se de forma sucinta do campo no Brasil e do princípio que deve nortear uma proposta de estratégia para o seu desenvolvimento.

A nossa definição oficial de espaço urbano e rural

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (1999).

Conforme salienta Grabois (2001), não é feita qualquer referência às *funções* peculiares dos diferentes aglomerados que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano.

Nessa classificação, o *espaço rural* corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Veiga (2002) chama atenção para o fato de que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, o que seria ainda pior no caso de algumas sedes distritais. Tal distorção nos levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação de

nosso grau de urbanização. O autor ainda qualifica como “anacrônica e aberrante” a fronteira inframunicipal entre o rural e o urbano estabelecida por esta classificação (Veiga, 2002, p. 112).

Ele sugere o uso combinado de três critérios para evitar a ilusão imposta pela atual norma legal, a saber: *o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização*. Segundo ele, “não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos” identificados no estudo *Caracterização e tendências de Rede Urbana do Brasil* de 1999. Nessa teia urbana estaria o Brasil “*inequivocamente urbano*”, que corresponde a 57% de nossa população.

Para ele, a densidade demográfica constitui um critério muito importante para permitir a diferenciação entre urbano e rural do restante dos municípios que se encontram fora dessa teia. Pois, é o indicador que melhor expressa a “pressão antrópica” e reflete as modificações do meio natural ou o grau de *artificialização dos ecossistemas* que resultam de atividades humanas, sendo o que de fato indicaria o grau de urbanização dos territórios.

Assim, com base na combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional o autor considera de pequeno porte os municípios que apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km² e conclui que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são *essencialmente rurais*. Os 13% restantes da população caberiam numa categoria intermediária, que pode ser denominada como “rurbana” (idem, p. 33-35).

Segundo Veiga, o rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo, tendo esta sido substituída por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as *aglomerações* e as *microrregiões*. Assim, é preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem *menos artificializados*, ou seja, *espaços rurais*, para a definição de uma estratégia realista de desenvolvimento baseada numa articulação horizontal de intervenções (idem, p. 37-38 e 49).

Afirma o autor, que se tornou claro para os analistas o fato de que as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem dos laços que ela mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região (idem, p. 97).

Esta constatação teria levado a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a, considerando como unidade de base rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab./km², classificar a partir de 1994 as regiões de seus países membros em três categorias. A unidade de base rural pode apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab./km², desde que o resultado geral, computando-se a área de entorno, não ultrapasse este patamar (Abramovay, 2000).

As categorias definidas são as seguintes:

- *essencialmente rurais*: são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais;
- *relativamente rurais*: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; e
- *essencialmente urbanizadas*: são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Veiga (2002, p. 33) parece se inspirar de certa forma nesta classificação ao propor a divisão do território brasileiro em *inequivocamente urbano*, *essencialmente rural* e em condições intermediárias.

Segundo ele, as relações cidade-campo teriam mudado radicalmente na segunda metade do século XX, sem contudo reduzir o contraste entre estes espaços.

“O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. *O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria*” (idem, p. 95, grifo nosso).

Veiga preocupa-se em defender a viabilidade econômica do espaço rural e por isso busca superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, enfatizando o dinamismo encontrado hoje nestas áreas em países desenvolvidos. Para ele o principal trunfo econômico destes espaços seria o seu patrimônio cultural e natural. Este último corresponde às amenidades rurais, ou seja, ar puro, belas paisagens, contatos com animais, etc. A capacidade de valorizar tais amenidades, atraindo investimentos da indústria do lazer, deslocaria a base da economia rural da exportação de produtos primários e manufaturados para a oferta de serviços e importação de pessoas, dinheiro público e renda de origem urbana.

Apesar da importância das questões tratadas por Veiga e da relevância de sua iniciativa no sentido de propor uma classificação mais adequada de nossa realidade espacial, sua análise, de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo. Desta forma, o autor apreende de forma naturalizada a manipulação da imagem do espaço rural como espaço natural, defendendo a necessidade de se tirar vantagem desta tendência, que transforma o espaço rural em objeto de consumo.

Uma outra contribuição importante a essa discussão é feita por Alentejano (s.d.) em “O MST/RJ, o rural, o urbano e a pluriatividade”. O autor defende que o desenvolvimento do capitalismo e a “industrialização” da agricultura desencadeiam a urbanização do campo. O que seria reforçado pela proliferação de atividades não-agrícolas no campo, antes eminentemente urbanas como o turismo, comércio e prestação de serviços. Contudo, embora tendo o seu significado alterado, o rural permaneceria por ter uma natureza distinta do urbano. “Enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, *o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas*” (Alentejano, [s. d.], p. 7, grifo nosso).

Segundo ele, cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, uma territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade quem distingue, em sua opinião, o rural do urbano. O urbano representaria relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural refletiria uma vinculação local mais intensa.

Sobre critérios e definições, em questão a perspectiva dicotômica

Há muita divergência quanto ao modo de definir o rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam.

Os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: 1. discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. a predominância da atividade agrícola; 3. delimitação político-administrativa.

Segundo Abramovay, a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da *ruralidade* nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano (2000, p. 6).

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

As idéias de Sorokin e Zimmermann (1986), de marcado caráter dicotômico, constituem uma referência fundamental na discussão da temática rural-urbano. Elas foram apresentadas na década de 30 do século XX, sob o forte impacto das mudanças provocadas pela expansão do sistema capitalista, e enfatizavam as diferenças entre estes meios decorrentes da maior complexidade do mundo urbano e da maior mobilidade social e espacial de sua população, cujo ritmo de vida é cada vez mais marcado por deslocamentos diários entre o trabalho e a residência numa “correria desvaivada”.

Os autores defenderam que a construção de uma definição sociológica desses universos requer uma combinação de vários traços, ou seja, deve ser uma definição composta, reconhecendo a dificuldade de se proceder a uma classificação do mundo rural e do mundo urbano a partir de uma única característica.

As diferenças fundamentais identificadas por eles entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural consideradas a partir de oito traços: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Segundo estes autores, a cidade foi desde os seus primórdios uma sociedade complexa formada por uma multiplicidade de grupos secundários, constituindo um corpo social mais diferenciado do que uma vila rural.

Na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e com a “industrialização” da agricultura, ganham expressão os estudos que defendem a idéia de continuum rural-urbano. Ou seja, afirma-se a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas. Admite-se diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo. São representativos desta abordagem os trabalhos realizados neste período por H. Mendras na França e por R. E. Pahl nos Estados Unidos (Kayser, 1990).

“Cidadãos e rurais formam de certa forma uma sociedade única: eles participam de uma mesma civilização... De fato, não existe solução de continuidade entre a metrópole, a grande cidade, a pequena cidade, o burgo e o povoado e seria abusivo cavar um fosso entre estes dois extremos. Todas as estatísticas revelam ao contrário diferenças de intensidade e não de contraste” (Mendras apud Kayser, 1990, p. 16).

Analisando atentamente as duas abordagens, vê-se que a idéia de *continuum rural-urbano* também se apóia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos

numa escala de gradação. Na medida em que o rural e o urbano são tratados como pólos de um contínuo, está, de certa forma, subentendida uma diferença qualitativa entre eles (Solari, 1972).

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia tem predominado a adoção do enfoque dicotômico. Este enfoque tem como uma de suas principais fontes de inspiração as idéias de Tönnies sobre comunidade e sociedade, como se pode ver em trabalhos como o acima referido de Sorokin e Zimmermann. Tönnies deu expressão ao contraste conceitual entre o comunitário e o não-comunitário através dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* em fins do século XIX, num contexto social marcado pela reação ao avanço das idéias e valores do racionalismo individualista. Assim, a antítese comunidade/sociedade se liga à antítese tradicional/moderno e tem sido transferida para a oposição campo/cidade com frequência.

Para Tönnies, a comunidade (*Gemeinschaft*) refere-se a um princípio de organização social caracterizado por relações pessoais, face a face, vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral e direto. A sociedade (*Gesellschaft*), por sua vez, é marcada por relações impessoais e laços contratuais (Nisbet, 1986a, p. 41-61). A definição de rural que se apóia nesta perspectiva identifica o mundo rural com um passado idealizado que se apresenta como negação da sociedade urbana moderna.

Para Martins (1986), a ambigüidade acima referida se encontra na origem mesmo do conhecimento sociológico e expressa a influência simultânea do conservadorismo e do cientificismo. Segundo ele, a sociologia surge como uma modalidade de conhecimento contida no bojo do pensamento conservador, constituindo-se a partir de idéias-elementos¹ conservadoras que respondem a idéias-elementos do pensamento burguês e liberal da fase de formação da sociedade capitalista. Daí o surgimento dos seguintes pares de idéias constitutivas opostas: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano e alienação/progresso. “A análise sociológica estaria, assim, projetando inevitavelmente a sombra do tradicionalismo (no caso, o tradicionalismo medieval) sobre a sociedade capitalista” (Martins, 1986, p. 18).

Esta ambigüidade de origem tende a resolver-se no nível do conhecimento na medida em que a sociologia envereda pela análise de dicotomias: tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, pré-capitalista/capitalista etc. A ambigüidade, e não a contradição, é proposta como fundamento de diagnóstico das descontinuidades da vida social, de modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade.

De acordo com Martins, a sociologia rural nasce para explicar uma situação de crise que provoca a necessidade de refletir sobre o mundo rural. Esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade e conseqüente esvaziamento do campo, além da invasão deste pelas cidades. Assim, a sociologia rural reproduz a ambigüidade fundamental da sociologia e surge como conhecimento instrumental voltado para a superação do atraso do campo.

A perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na idéia de progresso e valorizando o moderno.

Desde fins dos anos 70, pode-se falar de uma retomada da abordagem dicotômica relacionada a uma redefinição da relação cidade-campo resultante da “crise urbana” e da degradação geral das condições de vida na cidade. Neste contexto, intelectuais franceses como M. Jollivet e o próprio H. Mendras, dentre outros, têm criticado a idéia de que tudo é urbano, o que, segundo eles, repousaria sobre uma confusão entre modo de vida e prática de consumo e um equívoco sobre o sentido do termo urbanização. Para eles, recentemente tem aumentado o contraste entre estas duas

1. Idéias-elementos são idéias mediadoras na produção da auto-explicação da sociedade capitalista. Idéias-elementos significam, pois, perspectivas de análise (Martins, 1986, p. 17-18).

realidades na medida em que a imagem do rural como próximo à natureza passa a desempenhar um papel cada vez mais importante nas representações da sociedade moderna, opondo-se ao artificialismo da vida urbana (Kayser, 1990).

Nas últimas décadas, tem-se observado nos Estados Unidos e na França, dentre outros países, a revalorização de determinadas áreas rurais e o seu conseqüente crescimento populacional. Além disso, muitas vezes este dinamismo está relacionado à presença crescente de pessoas ligadas a atividades não-agrícolas residentes nestas áreas. Tudo isto tem levado institutos de pesquisa destes países a conceberem novas formas de apreender esta realidade, a partir da delimitação de espaços formados pela unidade cidade-campo e da análise de sua dinâmica territorial como é o caso da classificação adotada pela OCDE a partir de 1994 mencionada anteriormente.

B. Kayser (1990) define o *espaço rural* de forma descritiva como *um modo particular de utilização do espaço e de vida social* que apresenta como características: (a) uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, dando origem a paisagens com preponderância de cobertura vegetal; (b) um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril; (c) um modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço e (d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente relacionadas à cultura camponesa (acredito que esta característica decorre da anterior).

E observa ainda que se trata de uma noção aplicável a uma certa escala, necessitando de um mínimo de extensão e continuidade e também implicando um certo nível de organização administrativa e controle pela coletividade territorial.

Dando seqüência a seu argumento, Kayser procura ultrapassar a pura descrição e propõe uma análise da *ruralidade* evitando compreender o rural de hoje a partir de seu passado ou em relação ao urbano. Assim, *o autor define o rural como uma forma específica de relação da sociedade com o espaço que apresenta um caráter dominante: a sua inscrição local*. Este fato tem como uma de suas principais conseqüências tornar vazia a noção de sociedade rural no singular e impedir que a população rural se pense como um conjunto social, dificultando a construção de projetos coletivos entre unidades rurais situadas em torno de uma pequena cidade. Apesar de estas unidades estarem inegavelmente abertas a influências externas via uma diversidade de redes de comunicação que as ligam diretamente às grandes cidades.

Em estudo posterior Kayser (2001) analisa impactos do deslocamento de pessoas da cidade em direção ao campo verificado na última década na França. Estas migram, em sua maioria, em busca de melhor qualidade de vida e melhor educação para seus filhos. Segundo ele, estes novos habitantes rurais não estão em comunicação direta com a natureza como os camponeses, apresentando uma relação mais distante. Estas pessoas constituem uma nova categoria, os *“citadins au village”*, e tendem a valorizar menos as visitas a parques, trilhas e florestas do que os próprios habitantes das grandes cidades. Para eles, o importante é sentir-se vivendo a *“célula aberta”*.

Neste sentido, Kayser fala em triunfo da urbanidade. O meio rural se encontraria hoje completamente integrado ao conjunto social e espacial do país.

“A urbanidade submergiu o campo. *Diferentes seguramente enquanto meios, enquanto ambiente*, o campo está povoado por “rurais” cuja especificidade foi apagada em favor da homogeneização da sociedade inteira. Os agricultores perderam o seu lugar de destaque, nós os veremos mais distantes, em favor de uma larga representação das classes médias, dominantes na França” (Kayser, 2001, p. 156, grifo nosso).

O sistema de valores encontrado na população rural de outrora, marcado por solidariedades coletivas, é substituído pela *“cultura do zapping”* e pelo individualismo. O povoado transforma-se

numa coleção de indivíduos, de famílias, que rejeitam assumir qualquer responsabilidade na vida coletiva (idem, p. 157).

O contraste de imagens entre o rural e o urbano é reforçado ainda mais com a transformação da paisagem rural em objeto de consumo e a tendência crescente de elaboração e/ou valorização de identidades rurais para atender a exigências mercadológicas. Estas mudanças observadas de modo mais significativo em países desenvolvidos como a França levam à passagem da imagem do campo ligada à produção, à atividade agrícola, para a imagem-consumo. O olhar torna-se mais importante que o fato econômico, *o campo é hoje uma paisagem em primeiro lugar* (Kayser, 2001).

Mas é importante que não se confunda campo com natureza. O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado. Segundo Kayser, citando Jean Viard, “o campo é um dos monumentos da civilização urbana” é “um espaço construído onde a natureza assusta sempre um pouco.”

A alienação do modo de vida urbano e a idealização da ruralidade

Em estudo sobre a literatura e a história inglesas entre os séculos XVI e XX, Williams identificou a permanência dos ideais de inocência bucólica e da cidade como agente civilizador em diversas épocas, bem como das idéias a respeito da idiotice do campo ou corrupção da cidade. O que o levou a se perguntar: “que tipo de experiência estas idéias parecem interpretar e por que certas formas ocorrem ou recorrem nesse ou naquele momento?” (Williams, 1990, p. 388)

Williams acredita que, em determinados momentos, as idéias sobre a cidade e o campo podem representar formas de isolamento e identificação de processos sociais mais gerais, apesar de reconhecer a multiplicidade de formas e conteúdos assumidos por estas idéias, em decorrência da diversidade de experiências vivenciadas por cada grupo ou classe social em contextos sócio-espaciais e históricos distintos.

Assim, para ele, o contraste entre cidade e campo que prevalece em nosso imaginário é uma das principais maneiras de tomarmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade capitalista, marcada pela intensidade e velocidade dos processos de transformação.

O capitalismo é, em termos de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção. Por isso, a cidade é comumente vista como representação do capitalismo. No entanto, segundo Williams,

“A cidade é apenas uma maneira convencional de se ver essa espécie de transformação; e o campo, como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra. De fato, a mudança da atitude mais antiga de admiração pela terra cultivada para o amor intenso aos lugares em que a natureza permanece ‘intocada’ é um registro preciso deste processo persistente, e de seus efeitos em uma de suas etapas mais ativas” (idem, p. 393).

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, correspondem à culminação do processo de divisão e especialização do trabalho que, com o capitalismo, foi desenvolvido a um grau extraordinário. O autor nos convida a superarmos tal divisão que estaria na base do processo de alienação e nos tornaria seres divididos. *A imagem idealizada do campo corresponderia, assim, a uma reação crítica à forma alienada das relações sociais dominantes.*

“A indiferença competitiva e a sensação de isolamento nas cidades grandes têm uma relação profunda com as formas de competição social e alienação que são promovidas exatamente por este tipo de sistema (capitalista). Estas experiências nunca são exclusivas, já que, no contexto destas pressões e limitações, as pessoas encontram outras soluções, formam outras ligações e tentam viver com base em outros valores. Porém o impulso central permanece” (idem, p. 395).

Williams defende que as concepções de campo e cidade, em seu direcionamento geral, representam posicionamentos em relação ao sistema social global e que desde os primórdios do modo capitalista de produção as imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social, por isso precisamos examinar suas inter-relações e, através destas, a forma concreta da crise subjacente (idem, p. 397-398).

Como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização e ao desenvolvimento, fica faltando o presente. O presente é vivenciado como tensão que remete a uma crítica aos modos de ação e percepção distanciados, externos, decorrentes do modo de produção dominante, modos de consumir em vez de desfrutar de pessoas e coisas.

Dada a escala e complexidade dos fenômenos da sociedade moderna, cujo exemplo mais evidente seria a cidade, são necessárias novas formas de comunicação para desempenhar o papel de mediação nas relações do indivíduo com o mundo, sendo estruturada a partir de conteúdos que, em boa parte, consiste num sucedâneo de relações diretas com o mundo.

Assim, as novas formas de comunicação e acesso à informação como o jornal matutino, o programa de rádio na hora do café e a programação noturna da televisão contribuiriam para a configuração de nosso senso social fundamental, formando uma subjetividade profunda que nos identifica enquanto indivíduos e ao mesmo tempo nos conduz à descoberta de uma consciência partilhada. No entanto, trata-se de uma forma específica de consciência, determinada por relações unilaterais com o mundo, definidas por uma minoria que controla estes veículos e, portanto, criadas a partir de formulações externas de uma realidade.

“Não é tanto a aldeia antiga ou a ruína de outrora que é significativa, e sim a percepção e a afirmação de um mundo onde o sujeito não é necessariamente um estranho e um agente, onde ele pode ser um membro, um descobridor, numa fonte de vida compartilhada” (idem, p. 399).

Para compreender as imagens do campo e da cidade é preciso examinar os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração de modo crítico. É preciso também recuperar a história do capitalismo rural e urbano, afirmando as experiências de relações diretas, recíprocas e cooperativas que são descobertas e redescobertas muitas vezes sob pressão. Nem a cidade irá salvar o campo, nem o campo, a cidade.

A relação cidade-campo

Em meados do século XIX Marx escreve:

“A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação e persiste através de toda história da civilização até nossos dias” (1987, p. 78).

Será que esta afirmação ainda se aplica à realidade de hoje? No início da segunda metade do século XX Lefebvre escreve:

“Outrora a Razão teve na Cidade seu lugar de nascimento, sua sede, sua casa. Face à ruralidade, à vida camponesa aprisionada na natureza, à terra sacralizada e cheia de forças obscuras, a urbanidade afirmava-se como razoável. Atualmente, a racionalidade passa (ou parece passar, ou pretende passar) longe da cidade, acima dela, na escala do território nacional ou do continente” (1969, p. 74).

Nesta seção, buscar-se-á compreender o significado da ruralidade partindo-se da análise da relação cidade-campo ao longo do tempo no ocidente. Será adotada a periodização histórica proposta por Lefebvre, que identifica três eras: *a era agrária, a era industrial e a era urbana*.

O breve resgate histórico apresentado a seguir buscará identificar as *funções* assumidas por estes dois espaços em diferentes momentos, a partir da influência da estrutura econômica e social dominante. O espaço rural e o espaço urbano serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. O que se fará com base no conceito de *divisão social do trabalho*, considerando-se a influência da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Nas *sociedades agrárias*, as cidades arcaicas eram sobretudo cidades políticas. A cidade existia como centro político-administrativo que organizava o meio rural, sendo, porém, dominada e delimitada por este, uma vez que dele dependia para o seu abastecimento. A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência (Queiroz, 1972).

Algumas civilizações alcançaram grande desenvolvimento econômico, elaborando uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição, que, por sua vez, constituía parte do regime político vigente. A produção e distribuição de mercadorias era organizada principalmente através da arrecadação, armazenamento e redistribuição, sob a autoridade do chefe, do templo, do déspota ou do senhor (Polanyi, 1988, p. 63-67).

Na Idade Média européia, o surgimento de cidades está relacionado às seguintes funções: cidadela ou palácio, santuário e mercado. Ou seja, elas eram, além de políticas, lugar do culto e de encontro (George, 1983, p. 23). Aos poucos prevalece o caráter comercial da cidade e esta passa a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnicas e obras, tornando-se centros de vida social e política.

Neste período, a separação entre cidade e campo pode ser entendida como separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra. Isto se dá quando os servos, tornados livres, passam a desenvolver trabalhos de artesãos na cidade, dando origem a uma forma de propriedade que tem por base somente o trabalho e a troca (Marx, 1987, p. 79).

“As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (idem, p. 29).

O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima da cidade. As cidades passam a se relacionar umas com as outras, dando origem a um processo de especialização e a uma divisão do trabalho entre as cidades.

A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. A cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o

sentido e o ritmo da produção no campo bem como sua forma de organização do trabalho. Completa-se a vitória da cidade sobre o campo, retirando-se a última aparência de naturalidade no interior da divisão do trabalho e desencadeando-se uma ampla monetarização das relações de trabalho e a crescente alienação do trabalhador.²

Polanyi analisa a ruptura que representa em relação à história a emergência da economia de mercado capitalista. Segundo ele, até o final do feudalismo na Europa Ocidental, os sistemas econômicos foram organizados segundo princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade (também chamado de “princípio do uso”), ou alguma combinação dos três. Nestes, a busca do ganho não ocupava lugar proeminente dentre as motivações econômicas, pois elas eram determinadas pela influência de normas ditadas pelo costume, lei, magia ou religião. O sistema econômico era mera função da organização social e não o contrário (Polanyi, 1988, p. 69).

Marx chama a atenção para o fato de que *somente quando o “princípio do ganho”, ou seja, o mercado, passa a regular as relações sociais é que surgem as condições para que ocorra a revolução industrial e com ela uma mudança substancial na divisão social do trabalho e no caráter da relação cidade-campo*. Isto porque é neste contexto que se firma a mudança observada em relação aos fundamentos da riqueza, que não mais se reduz à propriedade da terra como ocorria nas sociedades agrárias, mas se estende ao trabalho e à troca, como meios para se obter formas de propriedade mobiliárias que serão transformadas em capital (Marx, 1987, p. 79, 84 e 97).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e uma maior divisão do trabalho, a grande indústria universalizou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, engendrando a rápida circulação e a centralização dos capitais. Este movimento criou a história mundial na medida em que tornou cada nação e cada indivíduo membro de um mesmo sistema econômico e dependente do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades (Marx, 1987, p. 94).

Surge a *cidade industrial* e com ela as grandes concentrações urbanas, apresentando extensos bairros proletários e abrigando populações camponesas expulsas do campo. A indústria também se instala fora da cidade, próxima aos recursos de que necessitava, como fontes de energia, matéria-prima, mão-de-obra.

Com a indústria e a generalização da troca e do comércio, os costumes e o valor dos costumes desaparecem quase por completo, perdurando praticamente apenas como exigência do consumo. Neste contexto o solo aparece convertido em mercadoria, o espaço se vende e se compra.

A cidade tradicional é destruída pela industrialização e, num processo dialético, a sociedade inteira tende a se tornar urbana. A *sociedade urbana* se anuncia, muito tempo depois que se estrutura a dominação urbana. A cidade em expansão prolifera e com seus subúrbios invade o campo.

Segundo Lefévre, as periferias urbanas podem se estender muito, a tal ponto que quem as atravessa não compreende bem onde começa ou termina a cidade. Aparentemente um lugar de status intermediário, a periferia é uma extensão do urbano, seu fragmento. Constitui periferia aquilo que não é mais *campo, território destinado à produção alimentar ou ao abandono*.

Para ele, o espaço urbano é o território onde se desdobra a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. *O campo é onde a natureza prevalece, a agricultura e outras atividades a modificam, mas não lhe retiram sua prioridade “geográfica”. Apesar de não ser exterior à natureza, o espaço urbano é mais propriamente produzido* (Lefévre, 1986, p. 162).

Lefévre (1969) identifica duas importantes características do processo de urbanização: a *formação do tecido urbano* e a afirmação da *centralidade da cidade*. *O espaço rural estaria então*

2. A alienação em Marx se refere à relação do homem com os seus fetiches, que se manifesta como desarraigamento de si e perda de si mesmo. O fetiche corresponde a uma idéia socialmente construída que assume forma abstrata e, subtraindo-se à vontade do homem, à sua consciência e controle, converte-se em realidade soberana que a ele se impõe (Lefévre, 1979, p. 33-43).

cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas.

A cidade se estende desmesuradamente e a forma da cidade tradicional explode em pedaços. A explosão da cidade acompanha a extensão do tecido urbano. Para Lefebvre o duplo processo de industrialização-urbanização produz um duplo movimento de condensação e dispersão.

Nos países “em vias de desenvolvimento” ocorre um grande impacto sobre a estrutura agrária neste período, empurrando para as cidades massas de camponeses que são acolhidos pelas favelas. Estas últimas desempenham o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, oferecendo um sucedâneo miserável à vida urbana para aqueles que abriga (idem, p.70-73).

“Em resumo, uma crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional acompanha, subentende, agrava uma crise mundial da cidade tradicional. Produz-se uma mutação em escala planetária. O velho “animal rural” e o animal urbano (Marx), simultaneamente, desaparecem. Cedem eles lugar ao “homem”? Este é o problema essencial. A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos ‘cidade’” (ibidem).

O movimento urbano relacionado ao processo de industrialização é responsável pelo surgimento de novas atividades econômicas para estruturar a circulação das mercadorias e para organizar e administrar todos os sistemas relacionados à atividade econômica. A cidade torna-se a sede destas novas funções técnicas e administrativas e da atividade de preparação de quadros para desempenhá-las por meio da difusão de cultura e de ensino (George, 1983, p. 26). A cidade torna-se o lugar onde se concebe a gestão do espaço ao mesmo tempo em que perde o significado de centro político. A centralidade se espalha no espaço que ela cria, nas relações de produção e em sua reprodução.

A sociedade em seu conjunto tende a constituir rede de cidades, interligando os espaços/fragmentos, inclusive o campo, de acordo com as atividades/funções desenvolvidas em cada lugar. O Estado, enquanto poder centralizado, é fortalecido por este processo e passa a atuar no interior de seu território a partir do controle de um determinado sistema urbano (Lefebvre, 1969, p. 11).

Concebida estrategicamente pelo Estado, a *relação centro-periferia* marca o espaço social em suas contradições. O centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal (as mercadorias, os capitais, as informações, etc.) mas estes cedo o saturam. De outro lado, ele exclui os elementos que ele domina (os “governados”, “sujeitos” e “objetos”) e que o ameaçam (Lefebvre, 1973, p. 22-23).

O Estado se erige como planejador e, cada vez mais associado a grandes empresas, tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. A cidade é transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo.

Há no espaço urbano em torno de cada ponto e de cada centro, grande ou pequeno, durável ou provisório, uma ordem próxima, aquela da vizinhança, e de outro lado, numa escala mais vasta, reina uma ordem distante, aquela da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado). A contradição se precisa quando a ordem distante, aquela das relações (sociais) de produção a escala global, portanto aquela de sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em torno da cidade, a região, as comunidades locais, etc.)

A desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas. A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política.

Este movimento também é responsável pela transformação da natureza ou aquilo que é tido como tal em “gueto dos lazeres” e lugar separado do gozo, ou seja, o espaço do campo passa a integrar o modo de vida dos urbanos, sendo assim cada vez mais colonizado por eles. O campo urbanizado, colonizado pelos urbanos, perde suas qualidades, seu modo de vida particular (Lefebvre, 1969, p. 107-108).

A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela se anuncia indiretamente como tendência a fugir da cidade deteriorada, da vida urbana alienada. Esta reivindicação é um desvio do desejo de uma vida mediada pelo valor de uso, da utopia de uma vida plena na qual possamos ter atendidas, além das necessidades básicas socialmente elaboradas, as necessidades de atividade criadora, de obra, de informação, de imaginário, de atividades lúdicas etc. (Lefebvre, 1969, p. 97).

Segundo Lefebvre, “o urbano” como conceito nasce de uma nostalgia das cidades e vilas históricas, nostalgia que se ressentido do lugar que cada um habita, que frequenta, que visita quando viaja a qualquer parte. Nasce também da constatação inquietante da explosão da vila histórica que se dá ao longo da segunda metade do século XX com o processo de urbanização-desurbanização, processo inaugurado há muito, mas que é exarcebado neste período (Lefebvre, 1986, p.160).

O conceito de “urbano” aparece com a transformação daquilo que ele permite conhecer. Ele nasce com a explosão da cidade e os problemas de deterioração da vida urbana. O urbano assim concebido corresponde à forma geral do encontro e da simultaneidade (idem, p. 160-161).

O campo transformado em “gueto dos lazeres” corresponde a um desvio do desejo de uma vida plena, não alienada, desejo que também se manifesta com a afirmação do “urbano” como lugar do uso e do encontro. Lembrando Williams, os significados e imagens projetados nestes espaços decorrem dos processos sociais concretos nos quais estamos imersos. O presente ausente na oposição campo/cidade traduzida como oposição passado/futuro de que nos fala este autor é o espaço/tempo do vivido, no qual a história tem a dimensão do humano e se realiza na escala da ordem próxima, onde se evidenciam as contradições.

Além dos diferentes conteúdos assumidos pelos espaços urbano e rural no tempo como visto no breve resgate histórico acima apresentado, a contemporaneidade também comporta o diverso. A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

Segundo Lefebvre, a lei do desenvolvimento desigual e combinado se expressa numa dupla complexidade de influências recíprocas, as complexidades horizontal e vertical, que se manifestam no campo da seguinte maneira. A complexidade horizontal (ou espacial) é constituída por formações e estruturas agrárias diferentes pertencentes a uma mesma época histórica. A complexidade vertical (ou histórica) caracteriza-se pela coexistência de formações e estruturas agrárias de épocas diferentes (idem, p. 165-166).

A permanência de arcaísmos tem sido maior no mundo rural, no entanto, ele também tem sediado intensas e rápidas transformações, com impactos profundos em sua paisagem e organização sócio-econômica. Santos afirma que o espaço rural comporta mais facilmente mudanças na composição orgânica do capital do que se verifica nas cidades a substituição de sua composição técnica, pois é muito mais caro arrasar um quarteirão para abrir uma nova avenida do que, por exemplo, substituir máquinas, sementes e produtos químicos (Santos, 1994, p. 153).

Dado o atual estágio em que se encontra o processo de mundialização do sistema capitalista ou globalização, fica evidente a importância de diferentes formas de interação entre os níveis local, regional, nacional e global. Daí adviria uma terceira complexidade resultante da superposição de escalas geográficas, que pode ser denominada de transversal por cruzar as duas complexidades anteriores.

Apesar de estar sob a influência dessas complexidades, o campo é um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano. A maior ou menor intensidade dos laços e relações próximas verificados no primeiro depende sobretudo de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões de territorialidade e sentimento de localidade.

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Considerações finais

A necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto num espaço como no outro, grande parte de nossas classes subalternas³ não alcança a plena cidadania.⁴ Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida.

A divisão do trabalho entre o campo e a cidade não tem comumente gerado uma nítida separação no interior das classes subalternas entre os trabalhadores rurais e os urbanos. As classes subalternas são formadas da uma maneira geral por diferentes segmentos da classe trabalhadora que desempenham atividades que exigem menor qualificação técnica e se restringem na sua maioria ao que chamamos grosseiramente de “trabalho braçal”.

Em sua trajetória errante, o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo.

A experiência de exclusão social vivida pelas classes subalternas em diferentes situações tem servido para elevar as categorias e valores tradicionais a uma posição central na visão de mundo destes sujeitos. Isso se deve à forma como eles organizam a reprodução de sua existência e ao fato de estes valores se oporem ao domínio da visão de mundo moderna que os coisifica e dá sustentação aos processos de exploração e subordinação a que estão submetidos.

No Brasil, as diferentes formas de exploração impostas às classes subalternas do campo têm a sua origem no quadro da propriedade privada e são agravadas pela condição de subordinação sócio-cultural vivenciada por estas populações. Tal subordinação decorre de múltiplos fatores, dentre eles se destaca o limitado acesso à educação formal a que tem sido submetida historicamente a maior parte de nossa população rural, e pode se manifestar por meio da forma impositiva como são inseridos no campo tecnologias e saberes produzidos em contextos sociais externos.

Algumas propostas em discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento para o nosso rural têm se apoiado em experiências recentes encontradas em países como França e Estados Unidos, onde tem se observado em alguns lugares o renascimento e a revalorização do campo com a instalação de neo-rurais (novos agricultores de origem urbana, profissionais liberais terceirizados, pessoas ligadas ao setor de serviços, etc.). Temos que estar atentos a estas mudanças e aprender

3. O conceito de subalternidade aqui empregado, de inspiração gramsciana, refere-se à dominação a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerando as dimensões econômica, política e cultural.

4. Entende-se cidadania como uma forma particular de pertencer a uma comunidade, que tem como consequência o acesso a uma série de direitos.

com elas. Porém, a nossa realidade é muito diferente e não podemos perder de vista as suas particularidades. Pensar políticas voltadas para assegurar a viabilidade econômica dos agricultores e outros segmentos do campo é importante, mas não se alcança o objetivo perseguido pela idéia de desenvolvimento social se estas não estão subordinadas a outras prioridades.

Neste sentido, o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o *apartheid social*. Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.

A construção de uma vida digna no campo que assegure o acesso à cidadania a toda a população rural passa pela superação de diferentes formas de dominação, o que subentende a emergência das classes subalternas no campo como sujeitos políticos. Isto significa que é preciso reconhecer nos segmentos sociais que vivem no campo a capacidade de formular suas próprias alternativas. Ao mesmo tempo, faz-se necessária a máxima ampliação do acesso à informação pelas classes subalternas rurais para que estas possam se pensar no mundo criticamente.

Devemos pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada, mas a partir de um esforço no sentido de identificar a contribuição que um “novo” rural possa dar para a transformação de nossa sociedade.

As histórias e geografias locais fazem a diferença, que está registrada no seio do vivido, naquilo que lhe dá substância, na cultura. Lefévre, em várias obras, salientou a importância do cotidiano e do espaço enquanto *locus* da cotidianidade, como categorias centrais para se compreender a sociedade de consumo e se pensar as suas possíveis saídas em contraposição à ideologia homogeneizante da sociedade moderna.

A discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição fundamental para que se possa repensar o nosso urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. É por acreditar nisso que temos estado atentos às novas formas de organização social no campo.

A sociedade em movimento tem gestado algumas alternativas. Surgem novas experiências de luta no campo, nas quais os movimentos sociais têm buscado formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade. Estes novos sujeitos sociais, de que são exemplo os Seringueiros no Acre e as Quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, têm lutado por seu reconhecimento, chegando em certos casos a obter mudanças na nossa legislação.

Esses novos movimentos sociais em geral propõem novas formas de organização social, ou seja, novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, novas territorialidades. Wagner (NEAD, 2001) chama a atenção para a importância do território como conceito-chave para se compreender a relação rural-urbano neste novo contexto. O território é aqui entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe dentro de uma divisão político-administrativa (p. 23-25).

Muitas dessas experiências não passam despercebidas pelo Estado nem pelas agências multilaterais, que têm despertado para o valor e o poder das organizações locais na gestão da sociedade. Esta questão, juntamente com uma série de outros fatores, como por exemplo a pressão da sociedade civil nos países centrais, tem levado entidades como o Banco Mundial e o Banco do Nordeste a exigir a existência de organizações associativas em seus projetos.

A mobilização da base vem sendo estimulada pelo Estado em suas ações de desenvolvimento. No entanto, o caráter regulador do Estado entra em conflito direto com o potencial criativo que um real processo de descentralização poderia despertar, retirando-lhe legitimidade e propondo formatos institucionais.

Gostaríamos ainda de mencionar uma experiência extremamente significativa no que se refere ao cerne do que foi aqui discutido. Trata-se de uma iniciativa que tem sido desenvolvida desde meados de 1998 no assentamento Ireno Alves dos Santos, situado no centro-oeste do Paraná: a construção de uma “cidade dos sem-terra”. Uma cidade concebida pelo avesso, “é o próprio campo pensando a si mesmo em direção a uma urbanidade que se propõe transformada” (Lopes, 2002, p. 287). O sonho destes assentados é construir uma cidade que seja lugar do encontro e onde produção agrícola e atividades urbanas sejam congregadas, assim como vida camponesa ou rural e vida urbana. É montar uma estrutura sobre uma concepção social permeável à consciência e modo de vida que o meio rural produz (idem, p. 308).

O grande desafio talvez seja o de conseguir que a lógica do vivido e as lutas cotidianas consigam criar novas instituições, comprometidas com o projeto de uma sociedade menos dividida e mais justa. Para isso, nós da academia podemos participar no papel de mediadores, na medida em que rompamos com a postura cientificista e realizemos a segunda ruptura epistemológica de que nos fala Boaventura de S. Santos (2000), passando a contribuir na construção de um “senso comum esclarecido” juntamente com os representantes das demais formas de saber.

“A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída” (Santos, 2000, p. 43).

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 28 e 29, n. 1, 2 e 3 e n. 1, p. 49-67, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.
- ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro?. *Terra Livre*. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- _____. *O MST/RJ, o rural, o urbano e a pluriatividade*. Rio de Janeiro: [19—]. (mimeo.)
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CASTRO, A. C. *Agribusiness brasileiro e o papel do sistema de transportes intermodal*. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F.; SILVA, F. C. da (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 177-208.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GRABOIS, J. Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 36, maio/ago. 1999.
- _____. *O habitat e a questão social no noroeste fluminense*. [s.l.]: 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq)
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFÉBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-177.
- _____. *O marxismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. *La survie du capitalisme*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969. p. 163-177.
- LOPES, J. M. de A. “O dorso da cidade”: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 283-326.
- MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 237p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- MARTINS, Sérgio M. M. *Cidade sem infância: no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993. 221p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana)
- MARX, K. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NEAD. *Brasil na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas*. São Paulo/Brasília: USP/MDA, 2001. (Textos para Discussão, n. 3)
- NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 255-262.
- _____. As idéias-unidades da sociologia. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986a. p. 41-61.
- _____. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed, São Paulo: Hucitec, 1986b. p. 62-76.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural ao urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Biblioteca Nacional, 1972.
- SANTOS, B. de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. 200p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T e QUEDA, O. (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1972.
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades

Las Vilas Rurais (villas rurales) del Estado del Paraná
y las nuevas ruralidades

The Vilas Rurais (rural villages) of Paraná State
and the new ruralities

Bernardo Mançano Fernandes

Prof. Dr. do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente – SP. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq.
Correio eletrônico: bmf@prudente.unesp.br

Karina Furini da Ponte

Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente – SP. Bolsista CNPq.
Correio eletrônico: karina.ponte@bol.com.br

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar os significados e os componentes do Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná. Para isso, partiremos de questionamentos sobre o método de análise do “novo rural” e buscaremos repensar novos métodos que permitam entender as novas ruralidades que estão se configurando. Sendo assim, contribuirá para uma reflexão dos sentidos assumidos pelas políticas públicas no Brasil e principalmente das Vilas Rurais, o que vem no sentido de viabilizar certos interesses das classes dominantes.

Palavras-Chave

Programa Vila Rural – “Urbanização” do campo –
Reforma Agrária – Estado do Paraná – Novas ruralidades.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 113-126	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

En este artículo pretendemos analizar los significados y los componentes del Programa Vilas Rurais (Programa Villas Rurales) del Estado del Paraná. Para hacer esto, partiremos de preguntas sobre los métodos de análisis utilizados para entender lo que sería “nuevo rural” y serán repensados métodos que permitan entender las nuevas ruralidades que están apareciendo y posicionándose. Se pretende contribuir para una reflexión sobre el papel asumido por las políticas públicas en el Brasil, como ellas interfieren en el desenvolvimiento de las vilas rurais (villas rurales) y contribuyen para viabilizar intereses de las clases dominantes.

Palabras Clave

Programa Vila Rural (Programa Villas Rurales) – “Urbanización” del campo –
Reforma Agraria – Estado del Paraná – Nuevas ruralidades.

Abstract

In this article we intend to analyse the meanings and the components of Programa Vilas Rurais of State of Parana (Rural Villages Programme). In order to accomplish this aim, we are going to take into consideration queries about the method of analysis of the new rural and try to rethink new methods which allow us to understand the new ruralities which are being formed. And therefore it will contribute to a reflection upon the senses taken on by public policies in Brazil and especially those of rural villages, which happens as a way to make certain interests of the dominant classes feasible.

Keywords

Programa Vila Rural (Rural Village Programme) – “Urbanization” of the countryside –
Agrarian Reform – State of Parana – New ruralities.

Introdução

Nosso objetivo, neste artigo, é analisar quais os significados e sentidos do Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná, que para o ex-governo Jaime Lerner foi considerado um modelo de reforma agrária (sic). Pretendemos refletir e discutir os componentes desse Programa à luz da análise crítica a respeito das novas ruralidades, em confronto com o método de análise denominado de “novo rural”.

Nessa leitura, questionaremos conceitos e políticas com o objetivo de repensar os métodos de análise. Se considerarmos as Vilas Rurais como “urbanização” do campo, estaríamos negando a reprodução deste como espaço rural, pois com desenvolvimento desse processo o campo tenderia ao desaparecimento. Igualmente, na inexistência de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa e políticas de reforma agrária, surgem políticas paliativas do tipo Vilas Rurais.

Pretendemos também questionar os elementos que caracterizam esse processo denominado “urbanização” do campo. E demonstrar os interesses da classe dominante que procura inviabilizar qualquer política pública voltada para a produção familiar, privilegiando a produção agropecuária das grandes propriedades. Deste modo, uma nova política voltada para a formação de reserva de mão-de-obra vem de encontro com as necessidades do capital.

Por essa razão, surgiram as Vilas Rurais como programa de defesa de interesses da classe dominante, pois ao mesmo tempo em que são fornecedoras de força de trabalho, são apresentadas como vitrines de política de “reforma agrária” que não contraria seus privilégios e, ao mesmo tempo, tenta inibir os movimentos sociais de luta pela terra, caracterizando-se assim como uma política de controle social.

O Programa Vilas Rurais no Estado do Paraná

O Programa Vilas Rurais foi criado em 1995 pelo governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, com o intuito de proporcionar ao trabalhador rural volante ou bóia-fria¹ um lote de 5.000 m² (½ hectare), com uma casa de alvenaria de 44,56 m² e com infra-estrutura mínima: água, energia elétrica e sistema sanitário. O objetivo principal, segundo o governo, foi melhorar as condições de vida das famílias dos bóia-frias, proporcionando seu retorno ao campo.

Conforme o Governo do Estado do Paraná (2002), durante o período de sua instalação, foram construídas em todo o Estado 405 Vilas Rurais, contemplando 15.652 famílias e destas 387 estavam concluídas com um total de 14.954 famílias beneficiadas e, ainda, 18 Vilas Rurais estavam em obras com vagas para mais 698 famílias. Podemos observar, a partir dos dados apresentados, a territorialização das Vilas Rurais por quase todo o estado, com a existência de vilas rurais em 265 dos 399 municípios.

Para a instalação das Vilas Rurais são mobilizados, juntamente com as prefeituras municipais, outros 12 órgãos estaduais, cada qual com sua especificidade, conforme apresentado no quadro abaixo:

SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento);
EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural);
COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná);
CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná);
SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná);
COPEL (Companhia Paranaense de Energia);
SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família);
SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho);
SEED (Secretaria de Estado de Educação);
SESA (Secretaria de Estado da Saúde);
SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental);
IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Fonte: <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>. jan. 2003.

Para a obtenção do lote em uma Vila Rural é necessário que as famílias atendam a certos requisitos como: “ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; *exercer atividade remunerada de caráter temporário em áreas rurais*; possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação e família constituída com filhos” (Governo do Estado do Paraná, 2002, grifo nosso).

Pelos critérios estabelecidos, podemos constatar que o Programa Vilas Rurais atende exclusivamente aos bóias-frias, negligenciando outros tipos de trabalhadores rurais como os posseiros, meeiros, parceiros, que também necessitam de políticas que propiciem condições para sua sobrevivência no campo.

Ainda, por estes critérios, percebemos o interesse de classe do Programa, configurando-se na necessidade de viabilizar mão-de-obra para os setores que detêm a terra e outros meios de produção. Ao mesmo tempo, o Programa tenta amenizar os problemas urbanos causados pela concentra-

1. Volante ou bóia-fria são trabalhadores rurais assalariados temporários.

ção populacional das cidades, transferindo este excedente para o campo, fornecendo-lhes condições habitacionais.

O Programa Vilas Rurais é, de fato, mais uma política pública para o fornecimento de mão-de-obra assalariada ao capital do que uma possível alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades, o que seria o objetivo de um projeto de reforma agrária. Por essa razão, a escolha do codinome “Nova Reforma Agrária” é uma propaganda falaciosa. As Vilas Rurais são moradias em espaços onde as famílias vivem, principalmente, do trabalho assalariado, no campo ou na cidade, em atividades rurais e não agrícolas, pluriativas e ainda produzem culturas para autoconsumo.

Segundo o ex-presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), as Vilas Rurais são um programa que busca a construção de residências para os bóias-frias, tendo o objetivo de combater a falta de moradia para esta população, proporcionando-lhe condições mínimas de habitação no campo, uma vez que dotá-las de infra-estruturas nas cidades incorreria em um gasto maior do que no meio rural (Cervi, 2001).

Esta declaração é reveladora de um outro caráter da política do programa. Pois, a compra de terra no campo tem um custo inferior aos mesmos investimentos nas cidades. Desse modo, o programa representa uma nova forma de organização do espaço geográfico e é um novo elemento na questão campo–cidade. Já que com esse programa as moradias de trabalhadores que antes se localizavam nas periferias das cidades, agora se encontram no campo. E ainda, há a disponibilização de mão de obra barata tanto para o campo quanto para a cidade.

Ao assumirem a posse do lote com suas devidas infra-estruturas, os custos são repassados aos vileiros² que assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses, nos quais pagam taxas simbólicas, e transcorrido este período, inicia-se o pagamento de prestações mensais que giram em torno de 20% do salário mínimo vigente, para que, posteriormente, possam receber o título de proprietário da terra.

A criação das vilas rurais suscitou um novo debate (que está inserido na discussão da questão campo–cidade / urbano–rural) a respeito do significado de urbano e de rural. Há muitas discussões, ainda sem definição, a respeito da forma do imposto territorial a ser cobrado, pois, como a Vila tem apenas ½ hectare, o INCRA não as considera como terras rurais, mas sim urbanas. Portanto, cabendo sua tributação como imóvel urbano, elevando consideravelmente seus custos e impossibilitando os vileiros de receberem o título de posse do lote como propriedade rural.

Um dos objetivos do Programa Vilas Rurais é que, por meio da aquisição dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal, que é obtida a partir do trabalho rural e urbano fora do lote. Mas, constatando a realidade das Vilas, podemos verificar que a quantidade da produção agrícola é ínfima para suprir as necessidades básicas dos vileiros, sendo insuficiente para a sua comercialização; este fato se deve ao reduzido tamanho do lote (½ ha) e a falta de incentivos destinados aos moradores.

Como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora dele se torna de extrema relevância para as famílias, caracterizando as Vilas Rurais como local de reserva de mão-de-obra, tanto para o meio urbano como para o meio rural, e seus moradores sendo vistos como trabalhadores temporários; pois como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

Deste modo, podemos verificar a pluriatividade dos vileiros como uma estratégia de sobrevivência, pois somente com a produção no lote não conseguiriam a renda necessária para sua reprodução.

2. Vileiro é a denominação dada às pessoas que moram nas vilas rurais.

Programa Vila Rural: um caráter rural ou urbano?

Segundo o objetivo explícito do Governo do Estado do Paraná, o Programa tem um caráter rural. Todavia, a partir de uma análise da realidade, podemos visualizar uma intenção implícita no que se refere à imposição de necessidades centradas no processo de industrialização e ampliação de novas relações de trabalho, que atendam aos setores dinâmicos da economia. Isso corresponde às novas exigências do mercado dominado pela lógica do capital, demonstrando os anseios da classe dominante urbana e rural.

Na perspectiva do governo, observa-se que as Vilas Rurais são vistas a partir da ótica de um processo de “urbanização” do campo. Essa denominação é um erro crasso, considerando que urbanização é um processo de territorialização das cidades. Na realidade, o que está acontecendo é a implantação de infra-estrutura social no campo. Na falta de um conceito adequado, chama-se esse processo de “urbanização” do campo. A constituição das Vilas Rurais, bem como de assentamentos rurais têm causado impactos socioterritoriais, com a implantação de uma rede, ainda que precária, de infra-estrutura e serviços sociais, como por exemplo: eletrificação rural, escolas, postos de saúde, água, transporte entre outros. Esses elementos não são próprios do urbano, mas de qualquer espaço geográfico. Nesse caso, o que estamos presenciando é a configuração de uma nova ruralidade, onde o campo também recebe políticas públicas que antes eram quase que exclusivas das cidades.

Essa questão é, em parte, pensada por Wanderley (2001) para os países desenvolvidos, referindo-as a um espaço denominado de *continuum rural-urbano*, ou seja, os locais onde se identifica a proximidade e a continuidade espacial entre o meio urbano e o rural, a partir das relações estabelecidas, tanto de trabalho como de busca de infra-estruturas.

Schneider (1994) denomina o *continuum rural-urbano* como sendo um processo de periurbanização, ou seja, são espaços que combinam ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos, emergindo um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade dos trabalhadores.

Para Schneider (1994), o processo de periurbanização tem como características principais a plurifuncionalidade no uso do solo, podendo servir tanto como fator de produção, reserva de valor ou um valor subjetivo e patrimonial; e a pluriatividade das relações de trabalho através da combinação de atividades agrícolas, não-agrícolas e trabalho assalariado.

Nesse contexto, a característica mais evidente nas Vilas é a presença da pluriatividade dos moradores como forma pela qual a maior parte deles conseguem auferir renda. Pois, como já afirmamos, a produção para autoconsumo não se realiza, o que dificulta sua reprodução enquanto produtores autônomos rurais, servindo as Vilas como reserva de mão-de-obra para outros setores.

Para Graziano da Silva (1999), em sua interpretação do “novo rural” pode-se compreender as Vilas Rurais como um processo de “urbanização” do campo, que se refere à implantação de núcleos habitacionais rurais para as famílias de bóias-frias, constituídas de infra-estrutura social. Pois, segundo o autor:

“No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento do novo rural, a saber: [...]

b) políticas de urbanização do meio rural (sic) visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação...” (Graziano da Silva, 1999, p. 122).

Ainda, Graziano da Silva (1999, p.117) afirma que são necessárias políticas que visem a dissociação entre local de moradia e de trabalho na zona rural, para isto ressalta que:

“além das tradicionais políticas de incentivos ao uso agrícola das terras tanto por parte do produtor direto, como por terceiros (via arrendamento e parceria), seria fundamental criarmos políticas para estimular o uso não agrícola do solo rural, como por exemplo um programa de habitações rurais em que os inquilinos não fossem necessariamente trabalhadores rurais das fazendas onde residem” (Graziano da Silva, 1999, p.117).

Portanto, afirma que o Programa Vila Rural do Estado do Paraná é um importante passo nessa direção, no que concerne a questão da habitação, mas ao mesmo tempo, lança limitações justificando que a escala do lote não oferece condições para o desenvolvimento econômico dos moradores. Desta forma, não conseguem viver com a renda que obtém da atividade agrícola e não-agrícola.

Para Graziano da Silva (1999, p.117) “as Vilas Rurais deveriam ser suficientemente grandes para possibilitar a criação no seu interior de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda”. Esses serviços mencionados estão relacionados às atividades não-agrícolas, ou seja, o autor apresenta sua compreensão de “urbanização” do campo, no que se refere às pequenas propriedades, pois não são necessários incentivos para a produção agrícola mas sim em outras atividades acessórias, na medida que os responsáveis pela produção agropecuária são os Complexos Agroindustriais.

Como nossos questionamentos a respeito do Programa Vila Rural têm como referência a crítica ao método de análise denominado de “novo rural”, consideramos relevante analisar o significado deste processo.

Deste modo, a denominação “urbanização” do campo é a representação de um pensamento *urbanóide*, em que as cidades são espaços totalizantes, determinantes e dominantes sobre o meio rural. Não há dúvidas que o meio urbano, através de diversas relações sociais, expressas em suas territorialidades, subordina o meio rural imprimindo novos tipos de relações. Todavia, também o rural influencia o urbano por meio de suas próprias territorialidades, manifestas em diversos tipos de relações culturais, sociais e políticas. Entretanto, afirmar que o rural se urbanizou, afirmando sua decadência a caminho de sua extinção, não é verdadeiro.

Esta é uma visão centrada no urbano, o que resulta em políticas públicas do tipo Programa Vilas Rurais, que trata o assentamento da população dos trabalhadores rurais volantes ou bóias-frias apenas para suprir os interesses da classe dominante e como uma forma de não alterar a estrutura fundiária.

Podemos entender que o ato de impor a “urbanização” do campo não está relacionado a um projeto de desenvolvimento do campo, mas como uma estratégia do capital de subordinar estes territórios rurais ou modernizando ou aplicando novos meios como a pluriatividade, no sentido de dominar e servir como forma para a acumulação capitalista, não visualizando o bem estar social e econômico da população, mas sim do capital.

Quando tratamos do caráter urbano imposto pelo Programa, a partir do processo de “urbanização” do campo, estamos apenas demonstrando o sentido dado pelo governo como uma forma de garantir a reprodução do capital. Não consideramos que o rural está assumindo feições urbanas e que vá desaparecer, pelo contrário, ele está sim se alterando e adaptando-se às novas exigências impostas pela conjuntura mundial e local, pois, como afirma Rémy apud Wanderley (2001, p. 2), que “o ‘rural’ não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” para existir enquanto espaço singularmente rural. Sendo assim, não há seu fim, mas a emergência de uma nova ruralidade e não sua urbanização.

Podemos entender que nesta nova fase, marcada pelo processo de globalização, transformações pós-fordistas das relações de produção e precarização das relações de trabalho, não vem afirmar o fim do campo, mas sim novas relações que estão sendo estabelecidas de modo que o urbano e o rural possuem necessidades que ambos poderão suprir.

Como afirma Alentejano (1998, p.43) “não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”, ou seja, não foi só o campo que se modificou devido a estas transformações conjunturais, mas as cidades também, de modo que algumas delas ainda permanecem em estágios de desenvolvimento que não acompanharam o processo de urbanização e industrialização. Neste caso, se podemos falar que o campo se urbanizou, então estas cidades se ruralizaram?

Podemos questionar, dentro desta perspectiva de “urbanização” do campo, o que realmente significa esse processo de dominação da cidade sobre o campo. Como muitos autores desta vertente afirmam, há a disseminação de ocupações rurais não-agrícolas, com o uso do solo rural para atividades “ditas urbanas”, como moradia, lazer, atividades industriais (como forma de agregar valor aos produtos agrícolas), prestação de serviços e o conjunto de “novas” atividades localizadas em nichos específicos de mercado como: floricultura, piscicultura, criação de animais exóticos.

Neste contexto, podemos questionar: será que a moradia é tida como elemento característico apenas dos meios urbanos³? Esta é uma visão, como afirma Wanderley (2001) urbana-centrada de que as cidades representam os setores dinâmicos que detém as infra-estruturas necessárias, o poder político, administrativo, econômico e que é o espaço no qual se concentra a maior parte da população no Brasil.

Por outro lado, há um estigma com o meio rural, tido como o atrasado, por ter menor densidade populacional, falta de infra-estrutura e é conhecido também pelo isolamento. Por isso, é que os elementos citados não podem ser considerados rurais? Pois, o campo é visto apenas como local de produção agrícola e de fornecimento de mão-de-obra, sendo reconhecido como um “quintal das cidades”, o qual tem a função de suprir as demandas do meio urbano, ou seja, um espaço de importância secundária.

Mas, apesar deste estereótipo, devemos desmistificar certas associações a estes territórios para percebermos que há novos rurais e novos urbanos se concretizando no Brasil. Os processos de desenvolvimento no campo e na cidade são desiguais, todavia não é possível fazer uma leitura linear, em que só se observa o desenvolvimento nas cidades. Existem espaços rurais em pleno desenvolvimento tanto por meio de grandes projetos, como por exemplo: a região do médio Vale do São Francisco, quanto pela consolidação de processos históricos de colonização, como por exemplo: a região da Serra Gaúcha.

Outro item que pode ser considerado é o aspecto da preservação ambiental como um processo restrito ao rural, mas podemos observar pela realidade que há muitos espaços urbanos, onde encontramos uma enorme preocupação com esta questão, buscando cidades menos artificiais, construindo parques e reservas naturais como forma de lazer para a população e como meio de tentar conter os efeitos da poluição, que assolam muitos municípios brasileiros por causa dos altos níveis populacionais e industriais. (Alentejano, 1998)

E por fim, cabe ainda dizer que, segundo Alentejano (1998, p.42), “o isolamento, a visão de mundo provinciana e as relações impessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis”; pois atualmente há uma difusão dos meios de comunica-

3. Tomamos como base a moradia para esta análise, pois é uma das características “urbanas” evidenciadas no Programa Vilas Rurais.

ção alcançando até os espaços rurais, considerados alheios aos acontecimentos mundiais e até locais.

Por essa razão, afirmar o caráter atrasado imprimido ao campo é muito mais uma visão política do que uma compreensão da realidade. Representa também um desconhecimento dessa realidade, pois o campo está em transformação, incorporando infra-estrutura antes concentrada apenas nas cidades, que por sua vez, também apresentam espaços de absoluta precarização com total ausência de infra-estrutura, indo de encontro com o que afirma Wanderley (p.25), de que “só há espaços porque há uma série de diferenças”, mesmo dentro daqueles ditos iguais. Deste modo, incorreríamos em um erro ao classificar os espaços, pois estes possuem heterogeneidades.

Outro item relevante para nossa análise está nas ocupações rurais não-agrícolas, com o uso do solo no meio rural abrangendo atividades que não contemplam a agropecuária, propriamente dita; além da questão do trabalho fora do lote em atividades urbanas.

Muitos autores afirmam a partir destas características, a ocorrência do processo de “urbanização” do campo, mas analisando as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores rurais, denotamos que o campesinato, em momentos de crise, sempre recorreu a outros tipos de atividades para complementar sua reprodução. E no momento atual, sendo diferenciado apenas por alguns tipos de ocupações, porém mantendo a mesma essência, ou seja, a multiplicidade de atividades como forma acessória de sobrevivência de sua família.

Portanto, consideramos que as definições dos espaços rurais e urbanos não vão depender do grau de concentração destes elementos; mas sim das relações tanto econômicas, socioespaciais que a população tem com a terra. Ou seja, no meio rural há uma relação direta, onde a terra é elemento de produção, representando caráter subjetivo e cultural.

Quando se assume esta visão do campo como espaço atrasado e dependente do urbano, renegamos qualquer função social e necessidades que a população rural possua, como se esta não necessitasse morar, ter momentos de lazer e além de tudo não necessitasse de infra-estrutura. Portanto, qualquer introdução destes elementos no cenário rural há quem afirme que houve um processo de “urbanização”, mas na verdade são requisitos básicos de sobrevivência de qualquer população, independentes de sua origem e de seu lugar.

Esta associação de certas infra-estruturas ser de caráter urbano deriva, em parte, da sua concentração neste espaço, uma vez que o meio rural é conhecido pelo estigma de baixo nível de renda e de dificuldade ao acesso a determinados bens e serviços, pois estes são raros nessas localidades, tendo a população rural que recorrer ao urbano para usufruí-las.

Deste modo, vemos que é cômodo afirmar a “urbanização” do campo, pois ao mesmo tempo em que negar a importância do meio rural é afirmar que não são necessárias políticas restritas aos setores primários, pois estes empregos tendem a diminuir. Sendo assim, propagam determinadas atividades não-agrícolas como sendo a única estratégia que deverá ser adotada, como se a responsabilidade do sucesso ou do fracasso fosse da população rural.

O papel do Estado no Programa Vilas Rurais

A partir dos processos de industrialização, urbanização e modernização da agricultura, buscou-se por fim às particularidades dos espaços, expandindo uma uniformização imposta pelo modo urbano, o que costuma aparecer em muitos trabalhos científicos como sendo a “urbanização” do campo. Deste modo, se eliminaria definitivamente a tão questionada dicotomia rural-urbana, pois o processo de urbanização atingiria até os espaços rurais, impondo-lhes suas necessidades e modos de produzir, negligenciando os anseios da população rural e caso não se adapte às novas exigências, não conseguirão sobreviver.

Como afirma Duby apud Wanderley (2001, p. 3), “as cidades se tornam donas de tudo e o campo verdadeiro servo e subordinado”, entendendo esta relação campo-cidade como uma articulação desigual entre dominantes e dominados.

Neste contexto, consideramos relevante a contribuição de Moreira (1985) afirmando que a lógica do capital está contida nesta relação entre dominantes (burguesia) e dominados (proletariado), partindo da premissa que sua reprodução funda-se nesta articulação embasada a partir da subordinação do trabalho à ele e da extração de sua mais-valia.

Segundo Moreira (1985, p.156) “a relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica seus estratagemas espaciais como o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto”, ou seja, utiliza-se destas diferentes espacialidades para operar o seu controle, sua dominação e, conseqüentemente, ampliar seu capital.

Estes estratagemas espaciais, ressaltados pelo autor, ocupam lugar fundamental nas cidades, pois esta é representada como base territorial onde se concentra o poder das oligarquias e do Estado, servindo ainda como *locus* de poder, de regulação e de administração de toda a ordem nacional.

Segundo Moreira (1985, p.159), a cidade é “a base de uma estruturação espacial do Estado com a função de garantir aos grandes proprietários rurais, através de seu controle, e, por extensão da estrutura espacial nela baseada, o controle da condução do processo da diferenciação hierarquização”. Deste modo, assumindo um papel político, principalmente no que se refere a sede do município, sendo um espaço federativo-oligárquico que impõe seus processos a todos os outros, principalmente o rural, que assume um papel de dependência relativa do modo econômico urbano, sendo classificado como a classe dominada pelos interesses burgueses.

É a partir da aliança cidade-campo, ou seja, a natureza das classes e de seus projetos, que se determinará a política e o caráter do Estado e, no Brasil, o tipo de aliança é baseada na lógica do capital orientada pela classe burguesa urbana e dos grandes proprietários rurais com interesses dominados pela ordem de mercado internacional.

As classes dominantes e o Estado têm se baseado, a partir de uma economia em escala mundial, organizando suas forças produtivas na divisão internacional do trabalho o que vai repercutir na internalização de sua divisão interna. Sendo assim, vemos que este processo transborda os limites da territorialidade nacional, pois possui em sua essência princípios externos.

Esta nova divisão do trabalho demonstra a separação e articulação cidade-campo, pois este último configura-se atualmente como *locus* de fornecimento de matérias-primas, de mão-de-obra e como mercado para os produtos das indústrias urbanas, que são responsáveis pela transformação dos bens de consumo e de produção e, ainda, regulam os preços e as políticas públicas destinadas a este setor.

Diante destes estratagemas espaciais nas quais a vertente dos dominantes se articula, não poderíamos deixar de entender o papel do Estado que será de grande importância como nível institucional organizador e elemento de ação que servirá de base para se configurar o campo de forças dos dominantes para os dominados.

Segundo Moreira (1985), o Estado Nacional tem vários objetivos, sendo definidos como: administrar a reprodução da hegemonia dos dominantes e da formação econômico-social tal como é; regular a extração e redistribuição da mais-valia; executar os estratagemas espaciais impostos pela vertente cidade-campo dos dominantes; definir a internalização da divisão internacional do trabalho; elaborar e difundir um imaginário de questão nacional que servirá como elemento massificador e controlador da ordem vigente.

Deste modo, vemos que o interesse do Estado se resume no interesse da classe dos dominantes, pois este serve como aparato institucional que legitimará os estratagemas espaciais que favorecerão as necessidades dessa camada, que é mediada pela lógica do capital.

E, neste contexto do Estado como base para as articulações da classe dos dominantes, podemos entender o Programa Vila Rural que caracteriza interesses impostos pelos setores urbanos e rurais dos dominantes e não dos dominados. Deste modo, as políticas públicas para os setores agrícolas geram para o meio urbano uma reserva de mão-de-obra e a expansão de novos mercados.

Portanto, podemos visualizar que o interesse do Estado com as Vilas Rurais não corresponde às necessidades dos trabalhadores rurais com empregos e incentivos na agricultura mas vai, sim, de encontro com os interesses da burguesia e da oligarquia rural, ou seja, fornecer mão-de-obra, na medida que são eles que detém os setores dinâmicos da economia. Não se tornando relevantes à implantação de medidas que possibilitem o desenvolvimento agropecuário para os pequenos proprietários, pois estes não propiciam condições para o capital enquanto produtores, mas sim como reserva de mão-de-obra para a extração da mais-valia.

Se observarmos a Vila Rural a partir da lógica do Estado, ela se encaixa “perfeitamente” na perspectiva de “urbanização” do campo, pois está baseada nas políticas públicas destinadas aos setores agrícolas, que apresentam como um de seus princípios, o estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas, como forma de negar uma distribuição efetiva de terra, criando mecanismos conformistas e assistencialistas como meios alternativos viáveis para o capital.

Algumas contribuições teóricas para se pensar as Vilas Rurais

Quando nos propomos a analisar e questionar a perspectiva “urbana” imposta à realidade de muitos espaços rurais e, principalmente, das Vilas Rurais, consideramos relevante discutir os pensamentos de alguns autores, que apresentam propostas semelhantes ao referido Programa.

As análises que nos propomos estão baseadas nas obras de Rangel (1962), Lênin (1982) e Graziano da Silva (1999 e 2000). Estes autores acreditam que o dinamismo econômico capitalista estará dominado pelos setores da elite, como a indústria e o latifúndio, tirando a importância dos pequenos produtores na produção de bens agrícolas, relegando-a apenas a função de trabalhadores, constituindo o exército de mão-de-obra.

A proposta de “Reforma Agrária” de Rangel (1962), que apresenta semelhanças com o Programa Vila Rural, está ligada às áreas que ele classifica de subdesenvolvidas de antiga colonização, como o Nordeste. Pensando em uma tentativa de diminuir o excedente da população inativa das cidades, principalmente os trabalhadores temporários (bóia-frias), propõe uma reforma baseada na criação de minifúndios, com extensões de 1 a 2 hectares, variando segundo a região, para que estes trabalhadores consigam extrair seu autoconsumo e, também, servir de mão-de-obra tanto para o latifúndio quanto para as indústrias nas cidades.

Rangel afirma que:

“o resultado social seria a criação de um numeroso semi-proletariado agrícola que asseguraria uma oferta regular de mão-de-obra à grande agricultura capitalista, a qual, livre dos óbices presentes, poderia expandir e melhorar sua técnica; o trabalhador obteria um complemento de salário, sob a forma da casa própria e da pequena produção para autoconsumo; os membros “inativos” da família encontraria empregos para o seu trabalho, tornando-se menos onerosos para o chefe da família, e esta, nestas condições, tenderia a reconstituir-se” (Rangel, 1962, p. 24).

Observando a proposta de Rangel, pode-se pensar que o governo paranaense, implementador do Programa Vila Rural, baseou-se nestas idéias, pois ambas têm muita semelhança.

Os minifúndios, propostos por Rangel (1962), representam economicamente um complemento de salário para o trabalhador não de forma monetária, mas essencialmente de bens e serviços para o autoconsumo como a casa de moradia, os produtos de confecções domésticas, cultivo de uma pequena agricultura e criação de animais. Pois, quem assumirá a responsabilidade de abastecer o mercado com a produção agrícola será a grande empresa latifundiária e não os pequenos lotes, estes apenas servirão para o fornecimento de mão-de-obra.

Para Rangel (1962), a “Reforma Agrária” não era vista como condição para o desenvolvimento do capitalismo, mas sim que a subordinação da agricultura à indústria criaria um mercado interno realizado a partir da desagregação dos complexos rurais⁴, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Neste sentido, o um mercado interno seria criado a partir de uma divisão de trabalho entre o campo e a cidade; sendo necessária a formação de reservas de proletários para o crescimento industrial e posterior transferência de seu modo de produzir para o campo.

A influência de Lênin (1982) está explícita nas obras de Rangel (1962) e posteriormente de Graziano da Silva (1999 e 2000), havendo uma convergência teórica entre estes autores, ambos acreditando que, para o desenvolvimento capitalista seria necessária a formação de uma reserva de mão-de-obra (proletários) para a indústria e a criação de um mercado interno, a partir da subordinação da agricultura à indústria.

Lênin (1982) analisa o processo de formação do mercado interno para o desenvolvimento do capitalismo, defendendo a desintegração do campesinato, pois estes possuem contradições inerentes à economia mercantil e capitalista.

Para o autor, a ruína dos camponeses não significa a liquidação do mercado interno para o capitalismo, pelo contrário, é uma condição para a evolução do mesmo, que será baseado no processo de industrialização; que desintegrando esta camada, liberará massas para a formação do proletariado, pois a emergência do modo capitalista não se vincula diretamente à capacidade de consumo da população, mas ao grau de consumo produtivo com a demanda de meios de produção. Com isso, desenvolvendo a agricultura comercial que se tornará mercantilizada e dependente dos produtos da indústria, criando assim, um mercado interno para o capitalismo.

Para Lênin (1982), o desenvolvimento do capitalismo e a extinção do campesinato tenderiam a formação de duas classes sociais: a burguesia e os proletários, sendo que esta segunda seria de extrema relevância para a formação de uma reserva de mão-de-obra para os setores dinâmicos da economia o que, por sua vez, será dominado pelo primeiro setor.

Graziano da Silva (2000) também defende o desenvolvimento capitalista a partir da industrialização e a dependência da agricultura. Ele ressalta a relevância da formação de proletários sazonais para os setores agrícolas e não-agrícolas, uma vez que a tecnificação do campo só será conseguida pelos proprietários mais capitalizados. Deste modo, exprime a negação ao pequeno produtor e sua subordinação ao latifúndio, pois estes serão os que dominarão os meios de produção da agricultura.

Este pensamento tem predominado, também nas políticas governamentais, principalmente pela inexistência de políticas de reforma agrária e na extinção de pequenas propriedades. Há um interesse em que os camponeses se tornem mão-de-obra assalariada para suprir o crescimento dos setores capitalista, ou seja, os latifúndios e as agroindústrias.

4. Complexos rurais seriam as atividades desenvolvidas no interior das fazendas da época da colônia, baseadas em uma economia natural e com uma incipiente divisão do trabalho, pois eles internalizavam todos os processos produtivos, desde a produção de bens de consumo, meios de produção até o abastecimento do mercado, realocando os recursos ociosos na produção para exportação. Desta forma, os complexos eram auto-suficientes, pois dominavam quase todos os setores produtivos. Desta forma, o mercado interno praticamente inexistia.

Nesta perspectiva, a responsabilidade pela produção agrícola caberia à agricultura capitalista e não aos pequenos produtores, para os quais seus lotes seriam um complemento de renda obtida enquanto mão-de-obra sazonal. Deste modo, convertendo os camponeses expropriados em mão-de-obra para a grande empresa capitalista.

Numa comparação com o Programa do Estado do Paraná podemos constatar uma semelhança no propósito, tanto da instalação dos lotes (reduzidas dimensões) como na sua função de reserva de mão-de-obra para os setores agrícolas e industriais. Porém, no interior das Vilas Rurais, muitos lotes não conseguem nem realizar uma economia mercantil simples que represente um complemento de renda.

As Vilas Rurais assemelham-se muito com as idéias de Rangel, mas na verdade, este ponto de análise de uma “Reforma Agrária” não visualiza as verdadeiras necessidades do trabalhador rural, pois os lotes servirão apenas como um complemento da renda, uma vez que sua sobrevivência monetária resultará do trabalho fora dos lotes sob a forma de emprego assalariado nas empresas capitalistas ou nas indústrias urbanas.

Podemos constatar, a partir da proposta e idéias de Rangel, que a Reforma Agrária seria viável apenas para resolver problemas ligados aos setores não-agrícolas, evidenciando uma face urbana em sua perspectiva; pois para ele o desenvolvimento econômico brasileiro só será obtido através da industrialização e a instalação dos minifúndios com a formação de reservas de mão-de-obra que suprirá tanto o mercado industrial como o latifundiário, servindo ainda como um mercado consumidor.

Segundo Graziano da Silva (2000), a Reforma Agrária para Rangel só será viável a partir da instalação de uma crise urbana, que vem se tornando mais aguda no início dos anos de 1980, com raízes no processo de modernização da agricultura e de suas relações de trabalho, empurrando para as cidades uma população excedente sem possibilidades de ser absorvida. Anteriormente a este período, estas pessoas estavam sendo absorvidas pela indústria, mas que com a automação e a informatização, não necessitava mais a mesma proporção de mão-de-obra, deixando a crise agrária totalmente exposta nas cidades. Portanto, chegando o momento de se pensar uma Reforma Agrária que permitisse amenizar o aumento populacional no meio urbano, com suas conseqüências sociais e econômicas e, ainda, garantir força de trabalho temporário para os setores que permitirão o desenvolvimento brasileiro.

Podemos constatar a partir destas reflexões que sua proposta de Reforma Agrária contém elementos não necessariamente rurais, pois a finalidade dela se baseava na formação de um exército de mão-de-obra temporária para a indústria e para o latifúndio e não uma distribuição de lotes que assegure o desenvolvimento das forças produtivas com uma produção agrícola e a conquista política e social dos produtores. É neste sentido que podemos caracterizar as Vilas Rurais, em uma “reforma não necessariamente rural” negando a idéia estabelecida pelo governo paranaense de que o Programa é um tipo de Reforma Agrária que contemple uma distribuição efetiva de terra e renda.

Considerações finais

Portanto, como o Programa Vilas Rurais é propagado como uma Reforma Agrária, nos questionamos que tipo de reforma? Pois, quando tratamos deste assunto, pensamos sempre em uma modificação da estrutura fundiária, mas com as Vilas isto não acontece porque, para assentar as famílias, é necessário apenas um lote de reduzidas dimensões, no qual se observa a quase inviabilidade produtiva.

Desta forma, o Programa consiste em um novo projeto de Reforma Agrária que está baseado no pensamento de “urbanização” do campo, no qual o meio rural vem assumindo outras configura-

rações que não são necessariamente voltadas a atividade primária mas à outros tipos de atividades ligadas aos setores secundários e terciários.

Esta proposta de “Reforma Agrária”, na verdade, surge como uma forma paliativa e substitutiva da clássica política de distribuição de renda e terra, pois esta última diverge dos interesses das classes detentoras dos meios de produção. Desta forma, formar núcleos habitacionais, de reserva de mão-de-obra e que dispendam de pouca quantidade de terra é uma das soluções mais viáveis para demonstrar o “interesse” do Estado em auxiliar os trabalhadores rurais.

Neste sentido, podemos questionar qual o auxílio? E para quem serve? Sendo assim, vemos que as condições fornecidas vêm de encontro aos interesses da classe latifundiária e burguesa, pois aos trabalhadores rurais são condenados apenas à sua reprodução enquanto força de trabalho e não como proprietários e produtores. Assim, esta política vem para negar a viabilidade da produção familiar, pois quem dominará este tipo de produção ainda serão as grandes propriedades.

Concluimos, então, que este Programa do governo do Estado do Paraná foi implantado para tentar conter as pressões sociais da luta pela terra. O Programa Vila Rural é uma medida paliativa e menos complexa que a implantação de assentamentos rurais, mas que na verdade não atende às necessidades básicas dos trabalhadores rurais.

Bibliografia

- ALENTEJANO, Paulo C. R. O debate acerca da noção de pluriatividade. In: ALENTEJANO, Paulo C. R. *Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: CPD/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998. p.51-65. (Dissertação de Mestrado)
- CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p.193-223.
- CERVI, Emerson. Vilas Rurais não obtém auto-suficiência. *Folha de Londrina*, Londrina, p.15-16, 11 fev. 2001, Caderno Reportagem.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Vilas Rurais*. Consultado na Internet, em 25 de fevereiro de 2002. <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. Prefácio – Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: um introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 7-37.
- LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- MOREIRA, Ruy. A relação cidade campo como questão do capital. In: _____. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.156-185.
- RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: CDEP, 1962.
- SCHNEIDER, S. Pluriatividade e periurbanização: as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: *Agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p.165-193.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. [s. l.: 200-]. (texto inédito)

Geografía, diferencia y las políticas de escala

Geografia, diferença e as políticas da escala

Geography, difference and the politics of scale

Neil Smith

Traducción de María Franco García

Mestranda em Geografia junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior e membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).
Correio eletrônico: mmartillo@terra.es ou mmartillo74@hotmail.com
Revisión de Jorge Montenegro y Raul Guimarães.

Resumen

En este artículo, el profesor y geógrafo, Neil Smith, nos coloca frente a la controvertida discusión del “giro geográfico” de la teoría social y la forma en que los análisis post-modernos se han introducido en el discurso geográfico y viceversa. En su argumentación examina críticamente dos tendencias de la conceptualización de la diferencia espacial. La que homologa la diferencia con el eclecticismo y aquella que la propone como totalidad. Su objetivo es introducir una conceptualización sobre la producción de la escala geográfica que permita pensar en la construcción de una teoría de la espacialización social. La propuesta de Smith es identificar la escala geográfica como concepto central de esta teoría y entorno del cual la diferencia espacial puede plantearse relacionadamente.

Palabras-clave

Post-modernismo – Teoría social crítica – Diferencia espacial – Escala geográfica.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 127-146	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumo

Por meio deste texto, o professor e geógrafo, Neil Smith instiga-nos a pensar o que se viu a denominar o “giro geográfico” da teoria social, por meio da avaliação das formas pelas quais as análises pos-modernas têm-se introduzido no discurso geográfico e vice-versa. O autor examina criticamente duas das tendências da conceituação da diferença espacial. A que homologa a diferença com o ecletismo e aquela que propõe a diferença como totalidade. O seu objetivo é introduzir uma conceituação sobre a produção da escala geográfica, que nos permita pensar na construção de uma teoria da espacialização social. Na sua proposta Smith identifica a escala geográfica como o conceito central desta teoria, entorno do qual a diferença espacial pode colocar-se de forma coerente.

Palavras-chave

Pós-modernismo – Teoria social crítica – Diferença espacial – Escala geográfica.

Abstract

The arguments presented by the professor and geographer Neil Smith in this paper, they start from the “geographical turn” in social theory and the way in which postmodern analyses have entered the geographical discourse and vice versa. Secondly, he examines two specific tendencies in the conceptualization of spatial difference. One tendency homologates difference and eclecticism and another homologates difference and totality. Finally, he proposes that a spatialised social theory will have to come to terms with geographical scale as a central concept around which spatial difference can be rendered coherent. According to his positions, the production of geographical scale would be the primary means by which geographical difference is organized.

Keywords

Postmodernism – Critical social theory – Difference – Geographical scale.

Introducción¹

El programa “*MTV posmoderna*” de la cadena de televisión “*Music Television*” (MTV), probablemente fue así llamado, en respuesta a la obra que sometió a dicha cadena a un análisis “post-modernista” (Kaplan, 1987). Sin embargo, las diferencias entre este programa y el resto de la cadena son, a lo sumo, sutiles. La versión post-moderna puede ser más artística, europea, introspectiva y fragmentada, más sometida al pastiche y a la yuxtaposición, más cargada de referencias gráficas de espacio y tiempo, quizás con comentarios políticos más “*light*” sobre el tumulto de los sesenta e, incluso, con una ligera aproximación a la moda glasnost. Quizás esté también saturada de anuncios “*funkies*” de vaqueros 501, pero todo esto únicamente consigue aumentar el coste por anuncio de uno de los principales patrocinadores de la emisora. La MTV post-moderna puede ser cualquier cosa, salvo algún *heavy metal*². El “macho” *heavy metal* vendría a ser el epítome de un modernismo decadente dentro de la música, y dicha homología ocupa también un tiempo de emisión destacado en la MTV.

Para las ciencias sociales, no obstante, el post-modernismo ha actuado como una tragedia shakesperiana. Observamos un abandono despreocupado del discurso y la promesa de nuevos

1. SMITH, Neil. Geography, difference and the Politics of Scale. In: DOHERT J.; GRAHAM, E. (eds.). *Postmodernism and the Social Science*. Londres, 1992.

2. *Heavy metal*, estilo musical cuya denominación inglesa es mundialmente aceptada. (N. del T.)

mundos por llegar, mientras el momento actual se siembra de cuerpos muertos que, con certeza, serán reavivados para repetirse.

El drama apocalíptico de esta trama es claro: el post-modernismo anuncia la muerte del esclarecimiento, la circuncisión del pensamiento racional y del discurso totalizador, el fin de Marx, del Marxismo y de la clase obrera, la muerte de la historia y de la narrativa, la muerte del sujeto y así sucesivamente³. Y aunque, la mayoría de estas demandas son demostrablemente hiperbólicas, no se puede negar la visceral seducción intelectual del post-modernismo. Existe cierta prioridad en proclamar el fin de una era, y no se trata en absoluto de una era menor: el tiempo que ha muerto es el del modernismo.

Existe también un claro alivio entre algunos teóricos sociales, por haber encontrado una vía escape a un modernismo que se había convertido en algo demasiado monolítico. Ahora estamos expuestos a un nuevo mundo, con nuevos conceptos por conquistar, nuevas formas de ver y de representar. Las cosas no son tan distantes como parecen. Lo que previamente era un todo, ahora explota en fragmentos. La homogeneidad implodiona como diferencia universal. Cada generalización puede deshacerse en diferentes experiencias, cada experiencia es, en sí misma, una generalización a deshacerse de nuevo, desconstruyéndose y reconceptualizándose a través del idioma de los espejos y los “motifs”, de los signos y los simulacros.

El post-modernismo promete un nuevo terreno intelectual en el que la única regla es que no hay ninguna regla. Precisamente cuando la historia de los años sesenta está siendo tan imaginativamente reescrita como antipolítica, el post-modernismo nos ofrece una revolución sin revolución. Las aspiraciones que no hace más de dos décadas requerían lucha, en los años ochenta, sin embargo, se consiguen pacíficamente: *We are the world*. Pero tales aspiraciones sólo se consiguen parcialmente.

Así, en la Europa oriental, las reglas económicas, sociales y políticas y las estructuras de explotación y opresión no sólo permanecen con fuerza, sino que se reafirman con evidencia desde la plaza de Tiananmen a América Latina, desde el terrorismo global de una hegemonía americana cada vez más decadente a la tiranía cotidiana del mercado.

La exaltación del post-modernismo como una fuerza emancipadora sólo mantiene su credibilidad por el distanciamiento significativo de tales acontecimientos. Para algunos teóricos sociales para quienes la gramática económica, política e histórica del conocimiento social era sinónimo del constreñimiento del modernismo, el lenguaje cultural del post-modernismo ofrece una salida, una abolición de responsabilidad sobre los eventos sociales y materiales reales, los cuales sin embargo siguen siendo el “texto” indispensable de este proyecto.

La falta de vivienda y el SIDA, la insalubridad y la muerte, e incluso terrorismo, se convierten en los objetos más preciados para y de desconstrucción semiótica. La política se rinde al discurso. El discurso es defendido como el más incisivo acto político, como si el discurso en sí mismo “construyese” el mundo⁴. Si a esto le añadimos el estilo auto-referente de muchos de los discursos post-modernos, entonces no podemos extrañarnos de ver recuperado, de cierta manera, el idealismo neokantiano. Tal egocentrismo de los intelectuales occidentales no ha pasado inadvertido (Spivak, 1988). Como Fitch (1988, p. 19) ha defendido:

“Bajo la influencia del estado de espíritu postmoderno, la izquierda ha generado una nueva gramática política. El sujeto político ha cambiado. Ya no es más la masa, los trabajadores, el pueblo. Ellos. Hoy

3. Para un abordaje irónico del prolífico apocalipsis forjado por el postmodernismo ver Derrida (1984).

4. Para una crítica de la teoría de la construcción y sus raíces psicológicas en Lacan, ver Ian (1990).

en día es “nosotros”. Es la inteligencia de izquierda en si misma que se ha convertido en el sujeto de la actividad política. Nuestras preocupaciones. No las suyas”.

Una vez dicho esto y aceptando que la aparición del post-modernismo en las ciencias sociales se enfrenta con el límite de un contexto neoconservador (Habermas, 1983), sería un grave error – a pesar de que su esplendor ya se está desvaneciendo – desechar el post-modernismo.

Puede que exista un miedo justificado a que el post-modernismo sea realmente el post-marxismo, “simplemente una salida que está de moda para los rigores del análisis Marxista y la ardua vida de lucha política e intelectual”, o una expresión tardía de “la individualista ética “yuppie” y el cambio político hacia la derecha que observamos en la población de modo general” (Graham, 1988, p. 61). Aunque Graham va más allá sosteniendo que, las políticas del post-modernismo son al mismo tiempo muy complejas y que la crítica del *esencialismo* incluye un “serio mensaje crítico”, el cual sólo puede ser ignorado por los marxistas a un alto costo (Graham, 1988, p. 62). No sólo el post-modernismo como el post-colonialismo y (en menor medida) la teoría post-estructural, han *empoderado* nuevas voces subalternas.

La supuesta prioridad de la voz del varón, blanco y del Primer Mundo es decididamente desafiada, al menos en teoría. Sin embargo la tarea más difícil de las políticas de reconstrucción e inclusión, que consisten en evitar la paralización del eclecticismo y asegurar la convicción de que la actividad política implica más que “discurso”, está demostrando ser realmente muy complicada (Spivak, 1988; Radhakrishnan, 1989).

En este texto quiero sugerir que el (re)despertar del interés por el espacio y la geografía, que está “implícito en lo post-moderno” (Jameson, 1989, p. 45), es crucial para un exitoso renacer político. Al menos es necesario desarrollar un lenguaje a través del cual podamos articular una política sobre la diferencia espacial. Con este fin, algunas penas de muerte pueden ser declaradas dentro de la entusiástica morbosidad del post-modernismo, no obstante, dos cosas claramente no están muertas: la cultura y la geografía. La cultura ha sido convertida en el propio ser de este proyecto, y la geografía, habiendo estado muerta durante la mayor parte de este siglo (Smith, 1989), ha experimentado un renacer dentro de la teoría social crítica (Soja, 1989).

Mi principal preocupación es que sin una discusión explícita sobre el espacio y la espacialidad, la reciente agitación sobre la metáfora espacial en la teoría social y la crítica literaria (“mapeamiento”, “posición relativa”, “localización” etc...) realmente refuerza más que desafía “la experiencia del espacio geográfico como evidente”⁵, lo que a su vez obstaculizará de forma significativa el desarrollo de una política emancipatoria. ¿Cómo tenemos que reaccionar ante la siguiente advertencia de Jameson (1984, p. 89): “un modelo de cultura política adecuado a nuestra propia situación, necesariamente tendrá necesariamente que erigir los problemas espaciales como su preocupación fundamental de organización”?

Si la combinación de concepciones metafóricas y materiales del espacio de Jameson, es ambigua, sobre todo con relación a la confusa ecuación entre “*mapeamiento* cognitivo” y lucha de clases (Jameson, 1989, p. 44), creo que está en lo cierto al tratar de rescatar una política marxista integradora a través de una gramática espacial. Por una “política marxista integradora” entiendo una política que ni reproduce el exclusivo privilegio de clase, como ocurre en algunos marxismos *heavy-metal*, ni niega que la específica “situación” social y las de relaciones *vis-à-vis* entre individuos permitan una perspectiva privilegiada sobre el mundo social. Como resultado de la negociación del privilegio, el cual continuamente define y redefine a las políticas de izquierda, una gramática espacial está siendo ya empleada, aunque fundamentalmente como metáfora. Conectar tales

5. En el texto original “the taken-for-grantedness of geographical space” (N. del T.)

metáforas a la materialidad del espacio nos ofrece una fugaz visión sobre cómo este privilegio podría ser negociado.

El texto se inicia con la discusión sobre el giro geográfico – semejante al “giro espacial” de Soja (1989, p. 39) – de la teoría social y la forma en que los análisis post-modernos se han introducido en el discurso geográfico y viceversa.

En segundo lugar, examino dos tendencias específicas en la conceptualización de la diferencia espacial. Finalmente, propongo que una teoría de la espacialización social se ajusta con la escala geográfica como concepto central alrededor del cual la diferencia espacial puede plantearse coherentemente. La producción de escala geográfica es el principal recurso a través del cual la diferencia geográfica se organizada.

El “giro geográfico”

El espacio geográfico emerge como el lenguaje preferido para interpretar la experiencia social. Usando una frase de Kristin Ross (1988, p. 76), *“la historia se ha vuelto espacial”*. O bien como Foucault (1986, p. 22) ha sugerido, *“la época presente quizás será, por encima de todo, la época del espacio”*. En un trabajo en el que prevé todo menos las discusiones fundamentales del post-modernismo en la teoría social, John Berger utiliza el argumento más directo sobre la prioridad de espacio geográfico. Para este autor, la narrativa secuencial hoy es discutible debido a nuestro inmenso conocimiento sobre “la simultaneidad y extensión de eventos y posibilidades”. El avance de las comunicaciones, la escala del poder, la responsabilidad personal sobre eventos globales y el desarrollo económico desigual, apuntalan una nueva sensibilidad geográfica de modo que:

“La profecía, ahora, implica una proyección más geográfica que histórica; es el espacio y no el tiempo que nos esconde las consecuencias. Para profetizar hoy sólo es necesario conocer como hombres (y mujeres) se encuentran, a lo largo del mundo, en toda su desigualdad. Cualquier narrativa contemporánea que ignora la urgencia de esta dimensión está incompleta y adquiere el carácter demasiado simplificado de una fábula” (Berger, 1974, p. 40).

El redescubrimiento del espacio en la teoría social crítica y el énfasis en la diferencia proviene de la discordancia intelectual y de las raíces políticas - la geografía se abandera contra las rígidas estructuras del historicismo y se contraponen a los discursos totalizadores del modernismo. Citando los trabajos de Berger y Foucault así como los de Giddens, Sartre, Althusser y muchos otros, en *Postmodern Geographies*, Edward Soja⁶ (1989), nos ofrece la más sustancial y esclarecedora reflexión sobre “la reafirmación del espacio en la teoría social crítica”. Durante la mayor parte del siglo XX la teoría social y la geografía siguieron agendas sumamente diferentes, la primera especialmente indiferente a la espacialidad de la experiencia y la última (con mayor visibilidad en los Estados Unidos) se aisló, de manera defensiva, de la principal corriente científica social.

Sin embargo, en las últimas dos décadas, se ha iniciado un acercamiento. Lo que en principio fue una tentativa hoy se encuentra en franca expansión. De un lado, los marxistas entrenados en una geografía provocadoramente pionera en conectar con la teoría social; del otro, un amplio abanico de teóricos sociales que han redescubierto el espacio como algo realmente problemático en un discurso cultural y social dominado por la historia y, en última instancia, por el historicismo. La reafirmación de espacio, para Soja, se enraíza claramente con las reestructuraciones sociales, económicas y geográficas contemporáneas:

6. E. SOJA. *Geografías Pós - Modernas. A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1993.

Existe actualmente una compleja y conflictiva dialéctica entre la urgente modernización socio-económica salpicada por las largas crisis sistémicas que afectan a las sociedades capitalistas contemporáneas; y un sensible modernismo cultural y político buscando dar sentido a los cambios materiales que tienen lugar en el mundo y tomar el mando de sus direcciones futuras. (Soja, 1989, p. 26)

Es indiscutible que la Geografía se ha vuelto un poderoso idioma del post-modernismo. *América* de Baudrillard (1989) presenta al autor como un turista semiótico de la psique americana. Si este trabajo retoma la tradicional propensión europea (sobre todo francesa), por disecar el *Zeitgeist*⁷ americano, también es cierto que va más allá.

Las señales y símbolos que revelan la experiencia de América se destilan de un mundo de Disneyland, de un paisaje (*landscape*) como visión mediática (*mediascape*). Se explora más el significado de América si uno coge cualquier puente aéreo o pasea en un autobús Greyhound de ciudad en ciudad, leyendo las señales fugaces como única realidad. Este simulacro de apropiación de los paisajes culturales de *l'Amérique* disfruta de una influencia que va más allá de los cafés intelectuales de París y Nueva York. El regionalismo rural reavivado en Francia, apunta su nostalgia contra la construcción de una modernidad americana urbana, en la cual el significado es transmitido como un pastiche desarticulado del graffiti geográfico (Karnoouh, 1986).

En Gran Bretaña, el nacionalismo conservador y la herencia de la clase gobernante se amoldan al diseño de nuevos y renovados lugares, los cuales son resultado de la colaboración de un movimiento de preservación histórica reavivado con la arquitectura post-moderna (Wright, 1985). Al contrario, Kenneth Frampton (1983), hace un llamamiento para un “regionalismo crítico” en arquitectura, efectivamente en contra de tales geografías reaccionarias de un pasado nacional inventado. Kristin Ross (1988) considera la obra de Rimbaud (verso y prosa) como el precoz indicador de la emergencia de un espacio social producido. Ha tenido lugar, especialmente entre los últimos pensadores, un fructífero compromiso con los ya antiguos y prolongados esfuerzos de Henri Lefebvre (1976) por entender la reproducción de sociedad capitalista como la reproducción del espacio.

El redescubrimiento de espacio no ha sido completamente confinado a los círculos intelectuales. Anticipándose a la caída financiera en 1987, Thomas S. Johnson, presidente del cuarto banco más grande de Nueva York, Chemical Bank, temió abiertamente que con los financieros absolutamente sobreexuestos “existe la posibilidad de un efecto dominó de autentica pesadilla, si cada acreedor saquea el globo con la intención de situar sus activos” (Nash, 1986). Aunque ese revuelo global por el capital no siguió inmediatamente a la caída de 1987, nadie niega el poder ni el pronóstico precientífico de la visión global de nuestro banquero.

Si bien que la reafirmación del espacio ya estaba perfectamente encaminada, la conexión explícita entre el post-modernismo y geografía como disciplina, apareció tan sólo después de la ruptura que supuso la interpretación de Jameson (1984) del post-modernismo como “la lógica cultural del capitalismo tardío”. La atracción del análisis de Jameson yacía en la amplitud de conexiones que este forjó entre una economía y una cultura en transformación y la reestructuración global del capital. Fue una política intensamente geográfica sobre el post-modernismo la que Jameson planteó, casi siete años antes de la guerra con Irak:

“en este todo global, todavía americano, la cultura post-moderna es la expresión interna y superestructural de una nueva ola de dominio militar y económico americano a lo largo del mundo: en este sentido, como a lo largo de la historia de clase, la parte inferior de cultura es sangre, tortura, muerte y horror” (Jameson, 1984, p. 57).

7. *Zeitgeist*, en alemán “espíritu de la época”.(N. del T.)

Y concibió el post-modernismo como:

“un concepto para periorizar cuya función es poner en correlación la emergencia de nuevos rasgos formales en la cultura con la emergencia de un nuevo tipo de vida social y un nuevo orden económico – lo que a menudo es eufemísticamente llamado de modernización post-industrial o sociedad del consumidor, la sociedad de los medios de comunicación o del espectáculo, o capitalismo multinacional” (Jameson, 1988c, p. 15).

La cultura contemporánea, sostenía Jameson, está “cada vez más dominada por el espacio y la lógica espacial” más que por el tiempo. En su discusión sobre la arquitectura del Hotel de Bonaventure en Los Angeles, Jameson expone la alienación política y simbólica de los sujetos de la nueva geografía urbana. La ciudad post-moderna es expuesta como el texto del contexto cultural del capitalismo tardío. Una nueva política cultural radicalizada, por tanto, implica “una estética del mapeamiento cognitivo”: la (des)alineación en la ciudad tradicional... implica la reconquista práctica del sentido del espacio” (Jameson, 1984, p. 71, 89).

Entre los geógrafos, los cuales desde finales de los años sesenta habían perseguido una política espacial, un amplio espectro de contestaciones saludó el encuentro esencialmente transversal de Jameson (y de otros) con la geografía y la política geográfica. Resumiendo aquí algunos de los temas centrales, no espero transmitir la diversidad y complejidad de contribuciones específicas, pero sí al menos intinar con varias direcciones tomadas bajo amplia rúbrica del debate post-moderno. David Harvey adoptó el escepticismo de Jameson sobre la innovación histórica del post-modernismo, pero a diferencia de Jameson, desafió la noción de que el modernismo era, por naturaleza, monolítico en estilo y proyecto (Harvey, 1989; ver también Le Faivre 1987). El modernismo *heavy-metal* no es modernismo *per se*, sino una reducción histórica de una esencia de lo moderno. Se olvida fácilmente que ese modernismo fue un proyecto profundamente subversivo, y con esto es “olvidado” el verdadero proceso de lucha cultural y apropiación que reprodujo al modernismo a su disfraz monolítico de post-guerra – “modernismo conveniente” para Callinicos (1990; ver también Berman, 1982).

Donde el post-modernismo ofrece una rica profundidad de visiones, Harvey aplica estas para nutrir un todavía vibrante y creciente Marxismo. Él procura “cimentar” la fragmentación y eclecticismo, destrucción y renovación emblemática del discurso cultural post-moderno en una paralela destrucción y renovación en la emergencia de nuevos regímenes de acumulación propios de la economía de “post-post-posguerra”. “Existe una clara evidencia”, sugiere, “de que la post-modernidad no es nada más que el ropaje cultural de la acumulación flexible” (Harvey, 1987, p.279). La cultura de reestructuración urbana contemporánea se convierte en el texto espacial para las nuevas formas de las viejas contradicciones sociales y económicas inherentes al capitalismo. Lo que es nuevo, para Harvey, es la profundidad e intensidad de “la compresión espacio-tiempo” bajo este régimen de acumulación.

El compromiso, ampliamente planteado, de Harvey (1989) con el post-modernismo ha atraído una contestación extrañamente bifurcada. Entre los críticos culturales, este autor o bien es alabado por otorgar “el peso lleno a la economía política como un factor crucial en nuestro mundo post-moderno, superando la perniciosa alergia post-moderna a la economía” (*Voice Literary Supplement*, 1989) o bien, el resto lo acusa de reinstalar un esencialismo Marxista de clase y economía (Deutsche, 1990). Entre los marxistas, su amplia incursión en la crítica cultural ha sido apreciada mientras que su análisis de economía-política es a menudo cuestionado.

El post-modernismo de Soja es el esfuerzo más explícito para (re)encuadrar el espacio geográfico. Por encima de todo, representa un ataque al esencialismo de la historia. Él persigue:

“una reformulación fundamental de la naturaleza y la conceptualización de el ser social, una lucha esencialmente ontológica para reequilibrar la interacción entre la historia, la geografía y la sociedad. Aquí, la reafirmación del espacio se yergue contra la pústula de un historicismo ontológico que ha privilegiado la constitución separada del ser en el tiempo durante por lo menos el último siglo” (Soja, 1989, p. 61).

Aunque está en lo cierto en lo tocante a ese privilegiar el tiempo por encima del espacio, lo que ya está menos claro es que esto date meramente al modernismo tardío, como Soja sugiere, o que su respuesta apropiada sea filosófica. En primer lugar, dar privilegio al tiempo por encima del espacio puede tener perfectamente sus raíces en la práctica social mas que en un error filosófico (Thompson, 1955; Rethel, 1978), y en segundo lugar, aunque Soja es plenamente consciente del peligro, la apelación (por razones *filosóficas*) a una “ontología espacializada”, corre el riesgo de consentir un pleito por una disciplina especial, lo que no dejaría de ser meritorio.

Un post-modernismo más extremo se distancia de cualquier compromiso teórico explícito derivado del modernismo. En su propia “retórica opositiva” (Graham, 1988, p. 60), y tomando el caso extremo, celebra la muerte intelectual como peaje al post-modernismo y reemplaza el modernismo con el post-modernismo, el Marxismo por el pluralismo, la clase por la raza, la diferencia social y el género, la homogeneidad por la diversidad y la metanarrativa por la narrativa local. La fuerza de este tarea se basa, principalmente, en la crítica al estructuralismo y, como corolario, al Marxismo *heavy-metal*. Lo que en Geografía ha tomado la forma particular de abanderar lo local contra lo global, el lugar contra el espacio, lo indígena contra lo universal. En su forma más pura el “post-modernismo de pastiche” (Soja, 1988), en su aproximación a la geografía podría significar el abrazo de un “relativismo limitado” que niega cualquier privilegio epistemológico (Dear, 1985; 1988); alude a una visión específica de estudios locales (Cooke, 1989); y contribuye a la desconstrucción semiótica del proceso de “gentrificación” de los paisajes urbanos de la post-modernidad (Mills, 1988; Zukin, 1990).

La diferencia espacial

El giro geográfico se dirige hacia la búsqueda de maneras de expresar temas sobre diferencia y diversidad, fragmentación y disociación. Concebido durante mucho tiempo como muerto, fijo e inmóvil, el espacio se está colocando como la metáfora fundamental y al mismo tiempo se está redescubriendo como producido, mutable, como una intrínsecamente compleja expresión de las relaciones sociales. No sólo es la fragilidad y transitoriedad de las relaciones sociales contemporáneas expresa “en” el espacio, la producción del espacio es cada vez más el medio/recurso a través del cual la diferencia social se construye y se reconstruye.

Existe una importante literatura social y filosófica dando paso a “la diferencia” (Luhmann 1984). Así, algunos teóricos como Bourdieu (1984) enraízan la diferencia social en la estética cultural, el análisis Marxista tradicional resalta la propensión generadora de la división social del trabajo (Sohn-Rethel, 1978), las construcciones feministas de la diferencia van desde las bases biológicas (Gilligan, 1982) a las relaciones socialmente constituidas de la diferencia (Barrett, 1987; Di Stefano, 1990).

El objetivo aquí es el de explorar el compromiso de la diferencia con el espacio, lo que torna imposible intentar plantear una visión ampliada o arbitraria de estas perspectivas. Aunque este sería, en cualquier caso, un proyecto de suma relevancia. La cuestión substancial es que el concepto de diferencia es teórica y políticamente abrumado como un concepto agudamente contestatario, y por consiguiente susceptible de apropiación y representación ideológica. Las oportunidades po-

líticas y teóricas asociadas al compromiso de la geografía y la diferencia son significantes, pero ellas también se median por una serie de opciones teóricas y políticas.

Quiero resaltar aquí el riesgo de dos espacializaciones específicas de la “diferencia”, riesgo que refuerzan de diferentes formas algunos de los peligros tradicionalmente identificados en el modernismo. Para esto parto de la observación de Bondi (1990, p. 160) sobre algunos procedimientos del post-modernismo, “la importancia real del desarrollo intelectual y cultural está evacuándose rápidamente, para asegurar la sujeción en categorías existentes”. Fundamentalmente, quiero explorar estas cuestiones sobre la diferencia espacial como un medio para conseguir ir más allá de las categorías existentes —específicamente para introducir una conceptualización sobre la producción de la escala geográfica.

Diferencia como eclecticismo

En este punto, la advertencia a tener en cuenta es que, derrumbando la autoridad del modernismo estructurado, lo post-moderno despierta el espectro de un nuevo eclecticismo.

La suspensión del valor ético de un lado, presagiado por expertos comerciales y el “asunto de Boesky” y, por otro lado, la ascensión y destrucción de valor económico en Wall Street en el “boom” de los años ochenta, se encuentran integralmente relacionados. Los efectos de esa transitoriedad de valor fueron el cuño de los años ochenta. “Nadie sabe lo que es bueno” se lamenta un personaje de “Angel City” de Sam Shepard, mientras inspecciona la codicia institucionalizada de años ochenta Hollywoodenses. “Un minuto es suficiente, después se convierte en basura”. “La diferencia” es ajustada a su propia causa como una meta inherente y un estilo. De acuerdo con Lyotard que exalta los impulsos fragmentarios del post-modernismo:⁸

“El eclecticismo es el cero grado de cultura universal contemporánea: uno escucha reggae, asiste a películas del oeste, come la comida de McDonald’s en el almuerzo y la gastronomía local para la cena, usa perfume de París en Tokio y se viste «retro» en Hong Kong. El conocimiento es una cuestión para los programas de entretenimiento de la televisión. Es fácil encontrar un público para trabajos eclécticos. Volviéndose “kitsch”, el arte sonsaca la confusión en que reina ‘el gusto’ de los patrocinadores. Artistas, dueños de galerías, críticos y público se revuelcan juntos en el “todo vale”, y la época es quien modera. Sin embargo, lo real del “todo vale” es de hecho el dinero...” (Lyotard, 1984a, p. 76).

Los peligros del eclecticismo son potencialmente exaltados por una apropiación acrítica de conceptos espaciales como metáfora. La metáfora funciona por homología o, al menos, por semejanza entre algo *ser conocido* y algo asumido como *ya conocido*. El poder de la metáfora espacial reside precisamente en la apropiación y representación del espacio como no-problemático. De hecho, es una concepción de espacio absoluto muy distinta a la que apelan estas metáforas: el espacio es un campo bidimensional (o mejor dicho, tridimensional) o superficie en la cual “las posiciones relativas”⁹ son definitivamente localizadas. Ellas han definido socialmente las coordenadas, un juego de “localización” en el que los diferentes sujetos conciben y construyen de otro modo “el mapa” del mundo. Este es materialmente indiferenciado, un espacio homogéneo en que todas las situaciones son intrínsecamente iguales. El único criterio de diferenciación es matemático, por medio de un sistema abstractamente impuesto de coordenadas. El espacio también está, en esta concepción, completamente separado de los objetos, eventos y relaciones que ocurren “en” el espacio.

8. Para un ataque pre- postmoderno del eclecticismo, vea Therborn (1971).

9. En el texto original “subject positions” (N. del T.)

Precisamente esta concepción de espacio geográfico ha sido, desde inicio de los años setenta, el objetivo del análisis de aquellos críticos que buscan importar la teoría social en la teoría geográfica (Harvey, 1973, 1982; Lefebvre, 1976; más recientes; Massey, 1984; Smith, 1990; Soja, 1989). El *acercamiento* entre la geografía y la teoría social, concretamente las teorías sociales de la ciencia, ha alentado hacia un enfoque más sofisticado, en el que el espacio es presentado como relativo en lugar de un concepto absoluto. Según esta concepción relativa, el espacio no está separado del dominio material de objetos, eventos y relaciones, más bien es precisamente el orden de este dominio material lo que constituye espacio. El espacio no es tan abstractamente dado cuanto socialmente producido dentro y como parte de las relaciones sociales.

Desde esta perspectiva, el espacio absoluto es sólo una de las múltiples conceptualizaciones del espacio geográfico. Aún cuando este pueda haber proporcionado una adecuada métrica para la conquista europea y la cartografía del globo en la supuesta Edad de los Descubrimientos, por ejemplo, es mucho menos apropiado para entender la geografía del capitalismo del siglo XX, que ahora se desarrolla irregularmente por la relativa expansión geográfica en lugar de la absoluta.

En la concepción absoluta, el espacio es tratado como ingenuamente dado, esto conlleva un riesgo, denominado por algunos geógrafos de “fetichismo del espacio” (Anderson, 1973). Las verdaderas relaciones sociales entre las personas son transferidas al espacio y son vistas como relaciones espaciales. Se juzga el producto de las condiciones sociales del lugar en vez de las relaciones sociales, como cuando se utiliza “problemas internos de la ciudad” como un eufemismo para la pobreza. El peligro del eclecticismo radica precisamente en el ingenuo carácter no diferenciador del espacio absoluto, en comparación con el espacio relativo, en el cual el espacio se representa socialmente diferenciado desde un principio.

Consideremos, por ejemplo el esfuerzo de Giddens por (re)centrar el espacio. Explicando la “regionalización” del espacio en los lugares, Giddens explícitamente desecha la concepción absoluta del espacio:

“La regionalización]siempre incorpora la connotación de la estructuración de la conducta a través del tiempo-espacio. De esta manera hay un fuerte grado de diferenciación regional, en términos de relaciones de clase y una variedad de otros criterios sociales, entre el Norte y Sur en Gran Bretaña” (Giddens, 1984, p. 122).

En lugar de seguir esta espléndida visión hacia una teoría del modo por el que las específicas regionalizaciones tienen lugar y los lugares determinados se construyen, Giddens abandona la relatividad del espacio a favor de una distinción abstracta binaria entre “regiones de vanguardia” y “regiones de retaguardia”¹⁰. Defiende de hecho la estructuración social del espacio, sin embargo con la taxonomía ontológica de regiones de vanguardia y de retaguardia. Fracasa al abrazar la multidimensionalidad, el tejido socialmente tramado del espacio. “La condición de vanguardia”¹¹ y “la condición de retaguardia”¹² se encallan en abstracciones, desconectadas de los procesos sociales reales que construyen las regiones. Todas las “regiones de vanguardia”, por ejemplo, son colocadas como equiparables, no habiendo ninguna referencia a procesos sociales que podrían distinguir las internamente.

Giddens anuncia el proyecto “espacial”, pero el espacio geográfico no es retomado de manera significativa. La geografía de “giddensiana” es un mosaico de lugares, como mucho de regiones

10. En el texto original “*front regions and back regions*”. (N. del T.)

11. En el texto original “*frontness*”. (N. del T.)

12. En el texto original “*backness*”. (N. del T.)

de vanguardia y de retaguardia, cada una con sus propias complejidades pero limitadas en un binarismo simple. Giddens, al final no ofrece ninguna discusión sistemática de los procesos sociales que conecte esta división abstracta de las regiones a la actual geografía social, económica y política del norte y sur de Gran Bretaña. Tiempo-espacio es insuficientemente integrado dentro del estructuralismo. De hecho, el espacio producido no es simplemente un mosaico sino que dentro de la sociedad capitalista, este se encuentra intensamente jerarquizado, conforme a la división en razas y clases, género y etnia, diferente acceso al trabajo y a los servicios etc.

La diferencia entre un mosaico y un espacio jerarquizado es que en un mosaico la diferencia ha sido reducida y reificada en una única dimensión *espacial* que se abstrae de la diferenciación política más dinámica y multifacética del espacio. Librado de la determinación política del espacio, el mosaico de espacios geográficamente dados recibe su contenido desde fuera, y puede así ser dotado de una infinidad ecléctica de definiciones sociales según una lista casi interminable de criterios.

La *América* de Baudrillard es un mosaico plano, aunque reflexivo, expresivo y liminal. De la misma manera, con su explícita negativa de considerar la constitución social de las regiones, la geografía regional de comienzos de siglo XX diseñó el paisaje global como un mosaico (Smith, 1989).

Diferencia como totalidad

Michele Barrett establece una distinción realmente útil entre tres usos del concepto de diferencia en la investigación feminista: la diferencia como diversidad de la experiencia, diferencia como posicionamiento, y la diferencia sexual¹³. La autora defiende que, el enfoque sobre la diferencia sexual, es insensible a las diferencias sociales entre las mujeres y dentro de las divisiones de género, en sentido amplio. Por el contrario, el enfoque de la diversidad de la experiencia implica un énfasis mucho más subjetivo en la especificidad de la experiencia de cada mujer. Como *posicionamiento*, la diferencia se identifica más internamente con el postmodernismo. Implica la desconstrucción del “sujeto unificado”, rotulado como varón blanco y burgués, y la reconstitución de “los lugares de diferencia”.

Cada uno de estos conceptos de diferencia es criticado por Barret de diferente forma: la diferencia sexual implica un esencialismo básico; la diversidad de la experiencia conduce al “pluralismo” político, el cual “de hecho ha surgido como el común denominador básico del feminismo” (Barrett, 1987, p. 32); y la política de la diferencia como *posicionamiento* “tiende hacia lo textual y lo local” y le falta “teorizar la resistencia y el cambio político” (Barrett, 1987, p. 35).

Como Barrett acentúa, existe tanto solapamiento como contradicción entre los diferentes tratamientos de diferencia. Por el momento, pretendo introducirme en esta discusión apuntando hacia el desprendimiento de literatura post-moderna entre la diferencia como *posicionamiento* y la diferencia como diversidad. Como Bondi (1990, p. 163) ha expresado, “la diferencia como *posicionamiento* se expande dentro de la fragmentación del sujeto y la diferenciación entre los sujetos, de manera que sus efectos son indistinguibles de la concepción coherente, unificada y estable del sujeto que se contraponen”. Graham también (1988, p. 63) observa el esencialismo anti-esencialista al que esto lleva. Así ocurre en el caso donde “la diferencia” se ha convertido en la totalidad, donde la diferencia está perdida en un retroceso a la “diversidad”.

Este argumento se desarrolla de varias formas. Entre académicos, la defensa más radical de la diferencia como totalidad parte de la crítica literaria Stanley Fish (1980; 1988), para quien la

13. En el texto original “difference as experiential diversity, difference as positional meaning, and sexual difference”. (N.del T.)

diferencia es tan universal que evita la teoría. Su disputa teórica principal es que no puede haber ninguna teoría. Según Malkin (1987, p. 132) el argumento «Contra la Teoría» es retóricamente eficaz, porque el “se desconstruye usando el pensamiento teórico para desacreditar el discurso del que es parte”. Entre políticos las implicaciones del argumento son quizás más duras. “No hay ninguna tal sociedad”. Margaret Thatcher proclamó una vez “sólo individuos”.

A pesar de la supuesta muerte del sujeto, la crítica del estructuralismo y el giro hacia la lingüística y la psicología, como los textos apropiados de construcción social han resituado la preocupación en lo que podríamos llamar de individuo social, la fabricación del ego social. La teoría de la estructuración de Giddens y el “habitus” de Bourdieu, representan intentos de conseguir tratar nuevamente con los individuos sociales y la representación, sin separarlos del sistema establecido de estructuras sociales y la estructuración de las interacciones sociales. Un cambio paralelo ha afectado a la investigación geográfica. En su influyente trabajo, *Spatial divisions of Labour* (1984), Doreen Massey acentúa la necesidad de “conectar la laguna existente entre el comportamiento individual y el modelo agregado”. Para ella, el desafío, “es sostener entre ambos el movimiento general y la particularidad de la circunstancia” desde que “ninguna teorización, ni elaboración de embasamientos generales, pueden responder por si mismas cuestiones acerca de lo que está pasando en cualquier momento o en cualquier lugar particular”. “El mensaje fundamental es claro” argumenta:

“la crítica radical de los años setenta por razones políticas e intelectuales perfectamente comprensibles fue demasiado lejos al rechazar la importancia de la organización espacial de las cosas, de la distancia y quizás sobre todo, de la diferenciación geográfica. [...] Lo genuino regresa al orden del día” (Massey, 1984, p. 4, 8; 1985, p. 9, 19).

La advertencia de Massey se ha podido llevar demasiado lejos, por razones intelectuales muy comprensibles pero fundamentalmente políticas, en el consistente esfuerzo por privilegiar la representación como contraria a la estructura y lo local por encima de escalas regionales y globales de análisis, e implantar una ideología realista. El *British Labour Party*¹⁴ después su derrota en 1979 por M. Thatcher, combinó un perceptible, aunque provisorio, cambio interno de avance hacia la izquierda, con un cambio geográfico hacia la política local en lugar de la nacional. El cambio del ala izquierda reunió un cuadro de marxistas desilusionados con el desplazamiento hacia la derecha de la izquierda extra-parlamentaria. Ellos persiguieron maneras “más realistas” de permanecer políticamente activos.

Los proyectos para localidades del ESRC¹⁵, en varios sentidos, se llevaron a cabo por la confluencia de este cambio político específico con el desafío intelectual al Marxismo y, de hecho, a la teoría en general. Esto ha representado el punto de encuentro entre el “local” metafórico del post-modernismo, sobre todo en su vertiente “foucaultiana”, y el local geográfico construido a través de los procesos sociales cotidianos. Así el proyecto de las localidades ha sido defendido por razones como “todo pasa en localidades” o de otro modo, la localidad como el lugar de vida cotidiana es inherentemente una privilegiada escala de análisis. En su extremo, esta visión nos condujo de un enfoque vital de investigación en las localidades a un reducido localismo filosófico, a veces políticamente justificado por la noción, de nuevo de moda en la Inglaterra thatcheriana, de

14. Partido de los Trabajadores británico. (N. del T.)

15. Los proyectos para localidades, patrocinados por Consejo de Investigaciones Económicas y Sociales británico (ESRC), han sido asunto de debate en las páginas de Antípoda. Vea Savage et. a. (1987); Smith (1987); Cooke (1987, 1989); Gregson (1987); Beauregard (1988); Lovering (1989); Cox and Mair (1989); Duncan and Savage (1989). Para un tratamiento incisivo de la aparición del postmodernismo en el contexto de la Bretaña de Thatcher, vea Sivanandan (1989).

que *sólo* se pudiera actuar localmente. El cambio nacional y global es resignado eficazmente a la abstracción, o peor aún, a la prerrogativa de la justicia.

El racismo, explotación de la clase, el sexismo y otras formas de opresión – ninguna de ellas fundamentalmente “ocurre” básica y simplemente en las localidades. Los casos específicos de racismo, por tomar un ejemplo, obviamente ocurren en “localidades”, si eso significa en lugares concretos. De Bensonhurst en Brooklyn a Bradford en Bretaña los casos específicos de racismo tienen lugar como interacciones interpersonales entre los individuos específicos, pero el racismo es construido tanto global como localmente; sólo unos pocos contestarían la relación íntegra entre el racismo, sexismo y explotación de clase. Tiene poco sentido, por ejemplo, ver el racismo israelita oficial contra los palestinos como si simplemente ocurriese en una localidad. Los acontecimientos en el West Bank sólo pueden entenderse con relación al Ejército Americano, al apoyo económico e ideológico del Estado israelita, a la relación entre Israel y el cerco formado por otros estados árabes y no árabes, a las conexiones entre Israel y Africa Sur y así sucesivamente. Nosotros pudimos por supuesto “construir” el Knesset, la Casa Blanca o las Naciones Unidas como “localidades” en sí mismas, pero esto claramente nos exige un cuestionamiento íntegro sobre las localidades. “Pensar globalmente, actuar localmente”, en este juicio hay un slogan poco ambicioso y conservador. La derecha actúa globalmente, ¿por qué no la izquierda?

Tras plantear estos pronósticos y para intentar aliviar las confusiones que prevalecen sobre las localidades (Sayer, 1989), no quiero reafirmar nada más salvo la clara necesidad y la adecuación de la investigación empírica en y sobre las localidades. No debe de existir ninguna duda acerca de la convergencia en la comprensión de la amplia variedad de significados sociales, políticos, económicos y culturales dentro de la diferenciación geográfica. El punto de disputa no es una pregunta trivial sobre si las localidades han de ser o no investigadas, si la diferencia geográfica es o no un enfoque de investigación apropiado. Más bien, la pregunta es: ¿cómo construimos conceptualmente las localidades y la diferencia geográfica como foco de investigación, y cómo ellas se relacionan con otras escalas de diferencia geográfica? El peligro no es otro que el discurso social se vuelva universalmente antiteórico o antiglobal.

Hay, manifiestamente, indicaciones de este cambio, aunque la consecuencia más probable es un tipo de esquizofrenia colectiva en que las escalas globales y locales de análisis, abordajes teóricos y empíricos, discursos culturales y no culturales cada vez más pierden conexión, unos de los otros, por falta de líneas políticamente establecidas.

Como Malkan (1987, p. 129) argumenta sobre Fish, él “realiza un fascinante estudio de caso de cómo las ideas originalmente pensadas para tener cierta liberación o, en el peor de los casos, un efecto de valor-neutral en el cambio social, pueden haber hecho adoptar un nuevo conjunto de metas políticas conservadoras”. Cualquiera que fuese la intención original de los estudios locales, el resultado es a veces una conmemoración más ambigua de la simple diversidad geográfica, tanto como la comprensión de la producción activa de la diferencia y las diferencias. Los estudios locales no tienen porque abordar a cualquier grado significativo, la conveniencia de la diferencia geográfica que, como las ideologías regionales arcaicas, atiende a la nostálgica reacción de una mordaz (y nunca completa) homogeneización global de la cultura. Tal nostalgia por una identidad regional perdida celebra el extremo de la “diversidad” de la experiencia como parte de, no a pesar de, “el triunfo de un nuevo tipo de conformismo” (Karnoouh, 1986, p. 26). Patrick Wright (1985, p. 16) plantea una cuestión paralela cuando, observando la industria familiar, advierte que “la afiliación burguesa a la particularidad” es “un principio ideológico egoísta”.

Y más aún, las conexiones entre los estudios locales y una ontología de la diversidad geográfica están en claro aumento. En la historia de la geografía la defensa más radical de la diversidad espacial posiblemente proviene del antimodernismo conservador de Richard Hartshorne, en cuya

influyente obra, *The Nature of Geography* 1939, propuso una concepción neokantiana de investigación geográfica la cual, aún cuando se criticó duramente en los años sesenta, disfruta, todavía hoy, de un renovado apoyo. Para Hartshorne la diferenciación geográfica es “ingenuamente dada” (1961, p. 237), y esto se convirtió en el pilar fundamental de su metodología. Varios autores han buscado reintegrar la distinción neokantiana de Hartshorne entre métodos nomotéticos e idiográficos énfasis en la generalidad y en el particularidad respectivamente (Sayer, 1989; Sack, 1989) mientras otros han visto en Hartshorne una inspiración explícita para el abordaje contemporáneo de lugar y localidad (Entrikin, 1989; Agnew, 1989). La defensa de Agnew (1989, p. 126-130) por la “la variación de áreas” y el uso de Hartshorne para sostener una concepción realista de las localidades constituye la conexión más explícita. Dear (1988, p. 271), sin embargo, puede vanagloriarse de poseer la ambición más cósmica de diferencia espacial en cuanto totalidad: “nosotros debemos dejar claro (a los teóricos sociales) que la geografía también lo es todo, porque toda la vida humana es *lugar-específico*”¹⁶.

En la actual tesitura, el rechazo de “discursos totalizadores” es casi pleno. Mientras la diferencia es dada como total, cualquier tipo de análisis radical es excluido eficazmente. El radicalismo no implica meramente, como su raíz griega sugiere, la comprensión de las raíces de la cuestión. El radicalismo es un proceso no un resultado. Uno consigue llegar a las raíces pero, sólo poniendo lo mejor de nuestra parte entendemos los adornos superficiales de las cuestiones. El radicalismo trata de la construcción de enlaces, tal que duraderos o contingentes, y esto es lo que se niega o por lo menos se circunscribe en la afirmación de la diferencia como total.

Las visiones políticas satisfactorias del post-modernismo dependen de la habilidad y la buena voluntad para sostener el concepto de diferencia como activo e integralmente establecido dentro del orden de las relaciones sociales y los procesos. Las relaciones sociales vigentes de la diferencia, no la diversidad pasiva o la variación, señalan el camino hacia una política emancipatoria, conectando experiencias específicas de opresión y explotación con las visiones de futuros alternativos y el sentido de cómo llegar hasta allí. El correlativo político de la diversidad es el pluralismo anquilosado de “Todo vale” en el cual no hay ningún criterio para negociar entre las demandas competentes. Entonces, ¿de qué modo construimos análisis teóricos que eviten el tratamiento ecléctico y totalizador de la diferencia y al mismo tiempo construyan políticas espacializadas y no-pluralistas basadas en las nociones potencialmente libertarias de, según la definición de Barrett, la diferencia como *posicionamiento*?

El trabajo de Henri Lefebvre proporciona algunas pistas. Lefebvre ha concebido la ciudad como “el espacio de las diferencias”. La distinción crucial, para Lefebvre, se encuentra entre el espacio social constituido por la actividad de la vida cotidiana y un espacio abstracto desarrollado por la acción del Estado y las instituciones económicas del capital. La reproducción de las relaciones sociales del capitalismo se logra a través de una lucha constante entre estos diferentes modos de reproducción del espacio (Lefebvre, 1979, p. 293 y posteriores). Si bien que Lefebvre estuvo durante mucho tiempo casi solo entre una generación de marxistas más antiguos llevando en consideración seriamente el espacio geográfico e integrando la perspectiva espacial en el centro de su crítica al capitalismo, es importante, así lo creo, ampliar la noción de “un espacio de diferencias” (vea también Deutsche, 1988). En particular quiero investigar la estructuración del espacio de acuerdo con las diferentes escalas. Quiero proponer que la teoría política de la escala geográfica reside en el corazón de una teoría social geográficamente instruida, y que incluso, tal teoría ayuda a situar uno de los dilemas centrales que surgen a partir del post-modernismo: es decir, cómo negociar entre la diferencia y las diferentes posiciones relativas. Ésta es

16. En el texto original “*place-specific*”. (N. del T.)

una idea experimental y tan sólo puedo plantear aquí el esbozo de algunas preguntas básicas de la investigación.

Políticas de escala

Gran parte de la confusión en las construcciones contemporáneas del espacio geográfico surge de un dilatado silencio sobre la cuestión de la escala. La teoría de la escala geográfica – correctamente, la teoría de la producción de la escala geográfica – está enormemente subdesarrollada. Efectivamente, no existe ninguna teoría social de la escala geográfica, sin mencionar el materialismo histórico. El cual todavía juega una parte crucial en nuestra construcción geográfica global de la vida material. La represión brutal de la plaza de Tianamen ¿fue un evento local, un evento regional o nacional, o fue un evento internacional? Podríamos razonablemente asumir que fueron todos, los cuatro, lo cual inmediatamente refuerza la conclusión de que la vida social opera y construye algún tipo de espacio habitado jerarquizado en lugar de un mosaico. ¿Cómo concebimos críticamente las varias escalas habitadas?, ¿cómo mediamos entre ellas y las interpretamos?. Más aún ¿cómo conceptuamos semejante interpretación que en cierto modo concentra las prácticas sociales y la política diseñadas para destruir la intención opresiva y explotadora del espacio jerarquizado? El idealismo de los estudios “locales” oficiales reside en la suposición de que esta interpretación se realiza simplemente mediante la afirmación del privilegio de “lo local”, en lugar de efectuar su relacionalidad con otras escalas espaciales.

Ya he declarado que Giddens representó el espacio como un mosaico, aunque obviamente a través del concepto de regionalización comenzó a vislumbrar la escala como un proceso activo. Sin embargo esta es una caracterización muy abstracta y limitada de la producción de la escala, enfocada a regionalizaciones individuales del tiempo-espacio. Para Giddens una casa privada es un local, dividida en otros locales. La casa es “regionalizada en pisos, vestíbulos y cuartos”. Pero los varios cuartos de la casa son diferentemente divididos en zonas tanto en el tiempo como en el espacio. Los cuartos de la parte baja se usan característicamente en horas de la luz del día, afirma, mientras las alcobas son a donde los individuos “se retiran” por la noche. Los locales proporcionan “ambientes de interacción” pero no son ninguna escala específica: “Los locales pueden ir de un cuarto en una casa, una esquina entre calles, el área de trabajo de una fábrica, pueblos y ciudades, a las áreas territorialmente demarcadas ocupadas por Naciones- Estado” (Giddens, 1984, p. 118-119). La escala aquí se trivializa en un grado notable. No hay ninguna sugerencia en Giddens en la que sistemáticamente los diferentes procesos sociales estén envueltos en la mediación y construcción de escalas diferentes de la actividad social.

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales. Con un concepto de escala como producido, es posible evitar por una parte el relativismo que trata la diferenciación espacial como un mosaico, y por otra evita la reificación y la acrítica división de escalas que reitera un fetichismo del espacio. En otras palabras, debería llegar a ser posible, insertar las “reglas de interpretación” que nos permitan no sólo entender la construcción de la escala en si misma, sino la manera en la que el significado se traduce entre las escalas. En este sentido, como evento global la Plaza de Tiananmen tiene un significado muy diferente que como evento local. Ambos son claramente coincidentes, aunque no idénticos, pero ¿cómo determinamos esta diferencia y homología del significado? Sin resolver

algunas de estas preguntas, un entendimiento más sistemático de la diferencia geográfica, y desde aquí hacia la diferencia de modo general, continuará bloqueado.

La escala es central de una forma más conceptual. Presumiblemente, es deseable tener alguna conexión sólida entre la jerarquía de escalas geográficas producida y reproducida en los paisajes del capitalismo y las abstracciones conceptuales a través de las cuales entendemos acontecimientos y procesos socio-espaciales. El concepto de escala asume, por tanto, un segundo significado. No sólo es la escala material trabajada y retrabajada como paisaje, sino también es la escala de resolución o abstracción que nosotros empleamos para entender las relaciones sociales, cualquiera que sea su impresión geográfica. Muchos debates y discordancias, incluidos los debates sobre las localidades, se han complicado inútilmente por una confusión que incluye ambos significados relacionados pero separados de la escala. Una teoría de la producción de la escala diferenciaría así como integraría ambos significados, siendo cuidadosa para no igualar lo local estrictamente con lo concreto, lo global con lo general. (Horvath and Gibson, 1983; Cox and Mair, 1989).

Este punto, yendo un poco más lejos, trata sobre la cuestión central de la diferencia como *posicionamiento*. Consecuente con la apropiación metafórica de espacio, el conflicto y la negociación entre las diferentes posiciones relativas implica un juicio simultáneo tanto de la identidad como de la diferencia, un juicio social sobre la identidad del sujeto y su posicionamiento *vis-à-vis* como “el otro”. En otras palabras, este conflicto y esta negociación implica límites socialmente ya establecidos de diferencia e igualdad (Agnew, 1989), aunque son límites continuamente forjados y reforjados en la práctica social. Esto a su vez implica una teoría de la producción de la escala. Para dar un ejemplo obvio, la pregunta de quién es incluido y quién se incluye como “negro” puede ser reformulada como una pregunta sobre la escala socialmente construida en la que se establece la identidad social y política negra. Así entre las insurrecciones de 1981 en Gran Bretaña, una generación entera de jóvenes asiáticos que no se habían visto hasta el momento como negros adoptaron explícitamente esta identidad, ampliando de este modo la escala de esta particular “posición relativa”. Por supuesto que éste proceso no pasó inadvertido. Algunos africanos, caribeños y negros británicos se resistieron a esta redefinición como defensa de su identidad. Los blancos se resistieron aun más furiosamente para prevenir la construcción de un mayor y más poderoso “otro”. De este modo, la escala de la lucha y la lucha sobre la escala son dos lados de la misma moneda.

Los modelos de inversión de capital pueden ser perfectamente los determinantes más poderosos de la escala geográfica, y al igual que el capital y las relaciones capital-trabajo son reestructuradas, así también lo es la escala (Smith and Dennis, 1987; Smith, 1989; Mair et al., 1989). Corporaciones como IBM y AT&T tienen estrategias de expansión y de contracción que se diferencian por la escala espacial. Las prioridades de inversión de AT&T en el norte de New Jersey, colonizado como sede matriz, no pueden ser completamente homólogas a sus estrategias nacionales o globales. En la “reestructuración capitalista”, de acuerdo con un escritor comercial, “las compañías exitosas deben ser al mismo tiempo intensamente locales e intensamente globales” una aparente contradicción en donde reside la fórmula para el éxito” (Hennessy, 1989). Desde la perspectiva del capital, la centralidad de la escala geográfica es que ella representa una materialización, aunque siempre como solución maleable a la contradicción básica entre cooperación y competición. Dentro de los límites nacionales, por ejemplo, hay cooperación explícita entre capitales sobre las leyes laborales, abastecimiento de infraestructuras, políticas de bienestar social, impuestos y políticas comerciales por ejemplo. Los mismos capitales compiten intensamente por mercados interiores pero cooperan consolidando una capacidad militar nacional, diseñada para afianzar el capital en el extranjero y defenderse de predadores militares, económicos y políticos compitiendo por capitales nacionales e incluso individuales. La globalización del capital no elimina en forma alguna la escala nacional de organización social, pero si la transforma y disminuye. De la misma manera, en la

escala urbana, los mismos capitales que cooperan a través del estado local, cámaras de comercio y uniones de desenvolvimiento locales, estableciendo las condiciones locales para la reproducción de la fuerza de trabajo, también compiten por el salario laboral y los mercados locales. La producción de la escala es un recurso central por el cual el capital es reprimido y liberado, proporcionando un territorio y al mismo tiempo una base global. El análisis que Scott (1986; 1988) hace de la construcción de nuevos conjuntos de producción en la actual reestructuración, captura esta contradicción tal como es trabajada geográficamente. El capitalismo desorganizado es al mismo tiempo un capitalismo reorganizado.

Ha sido sugerida una conexión sistemática entre la división del trabajo y el capital y las divisiones dentro de la escala geográfica. La escala global puede ser concebida como la escala del capital financiero y el mercado mundial, y se diferencia interna y principalmente de acuerdo con las condiciones comparativas, costos y capacidades organizativas y tendencias de la fuerza de trabajo. La escala nacional se construye vía cooperación política -militar y competición, pero es dividida en regiones según cuestiones económicas que también relacionan el trabajo. La escala local, por el contrario, puede ser vista como la escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente. La renta del suelo constituye el primer medio de diferenciación (Smith, 1990, p. 135-147)¹⁷ La escala de la casa se establece por unidades de reproducción social y se diferencia internamente, principalmente, según las relaciones de construcción y reproducción de género. También podríamos agregar, todavía iniciándose su consideración dentro del discurso geográfico, la escala del cuerpo, explorada por feministas como Rich (1986).

Aunque este esquema da cierto énfasis a “las escalas del capital”, es importante recordar que, insólitamente una escala geográfica es simplemente impuesta desde encima. La construcción de la escala geográfica también resulta de y contribuye con la lucha social basada (y problematizada) en la clase, el género, la raza y otras diferencias sociales. En cuanto los límites de la escala, por ejemplo los de las localidades y los nacionales, *contienen* literalmente conflictos locales y nacionales respectivamente, la escala se construye en ambos casos como la tecnología e ideología de capitalismo. Harvey (1973) ha defendido que mientras los ricos expresan su libertad en su habilidad de superar el espacio, los pobres son encarcelados por él. Es la escala que delimita las paredes de la prisión de la geografía social. Con una percepción similar, comenta que la clase trabajadora socialista y otros grupos de oposición son “generalmente mejores organizando y dominando *lugares* que de lo que comandando *espacio*” (Harvey, 1989, p. 236). Estos grupos son, en otros términos, relativamente dotados de poder en el lugar pero desprovistos de él sobre el espacio. En este sentido, la escala proporciona la tecnología a través de la cual el espacio contiene la lucha, al menos hasta que los límites existentes de la escala sean desafiados y rotos, para ser re-establecidos y re-desafiados a un nivel más alto.

Conclusión

Supuestamente Heráclito se quejó una vez: “Todo fluye. Denme un lugar para permanecer”. Negociar un lugar donde permanecer parece ser pues un dilema más antiguo que post-moderno. Como espero haber planteado hasta el momento, el problema no es fácilmente accesible a través

17. En las primeras declaraciones acerca de estas ideas, utilicé “urbano” en lugar de local. Lo que claramente excluye la producción de espacio rural de la escala local. Si bien que, a pesar de los problemas asociados al proyecto de estudios locales, estoy convencido de que existe un fructífero uso del concepto de localidad (Cos y Mair 1989). También, utilizó claramente “localidad” de manera diferente a la de Probyn (1989), quién percibe correctamente la condición examinadora de lo “local” pero, sin embargo, los fundamentos de la noción en sí misma permanecen demasiado abstractos.

de la apelación a metáforas espaciales sobre el “posicionamiento” como tal. Hay, en cualquier caso, cierta ironía hacia semejante recurso. El post-modernismo se ha lanzado a sí mismo como un avance de época sobre las narrativas del modernismo entre las cuales un Marxismo, a menudo indiferente, solió ser su principal blanco. Este fue el más “heavy” y más “metálico” de los modernismos *heavy-metal*, por numerosas causas. El lenguaje de las privilegiadas posiciones relativas, sin embargo, refleja una visión central del propio Marx. Para Marx, la explotación por el capital dotó a la clase obrera de una comprensión privilegiada del capitalismo. El privilegio se colocaba en íntima familiaridad con la explotación negada a aquellos con “posición relativa” diferente.

La importancia del post-modernismo descansa pues, no tanto en escaparse de Marx y del modernismo, sino en la expansión de esta visión para ocultar a otras gentes oprimidas. El peligro del post-modernismo radica en el rechazo de identidad de grupo, *à la* Thatcher, la conmemoración del eclecticismo y la diversidad como la diferencia total, tal que el único privilegio lícito reside en el individuo. Estrechamente relacionado está el peligro del “turismo de género”, así como otros paquetes de viajes organizados a lo subalterno, puesto que como muestra Suzanne Moore (1988), los varones, académicos, blancos se mueven en el post-modernismo como una manera de “conseguir un pedazo del Otro”. Todos queremos conseguir nuestros quince minutos del “Otro”.

Una de las presunciones más vivas del modernismo, extasiada con la influencia de la historia e incitada por la facilidad con que el capitalismo del siglo XX buscó la “aniquilación del espacio por el tiempo” (Marx, 1973, p. 539), es la demanda de que nos encontramos más allá de la geografía. Las viscerales geografías de la reestructuración capitalista, desde la devastación del África Sub-Sahariana, la desindustrialización, el abandono urbano y los sin techo, al brillante simulacro internacional de Mundo Disney, infaliblemente nos desengaña de esa presunción. Sin embargo el giro filosófico, específicamente, la construcción de una ontología espacializada, como Soja (1989) propone, dejaría la reafirmación contemporánea del espacio geográfico demasiado vulnerable al antojo del modismo filosófico. La historia de la producción del espacio y de la escala geográfica tiene que ser todavía escrita, aunque si las indirectas de Solhn-Rethel (1978) sobre las bases materiales para la abstracción conceptual son completamente válidas, es en esa historia en la que en primer lugar deberíamos buscar una comprensión de los usos críticos de la geografía.

El reencuadramiento del espacio y el discurso geográfico no deben ser traducidos como una extensa dimensión a lo largo de la cual el post-modernismo se aparta del modernismo. La heredada desvalorización del espacio geográfico puede tener raíces materiales, pero también representa el significativo subdesarrollo del discurso espacial. Especialmente en América, y en menor grado en cualquier otra parte, no es demasiado fuerte hablar de una geografía perdida entre 1919 y los años sesenta. No que esa geografía no jugase ninguna función para la guerra y fuese fundamentalmente benéfica a una disciplina que se ha prestado por sí misma, en variedad contextos nacionales e internacionales, a la reconstrucción de post-guerra. Más bien, el repudio de la geografía refleja, como explica Soja, los prejuicios del modernismo y sobre todo los prejuicios de la modernidad. Desde la expansión colonial de la construcción de los suburbios, a la destrucción de “grupos locales” en el interior de las ciudades y en la Amazonia, el capitalismo siempre fue un proyecto geográfico.

La meta de una política espacializada del tipo que Jameson busca, dónde “los problemas espaciales” proporcionen una “preocupación fundamental de organización” es, defendería, superar la dominación social ejercida a través de la construcción explotadora y opresiva de la escala, y reconstruir la escala y las reglas a través de las cuales la actividad social construye la escala. La renegociación de la competición y cooperación política, tanto como la económica, es simultáneamente una reconstrucción de la escala geográfica. Dudo que hasta aquí haya conseguido hacer poco más que anunciar un proyecto y levantar varias preguntas. ¿Cómo se construye la escala en la

vida cotidiana?, y ¿cómo se conectan las diferentes escalas? ¿Qué diferentes papeles juegan las cuestiones sobre clase, género y raza en la construcción de las diferentes escalas? y ¿cómo estos problemas son conectados a cuestiones sobre determinación económica, política y social de la escala? Si de una cosa estoy seguro es de que la respuesta radica menos en la filosofía que en la política espacial activa, aunque eso pudiese parecer. La esperanza aquí, es que fundamentando las metáforas espaciales del post-modernismo en la teoría de la producción de la escala, podemos producir por lo menos el idioma político por el que *nosotros* – conscientes de nuestra identidad y nuestras diferencias, y con un sobrio sentido del poder al que nos oponemos – podamos realmente trazar el terreno político y decidir sobre “un lugar para permanecer”.

Agradecimientos

Varias personas han comentado y criticado este artículo en sus diferentes fases por lo que quiero reconocer toda su ayuda: Liz Bondi, Rosalyn Deutsche, Joe Doherty, Andy Herod, Cindi Katz, Diane Neumaier y Ali Rogers. Y en especial a Sheila Moore que me encorajó a pensar en la política de escala de esta manera.

Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso Coperguaçu Descalvado – SP

Los avicultores integrados en Brasil: estrategias y adaptaciones – el caso Coperguaçu Descalvado – SP

The integrated producer poultry of the Brazil: strategies and adaptation the case of Coperguaçu Descalvado – SP

Alba Regina Azevedo Arana

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – UNOESTE.

Correio eletrônico: alba@admcc.unoeste.br

Resumo

A partir de um quadro geral da avicultura brasileira, procurou-se caracterizar os produtores avícolas como um grupo específico de produtores, que vivenciam situações bastante diversas em suas relações com a empresa integradora. Desta forma, a pesquisa trata das relações de trabalho na avicultura evidenciando um novo perfil de produtor integrado, o empresário. Este estudo foi realizado com os produtores avícolas vinculados a Coperguaçu, na cidade de Descalvado – SP. A hipótese adotada é que estamos vivenciando uma nova forma de adaptação do produtor avícola com a empresa/cooperativa que leva a uma nova forma de gestão e controle da produção. Em função disso, o trabalho aborda os novos rumos da atividade avícola como também as estratégias atuais para a manutenção do sistema.

Palavras-Chave

Complexo Agroindustrial Avícola – Produtor Integrado – Relações de trabalho
– Cooperativismo avícola – Empresariamento da produção.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 147-162	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

A partir de un cuadro general de la avicultura brasileña se buscó caracterizar los productores avícolas con un grupo específico de productores, que vivencian situaciones bastante distintas en sus relaciones con la empresa integradora. De esta forma, la investigación trata de las relaciones de trabajo en la avicultura evidenciando un nuevo esbozo de productor integrado, el empresário. Este estudio fue producido con los productores avícolas vinculados a la Coperguaçu, en la ciudad de Descalvado – SP. La hipótesis adaptada es que estamos vivenciando una nueva forma de adaptación del productor avícola con la empresa/cooperativa que lleva a una nueva forma de gestión y control de la producción. En función de eso, el trabajo aborda los nuevos rumbos de la actividad avícola como también las estrategias actuales para la manutención del sistema.

Palabras clave

Complejo agroindustrial avícola – Productor integrado – Relaciones de trabajo
– Cooperativismo avícola – Empresariamento de la producción.

Abstract

Starting from a general picture of the Brazilian aviculture, we tried to characterize the poultry producers with a specific group of producers, that live several differentiated situations in their relationships with the company which integrates them. This way, the research is about the work relationships in the aviculture evidencing a new profile of integrated producer, the entrepreneur. This study was done with the Coperguaçu associated poultry producers, located in Descalvado – SP. The adopted hypothesis is that they are going through a new form of adaptation of the poultry producer with the company/co-operative that leads to a new administration form and control of the production. Because of that, the work shows the new directions of the poultry activity as well as the current strategies for the maintenance of the system.

Keyword

Agroindustrial Poultry Complex – Integrated producer – Work relationships
– Poultry Co-operativismo – Production management.

Introdução

O estudo da dinâmica do setor agroindustrial no Brasil se justifica pela sua importância e pelo seu enorme potencial de imprimir sentido e direção ao comportamento dos diversos agentes econômicos, direta ou indiretamente envolvidos com o setor. O enorme potencial de estratégias por ele gerado transforma-se na base de novas articulações das relações de produção.

Por sua vez, os agentes que integram o segmento agroindustrial, denominado de “agroindústria processadora” hoje buscam uma maior flexibilidade nas suas relações com os produtores a ela integrada. Adotam uma postura de reformulação das formas de organização das atividades produtivas e de suas estruturas administrativas. Nesses termos, as empresas têm por objetivo fundamental a aquisição de maior mobilidade, visando sempre o aumento da capacidade de resposta aos novos contornos – internacionais e nacionais –, no centro dos quais se situam profundas mudanças econômicas e tecnológicas.

Nesse processo de investigação, foi tomado como referencial o Complexo Avícola, que passa a marcar o setor industrial, a partir de meados dos anos 1970. O ponto de partida, foram as estratégias adotadas pelas empresas avícolas no seu relacionamento com seus produtores e a busca de processo de reestruturação dessas relações. É importante ressaltar que a necessidade de superar as “rigidezes” imanescentes à atividade produtiva engendra a reavaliação das formas de organização da produção, no âmbito interno dessas relações.

No âmbito interno, as grandes empresas agroindustriais buscam, de um lado, concentrar os investimentos nas fases e atividades que permitam a melhor utilização de suas competências técnicas e que assegurem o controle do processo produtivo e, de outro, ter uma estrutura organizacional eficiente.

No que diz respeito ao âmbito das formas de organização da produção, sob a perspectiva das relações entre as empresas e seus produtores que integram a cadeia produtiva, partiu-se do suposto de que as preocupações com custo e qualidade, de um lado, e a reavaliação da estrutura interna das atividades, de outro, conduzem à ampliação, intensificação e ou transformação da natureza e da qualidade das relações, aumentando a importância da coordenação nas interações entre elas.

Ainda na esfera das formas de organização da produção, em especial da produção avícola, o suposto adotado é que as necessidades de superar barreiras, o acesso às novas tecnologias, a entrada de novos mercados..., impelem as empresas a desenvolver novos perfis organizacionais que busquem novas configurações nas suas relações produtivas.

Nesse sentido, o presente trabalho foi formulado objetivando:

- a) mostrar a nova dinâmica das articulações entre empresas avícolas e seu relacionamento com o movimento geral do capitalismo;
- b) apreender as ações que regem o movimento no setor avícola identificando as estratégias do complexo;
- c) entender as formas de organização da produção avícola, suas trajetórias e a abrangência diferenciada de sua implantação;
- d) analisar as relações de trabalho na produção avícola em especial, no setor cooperativo em São Paulo, buscando entender as mudanças ocorridas neste espaço.
- e) desvendar os vários tipos de produtores integrados avícolas, apontando as tendências de um novo perfil de produtor.

Considerando a diversidade de objetivos e a diversidade de segmentos que compõem o Complexo Avícola, a pesquisa foi desenvolvida em várias fases.

Uma primeira, de caráter mais exploratório, apoiou-se em teses e trabalhos como também em um conjunto de informações coletadas junto a periódicos especializados – revista *Aves&Ovos*, revista *Poultry Internacional*, revista *United Nations*, *Anuário de Produccion da FAO* e revista *Broiler Industry* –, objetivando identificar e sistematizar dados atuais da avicultura no Brasil e no mundo. Nesse sentido tornou-se fundamental incorporar à análise a recente organização do setor, reconstruindo historicamente a conformação deste complexo.

O aprofundamento da análise exigiu não só a revisão da literatura sobre o assunto, mas principalmente, o recurso a outros trabalhos que, igualmente, enfocam as transformações recentes no Complexo Avícola, as contribuições de Belik (1990), Anizon (1988), Farina (1992), Graziano da Silva (1991 e 1992), Lima (1994), Mazzali (1995), Müller (1981, 1982, 1991a, 1991b e 1994), Rizzi (1993), Wilkinson (1989, 1991 e 1993) e muitos outros.

Num segundo momento, deu-se o aprofundamento do estudo sobre os produtores integrados às empresas avícolas, enfocou-se as contribuições de Paulilo (1990), Azevedo (1993), Pinazza (1994), Marques (1991), Rizzi (1993) e Guimarães (1983). Pretende-se neste momento analisar os agentes da produção avícola, problematizando os processos de (re)organização das formas sociais e de trabalho, bem como novas formas de controle e redirecionamento do trabalho na avicultura.

Além da revisão da literatura, foram realizadas entrevistas em órgãos e entidades do setor, como também em empresas e produtores avícolas em São Paulo, tendo por objetivo resgatar os cenários da formação do complexo avícola em São Paulo. E finalmente em uma terceira etapa,

procurou-se discutir, a integração da cooperativa com o mercado, a especificidade de seu objetivo e modelo de organização e suas relações com os produtores.

Materiais e métodos

A discussão mais aprofundada das questões propostas resultou na realização de uma pesquisa empírica entre produtores avícola e cooperativa. Esta pesquisa foi realizada com os produtores avícolas vinculados a Coperguaçu – Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Mogi-Guaçu Ltda., na cidade de Descalvado – SP, nos meses de abril de 1998, junho de 1999 e maio de 2000.

A primeira idéia, que deu origem a este trabalho, derivou de uma pesquisa em nível de especialização iniciada em 1986 e que teve como seqüência o mestrado iniciado em 1988 e terminado em 1992, com produtores avícolas ligados a Sadia no município de Concórdia – SC. Esses produtores vivenciavam uma situação bastante específica em relação ao quadro geral dos trabalhadores agrícolas no Brasil, pois a dinâmica das articulações entre a empresa e os produtores já apontava um novo perfil de produtor mais tecnificado e sobretudo dependente. O suposto adotado era de que as necessidades de superar barreiras, o acesso às novas tecnologias levou as empresas ligadas a este setor a desenvolver um novo perfil de produtor, um produtor que além de reunir condições de ir incorporando as novas tecnologias, fosse capaz gerenciar sua propriedade.

O exemplo destes produtores ligados a Sadia em Concórdia gerou uma inquietação. Qual seria a abrangência dessas novas formas de articulação entre empresas e produtores e quais seriam os níveis de adaptações regionais. E ainda, estaria se formando um novo perfil de produtor avícola no Brasil? Veio daí a necessidade de estudar um outro Estado onde a atividade avícola tivesse uma significativa importância e cujas relações entre empresa-produtor fossem diferentes.

O estado de São Paulo seria o Estado escolhido, primeiro pelo seu pioneirismo na avicultura, tendo iniciado a atividade na década de 1960, juntamente com Santa Catarina; segundo, por esta atividade ter sido caracterizada pela consagração de avicultores independentes. Até mesmo, o sistema de integração em São Paulo varia de uma empresa para outra, são critérios e padrões diferentes, fixados conforme a conveniência de cada integradora, contudo hoje já sabemos que há uma volta às integrações no Estado de São Paulo, mas em moldes diferentes das vivenciadas no Sul.

A escolha do município de Descalvado se deu pelo pioneirismo na atividade, pois foi o primeiro município do Estado onde a avicultura começou e teve maior importância, também chamada de “a capital da avicultura de corte do Estado de São Paulo”. Atualmente esta atividade se encontra disseminada por todo Estado, e Descalvado continua com sua importância não apenas por enfrentar os avanços da integração, mas, muito mais por saber buscar soluções aos diversos problemas na atividade, resistindo nos seus avanços. Além disso, a cooperativa do município, a Coperguaçu, revela um tratamento bem diferente se comparada com as outras empresas e cooperativas avícolas no Brasil.

A principal diferença seria o tratamento dado aos seus cooperados, que de certa forma permitiu o empresariamento na atividade, através de suas participações ativas na cooperativa. Contudo, a ênfase em estudar esta cooperativa se justifica pela sua forma de organização e relação de trabalho que se estabelece entre cooperado/integrado e cooperativa/empresa.

Desta forma, a escolha dos produtores avícolas de Descalvado se prendeu aos seguintes critérios:

- O universo dos produtores avícolas em Descalvado se apresenta bastante homogêneo, evidenciando um empresariamento da produção no município.
- Acreditamos que para se compreender a natureza e a tendência das relações de trabalho na avicultura em toda a sua complexidade é necessário ter um contraponto. O contraponto deste estudo

seria uma cooperativa, justamente por termos uma experiência de estudo com uma empresa privada (a Sadia).

- Esses produtores apresentam uma forma de organização baseada na disposição empresarial, o que, ao nosso ver, seria uma tendência geral na forma de organização da produção avícola no Brasil.
- E ainda esses produtores representam um novo perfil do produtor integrado no Brasil.

A partir destas considerações procuramos elaborar uma amostra de produtores avícolas de Descalvado – SP, associados à cooperativa e não associados, que já abandonaram a atividade dentro da cooperativa. Apesar de algumas dificuldades conseguimos entrevistar quase todos os cooperados da Coperguaçu. Em 2000, a cooperativa contava com cerca de 37 cooperados avícolas, destes, conseguimos entrevistar 25 produtores. Com relação aos produtores que abandonaram a atividade, foram entrevistados 10 produtores, num universo de 47 que abandonaram a atividade nos últimos 10 anos.

Seria ainda de grande importância salientar que o número de produtores da cooperativa não representa o número total de associado, e ainda que estes números têm mudado muito nos últimos anos. Até 1990 a Coperguaçu possuía cerca de 1.400 cooperados, contudo somente cerca de 90 produtores avícolas. Em 1999 ela passa a ter cerca de 1.300 cooperados e 40 produtores avícolas (mais da metade dos produtores abandonaram a atividade nos últimos 10 anos). Atualmente (2000), a cooperativa sofreu um desmembramento e conta apenas com 37 produtores avícolas.

As entrevistas feitas em questionários e fitas cassete tiveram como objetivo a obtenção de dados qualitativos, principalmente a respeito da realidade dos produtores dentro da cooperativa.

A Coperguaçu e a dinâmica nas relações com o produtor avícola

A produção avícola em Descalvado se estruturou, em termos não só da organização interna da produção, como também nas formas sociais e de trabalho na avicultura, através da (re)construção do perfil do produtor cooperado no município.

Assim, o município de Descalvado no começo dos anos 1960 foi estruturado, em termos da produção avícola, segundo sua capacidade de moldar sua organização espacial.

A partir desta década, desencadeiam-se transformações espaciais com a implantação de muitas indústrias e estabelecimentos comerciais, especializados em produtos para a avicultura como ração e pintos de um dia, além de uma frota de firmas transportadoras de produtos. O setor avícola acabou transformando profundamente este espaço, até então marcado pelo plantio do café e pela cultura italiana.

A presença de uma conjuntura nacional e até mesmo internacional favorável abre espaço para novas estratégias de integração às correntes múltiplas de comércio nacional e internacional de produtos agrícolas e agroindustriais, transformando radicalmente o quadro anterior aos anos 60, marcado pela estagnação das exportações e dependência de um único produto – café. Sobressaem, a parti daí, produtos como a soja, óleos vegetais, sucos e frutas e carne de aves no Brasil e em Descalvado a avicultura se torna a principal atividade econômica no município.

O município de Descalvado situa-se geograficamente entre os municípios de São Carlos, Santa Rita do Passa Quatro, Luís Antônio, Porto Ferreira, Pirassununga e Analândia.

A população do município hoje é de cerca de 30 mil habitantes, estando 22 mil (cerca de 72%) na área urbana e cerca de 8 mil (cerca de 28%) na área rural. As principais culturas do município são: cana de açúcar, café e laranja.

Em relação à avicultura de corte, o município possui atualmente (ano 2000) cerca de 36 milhões de cabeças e uma produção total de 72 milhões de kg e um faturamento anual de cerca de

Figura 1
Localização do município de Descalvado
(latitude 21°54' 05"S, longitude 47° 37' 26"W e altitude de 648 metros)
à noroeste da capital



Fonte: Datasus. Escala aproximada: 1:8.000.000.

90 milhões de reais, existem ainda cerca de 300 granjas avícolas no município e 80% delas pertencem aos cooperados da Coperguaçu.

Com relação à estrutura fundiária do município, poderíamos dizer que o traço essencial é a pequena e média propriedade, segundo a Secretaria de Agricultura de Descalvado.

Em termos econômicos, a cooperativa assume um importante papel no município, observamos que a cooperativa surgiu com o objetivo de comercializar a produção avícola que já havia despontado no município no final dos anos 50 e início dos anos 60. Nesse sentido a cooperativa representou um canal alternativo para esses produtores, criando uma infra-estrutura indispensável para consolidação da atividade.

Na década de 1970 havia cerca de 380 avicultores e 227 granjas no município, hoje existem cerca de 300 granjas e o número de avicultores não passa de 100 no município, cerca de 37 pertencem a Coperguaçu e o restante se divide em outras integradoras (Ceval, Potreiro, Hildebrand...). A produção avícola anual do município está em 72 milhões/kg/frango (ou 36 milhões de frango) e a produção da cooperativa é de 61 milhões/kg/frango (70 mil/aves/dia) ou 25 milhões de frango, isto é 84% da produção do município é proveniente da cooperativa.

Apesar do número de avicultores ter diminuído dentro da cooperativa, eles representam em 2000 um faturamento de 7 milhões de reais anuais para o município. A cooperativa ainda emprega diretamente cerca de 500 funcionários e indiretamente cerca de 600 pessoas (os trabalhadores das granjas, transportadoras de rações e produtos agropecuários).

Além disso, toda essa estrutura favoreceu o início da produção integrada na região na década de 90, onde somente alguns produtores conseguem se manter. Durante mais de 30 anos de atividade no município foi se criando toda uma infra-estrutura que hoje está à disposição de quem persistiu na atividade, muitas propriedades são arrendadas por esses produtores que estabelecem neste espaço novas formas de relações de trabalho.

A presença da cooperativa no município de Descalvado pode ser muito significativa e também podemos considerar particulares as relações que a cooperativa têm com seus cooperados, pois gradativamente ela foi criando condições propícias para que um grupo de produtores desenvolvessem um mecanismo particular de participação.

Para esses produtores, a cooperativa representa um espaço privilegiado onde a “integração” tomou um duplo sentido, de um lado ela representa um relacionamento econômico de parceria do produtor com a cooperativa, que cria dependência entre as partes, através de esquemas de controle de produção e, de outro lado, ela representa e requer uma participação efetiva na vida política da cooperativa. Nesse sentido, as avaliações emitidas pelos grupos de produtores entrevistados foram de grande importância para a compreensão das relações diferenciadas que a categoria de produtor mantém com a cooperativa.

A Coperguaçu e suas relações com o cooperado

Segundo dados das entrevistas realizadas na cooperativa, dos 100 avicultores que iniciaram o sistema de integração na década de 1970, apenas 20% se mantiveram na cooperativa, isto é cerca de 20 produtores, sendo assim, dos 37 produtores avícolas que formam hoje a cooperativa cerca de 50% são pioneiros ou fundadores da cooperativa, a outra metade é formada por produtores que foram ingressando na cooperativa em épocas politicamente favoráveis, por vezes não pagando as cotas de ingresso. Uma observação importante a fazer é que, em muitos casos, os representantes hoje destes pioneiros são seus filhos ou parentes que por “herança” estão na atividade.

A cooperativa apesar de ser formada não somente por membros fundadores, conseguiu fazer com que os produtores que entraram posteriormente possuíssem um certo “lastro em dinheiro”, isto é, colocassem algum capital, que de certa forma fosse representativo para o seu ingresso. Com relação a este aspecto, há divergências entre cooperados, alguns preferem ver tal fato como uma coisa “normal” dentro do processo de formação da cooperativa, mas outros ainda não aceitam completamente, desabafando: “os fundadores teriam que ter mais cotas”.

Observamos que a cooperativa teve dois momentos importantes, um primeiro momento vivido quando o poder decisório da cooperativa se concentrava na mão dos administradores eleitos pelos produtores que tinham um favoritismo político, e em muitos casos esses administradores nem sempre eram produtores avícolas; e um segundo momento que acontece com o desmembramento da cooperativa, quando o poder decisório da cooperativa fica realmente nas mãos dos produtores avícolas, propiciando as condições para que a Coperguaçu funcione como uma verdadeira cooperativa de produção, o que ao nosso ver é inédito no Brasil, em se tratando de avicultura.

Neste sentido e nestas circunstâncias, esta cooperativa surge como espaço privilegiado, assumindo um caráter autêntico em se tratando de cooperativismo avícola, não se conhece hoje na literatura nenhuma cooperativa avícola que funcione assim. Portanto, este grupo formado por produtores avícolas de Descalvado é, segundo dados de campo, *os únicos exemplos de cooperativismo* numa atividade tão competitiva quanto é a avicultura, onde grandes grupos lideram o mercado e onde os canais alternativos para a produção são tão estreitos.

Este exemplo constitui peça fundamental no processo de entendimento das relações de trabalho na avicultura, pois revela as condições concretas de existência, reprodução e transformação das várias categorias de produtores e de suas relações com a atividade avícola no Brasil.

Nas avaliações sobre a cooperativa, feitas pelos produtores entrevistados, observamos ser a cooperativa um canal norteador de existência destes produtores, constituindo peça fundamental

para a compreensão das relações diferenciadas que cada categoria de produtor avícola mantém com suas integradoras.

A (re)organização das formas sociais e de trabalho na Coperguaçu

A questão que se coloca é a seguinte: O que fez com que esta cooperativa se tornasse uma verdadeira associação de produtores, com a participação efetiva de seus cooperados?

A resposta a esta questão é bastante complexa, pois não se tem na literatura nenhum caso estudado. Contudo, a efetiva participação dos associados não envolve os clássicos programas de conscientização cooperativa, mas há mudanças estruturais internas que alteraram as relações de poder no interior da mesma. Ao nosso ver, este quadro de mudança permitiu a sua reprodução enquanto produtores capitalistas, encobertos por um campo privilegiado de ações dentro da cooperativa.

Os cooperados que se mantiveram na Coperguaçu pertencem ao grupo de produtores avícolas e os que saíram (indo para a Coopervam) são formados por pequenos produtores rurais. E da forma como está dividida, a cooperativa fortalece ainda mais a Coperguaçu e seus cooperados, por permitir a possibilidade de sua reprodução enquanto produtor/cooperado.

Sabemos que a cooperativa sempre foi um instrumento alternativo importante e neste caso específico, a Coperguaçu veio representar uma possibilidade de sobrevivência deste produtor avícola. Contudo, a Coperguaçu passou por todo um processo de “exclusão” de pequenos produtores avícolas que não conseguiram se capitalizar ao longo do processo de estruturação da cooperativa. E neste caso podemos dizer que a Coperguaçu, até certo modo, favoreceu somente àqueles produtores que se capitalizaram. Porém, este fato, antes de ser inerente ao cooperativismo, é inerente à organização econômica e social como um todo.

Sendo assim, a cooperativa deve ser vista como um espaço de totalidade específica e contraditória. Específica, pelo seu próprio modelo organizacional, pela interação dela com o mercado e com o Estado e pelas relações específicas entre categorias de produtores, e contraditório seu próprio caráter, que se ancora na superação das contradições do desenvolvimento capitalista.

Em termos empíricos, o que se observa é um modelo concreto que revela no seu interior uma das possibilidades de persistência de produtores que não perderam seu “espaço” e assumiram um projeto cooperativista como forma de autodefesa. O que interessava era encontrar soluções alternativas, ou melhor, uma estratégia de sobrevivência com o objetivo de melhorar suas condições num mercado tão competitivo quanto é o da avicultura, e isto foi conquistado.

Em suma, o que se pode compreender desta análise aqui realizada é que existem duas categorias de cooperativas avícolas no Brasil. Uma categoria ou tipo de cooperativa cujo objetivo é propiciar condições para que certos grupos de associados se apropriem do poder, utilizando-se da cooperativa para a consecução de seus objetivos pessoais e onde as relações de trabalho em tudo se assemelham às grandes integradoras. E uma outra categoria de cooperativa, onde os cooperados verdadeiramente estão à frente liderando e dirigindo-a.

O perfil do produtor integrado a Coperguaçu

Os produtores entrevistados compartilham da condição de “proprietário de terra”, contudo se posicionam segundo um referencial que não é restrito ao meio rural, pois muitos não moram no campo e sim na cidade, tendo atividades urbanas. Os produtores cooperados a Coperguaçu revelam também uma percepção clara de sua situação de empresário cooperado, refletindo um domínio em suas atividades.

O eixo principal em torno do qual o produtor cooperado se articula é dado pela relação entre a cooperativa e suas granjas. Para este produtor, as condições de trabalho na cooperativa se articulam com o mercado; ele orienta suas avaliações como empresário a partir de sua própria condição de produtor. Assim, mesmo havendo dois grupos bem definidos na cooperativa, um de produtores pioneiros e o outro de produtores que vieram depois da estruturação da cooperativa, eles revelam persistência em assumirem seu próprio projeto de trabalho, combinando ousadia com maturidade empresarial.

Além disso, são produtores experientes, pois já estão na atividade há um bom tempo e acostumados aos seus riscos, por isso, construíram seu próprio modelo de crescimento alicerçado na cooperativa.

Contudo, tais dados abrem mais uma perspectiva de análise, pois em nenhum momento este produtor, que vivencia condições de vida semelhantes a de grandes empresários, se identifica com a do produtor “integrado”, apesar de perceber as dificuldades de sua reprodução como produtor independente através da cooperativa. A consciência deste posicionamento vai se revelar de forma mais nítida quando ele fala de seu papel na cooperativa após o desmembramento.

Na verdade, este produtor em nada se assemelha a um produtor integrado conhecido nas literaturas, pois ele está à frente da cooperativa, dirigindo-a e decidindo seus próprios caminhos e à frente do processo de produção nas granjas, controlando todo o processo de eficiência e produtividade de cada lote mais, contudo, ele continua a ser um produtor integrado, pois ele continua tendo uma relação de interdependência muito grande com a cooperativa, sem ela ele não existe como produtor avícola.

Este grupo de produtores vive, na verdade, um modelo de integração único no Brasil, onde sua relação com a cooperativa lhe permite não só liderar o processo de integração, mas também de ditar as regras dentro da cooperativa.

O fato deste produtor não se identificar como um produtor integrado, não o coloca ainda em uma situação de produtor independente ou autônomo, pois ele depende muito da cooperativa para se estabelecer como produtor avícola. Contudo, estamos frente ainda a um outro dilema: este produtor se empresariou através da integração na cooperativa isto é foi a integração que lhe propiciou o empresariamento? Ou este produtor se modernizou pelo fato de já ser um empresário, sendo assim, foi o empresário que se integrou á cooperativa?

De certa forma estas diferenças se completam, pois segundo entrevistas, houve caso de produtores que possuíam experiência administrativa e também produtores que anciavam em tê-la. Sendo assim, a participação na cooperativa o fez experimentar novos desafios, contudo, este produtor já possuía uma visão empresarial antes de ingressar na cooperativa.

Além disso, este produtor, que de certa forma já nasceu empresário, teve na cooperativa um instrumento que o distinguiu dos demais cooperados ou integrados no Brasil.

O gerenciamento na produção avícola

Existem três tipos de trabalhadores utilizados pelos cooperados, o trabalhador fixo (o granjeiro), o trabalhador temporário (aquele que é utilizado quando chega e quando saem os lotes de frangos) e o trabalhador especializado (o gerenciador, a secretária, o veterinário, o motorista e o técnico geral).

No caso do trabalhador fixo ou do granjeiro, sua relação com o produtor cooperado não se caracteriza necessariamente como uma relação social capitalista, no interior dessas unidades produtivas, na medida em que seu salário implica uma relação de eficiência e produtividade. A sua dedicação e grau de intensificação de seu trabalho objetiva sua reprodução enquanto trabalhador/parceiro do produtor cooperado.

A parceria neste caso se concretiza na convergência do objetivo traçado pelo produtor cooperado: *a eficiência e a produtividade do lote, justo onde reside a dependência entre as partes.*

Contudo, apesar do grande número de empregados nas granjas, todo o gerenciamento fica a cargo do produtor cooperado, que organiza e coordena toda a produção, estabelecendo condições de funcionamento para cada setor e isto se dá através do controle total no processo produtivo.

São muitas as atividades que envolvem o controle do processo produtivo, como a atividade de produção em si e controle da mão de obra (a criação dos frangos); a atividade que dará sustentação à produção (incubatórios e fábrica de ração e insumos) e o próprio conhecimento técnico; estas atividades coordenadas determinam padrões de produtividade e eficiência na produção. Juntamente com o controle do processo de produção, o produtor cooperado precisa gerenciar também os preços pagos com a compra do milho, da ração e insumos, de pintainhos e medicamentos.

Os gastos com o milho dependerão do mercado paralelo (cada produtor tem que comprar a quantidade necessária para seu uso) e os gastos com transporte de possuir ou não sua própria frota, os gastos com a ração dependem do cálculo de custo da cooperativa. Os gastos com a compra de pintainhos também variam de acordo com os custos de produção, enfim são muitas as atividades a serem gerenciados pelo produtor cooperado.

Nas entrevistas realizadas, o que foi observado é que estes produtores têm uma noção perfeita de suas atividades de gerenciamento equacionando, portanto, seus problemas. O que nos parece importante analisar ainda é como estes produtores viabilizam soluções concretas para os problemas de organização da produção no município, pois as crises no setor intensifica a necessidade de organizar suas produções de acordo com as flutuações do mercado.

O pequeno grande produtor avícola de Descalvado

Segundos os dados de entrevistas realizadas em 2000, os cooperados em sua maioria, 56% deles, possuem mais de 4 galpões produzindo cerca de 12 mil a 24 mil frangos, sendo ainda que 32% dos produtores possuem até 9 galpões, e ainda 6% dos produtores possuem até 14 galpões e mais 6% com até 20 galpões.

A capacidade de produção destes cooperados oscila entre 40 mil a 160 mil frangos, pois com menos de 20 mil frangos aparecem apenas 16% dos entrevistados, com cerca de 40 mil frangos temos cerca de 20% dos produtores, com a capacidade de até 80 mil/frangos temos 24% da representatividade, a mesma porcentagem (24%) dos produtores com capacidade de até 160 mil frangos, contudo temos ainda produtores que produzem mais de 300 mil/frangos, representando cerca de 10% e produtores com mais de 350 mil frangos significando 6% dos produtores cooperados.

Estes dados nos revelam que estes produtores não são pequenos produtores, mas sim que estamos diante de um novo produtor integrado avícola, um produtor tecnificado, que participa da vida econômica da cooperativa, decide em favor de seus interesses e apresenta um alto grau de mercantilização de sua produção, sendo que sua reprodução como produtor capitalista é conseguida por suas condições especiais de relações com a cooperativa e conseqüentemente com o mercado.

Nesse sentido, as avaliações emitidas por este grupo de produtores associados à cooperativa no município de Descalvado, nos revelam ainda que apesar de existirem estratos de produtores dentro da cooperativa, isto é produtores com diferentes capacidades de produção, esses produtores pertencem a uma mesma categoria de produtores, a de *verdadeiros empresários da produção avícola.*

Os dados obtidos referentes ao rendimento líquido dos produtores integrados a Coperguaçu revelam que, existem um grande número de produtores com rendas ativas por lote de 1 a 10 mil reais (cerca de 35% dos produtores entrevistados), além disso temos uma representação expressiva nas rendas de 11 a 20 mil reais com cerca de 22% dos produtores e de 21 a 40 mil reais com

também cerca de 22% dos produtores. Mesmo nas classes de renda de 41 a 80 mil reais as porcentagens são expressivas, com cerca de 16% dos produtores, nas classes maiores temos um pequeno número de produtores, contudo também são significativas (5% nas classes de 81 a 160 mil reais).

Esses dados revelam ainda que, existe um número expressivo de pequenos produtores (com rendas inferiores a 10 mil reais), contudo um número maior de grandes produtores (com rendas superiores a 11 mil reais) e são portanto, a prova inequívoca que estamos predominantemente tratando de exemplos de grandes produtores avícolas, apesar de existirem diferenças quanto as rendas, seus valores revelam a realidade de seu segmento.

Um dado importante a ser ressaltado novamente, diz respeito à remuneração paga pela cooperativa ao produtor. A Coperguaçu remunera o produtor cooperado sobre o valor de kg de frango entregue e não por cabeça (este detalhe pode representar muito no final das contas do produtor), como acontece na maioria das outras empresas integradoras do país e quem calcula a eficiência do lote é o próprio produtor cooperado, desta forma os custos tendem a ser rebaixados enfatizando a produtividade.

A produção avícola implica uma série de investimentos em termos de instalações e equipamentos para ampliar a produtividade, assim a renda líquida implica também destinar um certo capital para estes fins.

Em termos comparativos, a produção avícola em Descalvado apresenta condições para ser uma produção mais rentável que as outras integrações no Brasil. Em primeiro lugar, quando observamos a relação entre a renda e o volume de frango produzido, verifica-se que os produtores possuem taxas de lucro bastante significativas. Uma outra observação importante feita neste estudo refere-se ao fato de que quase totalidade dos produtores pesquisados tem outras atividades, com rendas bastante significativas, as atividades mais comuns são: pecuária leiteira e de corte, citricultura e a cultura da cana de açúcar.

Seria importante destacar ainda que, a atividade avícola está condicionada a muitos fatores e que este balancete econômico dos produtores representa apenas os meses de outubro e novembro de 2000, em meses anteriores, segundo os próprios produtores, a atividade vinha dando prejuízos, como foi relatado anteriormente, porque o preço do frango no mercado não justificava seus custos. Contudo, este mercado às vezes incerto promove a construção de um perfil de produtor que se adapte a estes contornos, isto é, um produtor que gerencie as crises e administre os ganhos.

A análise até aqui realizada foi orientada para a discussão das condições concretas de organização da produção avícola entre os produtores cooperados à Coperguaçu, revelando as tendências na produção avícola em Descalvado, enfim o perfil deste produtor.

Concluindo, portanto a caracterização dos produtores cooperados observa ser pertinente a categorização proposta no início do trabalho, no sentido de repensar os produtores integrados como produtores empresários. Isto pode ocorrer, mas não como tendência natural do processo de desenvolvimento da atividade avícola e sim em decorrência de certas condições especiais, cujas características principais foram por nós delineadas.

Discussão e considerações finais

A proposta fundamental deste trabalho foi discutir a especificidade da relação entre produtores avícolas e empresas integradoras, procurando apreendê-la enquanto objeto de estudo, como um fenômeno específico, com natureza própria.

Este projeto de apreensão do objeto foi feito a partir da análise de um caso concreto: o produtor cooperado avícola da Coperguaçu em Descalvado – SP, tomando como contraponto para a discussão as estratégias adotadas por outras empresas avícolas.

Procuramos mostrar as particularidades deste relacionamento, não apenas pelo seu aspecto organizacional de cooperativa, mas por ela propiciar condições para que um grupo de produtores se apropriasse do poder e criasse uma maneira própria de produzir e gerenciar sua atividade. Sabemos que, tal fato ocorre com a eletização destes próprios produtores, contudo esta é a nova ordem ou tendência para a acumulação na avicultura.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi averiguar as tendências no relacionamento entre produtor/empresa compreendendo as novas trajetórias tecnológicas e organizacionais existentes.

E sendo assim, as trajetórias tecnológicas e organizacionais na produção avícola apresentam-se integradas ao conjunto de atividades econômicas em todos os níveis: local ou nacional, regional ou internacional.

O mundo contemporâneo é marcado pela transição de tipos, padrões e regimes no modo de produzir, gerenciar e organizar suas atividades. Processos tais como o novo padrão de industrialização, a produção flexível, a nova produtividade e a nova organização da agricultura, que servem de referência para uma avaliação da integração dos produtores agrários em termos de caracterizar quais as formas e possibilidades vigentes de integração ao complexo agroindustrial no Brasil hoje.

O grande dilema é situar os desafios atuais, sobretudo com relação a questão do trabalho no campo, ou seja, desvendar e entender os tipos de relações existentes nos setores agrários e em especial na avicultura. Sabemos, pois que o crescimento contínuo da produtividade está consolidando a tendência ao desemprego estrutural, o que gera a exclusão de muitos trabalhadores. O relevante disso tudo é o conjunto de impactos que isto causa nas atividades agrárias e nos produtores a elas ligados.

Os produtores tendem a converter-se em profissionais ou a verdadeiros empresários de suas atividades e como tal devem estar integrados a uma rede de informações e ainda pertencer a uma cooperativa, a uma empresa ou a uma associação; há experiências que apontam para o aprimoramento do processo de integração do pequeno produtor com a agroindústria ganhando novas dimensões, com a melhora de sua produtividade e de seu padrão de vida.

O desenvolvimento do sistema de integração no Brasil ocorreu, sobretudo no início dos anos 1970 e 1980, entre pequenas, médias e grandes empresas, mas ganhou especificidade nos 90, quando estes produtores vão buscar novas estratégias e ações para se manter na atividade.

Estas ações constituem um amplo leque de respostas destes produtores às mudanças no plano econômico brasileiro, como também no próprio interior do segmento agroindustrial. A velocidade do progresso tecnológico e o caráter mutável e incerto dos mercados impelem os produtores a buscar novas estratégias, o que se consubstancia por meio de mudanças expressivas na sua forma de organização.

O produtor integrado constitui uma camada de produtores que de uma forma geral, se insere no circuito industrial e comercial do grande capital agroindustrial e é em função disso mais tecnificado, contudo sua capitalização produtiva não chega a afastá-lo, em outros aspectos, do segmento mais amplo de pequenos produtores, ao menos por enquanto.

Em geral, a integração de produtores é estudada no Brasil pela via da contratualização da produção, e esta como sendo uma via intermediária de coordenação vertical da produção agrícola no setor agroalimentar. Contudo, trata-se de um processo que vai muito além da relação contratual, pois as dimensões práticas destas relações levam a novas formas de organização da produção.

As funções básicas do produtor dentro da integração permanecem as mesmas (produzir matéria prima sob determinadas condições de qualidade e quantidade e vendê-las com exclusividade para a agroindústria), contudo ocorrem modificações nas formas de gestão e controle da força de trabalho e que levam a busca de definições coerentes referentes ao avanço desta atividade na agricultura.

Neste contexto, o caso estudado propicia condições para entender a questão da especificidade dentro da integração e também como tem se estabelecido às novas formas de organização e estratégias na avicultura. Apesar das cooperativas apresentar elementos de diferenciação, advindos de sua natureza institucional e na medida em que não objetiva o lucro em si mesma, mas propicia condições para que seus cooperados o alcancem, passam a possuir condições de sobreviver mesmo numa conjuntura desfavorável à reprodução do capital, como no caso estudado.

A questão que se coloca é a seguinte: Estaria a cooperativa transformando estes produtores em uma nova categoria de integrados, a de empresários? Ou estes produtores, por já possuírem um perfil de empresário, utilizaram a cooperativa apenas como suporte para se manter na atividade?

Ao nosso ver, a cooperativa não deixou de ser um instrumento valioso na definição deste novo perfil de produtor integrado, contudo as características geográficas, econômicas, sociais e políticas destes produtores também seguramente o definiu. Sabemos pois que, o contexto geográfico e histórico está em consonância com o social e político, na medida em que este produtor ao se estabelecer em um determinado espaço, num determinado momento passou a participar das transformações econômicas e políticas deste local.

Assim, os produtores avícolas do município foram se estruturando segundo sua capacidade e oportunidade de moldar sua organização, esta capacidade coexistem e se interpenetram formando juntas um contexto local, onde a cooperativa faz parte deste contexto.

Isto ainda nos permite dizer que, as novas formas de organização da produção em Descalvado faz em parte de uma mudança por qual passa a organização agroindustrial em São Paulo e neste espaço observa-se a inserção de produtores mais capitalizados e bem mais preparados a estas mudanças. Isto mostra claramente uma tendência, não somente nesta região de São Paulo, mas em todas as áreas avícolas do Brasil, em *selecionar e restringir os integrados e qualificar os que permanecem na atividade*.

Nossa experiência propicia reflexões bastante interessantes sobre esta questão, na medida em que relata as transformações nas relações de trabalho com um grupo específico de produtores integrados, que atingiram um alto grau de tecnificação e são hoje verdadeiros empresários em sua atividade. Contudo, os elementos relacionados a esta disposição empresarial geram uma contradição no interior modelo de complexo agroindustrial existente, pois se de um lado esta idéia implica que os produtores obedeçam às orientações das integradoras, do outro lado está a preocupação de serem responsáveis pelos seus ganhos e riscos. Essa contradição, no entanto, é inerente à natureza do fenômeno e reflete bem sua especificidade.

Nesse sentido, poderíamos ainda fazer uma inflexão sobre os componentes espaciais dessas relações, isso permite dizer que existem dois grandes componentes, um primeiro que baseia na relação do produtor com seu espaço local e o segundo componente se baseia na sua forma de organização com o espaço total, isto é, com as tendências gerais de organização da atividade avícola.

Apesar de alguns estudos sobre o assunto tentar afirmar que, o sistema de integração poderá se encaminhar para a dependência total do produtor podendo ocorrer até a internalização da produção por parte da empresa, os novos estudos apontam sim, para a eletização destes produtores. Desta forma, este produtor bem mais preparado, passa realmente a ser o verdadeiro empresário da atividade, conhecedor de todas as dificuldades da atividade mais capaz de escolher seu caminho, entendedor de suas perdas e administrador de seus ganhos.

A tendência geral da atividade se baseia neste produtor capacitado e conhecedor de um mercado cada vez mais competitivo, a dependência continua existindo como uma das relações entre as partes, contudo, o que se exige deste novo produtor é uma capacidade de gerência sua produção, mas para que isto ocorra é necessário um mínimo de organização e capital. Não são todos os produtores que se encaixam neste perfil, aliás, são bem poucos e o enxugamento já está acontecendo.

A partir desta experiência aqui discutida, podemos refletir sobre uma nova proposta alternativa realizada por uma cooperativa: o empresariamento da produção.

Nossa proposta, a partir da análise desta experiência cooperativista, não se reduz, de forma alguma, à elaboração de um modelo que pudesse ser aplicado como uma camisa-de-força a qualquer situação empírica estudada; o objetivo desta análise é mostrar como a contradição é inerente ao fenômeno cooperativista, permeando suas relações internas e externas, levando-a assumir um caráter específico conforme as circunstâncias.

Muito se tem escrito, discutido e tentado entender sobre o sistema de integração no Brasil questionando as dimensões econômicas e a heterogeneidade destes produtores. Contudo, torna-se necessário questionar as trajetórias e estratégias em suas relações com as empresas/cooperativas, aí reside a contribuição deste trabalho.

Esta é uma tarefa que ainda não acabou, muitas transformações estão acontecendo nas relações de trabalho avícola no Brasil, espaços estão reorganizados como também as próprias relações entre produtor/empresa integradoras, cabem a nós estarmos buscando desvendar essas novas relações, apreendendo suas multiplicidades. Há ainda, muito que pesquisar com relação a este tema, desta forma desejo externar o interesse, em continuar a desvendar os novos caminhos da avicultura no Brasil.

Bibliografia

- ANIZON, Daniel. L'analyse des grands secteurs industriel à travers les principaux acteurs: L'agro alimentaire. In: GRESPLY, Guy (coord.) *Stratégies et compétitivités dans l'industrie mondiale*. Paris: Économica, 1988. p. 369-415.
- AZEVEDO, Alba. R. O. *O pequeno produtor rural de Concordia-SC: suas relações com a empresa Sadia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. 181 p. (Dissertação de Mestrado: Geografia Humana)
- BELIK, Walter. *Agroindústria Processadora e Política Econômica*. Campinas: IE/Unicamp, 1990. (Tese, Doutorado em Ciências)
- FARINA, Elizabet Maria. *O Sistema agroindustrial de alimentos no Brasil: a cadeia agroindustrial de frangos de corte*. São Paulo: [s.n.], 1992. v. 2. 58 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. *Revista Reforma Agrária*, v. 22, p. 5-34, set./dez 1991.
- _____. Fim do *agribusiness* ou emergência da biotecnologia. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 163-167, ago. 1992.
- GUIMARÃES, Eduardo A. *Curvas de custo: economias de escala*. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1983. 23p. (Texto Didático, n. 18)
- LIMA M. A. A. *Mudança tecnológica, organização industrial e expansão da produção do frango de corte no Brasil*. São Paulo: FEA/USP, 1984. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- MARQUES, P. V. *Economia da integração vertical na avicultura de corte no Estado de São Paulo*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1991. (Tese, Livre docência em Economia)
- MÜLLER, Geraldo. Observações sobre a noção de complexo Agroindustrial. *Rascunho*, Araraquara, UNESP, n. 19, p. 3-28, 1991a.
- _____. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 47-77, abr./jun.1982.
- _____. Poder econômico e empresas líderes na cadeia agroindustrial de carnes no Brasil. In: GREEN, Raúl H. et. al.(coord.). *Mercados, tecnologias y empresas: granos y carnes en Argentina y Brasil*. Paris: INRA, 1991b. p. 154-194.

- _____. Cotrijuí – Tentativa de Criação de um Conglomerado de Capital Nacional. In: *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. Competitividade e Integração Econômica e Social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindústrias. *Rascunho*, Rio Claro, n. 32, 1994.
- REVISTA AVES & OVOS. São Paulo: Associação Paulista de Avicultura, 1996/1997/1998.
- REVISTA ANUÁRIO DA AVICULTURA INDUSTRIAL, Guia Gessulli, n. 90, 2000.
- REVISTA GUIA GESSULLI DA AVICULTURA INDUSTRIAL, 2000
- REVISTA BROILER INDUSTRY, set. 1988.
- REVISTA GUIA RURAL. Dividir o frango para ganhar o mercado. São Paulo, v. 4, abr.1990.
- REVISTA POULTRY INTERNACIONAL. Now, new products are market-oriented. Hampshire, mar.1988
- REY, Pierre-Philippe. Le Transfert de sur Travail de la Pay-sanneire vers le Capitalisme. *L'Homme ete la Socirté*, n. 45 e 46, 1977.
- RIOS, Gilvando. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. Piracicaba: USP, 1976. (Dissertação, Mestrado em Ciências)
- RIVERA, R. A. *Los campesinos chilenos Grupo de Investigación Agrária*. Santiago: 1988.
- RIZZI, Aldair T. *Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1993. (Tese, Doutorado em Economia)
- PINAZZA, Luis A. Frigorífico Aurora: os caminhos para construção da marca. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PENSA, 4. *Anais... Águas de São Pedro*, set.1994.
- WILKINSON, J. *O Futuro do Sistema Alimentar*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. Proteínas, inovação e difusão das biotecnologias. In: GREEN. Raúl H. et. al. (coord.) *Mercados, tecnologias y empresas: granos y carnes en Argentinian y Brasil*. Paris: INRA, 1991, p. 82-100.
- _____. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: FECAMP, 1993.

As unidades prisionais do Oeste Paulista:
implicações do aprisionamento e do fracasso
da tentativa da sociedade de isolar
por completo parte de si mesma

The prison unities at Oeste Paulista:
implications of imprisonment and failure on attempt
of society to isolate completely part of itself

Las unidades de prisión en el Oeste Paulista:
implicaciones del aprisionamiento y del fracaso de la tentativa
de la sociedad isolar por completo parte de sí misma

Eda Góes

Doutora em História e docente do Departamento de Geografia da FCT/UNESP
e membro do Grupo de Pesquisa SIMESPP.
Correio eletrônico: edagoes@prudente.unesp.br

Rosa Lúcia Makino

Licenciada em Geografia e aluna do Curso de Bacharelado em Geografia da FCT/UNESP.

Resumo

Este artigo pretende discutir aspectos das novas penitenciárias inauguradas nos últimos anos no Estado de São Paulo, durante os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, sobretudo no Oeste Paulista. A exigüidade de trabalhos sobre a questão carcerária no Brasil e suas relações com as temáticas da violência e da exclusão social que perpassam toda a História do Brasil conferem relevância indiscutível às pesquisas que buscam enfrentar os problemas daí decorrentes. As relações de poder estabelecidas no microcosmo da prisão e a partir dele, norteiam a análise ora proposta, que enfatiza o papel desempenhado pelos agentes carcerários, particularmente a partir do estudo do caso da Penitenciária de Junqueirópolis.

Palavras-chave

Unidades prisionais – Oeste Paulista – Violência – Relações de poder – Agentes penitenciários.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 163-176	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

This article intends to discuss aspects of the new prisons inaugurated in the last years in the State of São Paulo, during Mário Covas and Geraldo Alckmin governments, above all in the Western state. Few works on the prison subject in Brazil and your relationships with the thematic of the violence and of the social exclusion that goes through the whole History of Brazil checks unquestionable relevance to the researches that look for to face the problems then current. The relationships of power established in the microcosm of the prison and starting from him, orientate the analysis for now proposal, that emphasizes the paper carried out by the prison agents, particularly from Penitentiary of Junqueirópolis study of case.

Keywords

Prisons units – West from São Paulo – Violence – Relationships of power – Penitentiary agents.

Resumen

Este artículo pretende discutir aspectos de las nuevas prisiones inauguradas en los últimos años en el Estado de São Paulo, durante los gobiernos de Mario Covas y Geraldo Alckmin, especialmente en el Oeste Paulista. La exigüidad de trabajos sobre la cuestión carcelaria en Brasil y sus relaciones con la temática de la violencia y la exclusión social que prepan toda la Historia de Brasil, otorgan indiscutible relevancia a las investigaciones que buscan enfrentar los problemas ahí suscitados. Las relaciones de poder establecidas en el microcosmos de la prisión y a partir del, nortean el análisis aquí propuesto, el cual enfatiza el papel desarrollado por los agentes carcelarios, sobretudo en el estudio del caso de la Penitenciária de Junqueirópolis.

Palabras Clave

Unidades de prisión – Oeste Paulista – Violencia – Relaciones de poder – Agentes penitenciarios.

Como observam Ferreira e Abreu, o período da Ditadura Militar repercutiu diretamente nas políticas penitenciárias estaduais, em primeiro lugar, pela acentuada centralização dos processos decisórios:

“a guerra contra o inimigo interno, deflagrada pelo governo militar significou uma intensificação das atividades policiais, que correspondeu a uma canalização de recursos para o reaparelhamento e modernização da Polícia Militar, visando não apenas a repressão às organizações políticas de oposição, mas também ao combate à criminalidade. Data dessa época uma articulação, cada vez mais transparente e sempre crescente, entre o funcionamento do aparelho policial e do aparelho penitenciário” (Ferreira e Abreu, 1987, p.70)

Transparece na crescente articulação detectada, uma intensificação das características repressivas das instituições prisionais. Num contexto marcado pelo debate acerca da cidadania no Brasil, o Governo Montoro (1983-1987) procurou contrapor a tal quadro a Política de Humanização Penitenciária, implementada pela Secretaria de Justiça (então reponsável pelos presídios)¹, tendo à frente o advogado José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

O caráter moderado das propostas implementadas nessa gestão indica que nunca se chegou a questionar as funções de violência e punição, próprias do sistema penitenciário, mas apenas procurou-se executá-las através de métodos mais especializados e, portanto, menos violentos. O que

1. A Secretaria de Administração Penitenciária foi criada pelo governador Luis Antônio Fleury Filho, depois do “massacre do Carandiru”, ocorrido em outubro de 1992, quando 111 presos foram mortos pela Polícia Militar (segundo dados oficiais).

se percebe é que essas alterações não fogem ao velho Modelo Panóptico proposto pelo inglês Jeremy Bentham (século XVIII), baseado na total transparência e visibilidade do cárcere e dos corpos, mas avesso à brutalidade física.

Tal moderação era decorrente da ausência de coesão política do governo estadual em torno da questão penitenciária e acabou por dificultar o envolvimento efetivo das entidades de defesa dos direitos humanos em favor dessa política carcerária. Contraditoriamente, no entanto, as medidas propostas pela Humanização foram suficientes para desencadear uma série de reações de certos segmentos sociais, tais como agentes penitenciários, juizes e alguns órgãos da grande imprensa, principalmente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

O resultado final dessa intensa disputa de poder em torno das instituições penitenciárias concretizou-se com a proximidade do período eleitoral, quando ganharam espaço no interior do partido do governo estadual, o PMDB, aqueles que adotavam posições mais duras no tratamento da questão da segurança como um todo. O chamado *pacote da segurança*, lançado pelo então vice-governador e candidato à sucessão estadual, Orestes Quércia, constituiu-se como marco da vitória desses setores mais reacionários do partido, ao provocar a demissão do Secretário Dias, em junho de 1986.

Além de revelar os estreitos limites das transformações políticas e sociais que estavam em curso naquela conjuntura política, conhecida como “transição democrática”, tal embate apontou também para as significativas barreiras defensivas que costumam impedir a introdução de qualquer alteração no cotidiano carcerário. A partir da saída do Secretário Dias, as prisões paulistas voltaram a ser tradicionalmente *gerenciadas*, ou seja, cotidianamente administradas através de um conjunto de práticas e procedimentos que transitam entre o formal e o informal, com grande autonomia e sem nenhuma transparência, seja para outros órgãos do Estado, seja para a sociedade civil.

A partir de 1997, a mídia foi um dos espaços de divulgação dos planos do Governo Covas para a área carcerária, com destaque para a inusitada construção simultânea de 21 novas penitenciárias, a maioria das quais situadas no interior do Estado.

Mas a mídia também tem sido palco de denúncias, debates e, principalmente, notícias sensacionalistas acerca do sistema penitenciário, sempre envolvendo a violência. Para melhor compreender tal papel desempenhado pela mídia, é necessário levar em conta que uma das peculiaridades do vasto repertório de violências contemporâneas é a visibilidade.

Nesse sentido, o tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. O que não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Além disso, esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (Imbert, 1992, p. 15).

É a partir desse referencial que se compreende o papel desempenhado pela mídia na construção de representações acerca das instituições penitenciárias e sua influência, sobretudo em regiões como o Oeste Paulista, onde a questão adquiriu uma dimensão inusitada, muito recentemente.

O maior impacto foi sentido a partir de 19 de fevereiro de 2001, quando todos foram surpreendidos com notícias sobre a ocorrência simultânea de motins em mais de 20 penitenciárias e casas de detenção da capital e do interior paulista. A partir de então muito se falou acerca do PCC (Primeiro Comando da Capital), uma organização de presos espalhada por diversas unidades prisionais, e sobre motins carcerários, ocorridos, possíveis e planejados. No caso dos jornais interioranos a discussão foi diretamente direcionada para as reações contra a possibilidade de que novas penitenciárias viessem a ser construídas nas respectivas cidades. Em algumas delas, como é

o caso de Presidente Prudente, transformou-se em campanha contra a construção de novas unidades prisionais nesse município.

Desse modo, como é freqüente na mídia, um acontecimento excepcional, que significou a quebra radical da rotina carcerária, fez com que um assunto pouco abordado merecesse atenção, desta vez ao longo de meses. Mas como pouco ou quase nada se fala dos presídios no seu dia a dia, sobre seu cotidiano de isolamento, quando enfatiza esses acontecimentos extraordinários que são os motins de presos, explorando-os até a exaustão de forma sensacionalista, produz uma imagem invertida das penitenciárias, que passam a ser representadas como locais onde não há rotina, mas apenas manifestações violentas e ameaçadoras dos presos. O que é excepcional assume assim a aparência de regra.

Mas durante todo o ano 2000 ocorreram 25 motins carcerários em todo Estado de São Paulo. Com 74 unidades penitenciárias funcionando, podemos concluir que a maioria delas não registrou nenhum motim. Isso, sem levar em conta que a imensa maioria dos motins acaba sem qualquer fuga de presos e, em geral, com eventuais mortos e freqüentes feridos entre os próprios presos.

Frente a esse quadro, vai se delineando o papel desempenhado pela mídia diante dessa sensação de medo difuso, de ameaça imprevisível, tão familiares nas sociedades contemporâneas. Segundo Veron, a mídia “formaliza o real, introduz ordem onde havia caos”, ou seja, ela “produz realidade” (Imbert, 1992, p. 62). Ela produz uma dada realidade, muitas vezes pautada por estereótipos sociais (por exemplo, a maioria dos presidiários é composta por negros ou mulatos, os sem teto são imigrantes nordestinos, pessoas que se vestem com extravagância ou pintam os cabelos de maneira pouco convencional usam drogas, etc.), em simplificações, tais como: se a maioria dos usuários de drogas é jovem, todos os jovens passam então a ser suspeitos ou, se apenas os pobres cumprem pena nas prisões brasileiras, portanto, os pobres são todos perigosos e, ainda, na oposição radical ordem/desordem, sendo a primeira em geral associada às instituições de controle social e a segunda, muitas vezes, a manifestações populares.

Reforça-se assim a tendência de identificar o perigo no outro, personificado no adético, no negro, no favelado, no homossexual, no criminoso e no preso, ampliando-se uma tendência que não é nova de identificação de *bodes expiatórios* para os problemas sociais.

O Governo Covas/Alckmin e as novas penitenciárias

“Há uma revolução em curso no sistema penitenciário paulista.”

O Estado de S. Paulo, 28/7/1998

Com essa frase bombástica o então secretário de Administração Penitenciária, João Benedito de Azevedo Marques, anunciou os planos, já em andamento, do Governo Covas para a área penitenciária. Seguiu explicando que “sua face mais visível é a construção simultânea de 21 novas penitenciárias e três presídios semi-abertos, no maior projeto de ampliação de vagas em 50 anos”.

É interessante notar que, embora se apresse em estabelecer que tal *revolução* não se resume em “levantar paredes e grades”, o experiente secretário não se refere à atuação do governo estadual na área como *nova política penitenciária*. Trata-se de um esforço no sentido de diferenciar-se da última experiência paulista de intervenção nessa área, efetivada durante o governo de Franco Montoro, no qual Azevedo Marques também teve atuação expressiva, como coordenador da COESP (Coordenadoria Estadual de Assuntos Penitenciários)?

A *Política de Humanização* do Governo Montoro não previa, no entanto, a construção de novas unidades penitenciárias, resumindo-se, nesse âmbito, a reformas, conclusões de obras e a uma polêmica proposta de duplicação de vagas penitenciárias então caracterizadas por celas indi-

viduais. É provável que isso se devesse, sobretudo, à crise econômica engendrada durante o Regime Militar, cujas conseqüências foram fortemente sentidas durante os primeiros governos estaduais eleitos, no início da década de 1980.

Em 1997, rompendo o abandono longamente perpetuado, o governo federal anunciou a liberação de verbas destinadas à construção de novas penitenciárias na intenção de sanar o déficit carcerário.

No Estado de São Paulo, o estado brasileiro portador da maior população carcerária do país, a carência de estabelecimentos penais é ainda maior do que nos demais estados. Segundo dados do Censo Penitenciário de 1997, neste estado haviam 35.847 presos para 24.222 vagas, portanto o déficit era de 11.652 vagas.

A partir daí, com a verba liberada pelo Governo Federal, o então governador Mário Covas lançou um *megaprojeto* que objetivava prioritariamente a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e a diminuição da superlotação dos Distritos Policiais (DPs) paulistanos. Foram então construídas 21 novas unidades prisionais fechadas e 3 semi-abertas, todas no interior do Estado de São Paulo e 13 delas no Oeste Paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso, Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente (ainda de acordo com dados disponíveis no *site* da Secretaria de Administração Penitenciária, as cidades de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Assis e Presidente Venceslau já possuíam instituições penitenciárias). Muitas dessas penitenciárias acabaram sendo inauguradas às pressas, em 1998, sem o término das obras, em função da candidatura de Mário Covas à reeleição.

Os poucos alojamentos do semi-aberto foram construídos anexos às penitenciárias já existentes, nas instituições de Guarulhos, Marília, Mirandópolis e Presidente Prudente. Esses semi-abertos possuem a mesma diretoria da penitenciária vizinha e também são os mesmos funcionários que cuidam da vigilância.

Frente à crise econômica que vem assolando o Brasil, materializada, sobretudo, no desemprego, tornam-se ainda mais limitadas as possibilidades de volta ao mercado de trabalho pelos presidiários. As pequenas e médias cidades do interior paulista têm vivenciado cotidianamente o fechamento de empresas, que não sobrevivem à crise. É neste contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganham dimensão específica.

Além disso, as novas unidades caracterizam-se por um cotidiano diferenciado das grandes penitenciárias, sobretudo da Casa de Detenção de São Paulo, em funcionamento até o final de novembro de 2002, com seus mais de 7 mil presos, considerada como problema insolúvel e “barril de pólvora prestes a explodir” até ser desativada, em dezembro do mesmo ano².

Nas penitenciárias do interior não há compra e venda de celas como ocorre, por exemplo, na referida Detenção; os sentenciados vestem-se rigorosamente com os padrões internos de administração (cor cáqui, macacão azul-marinho, camiseta branca constando o número da matrícula para identificação e calças que a família manda, também obedecendo a cor cáqui). Calça azul-marinho e camisa branca são o uniforme dos agentes, o que evita a dificuldade de diferenciação entre presos e guardas que caracteriza as antigas instituições.

Embora ainda não respeitem as determinações da Lei de Execuções Penais que prevê celas individuais, as penitenciárias interioranas não têm superlotação, a despeito das pressões constan-

2. Durante o Governo Alckmin, no mês de dezembro de 2002, depois da transferência dos últimos detentos, quatro pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo foram implodidos. De acordo com o projeto anunciado pelo governador, os outros pavilhões seriam aproveitados num grande centro de lazer, esporte, cultura e educação.

tes exercidas pela Secretaria de Administração Penitenciária para conseguir novas vagas e assim desafogar a superlotada Casa de Detenção de São Paulo. O número de detentos por cela varia de uma unidade para outra, entre 9 e 11 (caso da Penitenciária de Presidente Prudente) e entre 5 e 6 presos (caso da Penitenciária de Junqueirópolis), cada um com sua cama, geralmente em forma de beliche. Todos recebem acompanhamento judiciário, na medida das condições em que o sistema permite, ou seja, com funcionários que cursam ou cursaram Direito.

Mas será que as diferenças param por aí? Como estarão reagindo os milhares de funcionários recém-contratados? O caráter fechado dessas instituições penais tem significado historicamente não apenas o isolamento dos condenados, mas também o acobertamento de práticas diversas, porém igualmente repudiadas socialmente, não apenas dos presos, mas também dos seus guardiães. Trata-se de instituição de controle social, cujas práticas são caracterizadas pela total falta de transparência. A possibilidade de um novo olhar, ainda que mediado pelos novos funcionários, estaria estimulando o abandono de velhas práticas?

O interior do Estado de São Paulo depara-se assim com um novo, ou redimensionado, elemento no seu cenário, cuja significação apenas começa a ser descortinada pela população local, embora pontos de contato já tenham sido estabelecidos por diferentes segmentos sociais.

Nesse contexto, centrando a análise menos nos presos e mais nesses outros personagens estratégicos para a compreensão das relações que se estabelecem no interior das penitenciárias, os agentes, nossa pesquisa pretendeu ser uma primeira contribuição ao estudo desses novos presídios, detendo-se particularmente na Penitenciária de Junqueirópolis, embora discuta questões que podem ser generalizadas ao menos para as instituições carcerárias do Oeste Paulista.

Os agentes e as novas penitenciárias

Segundo fontes da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, a Penitenciária de Junqueirópolis custou 10 milhões de reais e deveria oferecer 792 vagas. Como várias outras dessa região, ela foi inaugurada antes do término das obras, em função da campanha eleitoral da reeleição do governador Mário Covas, em 1998.

Dois discursos convergentes envolveram essas instituições, sobretudo nesse período eleitoral. Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do estado. Por outro lado, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interioranas, particularmente afetadas pela crise econômica.

Segundo Singer (1999), uma das conseqüências da última crise econômica foi a queda dos níveis de emprego quando, em 1998, as taxas de desemprego teriam atingido os níveis mais altos da história. Mas a falta de empregos e perspectivas veio apenas agravar a situação das pequenas cidades da região. De acordo com relatório de 1998, do PRODER/SEBRAE – FUNDACE, a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, assim como as regiões administrativas de Adamantina e Dracena, caracteriza-se como área de evasão populacional pela incapacidade de gerar empregos e oportunidades compatíveis com a demanda local.

Estimativas prevendo a abertura de 6.624 vagas de trabalho, em 12 novas penitenciárias (*O Estado de S. Paulo*, 2/8/1997), foram os principais fatores a reverter a tradicional rejeição às penitenciárias, que se transformou em disputa ferrenha em vários casos, com prefeituras oferecendo inclusive cursos preparatórios que favorecessem os muitos candidatos locais ao preenchimento das vagas, mediante concurso público.

Mas houve também casos em que a prorrogação de prazos de inscrição para esses concursos foi ocasionada pela falta de candidatos. A necessidade certamente esbarrou no temor gerado tradi-

cionalmente por essas instituições envoltas por uma aura de mistério, matizada pelos casos de violência relatados pela mídia, durante tentativas de fuga ou motins.

Dentre aqueles que chegaram a se inscrever nos concursos, observa-se um desconhecimento generalizado das implicações dessa opção, ou seja, do que significa trabalhar num presídio. Aqueles que já tinham amigos ou parentes trabalhando no sistema penitenciário eram as únicas exceções.

Esse misto de atração salarial e temor comparecia, mas não era resolvido ou amenizado, durante o I Módulo do Curso de Formação de Agentes de Segurança, que em nada parecia destinado a uma prisão. O resultado podia ser percebido nos funcionários administrativos, ao longo dos primeiros meses de trabalho, para quem tarefas simples, como viabilizar o atendimento dos sentenciados por assistentes sociais e psicólogos, pareciam muito complicadas, para não dizer perigosas. Isso atrasou os primeiros atendimentos.

Ao longo do tempo, esses mesmos funcionários foram percebendo que para os presos, pequenas atividades dentro da prisão também ganham um outro significado, antes imprevisível. Para eles, trata-se sempre de *válvulas de escape*, isto é, o simples contato com pessoas diferentes, transitar por espaços diversos (ainda que dentro do presídio) – *dar um passeio* ou *levar um caminho de areia*, na gíria deles, receber qualquer tipo de atenção, romper a rotina, enfim, são sempre benefícios.

Para os funcionários do setor administrativo, geralmente situado em local distante dos *raios* que alojam os presos, muitas vezes, inclusive, em pavilhões separados e bem demarcados por grossos portões, o cotidiano dos presos permanece envolto em certo ar de mistério, perpetuando sentimentos ambíguos de repulsa e temor, de curiosidade e atração.

Uma das suas primeiras constatações refere-se ao efeito “de contágio” que a prisão vai exercendo não apenas sobre os presos, mas também sobre os agentes que estão em contato constante com ele. Trata-se da chamada *prisonalização*, já abordada por diversos especialistas, com alcances diversos (Molina, 1997, p.152), que é percebida de forma bastante concreta no *cheiro de cadeia* que impregna presos e agentes e na linguagem carcerária – a famosa *gíria de cadeia* – criada pelos presos, para não ser entendida pelos agentes, mas que acaba por ser incorporada por muitos deles. Por último, um dos indícios mais significativos desse processo é a tendência partilhada de ocultar tudo o que ocorre na prisão. Como observa Molina, mostrando que não se trata de uma particularidade das prisões brasileiras, já que ele pesquisa prisões espanholas, “quanto menos se fala da prisão, melhor” (Molina, 1997, p. 151).

Outro efeito que atinge presos e agentes, ao menos *principiantes*, é o impacto do barulho dos portões sendo fechados. Segundo depoimentos de agentes, trata-se de experiência *inesquecível*, além de incômoda e causadora de pânico – “também ficariam encarcerados?”. Impossível não se questionar sobre a potencialidade do impacto causado sobre aqueles que realmente ficarão trancados...

Mas os depoimentos comprovam também que o tempo age poderosamente. Com a rotina, todos acabam por acostumar-se com os barulhos da prisão, o que também deve acontecer com os presos. Alguns sons, mais raros, porém, continuam ameaçadores. Esse é o caso do alarme, cujo efeito foi assim descrito por um preso entrevistado por Goifman:

“O som estremece, traz pavor, é o som do alarme... sempre que soa isso aí nós sabemos que alguém fugiu, quase sempre há uns tiros. Teve época de rajadas de metralhadoras de grupos de resgate que vieram buscar sentenciados para fuga... aí a gente fica num estado de muita tensão... não pode sair pro sol. O sol é a única coisa que temos aqui... sair pra tomar sol. A cela é gelada demais, é muito fria” (Goifman, 1998, p.167).

Mas há outros elementos comuns no tratamento destinado pelas novas penitenciárias a presos e agentes que são fortemente repudiados pelo segundo segmento. Um bom exemplo disso é a comida comum, costumeiramente feita pelos presos, *para presos*, como comprova o seu cheiro característico, segundo os agentes, que acabam obrigados a partilhá-la em função da distância que freqüentemente separa as penitenciárias interioranas dos centros urbanos.

Trata-se de uma das características das novas penitenciárias que também revela seu caráter ambíguo – quando decidiu situar as novas penitenciárias em áreas afastadas dos centros urbanos, o Governo Estadual priorizou a questão da segurança, tanto interna quanto externa, além de ter buscado diminuir a resistência da população local, mas prejudicou os agentes, que foram obrigados a percorrer longos trajetos para chegar ao seu local de trabalho, ficando ainda impedidos de gozar do seu horário de almoço fora da prisão.

Ainda na visão desses agentes, “para quem roubou e matou, a comida está boa demais”, mas não para trabalhadores honestos... Evidencia-se, assim uma característica de todos os discursos e práticas presentes no espaço prisional – o caráter punitivo – além de outra, mais específica, mas também muito presente, que é o caráter de disputa entre agentes e presos, reiterado, sobretudo, pelos primeiros.

Embora características do perfil preliminarmente traçado dos novos agentes sugiram importantes diferenças em relação aos funcionários tradicionais de instituições penitenciárias, percebemos que alguns dos indícios encontrados precisam ser relativizados a partir da sua devida contextualização. Esse é o caso, por exemplo, da informação de que parte significativa dos novos agentes concluiu um curso superior, ou ainda está cursando. Embora essa informação se combine perfeitamente com nossa observação pessoal de que muitos alunos e ex-alunos da Unesp (Universidade Estadual Paulista) atuam hoje nos presídios, seja como agentes, seja como professores, outras informações indicam que a grande maioria dos atuais agentes freqüenta (ou freqüentou) pequenas faculdades particulares, abundantes no interior do Estado, e conhecidas pelas suas baixas mensalidades e, infelizmente, pela má qualidade da formação oferecida.

Permanecendo verdadeira a premissa contida no dito popular, “no Brasil, só pobre vai para a cadeia!”, podemos atribuir-lhe duplo sentido, uma vez que tanto aquele que vai preso, quanto aquele que vai trabalhar na prisão, tem a mesma origem social. Embora se trate de permanência em relação ao padrão das velhas penitenciárias, algumas novas diferenças foram introduzidas, como a origem interiorana da maioria dos agentes, contrapondo-se à origem metropolitana da maioria dos presos.

Mas há também elementos comuns, aparentemente novos, como é o caso da juventude partilhada por agentes e presos, decorrente da entrada massiva de novos agentes, por um lado, e, por outro lado, da preocupante queda na faixa etária dos condenados, acerca da qual o depoimento de um jovem agente, recém ingresso no sistema penitenciário, perante o pátio da Penitenciária de Presidente Prudente, é emblemático: “Parecia o pátio de um colégio, na hora do recreio”³.

Desse misto de características comuns e diferentes que se confrontam no espaço específico das penitenciárias resultam relações que não rompem com o padrão encontrado nas antigas instituições prisionais. A partir de relações de poder frágeis e colocadas à prova freqüentemente, emergem posturas marcadamente competitivas dos agentes em relação aos presos. Além da questão da alimentação, já mencionada, também a questão da assistência médica é foco de descontentamentos. Assim, quando um preso é levado ao posto de saúde da cidade mais próxima, para receber

3. Pesquisa realizada pelo ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) e publicada em 1997, concluiu que a maioria absoluta da população penitenciária do Brasil (e de São Paulo) é composta por pessoas de até 30 anos de idade.

atendimento médico especializado, não disponível nas penitenciárias, o comentário é freqüente entre os agentes: “Fico revoltado com essas coisas, um trabalhador não tem esse atendimento”.

Ao contrário de muitas outras questões que só podem ser compreendidas levando-se em conta as especificidades do microcosmo prisional, neste caso, acreditamos que a questão da cidadania na sociedade brasileira é que seja a chave para o seu entendimento. Partimos então das observações de Maria Célia Paoli que, discutindo a violência brasileira, percebeu que muitos dos estudos sobre ela acabaram convergindo para o tema da cidadania, mas em geral não levaram em conta a heterogeneidade da sociedade civil em questão, limitando-se

“a refletir sobretudo a experiência daqueles que – seja em função de sua classe social, seja em função de interesses sociais, profissionais e políticos – já conhecem o conteúdo substantivo da cidadania como discurso e se sentem em condições de reivindicar sua promessa, isto é, o direito ao poder” (Paoli, 1974, p. 50)

Constatamos desse modo, que são pessoas que não tem a noção de cidadania, que vêm como *regalia* o reconhecimento de direitos básicos dos presos, pobres como eles, porém pertencentes ao *mundo do crime*. Isso significa também que o acesso a cursos de nível superior ainda não contribuiu para ampliar, ou alterar, essa perspectiva.

No caso da assistência médica, é difícil imaginar que o trabalhador mereça um tratamento desse tipo, porque o atendimento do serviço de saúde pública é reconhecidamente precário, de má qualidade. Filas, falta de remédios, demora para realização de exames, falta de equipamentos... Enfim, para um trabalhador, isso é um desrespeito, uma humilhação e não um bom atendimento.

Numa pesquisa desenvolvida em 1999, pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), na periferia da Grande São Paulo, Adorno e Cardia observaram que o medo da violência, longe de unir a sua população, tende a opor uns aos outros. Aqueles que estão mais abaixo na estrutura social passam a ser vistos como os mais ameaçadores (Adorno e Cardia, 1999, p. 74).

Num contexto em que *para eu ter direito, alguém não vai ter, porque não dá para todos* (Cardia, 1999, p. 9), ou seja, de *escassez de direitos*, a exclusão se potencializa quando impede uma perspectiva mais ampla da sociedade que, por direito, teria que se ampliar, incorporando os cidadãos. Resta então um processo de auto-afirmação centrado na reprodução da exclusão.

Como age a instituição penitenciária frente a essas relações entre presos e agentes, que estão na base do seu próprio cotidiano? Ao que tudo indica, ela reforça tais exclusões também presentes na sociedade inclusiva, ampliando assim seu controle sobre cada um dos segmentos envolvidos, ao apostar na potencialização da oposição historicamente construída com esse objetivo. Como mostrou Michel Foucault, trata-se de desenvolver dentro dos muros, estratégias de controle a serem aplicadas fora deles...

Essas relações entre agentes e presos, no universo carcerário, também podem dar vazão a impulsos até então contidos. Em conversas observadas entre os agentes, percebe-se que empregar a violência quando ocorrem situações percebidas como ameaçadoras da ordem e da segurança, isto é, quando o preso *desobedece*, faz com que o agente volte para casa aliviado. O inverso se dá nas ocasiões em que *nada se faz, você volta para casa atacado*. A violência na solução de conflitos, em geral associada ao *mundo do crime*, se torna na prisão uma prática comum, cujos efeitos acabam por expandir-se, ultrapassando as muralhas não apenas quando presos são libertados, mas também com as entradas e saídas cotidianas dos agentes.

Esse esforço de impor sua autoridade a qualquer preço pode ser observado em situações como a não observância da norma de se manter barbeados, pelos presos. Aparentemente pouco relevante, esse desrespeito adquire outra dimensão para os agentes porque remete, mais uma vez,

para a disputa entre ambos. Ignorando o fato de que os agentes entram e saem do presídio cotidianamente, eles revoltam-se por terem que se manter barbeados, enquanto que os presos só o fazem quando saem do raio habitacional, para trabalhar, por exemplo. Novamente, nota-se que ao invés de dirigirem sua revolta à administração penitenciária pelo excesso de normas sobre eles impostas, os agentes dirigem-na aos presos.

Sobre esse comportamento que não chega a ser geral entre os agentes, mas que pode ser encontrado em todas as instituições penitenciárias, são significativas as observações de Centurião:

“O fato de atitudes desta espécie estarem em contradição com as instruções recebidas durante o período de aprendizagem formal na escola penitenciária torna-se irrelevante e sem influência alguma na medida em que esses indivíduos encontram um meio propício para a manifestação de disposições que possivelmente, ou permaneceram latentes, ou se manifestariam de forma tida como nitidamente anti-social se não ocorresse num ambiente (como o carcerário) que as tolere e prescreva. É possível ouvir, durante manhãs ou tardes inteiras, relatos de violência física e moral contra os detentos” (Centurião, 1996, p.51).

Alguns novos agentes declaram *gostar* do trabalho, manifestando a esperança de *corrigir com as próprias mãos*. Logo se deparam com a inviabilidade de tal propósito, na medida em que adquirem o chamado *saber prático*, percebendo que, a despeito das regras, tudo na prisão tem que ser negociado. Isso não exclui, pelo contrário, tem como parte integrante, a incorporação da violência como parte das relações que se estabelecem no interior das prisões (Goifman, 1998, p. 58). Longe se recuperar, ou *corrigir*, na linguagem dos próprios agentes, eles compreendem que sua missão é *manter a ordem*, o que na prática pode significar abrir e fechar portões.

Outros parecem experimentar essa fase de adaptação ao novo trabalho de maneira mais dolorosa, com grande impacto sobre sua própria vida. Tornam-se, segundo seus companheiros, *rebeldes* ou *chapados*. Muitas vezes, isso significa tornar-se aliado dos presos, ou seja, *mudar de lado*, comprometendo a própria segurança e de todos os envolvidos no sistema prisional, uma vez que o frágil equilíbrio das relações é então alterado.

Na prática, esses agentes recebem recompensas em troca de *favores* prestados aos presos, reproduzindo práticas antigas nas instituições prisionais. Essas recompensas podem ser até carros novos, mas ninguém sai ileso dessas negociações, em função da profunda inversão da ordem por elas representada.

Isso não significa que negociações sejam práticas exclusivas dos agentes corruptos. Pelo contrário, trata-se de prática cotidiana que exige habilidade dos envolvidos. Atender pedidos e reclamações ao longo de jornadas de 12 horas é sempre exaustivo. A capacidade de selecionar os pedidos a serem atendidos e apresentar justificativas para os outros, solucionar problemas, dar esperanças para o futuro... são habilidades fundamentais. *Pagar uma simpatia de vez em quando*, segundo a *gíria da cadeia*, garante também compromissos assumidos pelos presos com os agentes.

A reciprocidade garante *acordos*, em que o preso assume a obrigação de contar *se há algum bochicho*, alguma ameaça eminente. Esses acordos exigem verdadeiros *malabarismos* dos presos, para cumprirem sua parte e, ao mesmo tempo, evitar comprometer-se com os *companheiros*. Além disso, e talvez por esses próprios limites, trata-se de uma tentativa ilusória de manutenção do controle, uma vez que nem sempre o agente consegue evitar, por exemplo, a ocorrência dos temidos motins:

“E, dessa maneira, se estabelece um nivelamento, entre superiores e inferiores, em termos de controle de situação, o que afeta os princípios formais de uma instituição que, teoricamente, é marcada pelos

estatutos do poder totalitário. E, diante destas considerações torna-se claro que o fundo de poder mantido pelo agente é sempre sujeito a mecanismos de negociação. O poder e as influências são negociadas de maneira a estabelecerem o ‘modus vivendi’ que é a marca característica da instituição prisional” (Goifman, 1998, p. 58)

Segundo depoimentos de funcionários em funções diversas, envolvidos na instalação de uma nova penitenciária, a introdução dessas práticas perversas típicas das antigas e *já viciadas* instituições prisionais, parece inimaginável numa nova e ainda *pura* penitenciária. Dentro de poucos anos, no entanto, os boatos sobre agentes corruptos começam a espalhar-se, confirmando as alarmantes conclusões de Molina acerca das penitenciárias espanholas:

“A prisão marginaliza a todos que se põem em contato com ela” (Molina, 1997, p. 80).

Uma outra regra é comumente respeitada dentro do sistema carcerário, a *lei do silêncio*. Ela é incorporada pelos novos agentes de forma muito rápida. A compreensão de que o seu papel de contato cotidiano direto, único e exclusivo, entre o interior e o exterior das muralhas não é apenas desgastante e perigoso, mas pode tornar-se instrumento de poder, passa a ser então explorado. Quanto menos se sabe, mais fácil será a dominação, como bem mostrou Michel Foucault (1993).

Assim começamos a perceber que as altas muralhas têm múltiplos significados. Tão importante quanto a segurança, supostamente garantida pela contenção, é a ausência de transparência. O olhar, ainda que parcial, do interior para o exterior, é garantido pela tela da televisão. Mas o contrário não é verdadeiro. Do exterior para o interior, o olhar só penetra em situações excepcionais, parcialmente durante as preparadas visitas, e em momentos de ruptura radical da ordem, durante motins e tentativas de fuga noticiadas pela imprensa. Nessas raras ocasiões, as atenções da sociedade voltam-se para a questão penitenciária que, travestida de ameaça eminente, passa a preocupar a todos. De modo ambíguo, a mídia reflete e influencia a discussão que se desencadeia. Mas isso sempre dura pouco, então o *véu* que costuma encobrir a questão penitenciária é recolocado...

Um aspecto importante dessa *lei do silêncio* é o monopólio e a super-valorização de um suposto *saber prático*, sobre o cotidiano carcerário, de que nos fala Goifman (1998) e pode ser identificado na frase freqüente entre os agentes: “Você não está no raio, não sabe o que acontece, falar é fácil, mas somente quem está no raio sabe como é”. Misto de vítimas e de heróis utilizam desse argumento para justificar práticas dificilmente aceitáveis ou, simplesmente para encobri-las.

Reforçando a permanência que caracteriza os aspectos ora discutidos, lembramos as observações do médico Dráuzio Varella, sobre a Casa de Detenção de São Paulo:

“Os jornalistas, por sua vez, são os mestres no desagrado, conseguem inimizades entre gregos e troianos. De medo que alguma vítima antiga lhes reconheça a fisionomia e novos processos aumentem o débito com a Justiça, os presos fogem das objetivas como o diabo da cruz. Apontar-lhes uma máquina fotográfica ou câmara de TV faz com que cubram o rosto e desapareçam mais depressa do que diante de uma metralhadora da PM. Os funcionários também evitam a imprensa, dizem que ela só serve para criticar e distorcer tudo que é dito” (Varella, 1999, p. 106).

Nota-se neste caso uma certa convivência. A ausência de visibilidade pode atender a interesses diversos, de agentes e de presos. No entanto, a reivindicação de presença das câmaras de TV durante motins, por exemplo, além de representantes do Judiciário, cada vez mais freqüentes, sugere a incorporação dessas novas tecnologias do olhar pelos presos, ao menos em certas situa-

ções. Além disso, o papel desempenhado pela câmera de vídeo na pesquisa recente realizada por Goifman (1998) em penitenciárias e distritos policiais aponta no mesmo sentido.

Mas as observações de Varella apontam também para uma outra característica das prisões, velhas e novas. Trata-se da sua incapacidade de aceitar críticas, às quais reage sempre com maior fechamento, como também observou Molina (1997), atestando mais uma vez seu caráter autoritário. Sobre essa tendência, temos outras impressões registradas por Varella:

“A realidade é desconcertante numa prisão, o que parece certo muitas vezes está errado, e aparentes absurdos encontram lógica em função das circunstâncias. O visitante ingênuo, tira conclusões precipitadas...” (Varella, 1999, p. 106).

Outra conseqüência dessa convivência no microcosmo da prisão é que muitos guardas vão perdendo sua identidade. Além da incorporação da violência, já discutida, nota-se também a incorporação das gírias dos presos, ou seja, passam a partilhar de uma mesma linguagem. Essa linguagem, mais que reação criativa aos controles prisionais, torna-se um instrumento de exclusão, maior para os presos, mas importante também para os agentes. Eles tendem a relacionar-se apenas com os colegas de trabalho também nos dias de folga, com o quais partilham, além da rejeição a qualquer crítica à instituição, também uma forte necessidade de auto-justificação, que pode ser fruto da consciência de que há fortes contradições entre o que a sociedade espera que ele faça como agente prisional e o que ele realmente faz. Essa é uma das manifestações mais radicais dos efeitos da chamada *prisonalização*.

Além dos agentes, outros profissionais também participam do ambiente prisional, embora de maneira muito menos constante e intensa. Trata-se de profissionais como médicos, professores, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, parte dos quais compõem a chamada Equipe Técnica, que tem como principal função a elaboração dos Exames Criminológicos exigidos para a concessão dos benefícios aos presos. Apesar das tentativas de fazer algo pela população carcerária e das boas intenções de muitos deles, na prática, a concessão dos benefícios torna-se prioritária, por significar a rotatividade entre os presos, ou seja, a disponibilização constante de novas vagas.

Os limites dessas práticas são evidenciados radicalmente pelos casos não raros de detentos que pedem para continuar no *regime fechado*, quando são *beneficiados* com o regime *semi-aberto*. Impossibilidade de conseguir trabalho, falta de apoio familiar, ameaças de *velhos companheiros* ou *inimigos do mundo do crime* e pressão dos guardas, são algumas das principais justificativas apresentadas.

De qualquer modo, o parecer emitido pela Equipe Técnica é decisivo sobre a concessão dos benefícios, na grande maioria dos casos. Há indícios de que nem sempre essa exclusividade é bem vista pelos agentes. Eles reclamam pelo não reconhecimento do seu conhecimento construído através da observação cotidiana dos presos. Sobre essa disputa de poder, recorreremos mais uma vez aos argumentos de Centurião:

“Nesse posicionamento de supervalorização da experiência, é possível supor uma atitude compensatória diante da cultura de classes mais altas, representadas pelos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e professores com os quais ele trabalha, e que não compartilham, apesar de seus conhecimentos (sempre classificados muito pejorativamente como teóricos), de sua experiência profissional que é tida como algo de tipo muito especial” (Centurião, 1996, p. 45).

A despeito das melhores condições materiais oferecidas pelas novas penitenciárias, tal conflito interno entre os encarregados diretamente da segurança e os supostamente encarregados da

reabilitação, se mantem, opondo profissionais sem qualificação, com longas jornadas de trabalho e remuneração inferior a profissionais especializados, que trabalham menos e são melhor remunerados.

Conclusões

“Quem fez a cadeia se soubesse que ia ser assim não fazia não”.
Um preso (depoimento colhido por K. Goifman)

Conclusões contundentes desse tipo são freqüentes nos trabalhos sobre a questão penitenciária. Como pequeno conjunto de trabalhos produzidos no Brasil baseia-se em pesquisas realizadas em antigas instituições prisionais, como a Casa de Detenção e a Penitenciária do Estado, ambas localizadas no Carandiru, na capital paulista, o questionamento acerca da validade das suas conclusões para as novas penitenciárias acompanhou sempre nossas reflexões.

A despeito do conjunto de aspectos discutidos apontar principalmente para as permanências em relação às experiências largamente perpetuadas nas antigas instituições prisionais, depoimentos colhidos em outras circunstâncias apontam em sentido oposto, sugerindo talvez que estejamos nos deparando também com uma temporalidade específica dessas instituições:

“Visto de antigamente, a Detenção agora é um parque infantil. Quando morre 2 ou 3, fica todo mundo assustado. Aí, eu falo: vocês não sabem como era há vinte anos atrás. Naquele tempo, nas disputas, morriam 40 ou 50 só no 8 e no 9...” (Varella, 1999, p. 244).

Como imaginar, depois desse depoimento de um preso antigo da Casa de Detenção, instituição considerada como *problema crônico do sistema penitenciário*, verdadeiro *barril de pólvora*, que a inauguração de tantas novas penitenciárias não traga mudanças? A despeito das permanências, é preciso buscar indícios e possibilidades de mudanças...

Nesse sentido, assumimos integralmente a proposta do espanhol Jesús Valverde Molina de enfrentamento da questão penitenciária:

“... é necessária a presença ativa de outras pessoas, não prisionalizadas e que tragam outros projetos, que não pertençam ao estrito, limitador e sufocante mundo da prisão, que rompam essa tendência de toda instituição total de fechar-se sobre si mesma” (Molina, 1997, p. 152).

Mas será possível tal enfrentamento desse problema específico, sem o enfrentamento da questão mais ampla da questão da cidadania no Brasil ?

Como superar o poderoso mito da não-violência brasileira, de que nos fala Chauí, segundo o qual, trata-se de “um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais, etc.” (Chauí, 1998, p. 41), se a própria mídia tem contribuído para reforçá-lo, através de mecanismos como a tradicional exclusão, ou seja, a identificação da violência naqueles que não fariam parte da nação brasileira, os outros, *não-brasileiros-violentos*, e da caracterização da violência como algo sempre episódico, temporário, acidental, já que aqui a regra seria sempre a não-violência...?

Como superar todos esses encobrimentos e admitir que as penitenciárias materializam os esforços da sociedade de isolar por completo parte de si mesma? Sem esquecer da complexidade das relações estabelecidas intra e extramuros que podem ser a ponta de um iceberg, trata-se de

começar por combater as soluções apressadas, imediatistas, reprodutoras da violência, que prometem manter o problema longe do nosso olhar, porém, por quanto tempo?

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.
- CARDIA, Nancy. Raízes da violência. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, n. 333, maio/jun. 1999.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo M. O agente penitenciário e seu contexto. *Revista do Conselho Nacional de Política Penitenciária*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 45-52, 1996.
- CHAUI, Marilena. Ética e violência. *Teoria e Debate*, São Paulo, p. 32-41, 1998.
- FERREIRA, Rosa Maria F.; ABREU, Sérgio Adorno F. *Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social*. São Paulo: CEDEC, 1987. (Relatório de Pesquisa)
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion – a morte do tempo na prisão: imagens e texto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- IMBERT, Gerard. *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Icaria, 1992.
- MOLINA, Jesús Valverde. *La carcel y sus consecuencias: la intervencion sobre la conducta desadaptada*. Espanha: Editorial Popular, 1997.
- PAOLI, Maria Célia. Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do século XX. *Revista da OAB*, São Paulo, n. 53, 1989.
- SINGER, Paul. *O Brasil na crise: perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 1999.
- VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem

Reinsertion of domestic waste on the capital society:
a contribution to understand the search trash work and its recuperation

La reinserción de la basura en la sociedad del capital:
una contribución al entendimiento del trabajo de cata y del reciclaje

Antonio Cezar Leal

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/ Presidente Prudente; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Educação e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”; Representante da FCT/UNESP no Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema. Correio eletrônico: cesarleal@stetnet.com.br

Antonio Thomaz Júnior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/ Presidente Prudente; Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá; Pesquisador 2C do CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)”, < www.prudente.unesp.br/ceget >; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSI). Correio eletrônico: thomazjr@stetnet.com.br

Neri Alves

Professor Assistente Doutor do Departamento de Física, Química e Biologia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Correio eletrônico: neri@prudente.unesp.br

Marcelino Andrade Gonçalves

Doutorando em Geografia pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/ Presidente Prudente, sob orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CeGET).
Correio eletrônico: mandradepte@hotmail.com

Eduardo Pizzolin Dibiezo

Aluno do 4º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/ Unesp/Presidente Prudente. Bolsista FAPESP/IC, sob orientação do professor Antonio Cezar Leal.
Correio eletrônico: dibieso@bol.com.br

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 177-190	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Silvia Cantóia

Aluna do 4^o ano de Graduação em Geografia da FCT/ Unesp/Presidente Prudente
Bolsista IC/PIBIC/CNPq, sob orientação do professor Antonio Cezar Leal.

Adriana Martins Gomes

Assistente Social e Diretora do Departamento de Atenção à Família da Secretaria Municipal
de Assistência Social de Presidente Prudente.

Sara Maria M. P. S. Gonçalves

Assistente Social e Diretora do Departamento de Atenção à Família da Secretaria Municipal
de Assistência Social de Presidente Prudente.

Valdir Estevão Rotta

Encarregado dos serviços de coleta do lixo pela PRUDENCO.

Resumo

Ao discutir os problemas relacionados à forma de apropriação (destruição) da natureza no capitalismo, nos propomos focar uma das facetas do metabolismo da sociedade do capital que se apresenta como um dos seus maiores problemas, qual seja, a produção de resíduos sólidos nas cidades e seu destino final. O que fazer com esses resíduos sólidos? Qual o destino final que devemos dar àquilo que a sociedade julga sem serventia alguma ou inservível? Junto a essas questões nos deparamos com a contraditória lógica da sociedade produtora de mercadorias e de descartáveis, uma organização social que estimula o consumo descontrolado e afirma a importância da preservação ambiental como maneira de preservar a sua existência. Neste contexto, o reaproveitamento dos resíduos sólidos, a reciclagem, aparece como uma das possibilidades de frear o avassalador processo de degradação ambiental. No entanto, o processo de reciclagem no Brasil ainda está fortemente assentado na exploração de uma força de trabalho que tem como única forma de sobrevivência a coleta e a comercialização dos resíduos sólidos nos centros urbanos e nos lixões ou locais de aterro controlado, onde os catadores trabalham em condições precárias. Assim, a maior parte da reciclagem de resíduos sólidos ainda não é, apesar dos esforços que vêm sendo realizados, resultado da conscientização e participação da sociedade na solução do problema.

Palavras-Chave

Reciclagem – Resíduos sólidos – Trabalho – Sociedade capitalista – Sociedade do capital.

Resumen

Al discutir los problemas relacionados con la forma de apropiación de la naturaleza por la sociedad capitalista tenemos que enfocar uno de sus mayores problemas, la producción de residuos sólidos en las ciudades. ¿Qué hacer con estos residuos sólidos? ¿Cuál es el destino final que debemos dar a aquello que la sociedad juzga que no tiene ninguna utilidad? Junto a estas cuestiones nos deparamos con la contradictoria lógica de la sociedad productora de mercancías y de descartables, una organización social que estimula el consumo descontrolado y afirma la importancia de la preservación ambiental como manera de preservar su existencia. En este contexto, la reutilización de los residuos sólidos, el reciclaje, se presenta como una de las posibilidades de frenar el avasallador proceso de degradación ambiental. Sin embargo el proceso de reciclaje en Brasil todavía está fuertemente asentado en la explotación de una fuerza de trabajo que tiene como única forma de supervivencia la recogida y comercialización de los residuos sólidos en los centros urbanos y en los grandes basureros, donde trabajan en condiciones precarias. De esta forma, la preservación ambiental a través del reciclaje aún no es, a pesar de los esfuerzos que vienen siendo realizados, resultado de la concienciación y participación de la sociedad en la solución del problema.

Palabras Clave

Reciclaje – Resíduos sólidos – Trabajo – Sociedad capitalista – Capital.

Abstract

One of the main problems related to the form of appropriation of the nature by the Society of Capital it's the production of solid remainders in the cities. Its contradictory logic stimulates the uncontrolled consumption and it affirms the importance of the environmental preservation to preserve the existence. The reusability of the solid remainders appears like one of the possibilities of restraining the overwhelming process of environmental degradation. Nevertheless, the recycling in Brazil is strongly based in the operation of a precarious force of work survives of the collection and commercialization of the solid remainders in the great waste baskets. Thus the environmental preservation through the recycling not yet is been from the awareness and participation of the society in the solution of the problem.

Keywords

Solid recycling – Work – Capitalist – Society of capital.

Introdução¹

Este artigo é fruto de reflexões que estamos fazendo a partir do desenvolvimento do projeto de políticas públicas “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente – SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho” que nasceu da convergência de pesquisadores e instituições (Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e Comitê das Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema) que estão buscando formas de intervir na grave situação de degradação ambiental e exclusão social relacionadas à coleta e disposição final do lixo em Presidente Prudente e região.

Assim, no andamento da pesquisa, tornou-se fundamental para nós uma reflexão sobre o processo de reciclagem de resíduos sólidos, de forma a compreendermos a lógica sob a qual está fundamentada a cadeia que forma o circuito econômico da reciclagem. Procuramos então abordar a reciclagem de resíduos sólidos dentro da lógica societal do capital, procurando entender quais são os elementos que a estimulam e fazem com que se torne crescente em relação a alguns materiais.

A reciclagem vista como possibilidade de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias, nos conduz a uma desmistificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados, já que, como discutimos no texto, o seu principal estímulo é a obtenção de lucro e não a preservação ambiental, que para sociedade que está sob a égide do capital é uma situação contraditória, pois como preservar e estimular o consumo ao mesmo tempo?

A base sob a qual se funda a separação dos materiais para a reciclagem também é abordada, revelando que a maior parte do material que é reciclado é fruto do trabalho dos catadores que trabalham nos lixões e coletam os resíduos nos centros urbanos, o que denuncia também um alto grau de exclusão desta parcela da sociedade, que se vê obrigada a trabalhar várias horas por dia e em condições insalubres para obter o seu sustento.

Contudo, não demonizamos a reciclagem, ou as maneiras encontradas até agora de reaproveitamento dos materiais, apenas trazemos para a discussão algumas questões relativas a sua base fundante, sem desprezar o trabalho daqueles, que como nós, procuram estabelecer, mais do que

1. Neste texto estão contidas reflexões realizadas a partir do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho”, sob a coordenação do professor Antonio Cezar Leal e financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), na alínea Políticas Públicas.

uma idéia de reciclagem, de reintrodução dos resíduos na cadeia produtiva, uma concepção emancipadora de sociedade e conseqüentemente uma relação metabólica entre sociedade – natureza, pautadas em fundamentos mais humanos e por essência ambientais.

Um outro olhar sobre a reciclagem de resíduos sólidos

Ao contrário do que podemos imaginar, a existência do trabalho na catação de resíduos sólidos recicláveis nas cidades não é fruto da vontade, e da ação dos próprios trabalhadores. De fato, esse trabalhador completa e faz parte de uma engrenagem muito mais ampla e complexa do que podemos imaginar ou conceber a partir da observação empírica e superficial das atividades e das condições de vida desses trabalhadores.

Essa organização é composta por uma série de outros participantes, que desempenham atividades e papéis dos mais diferenciados, compondo um imenso circuito produtivo, ou a cadeia produtiva ligada à reciclagem, em que o catador de material reciclável ocupa um lugar de importância. No entanto, contraditoriamente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna.

O catador participa como elemento base de um processo produtivo ou de uma cadeia produtiva bastante lucrativa, para outros é claro, que tem como principal atividade o reaproveitamento de materiais que já foram utilizados e descartados e que podem ser reindustrializados e recolocados novamente no mercado para serem consumidos.

Além de ser uma atividade lucrativa para os que detêm o poder de controlar parte dessa cadeia produtiva, a reindustrialização dos resíduos sólidos recicláveis de forma a torná-los novamente consumíveis é amplamente difundida como uma ação essencialmente benéfica, que ajuda a diminuir danos ambientais, pois permite o reaproveitamento de parte dos resíduos sólidos, principalmente domésticos, colaborando para a solução de um dos maiores problemas urbanos da atualidade, o do que fazer com o lixo. A idéia da benesse da reciclagem se pauta ainda na preservação de certos recursos naturais que seriam gastos na fabricação de novos produtos.

No entanto, a reciclagem, ou seja, a reintrodução dos resíduos sólidos no circuito produtivo da economia, principalmente a realizada em grande escala, apesar de se beneficiar do discurso da preservação ambiental, não tem nessa idéia o seu objetivo principal, sendo, pois, o objetivo primeiro a reprodução ampliada do capital empregado. Basta ponderarmos o fetiche que existe em torno do lixo, pois a magnitude do estranhamento presente na sociedade em geral, tem como resultante o distanciamento da compreensão dos processos produtivos (destrutivos) e das formas pelas quais ela mesma, a sociedade (de consumo), se move diante das transformações tecnológicas que são responsáveis pela alteração da durabilidade, toxidade, volume e descartabilidade, que influem diretamente na produção de lixo. “A produção de lixo é tão antiga quanto o processo de ocupação da terra pelo homem. [...] Porém, [...] alteraram-se suas características (durabilidade, volume) no processo de desenvolvimento industrial” (Rodrigues, 1998, p. 141).

Há também outro elemento que deve ser lembrado que é fato de que a sociedade industrial gera, também, detritos industriais e altera a composição do lixo doméstico, não sendo mais composto de material orgânico, mas por diversos tipos de vidros, plásticos, metais, etc. Chama atenção, pois, o fato de que, em vários casos já registrados, para os gestores da política, a responsabilidade pela geração dos resíduos tem sido atribuída apenas ao consumidor final². A escala do problema aumenta tendo em vista que a transferência de responsabilidades, demonstra a covardia reinante em não focar a produção de lixo e os problemas advindos com a deposição final, bem

2. Cf. Rodrigues, 1998.

como a seletividade dos interesses despertados apenas por alguns produtos descartáveis para a reintrodução no circuito mercantil, como razão fundante dos interesses que permeiam a sociedade de classes.

O principal indicativo do que agora afirmamos é que não são todos os resíduos que despertam a atenção das empresas recicladoras. As empresas voltam-se apenas para aqueles materiais que garantem a lucratividade do negócio. Utilizando-se assim dos mesmos métodos que fundamentam e dão direção a qualquer outra atividade industrial inserida no mercado capitalista. A indústria da reciclagem apropria-se do imaginário social que afirma a importância de se proteger a natureza, tornando um argumento valorativo dos seus produtos o fato de que eles foram ou podem ser reciclados. Como afirma Legaspe:

“Tudo que é produzido pelo processo industrial não pode ser entendido sem vincularmos a ele o consumo, um não vive sem o outro (dentro do modelo capitalista), a necessidade de reciclagem é consequência disto tudo. A reciclagem é apresentada de forma distorcida para a sociedade, pois o cidadão pensa que ele é o beneficiário direto dela, esta associação da idéia de que reciclando o cidadão urbano contribui com sua parcela, como agente ambiental, é reforçada pelos meios de comunicação [...]” (Legaspe, 1996, p. 123).

Assim, somente aqueles materiais que reúnem todas as condições necessárias ditadas pelo mercado, como o baixo custo e grande oferta da matéria prima, mercado consumidor garantido, são alvos da indústria da reciclagem. Pouco importa se são esses que trazem maiores ou menores prejuízos ao ambiente. Assim, se o papel reciclado é certeza de bons negócios recicla-se o papel, se a reciclagem de um outro material qualquer não dá lucro, o melhor é enterrá-lo.

É de acordo com essa lógica que os resíduos sólidos recicláveis tornam-se matéria-prima da indústria da reciclagem, que ao resgatar o valor daquilo que há pouco era considerado inútil, estimula a criação de um imenso circuito a jusante do circuito industrial.

Este circuito acaba sendo composto pelos catadores, pelos intermediários, que procuram acumular a maior quantidade de material para revender e as indústrias de reciclagem. Toda essa organização, que articula os mais diferentes sujeitos toma então uma forma física e se territorializa nos centros urbanos, sobretudo das cidades de países formados por um número grande de pobres e desempregados, cidades que são locais de consumo por excelência, onde os resíduos que podem vir a ser recicláveis são descartados em grande quantidade, havendo também uma força de trabalho vivendo em condições precárias, totalmente desassistida e que se vê obrigada a coletar o material que pode ser reciclável e comercializá-lo com forma de sobreviver.

Percebemos então um entrelaçamento entre a lógica de aumentar a produção e estimular o consumo, própria do sistema produtor de mercadorias, e a geração de uma grande quantidade de resíduos sólidos nas cidades, o lixo, juntamente com a estruturação de um complexo de articulações que visa a reintrodução de parte desse material na cadeia produtiva como mercadoria. Isso nos estimula a dirigirmos atenção especial para a complexa trama de relações que povoa o metabolismo social da sociedade do capital. O reaproveitamento do material descartado novamente ao circuito produtor de mercadorias, e todas as relações e mediações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc., envolvente nos chama às pesquisas. Desvendar por dentro da exclusão social da classe trabalhadora as contradições que marcam a sociedade do capital nessa viragem do século XXI, nos remete ao incansável esforço da pesquisa e da investigação científicas, para irmos em busca da superação e da emancipação social do trabalho.

Como vimos, não é por acaso que alguns resíduos se tornam atrativos para a indústria da reciclagem, pois juntamente com suas propriedades físicas e químicas o tratamento industrial re-

cupera também o valor do trabalho que foi utilizado em sua produção e que nele continua incorporado, mais do que recuperar o valor de uso dos materiais, este processo recupera o valor de troca das mercadorias. De acordo com Bihr:

“Em primeiro lugar o capitalismo só se interessa por um valor de uso à medida que ele é suscetível de preencher uma função de suporte de uma relação de troca. Portanto, somente à medida que nele se acha valor materializado, que ele é produto de um trabalho humano” (Bihr, 1999, p. 126).

Desta forma, o que os trabalhadores dos lixões e também aqueles que perambulam pelos centros urbanos coletando os materiais recicláveis recolhem, não é um amontoado de lixo, é trabalho humano socialmente utilizado e incorporado naquilo que ainda há pouco, dentro de um determinado contexto social, era mercadoria, por um momento foi dispensado e tornou-se lixo e a partir da apropriação feita pelo catador, que o levou até o depósito para trocar por dinheiro, de onde sairá para as indústrias, também trocado por dinheiro, um equivalente geral que poderá ser trocado por outras mercadorias, torna-se novamente, no contexto dessa relação social marcada pela lógica do valor de troca, uma mercadoria (Gonçalves, 2000).

Uma mercadoria que passará por um processo de reindustrialização que o revitalizará, colocando-o em condições de assumir novamente o seu caráter de valor de uso, base é claro de sustentação do seu valor de troca. Aquilo que por um momento foi dejetado, agora será revitalizado pelo trabalho. Para Marx:

“O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las entre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos” (Marx, 1988, p. 146).

O despertar do valor de uso contido no material reciclável que por hora foi lixo, no âmbito da reciclagem industrial, e no contexto da sociedade capitalista, não se trata da busca de satisfação primeira da necessidade de qualquer elemento da sociedade, inclusive é claro, a satisfação das necessidades dos trabalhadores que o despertam, ou mesmo a preservação da natureza. O objetivo do capital nesse processo que procura revitalizar alguns tipos de resíduos sólidos, “despertá-los dentre os mortos”, é fazer como nos lembra Bihr (1999), desse valor de uso suporte para valor de troca. De acordo com Marx:

“Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-las, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (idem, p. 148).

É a apropriação do trabalho não pago que em nosso entender é o estímulo e razão da existência da indústria da reciclagem. Um objetivo que em alguns ramos pode ser alcançado de forma bastante otimizada, já que, além de se apropriar do trabalho não pago aos trabalhadores que labutam ativamente no processo fabril da reciclagem, apropria-se também nesse processo do trabalho já incorporado na matéria prima, o material reciclável, coletado nas ruas e nos lixões pelos trabalhadores catadores e trazido para o circuito econômico da reciclagem.

Os resíduos recicláveis, que apesar de estarem abandonados e poderem ser coletados livremente pelos trabalhadores catadores, não brotam naturalmente aqui ou acolá feito erva daninha, são produtos do trabalho, uma matéria sob a qual incidu a energia e o potencial criativo humano que o transformou em um objeto, mercadoria, que mesmo depois de ter sido utilizado e descartado, ainda continua contendo em si essa qualidade que o diferencia dos demais objetos sob os quais ainda não houve a incidência do trabalho humano.

Os materiais potencialmente recicláveis como: a lata, o papel, o ferro o alumínio, etc., mesmo depois de terem sido transformado em lixo, carregam em sua forma corpórea a síntese do trabalho socialmente dividido e organizado sob a lógica do sistema produtor de mercadorias, pois como sabemos várias são as etapas que compõem o processo de sua produção, da obtenção das matérias primas a outras tantas ações de trabalho socialmente necessários e combinados para chegar ao produto final, a mercadoria, que terá o seu valor determinado pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário, como afirma Marx (1998), nela materializado.

É com esse objetivo, o de se reproduzir ampliamente, que o capital estabelece toda a estrutura para a reciclagem, uma estrutura que vai além da planta fabril, territorializando-se nos centros urbanos, onde há material reciclável em abundância, articulando e envolvendo depósitos e vários outros trabalhadores além dos catadores, uma estrutura que conta com um esquema de transporte do material dos depósitos onde o material é acumulado, nas mais diversas cidades, para o local onde está sediada a indústria que irá realizar o processo de reciclagem industrial³.

A expressão e a organização territorial das atividades de coleta e reciclagem obedecem à lógica da reprodução ampliada do capital, uma mesma lógica que, no entanto, diversifica as formas desse fenômeno, ao combinar as determinações econômicas mais amplas com as especificidades econômicas e sociais locais. Assim, em cada cidade, a distribuição e a quantidade de depósitos e a composição da força de trabalho terão expressões que corresponderão a essa lógica.

As idéias que estamos pontuando aqui não são de forma alguma depreciativas em relação às ações desenvolvidas pelos mais diversos agentes sociais com relação à reciclagem, mas queremos despertar um debate a respeito da forma como vem sendo tratada e entendida a questão.

Acreditamos ser necessário realizar um amplo debate sobre o molde em que está fundado hoje todo o processo de reciclagem de resíduos sólidos no Brasil⁴, que se assenta em grande parte na exploração de uma massa de trabalhadores miseráveis, que são obrigados, pelos mais diferentes instrumentos coercitivos, econômicos e sociais, a buscarem no trabalho realizado no e com o lixo, formas de sobrevivência. Um fato que por vezes está escondido, camuflado, por de trás das idéias de preservação e conservação ambiental e, que nunca é apresentado como principal fator do aumento sempre crescente do número de toneladas de resíduos que são reciclados anualmente no Brasil.

E sabemos que esse crescimento nada tem a ver com a conscientização da população brasileira com relação à questão da geração e destinação final de resíduos sólidos, sem desprezar é claro o papel educacional que alguns agentes envolvidos com a questão ambiental vem realizando nesse sentido.

É fato também que os maiores poluidores são também os maiores consumidores, sejam os industriais ou residenciais. No entanto, os prejuízos e problemas causados por um consumismo exacerbado e descontrolado é socializado com aqueles que acabam enfrentando problemas que são inversamente proporcionais a sua capacidade de consumo. Em suma, as populações pobres e excluídas ou a grande maioria dos trabalhadores são os que mais sofrem com os problemas derivados dessa estrutura societal vigente.

3. Mais sobre essa questão ver: Gonçalves (2000).

4. Ver Legaspe (1998); Gonçalves (2000).

Desta maneira, tanto quanto estimular e discutir novas formas de reciclagem, de diminuição dos impactos ambientais causados pela sociedade (de consumo) atual devemos nos atentar para a possibilidade de transformação da estrutura e da lógica de organização da sociedade, caso contrário, as medidas implantadas serão meramente paliativas, já que, essas ações buscam resolver ou administrar o problema e não anular a sua fonte causadora. De acordo com Thomaz Jr.:

“Trata-se de colocar em cheque a estrutura organizacional da sociedade, enraizada sob os postulados capitalistas que se fundamentam na redução sistemática do valor de uso à simples função de suporte de valor de troca, sendo que o trabalho se constitui em uma das fontes de valor de uso e a natureza também foi submetida aos efeitos nefastos dessa redução e a crise ecológica como enunciado na mídia através dos periódicos e nos ambientes acadêmicos e políticos, deve nos estimular a um repensar do próprio movimento da sociedade” (Thomaz Jr., 2000, p. 16).

A compreensão da trama que envolve a tensa relação que a sociedade contemporânea expressa na forma de degradação ambiental, incluindo desde a contaminação de mananciais, passando pelo assoreamento de rios, e chegando na deposição final inadequada para o lixo, enfim tudo isso é extremamente desafiador.

Apreender esse processo pressupõe muito esforço, arrojo e determinação política, para construir relações capazes de constituir interlocução com diversos segmentos sociais comprometidos com a temática, e com pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. As diferentes faces do problema que nos ocupa nesse momento exigem que pensemos na trama social que envolve o descarte, a coleta e a acomodação de resíduos sólidos (secos e úmidos). É bom lembrar que não devemos *respeitar* as fronteiras desse ou daquele campo do conhecimento, mas considerarmos um amplo leque de contribuições, capazes de compreender o complexo de relações que envolve a reciclagem, a inertização, o manuseio adequado dos inservíveis (material radiativo e outros tipos de contaminantes), a industrialização dos recicláveis e a correta utilização do material orgânico.

A complexidade e a dificuldade às quais nos referimos, nos remete a assumir que no capitalismo o metabolismo societário, que materializa a relação entre o homem e a natureza, tem por princípio a destruição da natureza e da sociedade. Ao inseri-la, a natureza, no processo produtivo, apenas com o objetivo de transformá-la em mercadoria, o mesmo acontecendo com a sociedade, ou com o trabalho, que se subordina a esse mesmo processo, tem-se a dinâmica da natureza e do trabalho totalmente subordinados ao capital (Mészáros, 1999).

Em outros termos, há que se pensar que a riqueza que a natureza se apresenta aos nossos olhos, em diversidade, magnitude e potencialidade, é objeto de apropriação privada, assim como o trabalho, inserido na produção de mercadorias e na valorização do capital (Smith, 1986).

Não é difícil reconhecer que o gigantismo da engrenagem produtiva nos faz assimilar, com certa facilidade, que a produção de bens e mercadorias de todas as origens e formas estão associadas à produção de lixo.

Nesse universo temático, constata-se que nem sempre foram encontradas alternativas técnicas e mais ainda, comerciais para o reaproveitamento do lixo. A sociedade de consumo, aliás, definição primorosa e erigida sob os pilares da desigualdade, produz reveses que estão impactando sobremaneira a qualidade de vida nos quatro cantos do planeta. Diante disso, todos os sinais indicam que a relação entre a quantidade do lixo produzido e reaproveitado é extremamente irrisória. Todavia o negócio do “ferro-velho” não pode ser desprezado tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais.

Os materiais como os metais, vidros e papéis já são tradicionalmente recicláveis e tem toda uma rede comercial e industrial em funcionamento para o reaproveitamento desses resíduos. No

entanto é necessário melhorar a eficiência no aproveitamento desses resíduos e conseqüentemente minimizar os prejuízos ambientais. Destaca-se, por exemplo, o reaproveitamento do alumínio, que no Brasil atinge índices destacados quando comparados com os países desenvolvidos. Dados de 1999 da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), entidade que congrega 58 empresas, indicam que o Brasil ocupa o 2º lugar no *ranking* mundial de reciclagem de latas de alumínio, sendo que só no primeiro semestre de 1999, o índice de reciclagem chegou a 82%. As estatísticas desta associação apontam ainda que a porcentagem anual deve chegar em torno de 70%; superior à dos EUA e inferior apenas à do Japão com 74% (Cerqueira e Freitas, 2000).

Os materiais plásticos vêm substituindo cada vez mais os tradicionais, como exemplo, podemos citar a porcentagem de materiais plásticos nos automóveis e na construção civil que gradativamente substituem a madeira. As crescentes aplicações dos materiais plásticos no setor de embalagens de rápido descarte têm proporcionado um grande aumento destes materiais nos resíduos sólidos urbanos, domésticos e industriais.

Atualmente há uma grande preocupação com os danos gerados ao ambiente por esses materiais que apresentam tempo de degradação muito longo. Lembramos que, diferentemente de outros materiais, o reaproveitamento do plástico ainda está em fase de implantação, mas tem crescido constantemente.

Há uma grande variedade de materiais poliméricos (PET, Polypropileno, polietileno de alta densidade, polietileno de baixa densidade, PVC e outros) que são usados de diversas formas (extrudados, injetados ou moldados), muitas vezes na forma de compósitos ou de blendas poliméricas (Manrich et al., 1997).

Quanto à reciclagem dos plásticos, dados do primeiro semestre de 1999, identificaram 180 recicladoras atuando na região metropolitana de São Paulo, produzindo cerca de 159 mil toneladas/ano. Deste total, cerca de 49% correspondem aos plásticos pós consumo, fornecidos pelos sucateiros e catadores. Considera-se que é um mercado novo e em ascensão, considerando que 29% das empresas atuam há menos de cinco anos no mercado (Cerqueira e Freitas, 2000).

Numa cidade de médio porte, como Presidente Prudente, não há condições para comportar uma recicladora que atua com ciclo completo, ou seja, que produza os *pellets* para fornecer diretamente para a indústria, a não ser que trabalhe processando resíduos industriais. Há um número pequeno de recicladoras que produzem os *pellets* que compram de empresas menores o material pré-processado.

As unidades recicladoras normalmente evitam trabalhar com os *commodities* provenientes de lixões por serem de difícil tratamento, principalmente quanto à limpeza. Para os *commodities*, além do menor valor comercial, os mesmos se apresentam numa grande variedade. Portanto, para agregar valor a estes materiais é importante um controle eficiente da limpeza da matéria prima, bem como um controle rigoroso na separação dos materiais para evitar contaminação de um tipo de polímero com outro, que pode inutilizar lotes inteiros de materiais, como é o caso do PVC quando misturado ao PET. De fato, as pequenas recicladoras não contam com nenhum apoio técnico no sentido de identificar ou atestar a pureza e qualidade dos materiais que compram para processar, tampouco dos materiais que produzem.

Mais uma vez, lembramos que em pequenas e médias cidades é praticamente inviável, economicamente, instalar unidade processadora com o propósito de produzir material reciclado de qualidade a partir de resíduos sólidos urbanos. No entanto, é possível fazer um pré-processamento, como no caso do PET, no qual o material é lavado e moído, sendo vendido na forma de *flakes* (Galvão, 2000).

A mesma autora diz ainda que: “outra condição para a expansão da reciclagem é o desenvolvimento de ações exemplares de articulação entre educação ambiental, coleta seletiva e responsa-

bilidade social, envolvendo escolas, empresas e organizações não governamentais. Tal articulação viabiliza o ciclo completo da reciclagem, além de beneficiar entidades sociais”. Um exemplo disso é a parceria entre a APAE de Mauá, na Grande São Paulo, com a Plastivida, que terá uma unidade de beneficiamento de 200 toneladas por mês.

Por outro lado, as experiências têm demonstrado que a instalação e operação de usinas de compostagem são muito caras, não sendo uma alternativa atraente para as prefeituras. O aterro controlado ou o aterro sanitário e a triagem do material reciclável têm sido o tratamento preferido.

No projeto, “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente – SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho” será dada ênfase especial aos plásticos *commodities*, cujo interesse industrial é menor pelos problemas descritos acima. Nos propomos desenvolver estudos, tendo como pressuposto a instalação de uma usina de pré-processamento, onde será feito, além da separação, a lavagem, a moagem e o enfardamento. Essa usina de pré-processamento teria a vantagem de aumentar o interesse pela reciclagem dos plásticos, tornando-os fonte de renda viável para os catadores organizados.

Presidente Prudente em foco

É oportuno enfatizar que em Presidente Prudente são produzidas diariamente cerca de 190 a 210 toneladas de lixo, depositadas quase que integralmente em lixão, uma vez que não há coleta seletiva na cidade, excetuando-se algumas experiências isoladas de descarte seletivo em condomínios e moradias particulares.

Nas últimas décadas, a cidade teve um crescimento populacional e territorial expressivo, o que gerou inúmeros problemas ambientais, tais como o aumento na produção de resíduos sólidos, a proliferação de lixões, aceleração de processos erosivos em cabeceiras de drenagem e ruas não pavimentadas de bairros periurbanos, assoreamento de corpos hídricos e a redução do volume de água em importantes mananciais de abastecimento da cidade (represa do rio Santo Anastácio e do Balneário da Amizade).

O lixão, localizado no Distrito Industrial, distante cerca de 6 km do núcleo central da cidade, possui área útil de disposição muito pequena, a qual deverá estar esgotada num período de poucos meses, mantendo-se os níveis atuais de descargas de lixo. Essa situação é agravada pelo quadro social envolvente, uma vez que a facilidade de acesso e a situação sócio-econômica permitem que cerca de 100 pessoas (Tabela 1), incluindo mulheres, homens, adolescentes, sobrevivam em condições subumanas, alimentando-se de restos de comida, tirando o seu sustento da catação de materiais recicláveis, constituindo um sério risco à saúde pública, uma vez que estão expostas a vários tipos de contaminações e doenças.

Dos 101 catadores entrevistados identificamos a presença de 57% de homens e 43% de mulheres, prevalecendo o sexo masculino. A maioria dos catadores está entre 19 a 40 anos de idade, 28,71% representam os homens e 20,79% as mulheres dentro desta faixa etária. Do total 0,99% tem menos que 14 anos, e 4,95% possuem mais de 60 anos, sendo que destes 2,97% são homens e 1,98% são mulheres.

O fato de o número de menores ser bastante reduzido deve-se a pressão jurídica que o Ministério Público vem fazendo para que o trabalho infantil não ocorra. Algumas autuações foram realizadas com a utilização de força policial a fim de retirar as crianças do local, crianças que na maior parte das vezes acompanham os pais até o local de trabalho.

Está-se diante de uma situação que manifesta os fundamentos da exclusão social, vista, pois, sob a ótica da desqualificação do trabalho, já que em termos profissionais os catadores envolvidos

Tabela 1
Trabalhadores catadores do lixão de Presidente Prudente: idade e gênero

IDADE	N.º DE CATADORES		HOMENS		MULHERES	
< 14	1	0,99%	-	-	1	0,99%
15 a 18	10	9,90%	9	8,91%	1	0,99%
19 a 30	30	29,70%	20	19,80%	10	9,90%
31 a 40	20	19,80%	9	8,91%	11	10,89%
41 a 50	18	17,82%	9	8,91%	9	8,91%
51 a 60	13	12,87%	6	5,94%	7	6,93%
61 a 65	2	1,98%	-	-	2	1,98%
66 ≤	3	2,97%	3	2,97%	-	-
outros*	4	3,96%	2	1,98%	2	1,98%
TOTAIS	101	100%	58	57,42%	43	42,57%

Fonte: Trabalho de campo e cadastro realizados em janeiro de 2002.

(*) informações não obtidas.

nos lixões não dispõem, em sua maioria, de instrução que os habilitem ao exercício laborativo das profissões de nível médio (Tabela 2).

Apesar de a maioria dos catadores, como constatamos e também segundo Gino et al. (1999), serem alfabetizados, para que possam exercitar outras habilitações e profissões, necessitariam de cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo Estado e da garantia de efetivarem-se em novas ocupações e habilitações.

Ai reside outro gargalo da sociedade do trabalho nessa viragem do século XXI. Ou seja, a desqualificação e a precarização das relações de trabalho, intensificadas com a adoção de procedimentos e rotinas que priorizam a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou a substituição dos homens pelas máquinas, tem fragilizado sobremaneira os trabalhadores em geral, inclusive os mais qualificados, mas com maior ênfase para os menos qualificados (Antunes, 1999).

Na maioria dos casos, isso se deu às expensas de procedimentos que impulsionaram a superexploração do trabalho, em face de ganhos de produtividade elevados, sem redução de jornada e impactado pelas *novas* formas de gestão do processo de trabalho, como, por exemplo, a terceirização, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a flexibilização do processo de trabalho, etc. (Thomaz Jr., 2000).

Tabela 2
Ocupação anterior à vinda para o lixão

Pedreiro e Servente de Pedreiro	21	20,79%
Doméstica	30	29,70%
Motorista	3	2,97%
Lavoura	9	8,91%
Indústria	5	4,95%
Serviços Gerais	25	24,75%
Outros*	8	7,92%
Total	101	100%

Fonte: Trabalho de campo e cadastro realizados em janeiro de 2002.

(*) informações não obtidas.

Assim, a flexibilização de processos ou a adoção de formas de acumulação flexível⁵ em contato com as condições até então vigentes, mesclam-se e produzem diferentes formatações ou arranjos, com implicações de elevada monta para a inserção do trabalho em *novas* atividades. Ou então, resta-lhe adaptar-se a *novos* procedimentos e rotinas, mediante a absorção de *novas* habilitações, repercutindo diretamente na delimitação das qualificações profissionais, inclusive com a extinção de diversas e a inserção de outras poucas (Thomaz Jr., 1999).

Em relação ao mercado de trabalho ou mais precisamente, às clivagens produzidas por conta da ausência de um sistema público de emprego e educação adequados e, às vistas de uma escalada irrefreável do desemprego, e do subemprego, sem proteção social alguma, em nome da modernização tecnológica e da competitividade, faz emergir em cena, a necessidade da requalificação do trabalho e da criação de postos de trabalho que absorvam esses contingentes.

Em cidades como Presidente Prudente este problema é agravado pela pequena oferta de emprego. Assim, qualquer trabalho sério que proponha dar um melhor tratamento ao lixo deve visar, necessariamente, proporcionar melhores condições de vida e de trabalho a essas pessoas. Dentre os 101 trabalhadores que foram entrevistados, 91 deles, ou seja, 90,54% apontam o desemprego como principal fator do trabalho no lixo.

Do lado dos trabalhadores e das comunidades organizadas partem caminhos alternativos para o enfrentamento da fragilização do mercado de trabalho, do desemprego e da despossessão de maneira geral. Têm-se multiplicado pelo país formas de organização em cooperativa, sendo que essa organização do trabalho disseminou-se enormemente e de maneira expressiva junto aos trabalhadores do lixo (Grimberg e Blauth, 1998).

De todo modo, a formulação de alternativas para os catadores e suas famílias que vivem do lixo – e muitos no lixo – em Presidente Prudente, submetidos a um conjunto de relações sociais de dominação que se expressam através de rotinas e comportamentos pré-definidos pelos atravessadores, bem como para a implantação da coleta seletiva e pré-processamento, são vislumbradas através das parcerias⁶ que estamos propondo, a contar com a experiência dos técnicos e pesquisadores das respectivas instituições que pertencem, nas áreas, social e técnica.

Movidos pela pesquisa e pela necessidade de construirmos referenciais metodológicos que possam nos referenciar cientificamente, os resultados alcançados até o momento estão nos permitindo compreender aspectos importantes do cenário e do processo social que caracterizam a dinâmica espacial dos resíduos sólidos em Presidente Prudente. A continuidade desse trabalho deverá nos permitir apreender a complexidade da sociabilidade que envolve os trabalhadores na catação de lixo, e toda a lógica societal que subordina o trabalho na sociedade do capital.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. de. *O desafio ecológico: utopia e real*. São Paulo: Hucitec, 1994.
ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1999.
BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa participante*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

5. O Geógrafo anglo-americano David Harvey (1992), em seu livro *Condição Pós-Moderna*, desenvolve longamente o conceito de flexibilização do trabalho.

6. As parcerias estão sendo realizadas com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, através da Secretaria da Assistência Social (SAS) e a Companhia Prudentina de Desenvolvimento Econômico (PRUDENCO), ainda, com o Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema (CBHPP), Universidade Federal de São Carlos (UFSC), por meio do Núcleo 3R, e com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo/CIESP – Diretoria Regional de Presidente Prudente.

- BRESSAN, D. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- CASSETI, V. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CEMPRE. *Reciclagem & Negócios*. Polpa Moldada. São Paulo, 1995. 40 p.
- CERQUEIRA, L.; FREITAS, E. Reciclagem um mercado promissor. *Revista Saneamento Ambiental*, n. 62, p. 12-19, jan./fev. 2000.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE/CEPAL. *Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas*. [s.l.]: CEPAL, 1994.
- DIAS, G. F. *Educação Ambiental – princípios e práticas*. 4ª ed. São Paulo: GAIA, 1994.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1984.
- GALVÃO, M. Reciclagem conquista o respeito do mercado. *Revista Plásticos Modernos*, n. 305, dez./jan. 2000.
- GINO, E. L. S.; GARCEZ, L. M. A.; SILVA, S. R. M. *Os catadores que sobrevivem do lixo no município de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Instituição Toledo de Ensino, 1999. (Monografia)
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.
- GONÇALVES, M. A. *A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente – SP*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp, 2000. (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- GRIMBERG, E., BLAUTH, P. (org.) *Coleta Seletiva: reciclando materiais, reciclando valores*. São Paulo: Pólis, 1998.
- GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na Educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- LEAL, A.C. *Gestão das águas no Pontal do Paranapanema – São Paulo*. Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado em Geociências – Área de concentração: Administração e Política de Recursos Minerais)
- LEGASPE, R.L. *Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MAZZINI, E.J.T. *De Lixo em Lixo, em Presidente Prudente (SP)*. Novas Áreas, Velhos Problemas. Presidente Prudente: Editora da Unesp, 1997.
- MÉSZÁROS, Istiván. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. *Ensaio Ad Hominem I*. São Paulo, p. 83-124, 1999.
- MONTEIRO, C.A.F. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEOG/USP, 1981. (Série Teses e Monografia)
- MOREIRA, R. *O círculo e a espiral*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.
- RODRIGUES, A. M. *Produção e consumo no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- SPOSITO, M. E. B. A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. *Recortes*, Presidente Prudente, Unesp, n. 4, p. 5-40, 1995.

- SUDO, H.; LEAL, A.C., Aspectos Geomorfológicos e Impactos Ambientais da ocupação dos fundos de vales em Presidente Prudente/SP. *Revista Natureza e Sociedade*, Uberlândia, p. 362-367, 1996. (Anais do I Simpósio Nacional de Geomorfologia)
- THOMAZ JÚNIOR, A. 'Leitura' geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 24, 1998.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. *Revista Geográfica*, Bauru, n. 17, ago. 2000.
- VIEIRA, P. F.; MAINON, D. (org.). *As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA/NAEA/APED, 1993.

Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente

Globalization, tourism
and the consequences on environment

Globalización, turismo
y sus efectos en el medio ambiente

Clézio Santos

Prof. Ms. de Geografia do Centro Universitário Moura Lacerda, pós-graduando no Departamento de Geografia da FFLCH/USP e membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção São Paulo (AGB/SP).

Resumo

No Turismo efeitos do processo de globalização são cada vez mais sentidos em diferentes setores, principalmente no meio ambiente. A abertura das fronteiras políticas e ideológicas e os avanços das tecnologias de comunicação, além de outros fatores, vem contribuindo para a transformação do meio ambiente e fortalecendo o processo de globalização

Palavras-chaves

Turismo – Globalização – Meio ambiente – Espaço turístico.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 191-198	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

In tourism the consequences of globalization processes are being increasingly felt in different sectors, mainly in environment. The liberation of political and ideological boundaries and the improvements in communication technologies, among other factors, has contributed to the transformation of environment and strengthen of the globalization process.

Keywords

Tourism – Globalization – Environment – Tourism space.

Resumen

Respecto el turismo, los efectos del proceso de globalización son cada vez más obsevados en diferentes sectores, principalmente en el medio ambiente. La abertura de las fronteras políticas e ideológicas y los avances de las tecnologías de comunicación, allá de otros factores, contribuyen para la transformación del medio ambiente y fortalecen el proceso de globalización.

Palabras clave

Turismo - Globalización – Medio ambiente – Espacio turístico.

Introdução

Procuramos nesse texto resgatar alguns temas e conceitos que permeiam o pensamento atual entre a relação turismo, globalização e meio ambiente, trabalhando: o espaço e suas formas de organização; o conceito de meio ambiente, chave para o turismo; e o processo de globalização e os impactos da inserção de suas novas técnicas no espaço turístico.

Destacamos as idéias de Milton Santos como embasadora dessa discussão. A escolha por esse autor se faz premente pela pouca utilização das idéias desse geógrafo no entendimento do espaço turístico e sua relação com o meio ambiente. A maioria dos autores na área de turismo e meio ambiente preferem optar por definições e teorias presas a estruturas de pensamentos mais lineares e sistemáticos. O uso das idéias desse autor enriquece a discussão proposta – turismo em tempos de globalização: repensando o ambiente.

O texto é dividido em três partes, na primeira apresentamos uma discussão sobre a relação turismo, globalização e meio ambiente. Nessa parte do texto enfatizamos como o meio ambiente é visto no contexto da globalização, fenômeno em processo na sociedade atual e o papel do turismo como agente transformador.

Na segunda parte, apresentamos um dos grandes impactos causados pela globalização no ambiente, desencadeando inúmeros conflitos a medida que a sociedade industrial e pós-industrial reafirma a necessidade do equilíbrio e de criar novas fontes econômicas e na última, tecemos e reafirmamos um caminho interessante para o turismo, o planejamento turístico preocupado com a noção escalar.

Turismo, globalização e meio ambiente

Devemos fazer em princípio algumas considerações a cerca do conceito de meio ambiente e de seu significado com o advento da globalização, isso significa pensar de que forma o meio ambiente tem se transformado neste estágio da história humana. Reforçamos a relevância do meio ambiente para entender a atividade turística, afinal grande parte dessa atividade tem como base a organização, o planejamento e o consumo do meio ambiente.

Mas, anteriormente a isso, precisamos compreender o que é o meio ambiente na atualidade. Para Milton Santos, que não trabalha diretamente com o conceito de meio ambiente e sim de natureza, o autor define: “Referimo-nos ao que podemos chamar de Sistemas da Natureza sucessivos, onde esta é continente e conteúdo do Homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas”¹. Dessa forma, podemos perceber a amplitude desse conceito e de sua difícil simplificação para a utilização no turismo.

Ainda segundo Milton Santos, nesse período histórico, podemos falar de uma Natureza Social, racionalizada pelo homem, instrumentalizada pela razão e portanto, sobrenatural (não-natural). Essa idéia de Milton, nos remete a uma leitura do meio ambiente, muito mais direcionada ao *ambiente* do que o *meio* em si, os aspectos humanos ganham destaque em relação aos aspectos físicos. O meio ambiente não se explica apenas pela organização das forças físicas da natureza e sim a interação com o homem.

Mas, essa relação que se apresenta hoje tecnificada, ao longo da história já se apresentou diferentemente: é o que o Milton Santos chama de *natureza amiga*, havendo uma perfeita relação entre os elementos da natureza e a ação humana, o homem utilizava-se da natureza para sua sobrevivência sem agredi-la.

Atualmente, a mundialização unifica também a natureza mundial, trazendo novos traços a essa natureza: ela é tecnificada, *natureza hostil* nas palavras de Milton. Ela já é dominada por certos grupos sociais que imprimem uma nova relação, não mais de complementaridade, mas sim de exploração. A atividade turística esta presa ao processo de mundialização, portanto ela utiliza-se constantemente da natureza hostil ou mesmo do ambiente hostil, para explorá-lo e consumi-lo.

Essa relação está permeada hoje com o discurso do meio ambiente, um discurso direcionado para interesses próprios e muitas vezes mundializados. A mídia, nesse caso, possui um papel de destaque, dando credibilidade a esse discurso falho. Milton Santos ainda nos fala de uma *natureza espetáculo*, inventada portanto pelos instrumentos de comunicação, e essa natureza tende progressivamente a sobressair-se da *natureza histórica*, produto da ação humana ao longo do tempo. É justamente utilizando-se dessa *natureza espetáculo* que grande parte do discurso e prática do turismo caminha. Isso é preocupante pois o *ambiente espetáculo* esconde o *ambiente histórico*, esse processo acaba por transmitir uma realidade falsa e comprometedora para a atividade do turismo que queira ter por base o espaço local.

Outro ponto é a velocidade com que as transformações no sentido da homogeneização dos lugares tem se dado em nossa época. Porém mesmo com tamanha velocidade tudo que esse novo processo globalizante alcançou foi uma homogeneização fragmentária, dominada pelos grandes capitais e movida constantemente pela competição mundial.

A globalização dessa forma tende a tornar os espaços iguais, mas que espaços? O espaço turístico? O espaço transformado pela atividade turística?

Para Santos, esses espaços são selecionados, não é qualquer espaço que ganha essa conotação mundial, os “escolhidos” são os espaços da mercadoria, onde aparecem o lucro da mais-valia sob o valor do trabalho. Seguindo mais uma vez o raciocínio de Milton Santos indagamos: o turismo produz e elege espaços da mercadoria?

Ambiente e turismo: uma relação tensa

“O processo de urbanização crescente, o sistema industrial e pós-industrial da sociedade contemporânea implicou no aparecimento e no desenvolvimento do lazer como necessidade a ser

1. SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.15.

satisfeita. No momento atual com a globalização, essa busca desenfreada pelo preenchimento do tempo livre com o lazer é mais visível”².

O lazer, como necessidade numa sociedade que precisa estar em equilíbrio e gerar novas fontes econômicas ganha um ritmo acelerado. O turismo é uma das formas de lazer, procurando organizar e planejar o tempo livre da sociedade atual. O turismo passa a exigir novos modelos de espaços que correspondem aos novos tipos de relações no nível humano, além de contribuir para a circulação de capital, melhoria econômica de uma região e o consumo dos lugares e do meio ambiente.

O turismo na definição de Maria Ângela Bissoli “é entendido como o conjunto de recursos capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu universo cotidiano, e assim caracteriza-se por ser uma atividade essencialmente ligada à utilização do tempo livre”³.

A atividade turística surge como resposta a uma necessidade de descompressão, resultante da própria dinâmica do sistema da sociedade industrial. O processo de urbanização ao mesmo tempo que cria a necessidade do lazer, não consegue atender à população. A necessidade da atividade turística aumenta com as sociedades pós-industriais ou pós-modernas.

Para o turismólogo Luís Gonzaga Godoi Trigo⁴ “nas sociedade pós-industriais o turismo insere-se em um contexto maior do lazer e entretenimento, que igualmente tem consumido bilhões de dólares em investimentos e outros bilhões de dólares de lucro”.

A ampliação do tempo livre de que passaram a dispor as pessoas é uma das causas do crescente desenvolvimento do turismo. O tempo livre tende a aumentar com o passar dos anos, isso significa que as atividades ligadas à utilização desse tempo livre aumentam substancialmente. Dentre tais atividades destaca-se o turismo.

O presente trabalho, tenta retomar a discussão da “produção” e do “consumo” do turismo, porém em tempos de globalização. Procura também ressaltar a importância do estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental, como sendo fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre homem e meio ambiente, seja ele natural ou construído. Essas inter-relações são visíveis no ambiente, gerando conseqüências que afetarão a atividade do Turismo.

Segundo Del Rio e Oliveira, notamos que as manifestações mais constantes de insatisfação da população revelam-se, por meio de condutas agressivas em relação a elementos físicos e/ou arquitetônicos, principalmente os reconhecidos como públicos ou localizados junto a lugares públicos. Outra conduta é o desconforto psicológico de cada indivíduo .

Essas condutas, são resultados expressos das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo frente ao lugar e ao meio ambiente.

Devemos lidar com o conceito de *percepção* no sentido mais amplo possível, a exemplo do que vem sendo adotado pela maioria dos pesquisadores ambientais. A psicologia situaria nossas preocupações dentro do escopo da *cognição*. Mas o que vem a ser a cognição? Para Del Rio e Oliveira a cognição é o processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado.

Seguindo este enfoque é que pretendemos trabalhar com a cognição no turismo, tendo como meta não apenas a percepção do meio ambiente para e pelo turismo, e sim a cognição do turismo frente ao ambiente, sendo este processo muito importante para as atividades do turismo.

2. SANTOS, Clézio. Paisagem e turismo: questões que ficam. *Boletim de Turismo e Administração Hoteleira*, São Paulo, v. 8, n.1, 1999, p. 31.

3. Bissoli, Maria. A. A problemática econômica e social do espaço turístico, *Comunicarte*, n.16/17, 1992, p. 121.

4. Trigo, Luís. G. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993.

A relação do meio ambiente frente as modernas cidades e as cidades turísticas, demonstram uma relação de conflitos espaciais. Essa relação estravasa a simples percepção e adrenda no sistema cognitivo do turismo frente ao ambiente. As idéias de “*produção*” e “*consumo*” desencadeiam conflitos no espaço utilizado e apropriado pela atividade turística.

Milton Santos nos fala de um ambiente construído, repleto de técnica, ciência e informação. E na medida que aumenta o aparecimento desses elementos no espaço urbano, a cidade torna-se cada vez mais um meio técnico-científico-informacional. Nas palavras do autor: “o meio ambiente produzido se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza”⁵.

A velocidade do processo de urbanização transforma o espaço continuamente, numa relação dialética pouco entendida ainda hoje. Nessa discussão a palavra chave é a velocidade: velocidade da circulação, da informação, das pessoas, dos objetos... enfim de tudo que compõe o ambiente e em especial o ambiente urbano.

Quando a atividade turística adentra o urbano, ela reafirma a velocidade e o ambiente deixa de ser *amigo* e passa a ser *hostil*. Dessa hostilidade frente ao ambiente é que temos grande parte da nossa atividade turística sendo implantada e desenvolvida. Mas como podemos melhorar essa relação interna do ambiente construído pela atividade turística? O planejamento ainda é um bom caminho?

Acreditando nessa alternativa é que tecemos a seguir algumas questões pertinentes ao planejamento do ambiente turístico.

Ambiente turístico e o uso das escalas no planejamento

Uma questão importante e quem sabe a mais preponderante para o planejamento do ambiente turístico é relacionada ao entendimento da noção de escala, sendo necessária a análise segundo aquilo que compete a cada instância.

O entendimento das diferentes escalas nos possibilitará um melhor (re)dimensionamento de nossas atividade de planejamento voltado para intervenções no campo do turismo.

A análise *escalar geral* deve se ocupar daquilo que homogeneiza os países, a economia, estabelecendo uma relação de dependência entre os mesmos. Essa escala muitas vezes é regulada e influenciada pelas resoluções da Organização Mundial do Turismo (OMT).

A *escala nacional* preocupar-se-á das novas conjunturas apresentadas pela economia interna do país e sua repercussão para a sociedade e para o espaço. Nessa escala de planejamento, vemos o papel crucial da Embratur (Empresa Brasileira de Desenvolvimento do Turismo), responsável por grande parte de nossa política nacional de turismo. Os profissionais na área de turismo devem acompanhar e também propor idéias dessa escala de planejamento.

As *escalas regional e local*, estão mais voltadas a encontrar contradições internas a um território ou lugar, provenientes do nível de desenvolvimento econômico de cada região e interesses direcionados. É justamente nessas escalas onde o papel do planejador turístico é fundamental. Nesse momento o planejamento é um instrumento inigualável para efetivar políticas e economias direcionadas ao turismo para o desenvolvimento regional e local.

Para melhor compreensão utilizaremos o Estado do Ceará como exemplo de “polo de desenvolvimento turístico do nordeste”, característico dessa fase histórica. No Estado com as políticas direcionadas ao turismo do *Prodetur-NE* (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), construiu-se uma organização que visasse a maximização dos lucros para a

5. SANTOS, Milton. op.cit., p. 73.

atividade turística: novo aeroporto internacional, rodovias, rede hoteleira, incremento do comércio, entre outros. Essa organização, montada, que tem possibilitado a especialização de suas atividades relacionadas ao turismo atendendo os interesses dos capitais mundiais e mais ainda o sonho de consumo da “população mundializada”, carente de preencher seus tempos livres. O Prodetur-NE é ricamente analisado nos trabalhos de Luzia Neide M. T. Coriolano⁶ e Ireleno Porto Benevides⁷.

Essa nova lógica do desenvolvimento e planejamento do ambiente turístico também impõe uma nova forma de entendimento das diferenciações regionais, em que a partir disso a região torna-se novamente objeto de estudo das desigualdades sociais, provocadas por essa diferenciação de desenvolvimento tecnológico.

Considerações finais

Vemos a queda das fronteiras nacionais causando a homogeneização dos lugares, a vitória da velocidade do tempo abarcando o espaço, o papel crescente do Estado no (re)equilíbrio nacional visto as desigualdades geradas no seio nacional, o papel dos turismólogos e demais profissionais que estão lidando com a atividade turística, deveria centrar suas preocupações no planejamento tanto no nível local, como regional e nacional.

O homem em pleno processo de globalização não mais se reconhece em seu lugar, Será que essa globalização ou melhor mundialização, que também é dos costumes, das culturas, da língua, do lugar, da natureza, não nos tira a noção do local, imprimindo uma global? Caso isso ocorra como fica o turismo que necessita do local para efetivar sua atividade?

As novas técnicas utilizadas para transpor barreiras físicas e sociais aniquila essa identidade com o lugar, “agora que todas as condições de vida, profundamente enraizadas, estão sendo destruídas, aumenta exponencialmente a tensão entre cultura objetiva e subjetiva e, do mesmo modo, se multiplicam os equívocos de nossa percepção, de nossa definição e de nossa relação com o Meio”⁸.

O processo de globalização exige uma velocidade de transformação dos lugares que afeta diretamente o ambiente. O turismo muitas vezes afirma o processo de globalização dos lugares sem refletir essa ação e esquece que necessita da singularidade do ambiente para efetivar plenamente suas atividades.

Referência bibliográfica

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 1995.
- BENEVIDES, I. P. *Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: UFC/Banco de Nordeste, 1998.
- BISSOLI, M. A. A problemática econômica e social do espaço turístico. *Revista COMUNICARTE*, Campinas, n. 16-17, p.116-149, 1992.
- CORIOLOANO, L. N. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus, 1996.
- DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo/São Carlos: Nobel/Editora da UFSCar, 1996.
- GEORGE, P. *O meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel, 1984.

6. CORIOLOANO, L.N.M.T. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus, 1996

7. BENEVIDES, I. P. *Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria*. Ceará: UFC/Banco de Nordeste, 1998.

8. SANTOS, Milton. op.cit., p. 21.

- RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997. 210p.
- RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 42-54.
- SANTOS, C. Paisagem e turismo: questões que ficam. *Boletim de Turismo e Administração Hoteleira*, São Paulo, v. 8, n. 1, p.31-38, maio de 1999.
- SANTOS, M. *Metamorfozes do espaço habitado*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.
- _____. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. et.al. (org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- SANTOS, M.. et.al. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.
- TRIGO, Luis Gonzaga Godoi. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993.
- TULIK, Olga. Efeitos da globalização do turismo. *Turismo em análise*, São Paulo, v. 5, n. 2, p.7-15, nov. 1994.
- YAZIGI, E. et.al. (org.). *Turismo, Espaço, Paisagens e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Geração de ambiências: três conceitos articuladores

Generation of “ambiences”: three concepts of articulation

Generación de “ambiências”: tres conceptos articuladores

Nelson Rego

Doutor em Educação e Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação
em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Correio eletrônico: posgeografia@vortex.ufrgs.br

Resumo

O objetivo deste artigo é expor três conceitos, ou nexos ideativos, articuladores do conceito de geração de ambiências: a relação meio *em torno*/meio *entre*, a interpretação instauradora, a relação dialógica das lógicas/dialógica do diálogo. Esses conceitos têm sido consolidados como nexos ideativos e bases operacionais para o conceito de geração de ambiências ao longo de um percurso de diálogos com diversas práticas.

Palavras-Chave

Geração de ambiências – Geografia – Educação formal e não-formal – Meio
– Interpretação – Dialógica – Práticas.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 199-212	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

The objective of this article is to expose three concepts, or idea connections, articulators of the concept of generation of environments: the relation environment *around*/environment *among*, the establishing interpretation, the dialogal relation of the logics/dialogal relation of the dialogue. These concepts have been consolidated as idea connections and operational bases for the concept of generation of environments along the course of dialogues with several practices.

Keywords

Generation of environments – Geography – Formal and non-formal education – Environment
– Interpretation – Dialogal – Practices.

Resumen

Ese artículo tiene como objetivo exponer tres conceptos, o nexos ideativos, articuladores del concepto de generación de “ambiências”: la relación medio *en torno*/medio *entre*, la interpretación instauradora, la relación dialógica de las lógicas/dialógica del diálogo. Esos conceptos tienen sido consolidados como nexos ideativos y operacionales para el concepto de geración de “ambiências” al largo de un trayecto de diálogos con distintas prácticas.

Palabras clave

Generación de “ambiências” – Geografía – Educación formal y no formal – Medio
– Interpretación – Dialógicas – Prácticas.

Introdução

Quando sugeri, em 1999, o conceito de geração de ambiências (durante a concepção do livro *Geografia e Educação: geração de ambiências*, publicado em 2000/2001, organizado por mim e pelos meus colegas, professora Dirce Suertegaray e professor Álvaro Heidrich, no âmbito dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) não pretendi propor um conceito que antecederesse às práticas. Isto é, não pressupus que, uma vez sugerido um novo conceito, passassem daquele momento em diante a serem exercidas inéditas práticas inspiradas por ele. Ao contrário, a sugestão do conceito (elaborado, inclusive, de modo relativamente singelo) é que tinha por base a observação de muitas práticas e, em alguns casos, a minha participação nessas práticas. Refiro-me a um conjunto diversificado de experiências inovadoras no ensino de geografia ou em campos de conhecimento afins à Geografia (aliás, sempre pergunto: qual campo do conhecimento não é, ao menos, tangente à Geografia e às questões do espaço geográfico?), assim como experiências em educação não-formal, ligadas a movimentos sociais ou relacionadas a atuações em políticas públicas. Parecia-me que nesse conjunto de experiências, ao mesmo tempo diversas e pontuais, podiam ser discernidos alguns caracteres comuns, que poderiam ser expressos em termos de esforços para melhorar as condições do espaço geográfico que contextualiza a existência humana, enquanto os sujeitos que realizam esses esforços também se transformam, no sentido da conquista da participação social e da educação para esta. Isso também podia ser expresso de modo inverso e recíproco – esforços para a conquista da participação social e da educação para esta, enquanto os sujeitos desses esforços buscavam melhorar as condições do espaço geográfico que contextualiza as suas existências.

O conceito de geração de ambiências foi sugerido, portanto, com base em práticas em andamento, em escolas agrárias e de periferias urbanas, em movimentos sociais e em experiên-

cias vinculadas a políticas públicas relacionadas a questões ambientais, habitacionais, educacionais.

Contudo, seres que somos imersos em nossas linguagens e constituídos por elas e nossas práticas, uma vez sugerido o conceito, ele foi absorvido por uma rede de diálogos que passou a solicitar a sua elaboração conceitual de modo mais complexo, ao mesmo tempo em que, nessa nova elaboração conceitual, diversas práticas passaram a encontrar um novo suporte auxiliar, teórico e operacional, para se efetivarem e desenvolverem enquanto práticas. Em outras palavras, em alguns casos, fazemos melhor aquilo que já fazíamos quando damos a isso um nome, ou um título e uma orientação explícita, que ainda não havíamos dado.

O objetivo desse artigo é expor três conceitos articuladores do conceito de geração de ambiências, conceitos esses que têm sido consolidados ao longo de um percurso de diálogos com diversas práticas.

A relação meio *em torno*/meio *entre* (colocar-se na perspectiva de um centro relativo)

O primeiro dos conceitos que articula o conceito de geração de ambiências chama à atenção para a variedade de sentidos da palavra “meio”. Entre esses sentidos possíveis, dois especialmente são agora destacados: “meio” tanto significa aquilo que está em torno de nós, envolvendo-nos, quanto aquilo que está entre nós, intermediando-nos.

A relação entre esses dois sentidos formula o primeiro dos conceitos que articulam o conceito de geração de ambiências, e que praticamente o define: a relação meio *em torno* com o meio *entre*. Meio *em torno* significa o conjunto articulado de relações materiais e simbólicas que contextualizam a existência humana, condicionando o próprio modo de ser de indivíduos e coletivos. Meio *entre* significa os diversos tipos de mediações que situam indivíduos e/ou coletivos perante uns aos outros, como as relações de trabalho, escolares ou familiares, entre outras formas de relações cotidianas. O conjunto dos meios *entre* é também constituinte dos meios *em torno*, assim como cada um dos meios *entre* é condicionado pelo contexto do meio *em torno*, material e simbólico. Geração de ambiências, nesse caso, significa elencar as questões e os problemas do meio *em torno* como suporte ou veículo para os processos educacionais de algum meio *entre* (uma sala de aula, por exemplo). Isso significa uma valorização dos temas e da cultura do mundo mais proximamente vivido. Esse processo de diálogo, pesquisas e talvez de ações, relativas a um tema do meio *em torno* mais proximamente vivido, resulta freqüentemente em retornos do que foi refletido no meio *entre* para o meio *em torno*, em alguma medida modificando-o.

Assim, por ambiência, pode-se designar não apenas o que está em volta de um determinado indivíduo ou grupo, mas ressaltar o centro, isto é, a valorização da perspectiva do indivíduo ou grupo em relação a isso que está em volta e é contextualizador e condicionador de suas existências. Essa valorização efetiva-se sempre como um processo educacional. O processo educacional relacionado à noção de ambiência implica em estabelecer nexos entre aqueles dois sentidos possíveis para a idéia de meio.

O meio *em torno* é também o conjunto de elementos físicos-naturais e físicos-artificiais – mas as relações dos indivíduos e grupos com os elementos físicos são também mediatizadas pelas relações simbólicas estabelecidas pelos meios *entre*. Por exemplo, as diferentes percepções humanas da natureza, variando do sagrado ao aviltamento, passando pela romantização, ou pelo tecnicismo. As relações simbólicas pertinentes aos meios *entre* são também reciprocamente condicionadas pelas possibilidades e limitações representadas pelos elementos do meio *em torno*. E são compostas, essas relações simbólicas, pelas interpenetrações de todas as escalas, do local ao glo-

bal. O processo educacional vinculado à noção de ambiência torna os meios *em torno* em suportes para as relações interpessoais dos meios *entre*. Com a palavra “suporte” quero dizer assunto/veículo/tema gerador/tema catalisador para interpretações/ações. O *em torno* simbólico e físico torna-se, pois, em objeto para as relações entre educadores e educandos, e por inflexão, retorno ou dobradura sobre si, espelhamento ou movimento espiral – como se queira chamar – torna-se veículo ou bumerangue para o progressivo deslocamento da atenção sobre o assunto conversado para a atenção sobre a própria conversa, sobre os modos pelos quais ela se efetiva, sobre os efeitos que gera. Ou, ainda, desloca-se a atenção do mundo já construído para a percepção das possibilidades e condicionamentos do ser construtor. O bumerangue espiral faz constantemente o *em torno* devolver a atenção para o *entre*, e o *entre* devolver-se para as possibilidades e condicionantes postos pelo *em torno*. Nesse caminho, todos são simultaneamente educadores e educandos, e vale lembrar que os *entre* nós podem ser pontes ou barreiras. Aliás, provavelmente serão sempre simultaneamente ambas as coisas, tendendo, porém, mais para uma ou para outra, conforme os modos pelos quais se efetivarem as relações.

No entanto, isso que pode ser facilmente proposto e praticado por uma pedagogia freireana, por exemplo, ainda não é assimilado por grande parte, possivelmente a maioria, das práticas escolares, que barram o mundo mais proximamente vivido da sala de aula, silenciando e distanciando os seus temas e a sua cultura da sala de aula. Desse modo, fazendo desse bloqueio um dos eixos fundamentais do processo conhecido como exclusão escolar, mais propriamente denominado como expulsão escolar. Em outras palavras: é ainda necessário insistir com o óbvio, para que este se torne, de fato, óbvio.

A interpretação (hermenêutica) instauradora

O segundo conceito que articula o conceito de geração de ambiências é o do encontro da educação (formal ou não) com a geografia e campos afins do conhecimento como uma interpretação instauradora, sendo que a palavra “interpretação” nos remete à noção hermenêutica, conforme procurei expressar no texto dialogado que criei junto com Dirce Suertegaray e Álvaro Heidrich, denominado *O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora*. Os próximos parágrafos, assinalados de 1 a 6, são uma transcrição de parte desse artigo anterior.

1) Cada hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto, são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto. O sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo os textos propriamente ditos. Exemplos desses outros textos: os sonhos, as linguagens corporais, o vestuário, os costumes sociais, a arquitetura, as paisagens – cada um desses exemplos pode ser transformado em texto interpretado (objeto de leitura) para os sistemas interpretativos que os constituam como objetos de interpretação. Portanto, o próprio entendimento do que seja texto ou objeto possível de leitura se amplia em função do tipo de hermenêutica com que se trabalha.

2) Porém, independente disso, se é texto escrito, ou texto no sentido mais amplo, hermenêutica sempre supõe a interpretação de um significado que estaria por trás de um manifesto primeiro. Manifesto primeiro é esse texto tal como ele se apresenta para um primeiro olhar. A hermenêutica sempre supõe uma leitura transversal, através da qual ela encontra outras camadas, para além da primeira camada. Um exemplo clássico disso são as interpretações psicanalíticas dos contos de fadas. Os textos primeiros são aquelas histórias que os contos narram, as aventuras, os enredos, os dramas. A interpretação hermenêutica seria aquela que encontraria símbolos do inconsciente, de

dinâmicas do psiquismo por trás destas imagens, como fadas, bruxas, anões, gigantes, e dos enredos que as envolvem.

3) Temos em comum, então, a existência de um texto primeiro, ou de um texto manifesto, e a interpretação que encontra significados outros, por trás ou imanentes nesse primeiro texto. Hermenêutica seria esse processo de abertura do que está fechado. E dependendo do sistema da inter-relação dos conceitos que se faz, varia também aquilo que nós conseguimos perceber como o texto ou o objeto a ser interpretado. Essas são idéias correntes acerca do que seja hermenêutica.

4) Agora, eu gostaria de enfatizar uma postura especial, que é aquela que fala em hermenêuticas instauradoras, com essa postura propondo, inclusive, que as hermenêuticas se agrupariam em dois grandes blocos: as chamadas hermenêuticas arqueológicas e as hermenêuticas instauradoras. Quem propõe esse tipo de classificação não é apenas um autor, mas um que ficou, sem dúvida, fortemente assinalado como propositos deste tipo de classificação foi Gilbert Durand. Em seu hoje já clássico livro *A imaginação simbólica*, ou no conjunto de sua obra, Durand propõe essa classificação. Hermenêuticas arqueológicas são aquelas que enfatizam o que é anterior, o que é passado em relação a um determinado símbolo, a um texto, ou a um conjunto de símbolos que vão ser interpretados. Um exemplo bastante típico de hermenêutica arqueológica seria a psicanálise, pois ela vê num sonho, num escrito, na linguagem, na narração de um paciente, símbolos que são resultados – sintomas – de uma história anterior. A hermenêutica, nesse caso, é arqueológica porque descobre o que estava soterrado, estava no passado e havia gerado aquele símbolo. As hermenêuticas instauradoras seriam aquelas que têm uma ênfase, ou direção, inversa: elas pegam esse determinado texto, isto é, um conjunto de símbolos, e vêem isso não como um ponto final, ponto de chegada, mas como um ponto de partida.

5) Ou seja, a hermenêutica propõe-se ela própria como um agenciamento de futuro, ao invés de uma fixação no passado. Durand propõe como exemplo máximo de hermenêutica instauradora a hermenêutica de Bachelard, com suas poéticas do devaneio, do espaço, dos símbolos cósmicos. Durand fala nessas duas ênfases diferentes que apontam para caminhos opostos. Numa interessa esse desvendamento analítico de um passado que gerou uma determinada produção, na outra interessa o que essa produção agencia em termos de prosseguimento, em termos de futuro, como uma espécie de programa inconsciente, esboçado naqueles símbolos. Sendo que pode ser o mesmo conjunto de símbolos, ou o mesmo texto que podem ser vistos com ênfases diferentes: pela arqueológica ou pela instauradora. Como exemplo, refiro-me novamente a Durand, quando ele contrasta Bachelard e Freud. Durand refere-se à linguagem literária. Enquanto que para Freud a literatura pode ser analisada em termos de um sintoma resultante da vida do escritor e, nesse sentido, Freud vai encontrar os problemas do psiquismo, das neuroses, agindo sobre a feitura da obra literária, produzindo essa obra literária, para Bachelard, ao contrário, interessa na obra literária não o seu passado, não a história do homem que a escreveu, mas a assimilação dessa obra como um ponto de partida para a instauração de um outro mundo, de um outro tipo de vida e sua hermenêutica, então, não é tanto uma hermenêutica que procura analisar essa literatura como se fosse uma espécie de fato último, mas sim como um ponto de partida a partir do qual ele próprio, o intérprete, pode continuar a criar outra vida, outro mundo.

6) Essas duas ênfases, embora opostas, não são necessariamente excludentes. Aliás, na verdade elas devem ser entendidas como complementares e eu citaria, principalmente, as interpretações de Paul Ricoeur e Gadamer, como dois autores que definitivamente não aceitam mais essas dicotomias. Eles entendem que qualquer texto e qualquer conjunto de símbolos é sempre simultaneamente o ponto de chegada de uma história anterior e o ponto de partida de uma história a ser reinventada. E essas duas direções acontecem na medida em que uma reforça a outra, a invenção de uma nova história, de um novo caminho, ajuda na reinterpretção da história anterior, e a contínua

reinterpretação da história impulsiona a reinvenção da nova/mesma história. Essas duas ênfases, então, continuamente se interpenetram e se reconstróem dialeticamente.

Assim, no encontro geografia/educação o objeto a ser interpretado é o espaço geográfico, enquanto que a atitude instauradora, ao convergir com o primeiro conceito (a relação meio *em torno* com o meio *entre*) elegerá os fatos cotidianos do mundo mais proximamente vivido como fatos a serem amplamente compreendidos, relacionados entre si e com os fatos de outras escalas de análise, e sobre esses fatos, que se tornam o objeto de interpretação, procurará agir, em alguma medida modificando-os. O processo educacional, nesse modo, não apenas apreende os objetos, apreende simultaneamente a capacidade de ação dos sujeitos desse processo.

No artigo *O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora*, procurei expressar esse processo com relatos de práticas e com uma seqüência de cinco figuras que representam o percurso de uma situação de escassa leitura do mundo até uma leitura cada vez mais elaborada do mundo e tendo por ponte entre esses dois extremos o exercício de leitura do mundo mais proximamente vivido.

Procurei destacar que um ponto freqüentemente inicial nesse percurso é a condição de o indivíduo estar existencialmente mergulhado nos fatos cotidianos e locais/globais do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, não conseguir relacionar interpretativamente esses fatos entre si. Por exemplo, as conexões entre estrutura fundiária agrária, tipos divergentes de prioridades de alocação dos recursos econômicos na agricultura, por parte das políticas estatais (isto é, tipos divergentes de interesses e compromissos políticos/econômicos), quantidade, qualidade e preços dos alimentos, frentes de trabalho, miserabilidade urbana, violência e insegurança. Inversamente, uma interpretação desse texto, ou seja, uma interpretação das conexões entre esses aspectos diversos poderá utilizar deste ou daquele modo (conforme o intérprete) o acervo de conceitos desenvolvidos pelos diversos campos do conhecimento e por diferentes e, muitas vezes, divergentes perspectivas epistemológicas/axiológicas (Não estou dizendo que os rótulos disciplinares ou interdisciplinares dos campos do conhecimento coincidam com os títulos – positivismos, estruturalismos, marxismos, fenomenologias, etc. – das diferentes perspectivas epistemológicas/axiológicas. Há todo o tipo de sobreposição).

Os conceitos, então, atravessam os fatos interpretativamente, interligando-os sob uma determinada ótica, criando uma malha de leitura complexa. Frente à complexidade dessa malha, uma abordagem possível para uma educação que busca um esforço compreensivo ativo é valorizar a perspectiva que elenca o lugar e o mundo mais proximamente vivido como referenciais cognitivos/emocionais essenciais para o processo educacional. A malha de leitura complexa torna-se, desse modo, estruturada segundo um desenho no qual se estabelece um centro – o centro relativo de um sujeito individual/coletivo que lê o meio *em torno* (com as suas diversas escalas interpretativas), valorizando os referenciais locais dos meios *entre* exercidos com seus pares cotidianos. Por exemplo, escolas de periferias urbanas que elencam as suas próprias adversidades sócio-econômicas como suporte ou veículo para o seu processo educacional, instaurando esforços de compreensão ativa das condições de sua existência, o que inclui busca de compreensões tais como as gêneses históricas e macrosociais dessas mesmas condições de existência, assim como as compreensões das atitudes pessoais e interpessoais perante os seus cotidianos, ou as relações de sentidos polissêmicos e contraditórios com o narcotráfico, a violência e a prostituição, ou as relações com o Estado ou com o vácuo deixando pelo desmantelamento do Estado (vácuo rapidamente ocupado por outros poderes), assim como esforços de atuação e busca de melhorias em relação às condições cotidianas de sua existência, sejam condições relacionadas a aspectos físicos, sejam relacionadas a aspectos simbólicos. (Aliás, qual simbólico não é acompanhado de uma dimensão física? E qual físico não é acompanhado de uma dimensão simbólica?)

Esse percurso pode ser caracterizado como uma perspectiva acontecimental, no sentido de que o processo educacional e de ações desencadeadas é simplesmente orientado pelo reconhecimento do óbvio: reconhecimento das necessidades materiais e simbólicas postas por aquele lugar e pelos nexos dos acontecimentos em curso. Quem define esse óbvio a ser reconhecido são os sujeitos envolvidos nos diálogos apropriadores (em alguma medida) das possibilidades do meio *em torno*. Essa leitura ativa do mundo, na própria medida em que modifica um pouco esse mesmo mundo, e na medida em que aprofunda o seu modo de ler, e lê de um outro modo porque está puxada para adiante pelo desejo de ler e agir, pode ser chamada de uma interpretação instauradora.

As cinco figuras em seqüência, expostas no artigo *O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora*, podem ser sintetizadas pela figura apresentada neste novo artigo.

Figura 1
Interpretações do *acontecido* e interpretações instauradoras do por *acontecer* são puxadas para adiante pelas necessidades associadas aos acontecimentos vividos no lugar



Bastante ilustrativo desse processo é o que vem ocorrendo no bairro chamado Restinga, em Porto Alegre. A Restinga é um aglomerado de quase 60 mil pessoas, vivendo em precárias condições socioeconômicas, na periferia urbana de Porto Alegre. Algo está chamando a atenção nos últimos anos, inclusive ensejando reportagens na mídia porto-alegrense: os números relativos à violência, na Restinga, vêm caindo sensivelmente. Isso não significa que lá não exista violência e forte influência do narcotráfico, nem que deixaram de existir crimes como assassinatos, estupros ou assaltos, nem que eventualmente não ocorra algum crime por demais impactante, devido ao grau de bestialidade nele envolvido. No entanto, chama à atenção que os números gerais, envolvendo todos os tipos de violência, estejam caindo de modo significativo, quando pela cidade, pelo

Rio Grande do Sul, pelo Brasil, pela América Latina, esses números, inversamente, venham crescendo de um modo cada vez mais alarmante. Se na Restinga o desemprego, a falta de policiamento, a precariedade das condições socioeconômicas são similares a tantos outros lugares onde a violência cresce, por que, lá, esses números diminuem? A explicação deve ser múltipla, mas me parece que não há como desconsiderar que, no eixo central explicativo, há de estar o trabalho sistematicamente desenvolvido por muitos professores de escolas municipais, engajados numa linha pedagógica municipal que na Restinga encontrou, talvez, o seu espaço de melhor aceitação e sucesso. Esses professores vêm gradativa e cumulativamente, por toda a década de 1990 e anos iniciais deste século XXI, alicerçando a sua pedagogia numa valorização existencial das questões étnicas, culturais e cotidianas daquele mundo mais proximamente vivido por seus habitantes. E valorizam essas questões não apenas no sentido da compreensão analítica do *já acontecido*, mas no sentido do agenciamento dialógico do *vamos fazer acontecer*. Parece-me que isso deva ser fundamental para a explicação de uma geral e persistente diminuição de números relativos à violência, principalmente considerando que a violência nas periferias dos grandes centros urbanos é exercida sobretudo por adolescentes – ao que parece, os adolescentes, na Restinga, estão encontrando o sementeiro de uma nova escola, mostrando que um outro agenciamento de motivações intersubjetivas é possível.

Referi-me, no início deste texto, que o conceito de geração de ambiências não se pretende como antecedente às práticas. Ao contrário, ele se fundamenta na observação de práticas. A Restinga oferece um bom exemplo dessa relação entre formulação conceitual e observação de práticas. Referi-me também que, em alguns casos, existe a minha participação, direta ou indireta, nessas práticas. Dois orientandos meus de mestrado têm suas práticas profissionais de docência e pesquisa lotadas em escolas na Restinga. São eles Gisele Laitano (a quem já referi demoradamente no artigo *O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora*) e Carlos Henrique de Oliveira Aigner (que organizou comigo, juntamente com Cláudia Pires e Heloísa Lindal, o livro *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*). Ambos são atuantes junto a seus respectivos grupos de colegas docentes, pedagogicamente articulados em seus trabalhos cotidianos, e ambos realizaram suas pesquisas de mestrado com o objetivo de retornarem os seus resultados para a comunidade da qual fazem parte. Gisele trabalhou/trabalha com os significados das geograficidades expressas pelo movimento Hip-Hop na Restinga, e os embates dessa construção simbólica com o cotidiano de violências e presença opressiva do narcotráfico. Carlos trabalhou/trabalha com a educação ambiental (isto é, lixões, esgotos a céu aberto, ratos, baratas, mosquitos e doenças, assim como depredações dos bens públicos e seu inverso, organização comunitária e auto-estima) como um imã interdisciplinar e com os efeitos que esse imã pode gerar em termos de mudanças nas relações com o mundo mais proximamente vivido. Se esses dois são uma boa amostra do que um coletivo de professores municipais vem construindo, pouco a pouco, nesse bairro, não me surpreende que, a despeito de todas as adversidades, lá a violência urbana venha mostrando os seus números significativamente em queda.

Gratifica-me muito que seguidas vezes escolas da Restinga proponham diálogos e parcerias comigo, tenho por elo nessas trocas o conceito de geração de ambiências.

A dialógica

O terceiro conceito é a relação dialógica – ou, mais precisamente, a ambigüidade de sentidos dessa expressão e a complementaridade desses sentidos. Atualmente o termo “dialógico” é utilizado quase sempre como sendo relativo ao diálogo. Esse sentido quase unânime com que é utilizado

o termo oblitera a consciência de um outro sentido possível para o termo, sendo que esse outro sentido é fundamental, por exemplo, para o pensamento de Edgar Morin e para a construção de sua lógica da complexidade.

Dialógico é relativo ao diálogo. Mas dialógico pode também se referir a uma divisão, divergência entre lógicas, conforme expressa o prefixo “di”, utilizado para compor palavras que nos transmitem essa idéia significada, aliás, exatamente por palavras tais como “divisão” ou “divergência”, entre outras, que mais proximamente ou mais remotamente nos transmitem a idéia de uma relação feita por oposição. Na própria palavra “diálogo” não será difícil perceber essa noção de embate entre *logos*.

Na perspectiva de uma lógica da complexidade, como a proposta por Morin, a dialógica enfatiza razões divergentes, porém, ao fazer isso, não apenas acentua oposições entre essas, mas igualmente acentua nas divergências as possibilidades de conciliações provisórias, costuras epistemológicas e operacionais para atuar em relação a questões efetivas de nossa existência – nossa existência que, multifacetada e de oposições interpenetradas e dinâmicas, não cabe nos limites de uma só razão, por mais que essa se pretenda totalizante.

Ocorre, contudo, que um suporte concreto, isto é, prático, para a dialógica das lógicas é a dialógica do diálogo. É o diálogo referenciado em práticas que se oferece como o veículo por excelência para a ultrapassagem de querelas discursivas sem fim, em favor de costuras epistemológicas e operacionais (sempre em transição) para atuações efetivas em relação às questões da vida.

Essa lógica da complexidade e que, na dialógica, enfatiza não apenas a divergência mas também a complementaridade na relação de necessidade que um oposto tem pelo outro, não é uma lógica do ecletismo fácil, jamais comprometido, oportunista ou do pastiche informe. Não é a lógica das conciliações pusilânimes, que tentam evitar o esforço agonístico do debate – ao contrário, está sujeita a polemizar em todas as frentes, na mesma medida em que afirma movimentos conjuntivos onde diferentes perspectivas epistemológicas/axiológicas afirmam apenas a disjunção produzida e reproduzida por antagonismos tornados estanques.

Essas formulações parecem-me especialmente pertinentes para quem trabalha com as questões do espaço geográfico (geógrafos ou não), esse híbrido sistema composto pela interpenetração de sistemas de objetos e funções, conforme essa idéia foi continuamente sintetizada e desdobrada por Milton Santos, ao longo de sua obra. Pertinentes, por exemplo, quando Morin propõe que o erro do pensamento formalizante quantitativo não é, de modo algum, o fato de ser formalizante e quantificante, nem o colocar entre parênteses o que não é quantificável ou formalizável, mas, sim, o erro descomunal de “terminar acreditando que aquilo que não é quantificável e formalizável não existe ou só é a escória do real” – acrescentando ainda que essa é uma crença “delirante porque nada é mais louco do que a coerência abstrata” (*Ciência com Consciência*).

Especialmente instigante nesse tipo de formulação é que também podemos lê-la ou dizê-la ao contrário: ultrapassar a disjunção estanque de quem, ao tentar trazer à luz o que não é quantificável e formalizável, termina por acreditar que não existe o que é quantificável e formalizável ou, no máximo, é apenas a escória à margem da fenomenologia pura (?) das mentes. Ou, ainda, ultrapassar a situação em que um e outro desses pólos termina por concluir que o outro existe, mas que, de tão alienígenas que são um em relação ao outro, cada um deve permanecer, em relação ao outro, incomunicavelmente *lá* – o outro definitivamente afastado por rígidos limites do recorte objetual e sistema de leitura que eu estabeleço para constituir o meu inviolável nicho, e para o qual, para legitimar esse nicho, eu obsessivamente continuo a reafirmar o objeto de análise como sendo apenas *ou* isso *ou* aquilo, ou apenas idéia (supostamente não atravessada pela materialidade do mundo), ou apenas matéria (supostamente não recortada objetivamente pelas idéias).

Para Morin, a lógica da complexidade não é necessariamente uma lógica da complicação, muito menos é o inverso da fechada completude – ela se expõe ao aparecimento de suas muitas lacunas, puxada em direções opostas e indissociáveis por suas forças de tensões divergentes, necessárias. Não é necessariamente uma lógica da complicação porque a complicação reside freqüentemente é nos esforços de legitimação discursiva dos reducionismos e das mutilações. Pode, mesmo, a lógica da complexidade chegar a ser algumas vezes, ou muitas vezes, uma lógica da facilitação, na medida em que transgride as autolimitações dos reducionismos e não se autopróibe à apropriação e reelaboração operacional de conceitos e instrumentos de origens diversas, considerando a uma/múltipla condição bio-sócio-antropológica do humano.

A complexidade não tem metodologia, mas pode ser instaurante de seus métodos, articulados sobre os fios condutores das problematizações concretas relativas à vida. Quem pode definir o que sejam as problematizações concretas relativas à vida? A invenção dos métodos, enfatiza Morin, é inseparável da estratégia, porque só a estratégia pode avançar no incerto e no aleatório de nossas existências constituídas por ecologias físicas e simbólicas ao mesmo tempo distintas e indissociáveis, distintas e, ininterruptamente, recursivas umas sobre as outras. Inseparável o método da estratégia (quem pode definir o que sejam as problematizações concretas da vida?) porque a dialógica das lógicas divergentes e necessárias pode ter o seu suporte concreto, isto é, prático, na dialógica do diálogo: quem faz o quê? por quê? para quem? como? a partir de quais condições iniciais? puxados para adiante por quais finalidades conscientes, subconscientes, inconscientes e em esforço de consciência? através de quais recursividades?

Dialógica das lógicas e dialógica do diálogo têm excepcionais oportunidades de encontro quando esforços para melhorar as condições físicas e as relações simbólicas do espaço geográfico contextualizante da existência humana necessitam, para se efetivarem, consorciar-se com esforços que buscam a conquista da participação social e da educação para esta – e vice-versa.

Por exemplo, situações que envolvam um conjunto de aspectos tais como a compreensão da morfodinâmica e o manejo de solos, relevo, recursos hídricos e a recursividade entre humano, flora e fauna, consorciando também recursivamente esse conjunto a outro conjunto de aspectos, tais como a compreensão e invenção e reinvenção dos modos de organização cooperativa que equilibrem transitoriamente as necessidades da privacidade e da relação comunitária, as formas associativas e de propriedade em relação aos meios de produção e gestão do trabalho agrário, a escola e a educação formal e não formal, expansão tanto de práticas participativas quanto da possibilidade de individuação, consorciando recursivamente ainda esses dois conjuntos a outro conjunto de aspectos, tais como compreensões e ações relacionadas à escala macro e outras escalas das dinâmicas, conflituosidades e oportunidades do mercado, dos interesses divergentes de classes e grupos sociais e das lutas articuladas em torno da construção de hegemonias e contra-hegemonias na relação com o Estado, assim como na produção e reprodução coletiva dos agenciamentos culturais.

O indicativo da exemplificação poderia ser dado também na direção do urbano, ou do urbano/agrário. Aliás, voltando a Morin, ele destaca entre os pilares divergentes/necessários da dialógica das lógicas não apenas pilares tradicionais como os do empirismo, da racionalidade e da verificação – destaca igualmente o pilar da imaginação.

Considerações finais

A recursividade dialógica tem o poder de nos indicar a relatividade das delimitações conceituais. Onde termina a extensão operacional de um conceito e começa a extensão operacional de um outro? Se pensarmos com um mínimo de atenção, os três nexos ideativos recém expostos

não estão, na verdade, implícitos cada um nos outros dois? No estabelecimento de significados e ações nos elos possíveis da relação meio *em torno*/meio *entre* não se encontram necessariamente presentes esforços interpretativos, tanto na direção compreensiva do *acontecido* quanto na direção instauradora do *por acontecer*? E no estabelecimento dessas duas (múltiplas) e associadas direções interpretativas não se encontram necessariamente presentes os embates entre razões divergentes/complementares, que encontram nos diálogos (puxados para adiante pela necessidade das práticas) o seu imprescindível suporte e filtro de legitimação?

Três nexos ideativos que talvez sejam apenas dois, ou apenas um. Ou umnexo que talvez seja dois, três ou tantos mais. Em cada um desses três nexos ideativos expostos não estão presentes os indicativos ou esboços de outros mais?

Os conceitos que articulam o conceito de geração de ambiências pertencem, de fato, ao domínio da práxis, porque são construções de parcerias dialógicas.

Contudo, por mais que um conceito possa se complexificar, em contínuas reposições entre sínteses e novos desdobramentos, ele não tem qualquer riqueza para a efetividade da vida se não puder traduzir-se em palavras simples, encontrando, nessas palavras, o seu poder de sugestão. Por isso, finalizo essa exposição reproduzindo as palavras diretas e luminosas do professor emérito Mário Osório Marques, recentemente falecido, um dos fundadores da Universidade Regional do Noroeste do Estado (Rio Grande do Sul), mais comumente conhecida como UNIJUÍ. São suas essas palavras: "... os lugares que nos fazem são igualmente lugares feitos por nós".

Bibliografia

- AIGNER, Carlos Henrique de Oliveira. Educação popular em Porto Alegre, geografia e cidadania, In: REGO, N. et al. (orgs.). *Um pouco de do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CALLAI, Helena Copetti. A geografia e a escola: muda a geografia? muda o ensino? *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001. (Tema Paradigmas da Geografia)
- _____. Do ensinar geografia ao produzir o pensamento geográfico. In: REGO, N. et al. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CASTELAR, Sônia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de geografia. *Terra Livre*, São Paulo, n. 14, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor; CALLAI, Helena Copetti. *Ensino de geografia: práticas e textualizações do cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- CORAGGIO, Luis. *Desenvolvimento humano e educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- COSTELLA, Roselane Zordan. Como a ambiência reflete na construção de maquetes. In: REGO, N. et al. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Trinta e Quatro, 2000.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: USP/Cultrix, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: ArtMed, 1991.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.
- _____. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1997.
- GUATTARAI, Félix e DELEUZE, Giles. *Os mil platôs*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1995.
- HEIDRICH, Álvaro et al. A itinerância e o acampamento, condição e situação para o ensino de geografia no MST. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, Á. (orgs.) *Geografia e educação: geração de ambiências*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- LAITANO, Gisele Santos. O movimento Hip-Hop no bairro Restinga: da prática profissional à descrição fenomenológica. In: REGO, N. et al. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- MACHADO, Nilson José. *Cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- MARQUES, Mário Osório. *Escrever é preciso*. Ijuí: Unijuí, 2001.
- MOLL, Jaqueline. *Alfabetização possível: reinventando o ensino e o aprender*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- MORIN, Edgar. *A natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.
- _____. *O conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- _____. *Ciência com consciência*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- _____. *O método – as idéias: habitat, vida, costumes, organizações*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- PAGANELLI, Tomoko Iyda. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. *Terra Livre*, São Paulo, n. 11-12, p. 225-236, 1992.
- PEREIRA, Diamantino. A dimensão pedagógica na formação do geógrafo. *Terra Livre*, São Paulo, n. 14, 1999.
- PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; LINDAU, Heloísa Gaudie Ley; RODRIGUES, Milton Muller. Geografizando lugares: transitando por diferentes ambiências. In: REGO, N. et al. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. “Ethos” e mitos do pensamento único globaltotalitário. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 153-168, 2001.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. *Terra Livre*, São Paulo, n. 14, 1999.
- REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e sua relação com a geografia e a educação. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, Á. (orgs.). *Geografia e educação: geração de ambiências*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- REGO, Nelson; AIGNER, Carlos Henrique de Oliveira; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; LINDAU, Heloísa Gaudie Ley (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro (orgs.). *Geografia e educação: geração de ambiências*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. O ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p.169-194, 2001.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações, ensaios da hermenêutica*. Porto: Rés Editora, [19--].

- _____. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- SANTOS, Milton de Almeida. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton de Almeida. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SKLIAR, Carlos (org.). *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia contemporânea. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico: uno e múltiplo. In: _____. *Ambiente e lugar no urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

A liberdade no “fazer ciência” em Geografia

La libertad en lo “hacer ciência” en Geografia

Freedom in Geography “science-making”

Silvio Simione da Silva

Professor Assistente-Mestre do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.
Correio eletrônico: ssimione@bol.com.br ou ssimione@terra.com.br

Resumo

A liberdade, mais que um sentimento é um anseio social que permeia a vida da humanidade vivendo em sociedade. Como a sociedade se processa por relações de conflitos, ela é, também, produto de choque de interesses no seio da realidade de classes sociais que a almeja como ideal de uma felicidade material que, às vezes, é, quando muito, parcial. Todavia, a liberdade social ganha sentido nas possibilidades objetivas em que é gerada no âmbito da totalidade que encerra esta realidade. Na prática do conhecimento, a liberdade tem um papel fundamental em seu exercício no trabalho científico: este pode ser feito com vistas a promovê-la ou de impedir sua conquista. Nas ciências humanas/sociais, inclusive na Geografia, estas questões passam por um repensar no papel do estudioso ao definir suas concepções metodológicas, políticas e científicas no seu “fazer ciência”. São estas questões que trataremos neste artigo.

Palavras-chave

Liberdade – Espaço-sociedade – Metodologia – Pesquisa – Práxis social.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 213-228	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

La libertad, más que um sentimiento es um anhelo social que penetra la vida de la humanidad viviendo en sociedad. Como la sociedad se procesa por relaciones de conflictos, ella es, tambien, producto de choque de intereses, en el seno de la realidad de clases sociales que ellas alberga como ideal de una felicidad material que, as veces, es, como mucho, parcial. Mas aún, la libertad social gana sentido en las posibilidades objetivas en que es generado, en el ámbito de la totalidad que encierra esta realidad. En la práctica del conocimiento, la libertad tiene un papel fundamental en su ejercicio en el trabajo científico: éste puede ser realizado com el objetivo promoverla o de impedir su conquista. En las ciencias humanas/sociales, incluso en la geografía, estas reflexiones pasan por un repensar el papel del estudioso al definir sus concepciones metodológicas, políticas, científicas en su “hacer ciencias”. Son estas cuestiones que trataremos en este artículo.

Palabras Clave

Libertad –Espacio-sociedad – Metodología – Pesquisa – Práxis social.

Abstract

Freedom, more than a feeling, is a social yearning that permeates life of human beings living in a society. Because society is formed through relations of conflicts, it is also a product of shock of interests within the reality of social classes longing for it as an ideal of material happiness which is sometimes, if ever, partial. However, social freedom becomes meaningful in the objective possibilities that generate it, in the sense of the totality of this reality. In the practice of knowledge, freedom plays a fundamental role in the scientific work – this can be done with a view to fostering it or preventing its conquer. In human/social sciences, Geography included, these questions aim at rethinking the role of the scientist when defining his methodological, political and scientific conceptions in his “science-making”. These are the questions to be dealt with in this article.

Keywords

Freedom – Space-society – Methodology – Research – Social praxis.

Uma visão introdutória

“Eis o meu começo. Eu fugia, forças externas modelaram minha fuga e me criaram. Através de uma concepção caduca da cultura, transparecia a religião que me serviu de modelo: infantil, nada é mais próximo de uma criança. Ensinavam-me História Sagrada, Evangelho, Catecismo, sem me dar os meios de crer: o resultado foi uma desordem que se tornou minha ordem particular” (Sartre, 1967, p. 155-156).

Nosso objetivo neste artigo é proceder a reflexões críticas sobre a relação entre o sentido da liberdade, tanto no contexto de nossa prática científica, como em nosso agir enquanto cidadãos no seio da realidade social na qual vivemos. Assim, apresentamos nossas considerações partindo de uma reflexão filosófica do sentido da liberdade, vendo-a na dimensão conflituosa de sua edificação; depois teceremos considerações sobre a liberdade no âmbito espaço político; num terceiro ponto passaremos para uma análise do sentido de fazer ciência com liberdade e de dela um instrumento edificador de tal condição para a sociedade, aí defendemos uma concepção metodológica para as ciências humanas/sociais; e, por final, concluímos com considerações sobre liberdade e Geografia. Portanto, mais que uma reflexão conceitual, aqui estamos buscando levar contribuições que permita-nos rever nossa prática científica, nossa concepção de ciência e de método, nossa visão da sociedade e, sobretudo, que pensemos a edificação de uma práxis social para fazermos uma Geografia para a sociedade e não contra ela.

O caminho para a liberdade: conflitos e conquistas

O nascimento é um dado factual envolvido por contradições na existência humana. Se nascemos para ser livres, ao nascer já somos tão dependentes, que nossa sobrevivência depende desde o princípio das condições em que formos recebidos por outrem que nos guiará para os primeiros passos em busca de uma autonomia. O nascer significa a primeira luta pela liberdade e é neste ato que começamos a construí-la em nossa vida. Portanto, o homem não nasce livre, mas nasce para ser livre. O primeiro sentido da liberdade está, certamente, no gesto que se tem ao irromper do ventre materno e respirar o ar da atmosfera terrestre no âmbito social em que o indivíduo é recebido. Ao penetrar o ar em suas entranhas e se inserir no contexto social que o espera, o recém-chegado é colocado diante de uma nova realidade que o desafia a construir novas relações que lhe darão sentido ao seu viver. Esta passagem é dolorosa, mas é, contraditoriamente, o símbolo da primeira vitória do homem na busca da liberdade e, aí, estará a mais significativa demonstração de que ele não a buscará sozinho.

Assim, a liberdade vai se constituindo num problema humano/social como uma condição a ser conquistada. O homem é colocado ante a condição material de escolher seus caminhos na vida, tendo por um lado os ditames que traz introspecto no seu psíquico e por outro as forças exógenas que busca se impor sobre ele. Entre ser livre e conquistar esta condição, o homem supera fatalidades e reconstrói o sentido da vida, numa inter-relação de sua consciência, de seu “eu” com a realidade vivencial que dá sentido ao “nós”. Há conflitos gerados, mas este é o caminho para a liberdade, ou seja, de buscarmos algo que nunca é total, mas que é o objeto de nossa constante luta e causa de nossa felicidade.

Sendo a busca pela liberdade um desafio que se inicia no princípio existencial do ser humano, podemos, então, dizer que sua construção não é resultado de um determinismo qualquer, mas é produto de inter-relações reais, de sua condição objetiva e subjetiva que se materializa no cotidiano social. Portanto, sendo esta a construção da liberdade, pode-se dizer que ela não resulta de uma ação individual, mas sim coletiva. Aqui reside outra dimensão conflituosa da liberdade: o homem individualmente é livre, desde que sua liberdade não interfira na liberdade de outros (numa concepção liberal de sociedade). Para assegurar a liberdade a todos, surgem as condições normativas que possibilitam-nos entender que a busca da liberdade não é um objetivo pessoal, mas social.

As dimensões da liberdade são geradas na vida social, embora se processe também no ímpeto do indivíduo. Todavia, essa liberdade social está internalizada na condição humana, manifestada como um estado concreto da sociedade e não exclusivo do indivíduo. Ressalta-se com isto, que não pretendemos deixar uma visão unilateral sobre a liberdade, mas que esta se processa num imaginário social¹ que se materializa no cotidiano da sociedade, sujeita a múltiplas influências de seu modo produtivo socioeconômico, mas também de seus preceitos e valores socioculturais.

Quando a liberdade é possível

A liberdade não é um estado que caracteriza a natureza humana enquanto tal. Ela é o resultado de uma libertação, de uma conquista, e “não de qualquer coisa que é dada, mas uma obra que se deve realizar” (Huisman e Vergez, 1964, p. 322) ao produzirmos nossa realidade. Ao agirmos em nossa realidade, agimos como parte de nossa liberdade no âmbito da totalidade. Nossas decisões

1. Conforme Castoriadis (1982, p.13) o imaginário social não é imagem de..., é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens que, somente a partir das quais é possível falar-se de ‘alguma’ coisa. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.

estão interadas nos valores políticos, econômicos, culturais que indiscutivelmente fazem parte do mundo que nos cerca. O exercício da liberdade é o fazer do possível, mas não como uma casualidade, o “possível” é aquilo criado por nossa ação circunscrito pelas possibilidades reais que se abrem em nossa realidade (Chauí, 1995).

Assim,

“nosso mundo, nossa vida, nossa situação, forma um conjunto de condições e circunstâncias que não foram escolhidas por nós em cujo interior nos movemos. No entanto, este campo é temporal: teve um passado, tem um presente e terá um futuro, cujos vetores ou direções já podem ser percebidas ou mesmo adivinhadas como possibilidades objetivas. Diante disto poderíamos assumir duas atitudes: ou a ilusão que somos livres para mudá-lo em qualquer direção que desejarmos ou a resignação de que nada podemos fazer” (Chauí, 1995, p. 362).

O sentido da liberdade poderá, então ser apreendido na capacidade que temos de dar novas significâncias às coisas que pareciam fatalmente como situações ultrapassadas, recriando novas realidades frente à dinâmica de se reproduzir socialmente com novas ações. Aí, forças transformadoras respondem ao “necessário” que está na essência dos desafios da sociedade em busca de maior liberdade. Neste contexto, nem sempre aquilo que é almejado individualmente será o “possível” contido nas possibilidades reais que nos são colocadas. Todavia, o “possível” é o que se encontra na essência do necessário e que nossa liberdade toma para fazer-se como satisfação que é almejada. Nossas vontades e desejos são condicionados, mas não por obstáculos a liberdade, e sim pelos meios através dos quais podemos exercê-la (Chauí, 1995).

Podemos dizer que no exercício da liberdade a sociedade, enquanto *locus* do homem social, é regida por situações contraditórias em que escalas temporais e espaciais se manifestam de formas concretas, com relação às possibilidades propostas ou idealizadas na sua realização. As instâncias de normatização submetem pessoas e grupos sociais a partir das relações estabelecidas na dinâmica implementada pelo modo de produção vigente. Nisto, “o necessário” nem sempre emana dos apelos sociais, mas submete-se ao poder que o subordina. As possibilidades reais para o exercício da liberdade estarão concretamente relacionadas à organização dos grupos sociais, manifestando e exigindo o seu “necessário” no conjunto das forças antagônicas que constitui a realidade social. A liberdade social é produto destes conflitos, numa dimensão temporal e, portanto, também espacial, pois se enquanto conceito ou estado de espírito é abstrato, enquanto exercício social se expressa concretamente no tempo e no espaço da sociedade. Nestas dimensões a liberdade se manifesta, como ressaltou Chauí (1995), num diálogo do “possível” com o “realizável” como condição de fazer “ser” aquilo que é visto como “o vir a ser”.

Isto nos conduz a refletir sobre condições das possibilidades objetivas do exercício da liberdade em situações sociais, políticas e econômicas atuais. Antes, porém, queremos apresentar três pontos de vistas de autores que nos introduzirão na reflexão sobre a questão do “ter” e “fazer” a liberdade ante os regimes políticos e socioeconômicos:

Primeiro, a crítica de Huisman e Vergez (1964), sobre a liberdade nos regimes de liberalismo econômico:

“O regime denominado ‘liberalismo econômico’ só garante uma liberdade econômica abstrata. A oferta e a procura aí são livres, o Estado não intervém na fixação dos preços e dos salários, o que traduz concretamente pelo domínio dos que possuem os instrumentos sobre os que só possuem a força de trabalho” (Huisman e Vergez, 1964, p. 324-325).

Segundo, as críticas às desigualdades sociais no Peru na resposta do Monsenhor Luciano Metzinger, quando questionado pelos jornalistas Calvo e Declerq (1994), sobre o processo de reinserção deste país na Comunidade Econômica Financeira Internacional, nos anos 90 do século XX:

“Eu creio que o FMI está jogando conosco [...]. Se pedirmos mais sacrifícios ao povo, a ajuda vai chegar para o cemitério. Os poucos que têm um trabalho recebem saldos que me pergunto: como podem viver ganhando 30 dólares mensais, se isto não alcança nem a quarta parte do valor da cesta básica? E isto vem de muitos anos atrás. Dizem que todos nascemos iguais, porém desgraçadamente há uns que são mais iguais que outros” (Calvo e Declerq, 1994, p. 16).

Esta é uma realidade de muitos países empobrecidos que se dizem “livres”. Que liberdade é possível aí? Será que é aquela de contestação da ordem exercida na luta dos guerrilheiros peruanos, hoje já semi-sufocados pelo poder do Estado? Ou será a da acomodação?

Ademais, Chauí, pode nos ajudar a dar resposta, com um terceiro ponto:

“Se nascemos numa sociedade que nos ensina certos valores morais (justiça, igualdade ...), no entanto impede a concretização deles por que está organizada e estruturada de modo a impedi-los, o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca das brechas pelos quais possa passar o possível, isto é, uma outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal. O terceiro momento é o da nossa decisão de agir e da escolha dos meios para a ação. O último momento da liberdade é a realização da ação para transformar um possível num real, uma possibilidade numa realidade” (Chauí, 1995, p. 365).

Da utopia a dimensão política

Não há liberdade plena. Ninguém é livre o suficiente para dizer que a liberdade é total, embora esta seja uma busca constante do indivíduo e da sociedade. Assim, a liberdade terá sempre um valor relativo que varia no tempo e no espaço. Não se trata de falar de graus ou níveis de liberdades, pois esta não é uma categoria passível a medidas, quantificação ou graduação, seu usufruto submete-se a condicionantes socioeconômicos, político e socioculturais. Portanto, qualquer tentativa de apreensão de sua significância deve ser vista numa dimensão da realidade socioestrutural em que se busca torná-la cognoscível.

Partindo desta reflexão, neste item queremos apresentar alguns pontos que venham elucidar a liberdade como um valor social que a sociedade almeja, mas que defronta condicionantes de dimensões políticas que atuam sobre a vida de cada pessoa, de cada grupo ou de cada classe social. Prado Jr. (1980), em seu trabalho *O que é a liberdade: capitalismo x socialismo* aponta algumas questões que serão básicas para nossa reflexão; todavia, não nos propomos aqui apresentar todas (até porque dentro do contexto histórico que o autor escreveu, fez isto com extrema competência), mas apenas algumas que permitam-nos ver as relações básicas que atuam e, sob certos valores, contribuem ou limitam-nos na construção de uma condição de ser/estar livre, ser/estar liberto.

O ponto fundamental para isto parte das relações que amarram a questão “Estado e indivíduo”, na configuração do espaço social como *lócus* para o exercício de busca da liberdade. Esta relação se dá, sobretudo, no Estado burguês em que a liberdade se acha expressa por determinações de um poder estatal a serviço de privilégios de poucos, sobrepostos a maioria. Isto se legitima, uma vez que numa perspectiva da chamada democracia burguesa, esse poder é outorgado por uma maioria, expresso em manifestações das massas populares, sejam por vias eleitorais ou de aclamativa.

Nas sociedades modernas, o Estado Liberal constitui a essência da democracia burguesa. Há uma caracterização da igualdade jurídica de todos as pessoas, em que o Estado se encontra na base dos direitos iguais de todos e todos podem livremente usufruir destes direitos. A liberdade de cada pessoa termina onde começa o direito à liberdade de outra, nisto reside o limite da liberdade. Cada pessoa é livre no estabelecimento e na aceitação de acordo com outros. Teoricamente, o Estado só interfere para assegurar este direito (Prado Jr., 1980).

Nesta sociedade, cada um tem o direito de ter iniciativas próprias. Aí, então, surge a livre determinação e o consentimento de cada pessoa em busca de usufruir o máximo de sua liberdade (*idem*); nisto, resulta, a livre concorrência e o choque das vontades individuais. A competitividade surge, como um mecanismo legítimo de ação social numa sociedade burguesa. Do ponto de vista ideal, todos são livres para terem iniciativas próprias e, portanto, a harmonia reside em deixar que as pessoas no livre exercício de suas ações usufruam condições de igualdade para atuar ativamente na realidade vivida (*idem*). Se a competitividade brota como mecanismo para cada pessoa usufruir o máximo de sua liberdade, estas ações ficam submetidas a um arcabouço de relação que na sociedade resultará nas desigualdades, ou seja, a liberdade ilimitada de uns significa limitações na de outros. Isto é legitimado, por exemplo, nas constituições federais quando se define o princípio da Livre Iniciativa e da Propriedade Privada, como condição juridicamente inalienável no espaço da sociedade. Nesta conjuntura, os mecanismos de busca da liberdade se inserem nas estruturas que regulam a sociedade de mercado e que conforma em sua substância social a legitimação do Estado burguês. Nesta instância, a condição de ser livre ou não submete às determinações oficiais que sustenta o poder político em sua “gerência” sobre a coletividade. Há uma limitação da livre ação de uns e liberação de ação de outros, em que se pode dizer que há uma ressonância dos anseios de grupos “dominantes” aos grupos sociais “dominados”. Aí, essa coerção exercida por grupos políticos hegemônicos sobre os demais, é legitimada por um instrumental ideológico (como a idéia de igualdade) que prepara as pessoas para não verem sua condição conjuntural na sociedade (como as diferenças sociais e econômicas).

Na essência da questão, pode-se dizer que o mercado sendo regulado pela competitividade conduz os indivíduos a serem juridicamente iguais e, só assim poderão negociar entre si, pois somente em condições de igualdade é que haverá negociações entre sujeitos livres. Isto significa que, perante as leis que regulam o mercado, o empregador é igual ao empregado, uma vez que o que se negociam são mercadorias numa relação da compra da força-de-trabalho mediante o pagamento do salário. Assim, no usufruto da liberdade de mercado, a liberdade política fica condicionada ideologicamente, porém vista com naturalidade:

“Uma sociedade livre requer certos valores que, em última instância, se reduzem à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao ‘cálculo de vidas’: a propriedade e o contrato” (Hayek, in: Pedex, 2000).

Nisto reside os limites da liberdade numa sociedade liberal:

“O indivíduo é livre de escolher e determinar sua ação. Mas quando procura realizar e tornar efetiva sua escolha verifica que as contingências da vida social determinada pela livre escolha de outros indivíduos mais bem situados que ele, lhe vão afunilando a ilimitada liberdade inicial, e tolhendo sua ação até reduzi-la a uma esfera mínima a que ele se verá inapelavelmente restringido e condenado” (Prado Jr., 1980, p. 59).

Nessa sociedade a liberdade das pessoas está respectivamente relacionada ao poder aquisitivo. Vive-se mais livremente quando se tem maior poderio econômico.

Então, qual a perspectiva de pensarmos a liberdade política numa sociedade de consumo, para além da dimensão relativa que tem? Parece-nos que a possibilidade passa por uma reflexão do sentido que terão nossas ações diante das forças que contraditoriamente nos submetem e possibilitam reações contrárias, o que talvez fosse conveniente chamarmos de **conscientização**. Nisto, a liberdade se confirma como um valor sempre relativo, não existindo plenamente, mas que orienta a existência de cada indivíduo na busca de sua felicidade através de lutas e conquistas num processo infinitamente contínuo.

As alternativas das sociedades que passaram por experiências de uma produção socialista não elevaram a edificação de novas perspectivas a um poder político que apontaria para outras possibilidades objetivas de liberdades. Houve avanço na capacidade de elevar em níveis consideráveis certos padrões materiais da população, de possibilitar acessos a grupos maiores de pessoas ao usufruto bens e serviços que antes dificilmente acessado (como p.e., a educação e a saúde), porém isto não foi acompanhado de avanços no poder das pessoas de livremente se manifestarem, aliás, a liberdade política, muitas vezes foi tolhida na construção de um “projeto político” que submetia a maioria em nome de uma “revolução” que deveria visar, em última instância, a construção da democracia socialista no caminho para uma sociedade justa e igualitária – a utopia comunista. Neste sentido, podemos apontar que, como alternativa o socialismo o experimentado no leste europeu e em outros países do mundo, configurou-se mais como um capitalismo de Estado de que uma alternativa à sociedade de consumo.

O socialismo, entretanto, deve ser visto não como uma alternativa que busca a homogeneização da sociedade, mas como possibilidade da construção de outra realidade social (que está contida como elemento da negação da que está aí), que reconhece as desigualdades e diferenças da natureza humana, mas que atua para transformar aquelas que são criação do regime social que submete a coletividade. Somente neste sentido podemos vê-lo como possibilidade objetiva de maior liberdade à sociedade. Todavia, qualquer alternativa que tiver por base a estrutura herdada do estado burguês impede a revolução e, portanto, um redimensionamento da liberdade política do cidadão; aí residiu o limite da liberdade no socialismo experimentado.

Por final, entendemos que, do ponto de vista da interferência política, é preciso que pensemos a liberdade como uma construção, produto de convivência das diferenças que se projetam na dinâmica da organização de grupos sociais. Aí sua construção será parte de uma ação coletivas de organização das pessoas que partem de suas necessidades em busca de superar as limitações impostas a suas ações na construção do possível. Serão nestas organizações que os grupos sociais mais empobrecidos poderão projetar suas forças políticas contra qualquer poder que tenta submetê-los e almejar outra sociedade em que o caminho para a liberdade será menos oneroso que os já trilhados. Talvez, aí, a construção da liberdade passe por uma outra concepção de exercício de poder, no qual não caiba uma concepção arraigada sob o poder estatal emanado de alguns grupos políticos conduzindo o processo, mas sim numa construção coletiva para além de qualquer proposição de poder que preconiza a submissão de uma classe sobre outra. As organizações coletivas de classes trabalhadoras, as federações e confederações – poderão apontar uma nova “utopia social” na construção de uma nova sociedade, de um novo socialismo.

A produção do conhecimento e o exercício da liberdade

Conhecer significa apreender espiritualmente um objeto, numa condição em que este processo representa uma pluralidade de atos (Hessen, 1987). Portanto, o conhecimento se processa por múltiplas operações que o sujeito faz ao se deparar com o seu universo vivencial e aí, terá a sua

frente questões materiais e imateriais que fazem parte de sua realidade cotidiana e o desafia a conhecer. Então, o conhecimento é uma questão ontológica do ser humano, uma vez que independe se neste universo, nós nos colocamos como intelectual ou como simples trabalhador braçal.

Os desafios da vida é a condição básica para uma constante inquirição do indivíduo frente à natureza que o cerca. Aí residem as buscas do “conhecer”. É nesta dimensão que aparece a questão da liberdade. Podemos dizer, então, que liberdade de pensar é uma qualidade inerente à condição humana. É claro que não se pode negar que há valores socioculturais e até político, que interferem na forma e nas condições do sujeito pensante, entretanto a ação de pensar, de buscar o conhecimento é do próprio indivíduo em primeira instância; só mais amplamente que isto ganha sentido de outras dimensões processuais e coletivas.

No âmbito geral do conhecimento há tipos específicos, como conhecimentos populares, religiosos, filosóficos, técnicos etc. Todavia, aqui o que nos interessa é o conhecimento científico. A ciência começa a se formar numa etapa de desenvolvimento da sociedade em que conhecimentos produzidos por gerações se acumulavam e, com isto, passava a se desenvolver de caráter mais sistemático e metódico. Aí, este conhecimento é resultado do acúmulo do que foi produzido por gerações; o detentor deste tipo de conhecimento, passa a ser detentor de poderes na sociedade, podendo exercer para ela ou sobre ela. Podemos afirmar, assim, que há uma questão fundamental para entender o sentido do conhecimento científico, partindo destas prerrogativas: Como se dá o exercício da atividade científica na sociedade se este é produzido por indivíduos que têm a necessidade de conhecer e agir conforme suas perspectivas de mundo? Como exercer este seu “poder”, sem impedir o ímpeto dos outros sujeitos sociais também de agir? Eis o desafio para pensarmos a nossa prática científica, perante a sociedade que nos proporciona condições para isto!

Diante desta problemática, neste trabalho nos propomos a refletir sobre o sentido da liberdade no processo de produção do conhecimento científico e como estas questões perpassam pela Geografia, enquanto uma ciência social, em que a liberdade como condição para uma ação, processa-se no âmbito do espaço geográfico, que é a categoria, por excelência, das reflexões nesta ciência.

O “fazer ciência” e o exercício da liberdade

Nesta parte do trabalho pretendemos apresentar alguns pontos que, em nossa concepção, “o fazer ciência” se vincula ao exercício da liberdade, não só enquanto uma questão filosófica, mas também como uma questão de prática social. Daí, o propósito de apresentar pontos que nos conduzam a refletir sobre a nossa práxis, em vista de fazer da Geografia um instrumento para a liberdade. Para isto, começaremos por uma reflexão sobre as concepções que dão sustentação à pesquisa nas ciências humanas e sociais, ramo ao qual a Geografia se filia. Todavia, foge de nossa pretensão esgotar o assunto e, aqui também propomos apenas apresentar alguns pontos que possibilitem reflexões objetivas sobre este paradoxo.

A liberdade, como categoria analítica, é condição essencial para uma ação de cidadania, permeada pela relação sujeito e objeto na pesquisa. Portanto, o pressuposto básico é que no “fazer ciência” de cada pesquisador, seu trabalho deve-se constituir numa práxis edificadora da liberdade para todos, ou melhor, para a sociedade.

Dois tipos conhecimentos

Podemos dizer que o ponto de partida para o início desta reflexão parte do sentido do conhecimento, isto é, de compreender como este é exercido por aqueles que o produz e por aqueles que dele se apropria. A resposta surge a partir da reflexão sobre o que é o conhecimento e como cada

um de nós se vincula a ele. Daí, forma-se a base para a vinculação do pesquisador com a própria produção humana/social do homem sobre a terra, da qual ele é parte; portanto, parte também de sua própria pesquisa.

Todavia, partimos do pressuposto de que produzir conhecimento e refletir sobre a realidade não é tarefa exclusiva do intelectual (Gramsci, 1987), mas é uma das atividades inerentes ao ser humano e é expressão de sua liberdade sobre a realidade existencial (ainda que relativa). O homem é, por natureza, um filósofo da experiência vivida, pois todos produzem conhecimento. Nisto concordamos com Castoriadis (1982, p. 178), quando afirma que o homem é “um animal inconscientemente filosófico, que fez a si mesmo as perguntas da filosofia nos fatos, muito antes que a filosofia existisse como reflexão explícita, e é um animal poético que forneceu no imaginário, respostas a essas perguntas”.

Todavia, o conhecimento surge sobre bases da prática humana/social e, em especial, sobre a influência material. Na busca pela sobrevivência desde os primórdios, os homens na sua ação ativa e interativa com o meio ambiente, atuaram num sentido dinâmico e transformador. Ao transformar o meio ambiente, autotransformam-se e submetem-no ao seu interesse e por meio do conhecimento adquirido em suas experiências que se reproduziram cumulativamente por gerações (claro que nisto não se pode negar as forças superestruturais que os submetem). Os sujeitos, indagam, buscam respostas, pensam. É neste contexto da reprodução humana/social que, além do conhecimento filosófico, fluem também os conhecimentos matemáticos, históricos, social, mecânico e até o geográfico, desenvolvendo-se na dinâmica do crescimento da capacidade cognitiva do homem. Esse processo espiral, em que o desenvolvimento da capacidade humana impulsiona a produção material e esta, por sua vez, estimula a formação de novas capacidades e habilidades, serão condicionantes sociais ao crescimento do homem relacionando-o à história do desenvolvimento humano (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984).

Entende-se que o conhecimento se dá num processo material de coexistência do sujeito com o objeto numa determinada realidade. A condição de cognoscibilidade surge de uma relação em que “o sujeito cognoscente envolvido com o mundo cognoscível” (Barros e Lehfeld, 1991, p. 9) e edificado pela experiência humana/social, é o elemento revelador.

O conhecimento poderá ser de caráter empírico-espontâneo ou científico (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984).

O caráter empírico-espontâneo do conhecimento surge da prática e se transforma historicamente junto às atividades de trabalhos humanos/sociais. Seu conteúdo emerge da própria necessidade prática de certos conhecimentos sobre o objeto que o homem recebe para agir em seu trabalho cotidiano. Assim, todos têm capacidade de entrar em contato e dominar aquilo que irá ter como base de seu trabalho. Trata-se de uma atividade cognoscitiva do dia-a-dia que não necessita de meios especiais de conhecimento (*idem*).

O desenvolvimento do conhecimento espontâneo sempre se deu em meio ao desenvolvimento das forças produtivas com aumento gradual do conhecimento das atividades práticas do homem e dos desafios para dominar a natureza. Foi nesse processo que, ao longo da história da humanidade, deu-se à separação entre o trabalho intelectual e o manual. O trabalho intelectual, enquanto ação do conhecimento científico, passa a atuar refletindo sobre as condições reais em que se processa a produção e no âmbito da formação social, ou seja, atua no controle da produção, distribuição e circulação de bens, na criação e fiscalização do aparato estatal e no desenvolvimento técnico e científico (*idem*). Este conhecimento firma-se com um caráter metódico, reflexivo e crítico perante a realidade.

Assim, conhecimento científico se distingue do empírico-espontâneo por seu caráter sistemático e orientado a um objetivo específico (que pode ser tanto o objeto com que temos relação

direta ou aquele que aparece no desenvolvimento de cada ramo científico). Este conhecimento não é transmitido de forma espontânea, por costumes ou tradições, mas parte de um sistema de conceitos e categorias explicativas da realidade que transmite e socializa os resultados obtidos através de estudos sistemáticos.

Não queremos negar que há outras formas de conhecimentos, mas nosso propósito aqui é analisar o conhecimento enquanto “categoria” no âmbito de sua abrangência socioeconômica e espacial que se processa objetivamente na realidade social e científica. Portanto, não pretendemos adentrar em outras concepções que concebem o conhecimento mais subjetivamente, como o conhecimento religioso, por exemplo, embora seja inegável sua existência.

Especificidades do conhecimento científico

O conhecimento científico surge a partir de seu gradual desligamento do filosófico. Foi a busca inquietante por explicações da realidade que o diversificou em ramos e áreas científicas específicas (ciências humanas, exatas, da saúde, da natureza, etc.). Todavia, sem negar este aspecto transdisciplinar do conhecimento científico, nossos apontamentos aqui estão mais voltados para os ramos científicos cujos objetivos direcionam-se às investigações dos processos humanos e sociais em sua materialização espacial e temporal.

Em busca de caracterizar esses ramos humanos e sociais do conhecimento científico, Demo (1985) ressalta seis momentos que o caracterizam: a) seu “objeto é histórico”, e isto significa que é caracterizado pela situação de “estar” (situação passageira) e não de “ser” (condição permanente); b) é um “fenômeno particular da consciência histórica”, ou seja, fazemos história sim, mas em condições específicas que, em geral, são mais fortes que nossas idéias; c) a “identidade entre o sujeito e o objeto estabelece uma relação em que, quando estudamos a realidade social, estudamos a nós mesmos”; d) as realidades sociais se manifestam mais em formas qualitativas do que quantitativas; e) o “caráter ideológico” está contido no objeto, isto quer dizer que a cientificidade é resguardada quando estes traços prevalecem sobre os ideológicos, sendo que todas as técnicas possíveis de mensuração da realidade não podem ter como objetivo primeiro a busca de superar suas pretensões ideológicas, mas salvaguardar as condições favoráveis de manipulação mais objetiva; f) a “sombra da ideologia”, a imbricação com a prática, para além da teoria, isto é, a práxis do estudioso.

A abordagem da realidade social se faz por caminhos que o cientista irá perseguir na busca de apreender o objeto. É nisto que se constitui a metodologia.

“A ciência propõe captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em torno de como chegar a isto. É importante percebermos que a idéia que fazemos da realidade de certa maneira precede a idéia de como tratá-la. Nisto fica claro sua posição instrumental por quanto está a serviço da captação da realidade” (Demo, 1985, p. 20).

Então, pode-se notar que na construção do conhecimento científico, até sua prática específica, a questão da liberdade permeia ao ideário no “fazer ciência”, seja no aperfeiçoamento de suas técnicas ou na inquirição intelectual sobre a realidade.

O pesquisador, a ciência e a liberdade

As ciências humanas e sociais trazem um grau de complicação maior ao ideário da liberdade, pois dado à relação entre o sujeito e o objeto na pesquisa, podem ocasionar graus de comprometi-

mentos de sua realização, enquanto anseio social e condição política do pesquisador. É nisto que tem crescido a defesa da dita “neutralidade científica”, que conduz a uma “neutralidade política” como se isto fosse algo possível. Entendemos que o “fazer ciência” não pode ter um caráter partidário, mas também não pode ter um caráter pusilânime em que se lava as mãos para a realidade.

O papel do cientista humano/social, em busca de uma práxis libertadora, ou seja, edificadora da liberdade, passa por uma postura coerente sem negar estas dimensões as quais está submetido como parte da realidade estudada. É nisto que Demo ressalta:

“Políticos somos todos nós, pelo simples fato de ocuparmos uma posição qualquer na sociedade, dominante ou dominada. Não precisa ser posição partidária. O cientista social tem tal imbricação no próprio objeto de estudo, com o qual em última instância se identifica” (Demo, 1985, p. 19).

Seguramente estas posturas se definem e se amarram no processo de uma opção metodológica. A “neutralidade” não existe como tal, pois ela já se manifesta como uma posição política – uma ideologização – em encarar a realidade no seu “ser” (condição estática), mas não admite o seu “vir a ser” (estar na dinâmica histórica). Vê a situação, admite a conservação e é contra qualquer possibilidade de transformação. É uma visão a-histórica, comprometida com os poderes constituídos, acobertando uma postura que teme ser revelada. Por isto, constitui-se em postura que atua contra o exercício livre da ciência como instrumento para a construção de maior liberdade socioespacial.

Rever a liberdade em certas posturas é uma questão ética do pesquisador de ciências humanas/sociais; entretanto, mais que isto, deve ser uma resposta ao compromisso com aquela parcela anônima da sociedade que também lhe paga para mantê-lo como estudioso da realidade. Isto responderia para que servem nossas pesquisas e em que contexto político elas se inscrevem; ou ainda como ressaltou Lacoste (1988), para marcar esta postura o geógrafo em suas pesquisas, deveria recusar-se a dar a conhecer os resultados, quando concretamente as informações por ele oferecidas fossem servir para espolar, expropriar ou arrasar a própria população pesquisada.

A questão metodológica no “fazer ciência”

A construção do procedimento metodológico em ciências humanas e sociais visa a operacionalização dos passos que se pretende desenvolver na análise e compreensão do objeto da pesquisa a ser investigado. Ao buscar esta apreensão numa visão crítica, as questões pautam-se na relação teoria-prática (e vice-versa), na dinâmica socioeconômica e política da problemática investigada. Nestes passos, a construção da pesquisa conduzirá o pesquisador ao engajamento na dinâmica dos processos investigados, o que numa resposta dialética o levará à tomada de posição, negando-se a “neutralidade” e posicionando-se também, enquanto estudioso, cidadão e sujeito político que é sem, contudo, perder o caráter de cientificidade do trabalho que desenvolve.

Aqui cabe, inicialmente, fazer uma distinção entre metodologia e método. A metodologia, como já vimos, refere-se aos procedimentos, a demonstração prática das “ferramentas” que usamos para operacionalizar a pesquisa.

O método refere-se ao caminho para se alcançar o objeto cognoscível. Reflete a maneira de reproduzir no pensar, o conteúdo apreendido do objeto, assim como da forma de retransmitir o conhecimento produzido. Nisto a operacionalização da pesquisa perpassa pela definição metodológica, dando conteúdo significativo aos procedimentos concretos e qualificando a coerência da proposta de pesquisa. A metodologia é o meio para chegar e abordar o objeto cognoscível, ao mesmo tempo em que o método é o caminho por onde este “meio” deve trilhar. O método segue

o caminho das dúvidas, em constante inquirição à realidade (Jiménez e Ramos, 1974), enquanto que a metodologia é formada pelos passos definidos para abordá-la.

Se há algum perigo ao emprego de um método, isto está nas concepções errôneas que às vezes são feitas na sua definição. Referimo-nos àquelas compreensões de que o método é um instrumento que deve se adequar às pesquisas conforme suas temáticas, ou seja, o “assunto a ser pesquisado” como o definidor do método. Assim, o método estaria sobre a pesquisa, sendo até equiparado a uma técnica. O pesquisador seria, então, apenas um especialista na aplicação de métodos, podendo ser dialético numa situação e positivista noutra. As condições em que o sujeito da pesquisa concebe a realidade, sua postura enquanto agente ativo é ignorada, sendo que tudo aquilo que o estudioso traz introspecto na sua concepção de mundo deve passar distante de sua produção intelectual. Nada é mais estático, antiquado e equivocado que esta forma de conceber o “fazer ciência”, que se fundamenta em posturas positivistas e neopositivistas, ainda difundidas hoje. Aí se busca constituir possibilidades de corroborar uma “neutralidade científica”, que já demonstramos ser uma conduta totalmente refutável para aqueles que concebem no seu “fazer ciência”, um instrumento de edificação de maior liberdade socioespacial.

Nossa visão aqui é que a opção pelo método envolve o domínio de técnicas no tocante ao tratamento do objeto, porém, estas devem estar em sintonia com o construto daquilo que é o objeto cognoscível. Todavia, estas técnicas devem ajudar a captar o cognoscível nas investigações do sujeito que pesquisa, não barrando o seu poder de raciocínio crítico e reflexivo. O método é apenas o “caminho”, ou ainda um meio e não o fim da pesquisa (o que consiste no conhecimento do objeto). Por isto é que se pode afirmar que o método diz respeito a fundamentos nos quais se apóiam as reflexões (Oliveira, 1998), mas o pesquisador é que as procede, ou melhor, o método é uma via pela qual acessamos a cognoscibilidade do objeto, mas é a inteligência, a reflexão que nos permite apreender os fatos, fenômenos ou processos que estão na realidade investigada (Cervo e Bervian, 1976).

O conhecimento do método é fundamental, tanto que Descartes, a séculos passados, já alertava para isto argumentando que ao desconhecê-lo, seria melhor que o estudioso renunciasse a qualquer busca da verdade. Porém, admitir que existe propriedade no objeto da pesquisa que por si só o determina (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984) em ciências humanas/sociais, seria admitir a condição externa do pesquisador ao objeto de estudo, que na essência sempre se refere à sociedade (da qual ele também é parte). Ademais, a busca de uma singularidade ou unidade metodológica no início de uma pesquisa impede que a criatividade e o dinamismo do pesquisador possa aflorar. É preciso saber pensar a pesquisa, saber abordar o objeto cognoscível, mas há uma construção de raciocínios metodológicos que se processa antes e ao longo da execução da pesquisa, que não pode ser impedida por técnicas ou concepções que já trazem repostas prontas ao problema pesquisado.

Do ponto de vista que apresentamos a questão, parece-nos ser mais conveniente que, ao invés de buscar uma metodologia singular para a pesquisa, trabalhemos na perspectiva uma metodologia pluralista superando qualquer possibilidade de uma visão estática de quem acredita numa possível singularidade. Para Hegenberg (1976), se fundamentado em Paul Feyerabend, partindo desta tese é possível à adoção de várias teorias na busca de conhecer o objeto de estudo, mesmo que em certos casos se possam aparentar incompatíveis.

A pesquisa é, em si, o principal campo de aprendizagem do próprio método. Nela é que o pesquisador se sobressairá a partir de seu engajamento, da sua experiência e capacidade em desenhar o “caminho” para melhor apreender o objeto e restituí-lo na sua investigação como conhecimento produzido. Nisto, é preciso que se tenha clareza que ao repensar o método, este é também produto daquilo que está interpenetrado no caráter, na personalidade, ou melhor, na “alma” do

estudioso que na “ânsia” do conhecimento traz para sua prática a condição de sujeito social, no seu envolvimento político e no reconstruir do projeto social em que almeja ao “seu fazer ciência”, para a sociedade que o investe de tal condição. Se pretendermos compreender o objeto no livre e pleno exercício de nossa atividade científica, “devemos recorrer a todas as idéias, todos os métodos e não apenas a reduzido número deles” (Feyerabend, 1989, p, 462).

Assim, podemos concluir que “conhecer algo varia segundo as associações mentais e *materiais* e depende sempre do universo cognitivo do sujeito cognoscente” (Barros e Lehfeld, 1991, p.32, grifo nosso). Ao estudioso, iniciante ou experiente, sua atividade será mais instrumento de liberdade social quando conceber sua práxis nesta relação e não deixar se envolver por qualquer ideologização.

Geografia e liberdade

Partindo das considerações sobre a questão metodológica nas ciências humanas/sociais, nesta parte apresentaremos alguns pontos que nos permitam refletir sobre o papel da Geografia diante da questão da liberdade no âmbito do conceito de espaço. Para iniciar, partiremos de duas indagações básicas: Quais as relações entre os conceitos de espaço e liberdade no âmbito da Geografia? Como que a busca pela liberdade social se apresenta frente ao objeto da Geografia?

Do ponto de vista de uma compreensão metodológica, o espaço contém e está contido em outras instâncias da sociedade, como na economia, na cultural, na política e na ideologia. Nisto a essência do espaço é social. A vida da sociedade é dada pelos processos sociais que se reproduzem em seu cotidiano. Assim, no conjunto que se apresenta na realidade social o espaço geográfico será a soma da configuração geográfica das diversas instâncias, processos sociais e da sociedade na dinâmica reprodutiva que os envolvem. Aí, “como as formas geográficas contém frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdos” (Santos, 1985, p. 2). Então, compreende-se que há uma dinâmica em que as formas estão sempre sendo alteradas, num movimento que produz novas dimensões aos conteúdos. Este movimento dialético que aparece somado nos espaços é também um movimento da totalidade social que se revela através da realidade possuindo não só dimensões sociais e temporais, mas também espaciais.

Neste sentido, pode-se entender que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (Santos, 1985, p.5). Partindo destes pressupostos, podemos agora traçar linhas que permitam-nos ver a relação entre espaço e liberdade, enquanto um problema implícito que pode aparecer no discurso e na investigação geográfica.

Sendo o espaço uma instância que contém todos os processos sociais em suas dinâmicas, relações e contradições, constitui-se no palco privilegiado para a realização das lutas e ansiedades humanas/sociais. Compreende-se então que a reprodução do social, também é uma reprodução do espacial considerado em sua dinâmica e localização². Neste sentido, podemos dizer que o conflito pela liberdade, aí também se situa no âmbito dos conflitos maiores da reprodução das relações que produzem e são produzidas pela sociedade.

Assim, concebendo o objeto de estudo da Geografia como a reprodução de relações de produção formadora do espaço geográfico que é, por excelência o *locus* para reprodução da sociedade, o espaço é uma categoria fundamental para a plena materialização desses processos. O espaço geográfico se constitui por uma realidade objetiva como produto social que se põe em constantes transformações, como localização real para a sociedade operar (Cf. Santos, 1982, 1985). Então aí,

2. Conforme Santos (1985, p.2), deve-se distinguir localização de lugar. Os lugares podem ser os mesmos, as localizações mudam-se. O lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um “feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”.

a busca pela liberdade social se refere à luta contra a miséria, as injustiças, a exploração e outros males sociais que atingem nossa sociedade. E sendo a geografia um saber estratégico e perigoso a serviço do poder (Lacoste, 1988), caberá ao sujeito que faz esta ciência colocar seu instrumental como objeto capaz de abrir novas possibilidades objetivas de transformações qualitativas da realidade que vive.

Portanto, a liberdade se insere no objeto da pesquisa geográfica, no momento em que concebemos a produção dos processos sociais e espaciais como inacabados, incompletos e passíveis de transformações. Isto nos permite entender que, apesar dos limites impostos pela superestrutura socioeconômica e política ao exercício pleno da liberdade e da própria relatividade deste conceito, enquanto sujeitos sociais, podemos projetar possíveis transformações a partir de conhecimentos que estrategicamente, também deverá servir para libertar.

A liberdade, apesar de limitada e relativa, é inerente ao homem como sujeito ativo, transformador e criador de espaços. As dimensões que fogem do real, materializada como anseios não realizados, sobrevivem nas lutas por transformações ou conquistas sociais. O caminho para isto, no discurso geográfico, é manter a cientificidade das pesquisas sem perder a dimensão política, com o compromisso de colocar o “produto das pesquisas” a favor da própria sociedade que se constitui, na essência, a dimensão ativa de nossos objetos pesquisados.

Considerações finais

Aqui, após as considerações feitas, cabe apenas salientar que a liberdade, enquanto anseio social numa sociedade de valores liberais, é limitado e parcial, é uma liberdade de direito, mas não de fato, como ressaltou Prado Jr. (1980). É nisto que se encaixa seu sentido, quando podemos usá-la no direito a contestar suas limitações e de pensarmos outra sociedade, projetando-a noutros ideais e valores sociais, econômicos, políticos e morais – aí estará a dimensão da construção de uma nova utopia social, ou melhor, socioespacial. Então acreditamos haver uma dimensão revolucionária na liberdade de contestar e lutar, que reside no sentido da busca ou construção de ser mais livre e projetando-se de escalas geográficas diversas para além de qualquer estrutura pré-concebida, como se pode notar em vários processos desencadeados por trabalhadores organizados.

Por final, agora não iremos além disto. Para não concluir estas questões, deixaremos que a liberdade de pensar de cada um flua livremente ou conclusivamente.

Referências bibliográficas

- BARROS, Aidil de Jesus P. de; LEHFELD, Neide A. de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica, para uso dos estudantes universitários*. Rio de Janeiro: McGraw-hill, 1976.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- HEGENGERG, Leônidas. *Etapas da investigação científica*. São Paulo: EDUSP, 1976. v. 2.

- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 8.ed. Coimbra: Armédio Amado, 1987.
- HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Curso moderno de Filosofia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.
- JIMÉNEZ, Alfredo T.; RAMOS, Alberto G. *Teoria, Métodos y técnicas en la investigación social*. La Habana: Cultura Popular, 1974.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO Jr., C. *O que é liberdade: capitalismo x socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RODRÍGUEZ, Francisco J.; BARRIOS, Irina; FUENTES, Maria Teresa. *Introducción a la metodología de las investigaciones sociales*. La Habana: Política, 1984.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST

Theoretical foundations of agricultural cooperativism and the MST

Fundamentos teóricos del cooperativismo agrícola y el MST

Tânia Paula da Silva

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia
na Unesp/Presidente Prudente e bolsista do CNPq.
Correio eletrônico: tanggela@bol.com.br

Resumo

Procurar-se-á discutir as contribuições de autores da questão agrária como Chayanov (1974); Kautsky (1968); Lênin (1982); Oliveira (1994); Stedile (1999); Fernandes (2000); acerca do cooperativismo agrícola. Por sua vez, tendo em vista o nosso objeto de pesquisa, qual seja, a produção e cooperação nos assentamentos do MST, buscaremos resgatar o que o Movimento tem construído em termos de cooperação, bem como os desafios enfrentados nestas frações conquistadas do território capitalista. Por fim, de posse destas reflexões tentaremos pensar a prática do MST, ou melhor, o nosso projeto à luz das contribuições dos pensadores escolhidos para análise.

Palavras-Chave

Teóricos da Questão Agrária – MST – Cooperativismo Agrícola.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 229-242	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

This article points out the contribution on rural cooperativism from authors that study rural struggle: Chayanov (1974); Kautsky (1968); Lenin (1982); Oliveira (1994); Stédile (1999); Fernandes (2000). Our main issue is to show production and cooperativism in rural establishments of MST. Besides, the author tries to rescue what the Movement has built up as far as cooperation is concerned as well as challenges faced involving these small land fractions conquered from capitalist territories. Finally, using these reflections we'll try to analyse the MST practice and experiences, this is, our project in the light of contributions made by these authors selected from this analysis.

Keywords

Rural Struggle authors – MST – Rural Cooperativism.

Resumen

En este texto se procura discutir las contribuciones de los autores de la cuestión agraria como Chayanov (1974), Kautsky (1969), Lenin (1982), Oliveira (1994), Stédile (1999) y Fernández (2000) sobre el cooperativismo agrícola. Por su vez, considerando nuestro tema de investigación (la producción y la cooperación en los asentamientos del MST) tentaremos repensar lo que el movimiento ha construido en términos de cooperación, bien como los desafíos enfrentados en las fracciones conquistadas al territorio capitalista. Finalmente, a partir de esas reflexiones, analizaremos la práctica del MST, o a lo mejor, nuestro proyecto segundo las contribuciones de los pensadores citados para esta análise.

Palabras clave

Pensadores da Question Agraria – MST – Cooperativismo agrícola.

Os pensadores da questão agrária e o cooperativismo agrícola¹

A obra de A. Chayanov (1974) tem como centro de análise a família camponesa. Este grupo doméstico é para ele, ao mesmo tempo, uma unidade de força de trabalho e uma realidade demográfica, ou seja, um conjunto de produtores e consumidores.

Segundo o autor, a família camponesa é uma unidade econômica que tem como objetivo principal à reprodução de seus fatores de produção. Neste caso, a terra aparece como um fator de produção independente de qualquer valor cultural (Almeida e Paulino, 2000).

Tendo como proposta desvendar a lógica interna de reprodução do campesinato, Chayanov procura demonstrar que o campesinato russo do Mir tinha uma racionalidade econômica que, por sua vez, encontrava-se baseada na relação produtores-consumidores, ou seja, no ciclo de desenvolvimento da família. Assim, é este balanço trabalho-consumo quem orienta as tomadas de decisão da família camponesa. Portanto, para Chayanov o camponês possui um plano organizativo, contudo este plano parte sempre da ótica familiar, por isso “La unidad de exploración doméstica, a pesar de la ventaja objetiva de arrendar 50 a 100 desiatinas, limitará obviamente el área arrendada a unas pocas desiatinas la cantidad que ajuste el balance fuerza de trabajo-consumidor” (Chayanov, 1974, p. 254).

Em relação ao processo cooperativo, Chayanov acredita que, primeiramente, é necessário entender este plano organizativo de produção do campesinato para, posteriormente, se pensar numa intervenção que ele acredita necessária, contra aquilo que considera uma ameaça: a penetração do capitalismo na agricultura e a subordinação do camponês em relação ao mercado.

1. Este artigo é produto das reflexões realizadas na disciplina “Movimentos Socioterritoriais e a Luta pela Terra”, sob responsabilidade do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, 2002.

Assim, ele sugere que as mudanças sejam gradativas levando-se em conta o funcionamento peculiar do campesinato. Por conseguinte, partir-se-ia da integração vertical rumo ao cooperativismo, este último visto como possibilidade de rompimento do isolamento e conseqüente fortalecimento do campesinato.

“All hacerse cargo de los ventos y Del procesamiento técnico, la cooperación agrícola y organiza la producción agrícola en formas nuevas y más evolucionadas. Obliga así al pequeño productor a cambiar el plan organizativo de su unidad de explotación de acuerdo con la venta cooperativa y la política de procesamiento, a mejorar sus técnicas y a adaptar métodos perfeccionados para el cultivo y la exploración ganadera para asegurar un producto absolutamente normal, que estará sujeto a cuidadosa selección, procesamiento y envase, de acuerdo con la demanda del mercado mundial” (Chayanov, 1974, p. 319).

Já as contribuições de K. Kautsky (1968) caminham no sentido inverso do que foi anteriormente exposto. Para este autor o campesinato significava o atraso econômico e social no campo, sua reprodução era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie. Apegado a seu pedaço de terra o camponês “em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais” (Kautsky, 1968, p. 148).

Para Kautsky havia uma superioridade incontestada da grande exploração em relação à pequena exploração camponesa o que obviamente decretava o fim próximo desta última. Entendia também que a expansão da grande exploração capitalista seria uma condição necessária, logo que é nela que estavam os elementos que conduziram à cooperativa socialista.

Conseqüentemente, há ao longo da obra do autor um eixo central que consiste em afirmar a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo como sendo a produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado *versus* burguesia. Situação, por sua vez, ideal para a implantação do socialismo.

É, portanto, neste contexto de negação histórica do campesinato que o cooperativismo é pensado por Kautsky. Logo, como não há lugar para o campesinato, o cooperativismo é defendido e proposto ao proletariado.

“Unicamente aqueles que só tem a perder seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles, a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei” (Kautsky, 1968, p. 148).

Na verdade, para o autor o cooperativismo só teria condições de pleno desenvolvimento no socialismo.

“Depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer” (Kautsky, 1968, p. 149).

Uma das preocupações centrais da obra de V. Lênin (1982), é precisamente explicar que o sistema de relações econômicas existente no campo russo é pequeno-burguês, ou seja, a comunidade camponesa não é antagônica ao capitalismo, ao contrário, é sua base. Para o autor é no interior mesmo destas comunidades que ocorre a “formação de elementos capitalistas”. A formação destes elementos capitalistas significa a destruição radical do campesinato tradicional e a criação de novos tipos de população rural.

Por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo leva a des-camponização e a formação de tipos distintos de campesinato, teoria completamente inversa da preconizada por Chayanov.

“A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato médio [...]. O primeiro destes tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico [...] O outro tipo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário” (Lênin, 1982, p.116-117).

Para Lênin o desenvolvimento do capitalismo no campo russo produz, necessariamente, uma Diferenciação Social do campesinato. Dito de outra maneira, o desenvolvimento do capitalismo fomenta a desintegração do campesinato e a formação de novos tipos, a saber: um campesinato que formará a burguesia rural, um campesinato médio (que tende a desaparecer em direção a um dos extremos) e um campesinato pobre (base de formação do proletariado rural).

Em Lênin, o conceito de cooperação aparece como precursor do desenvolvimento das formas capitalistas de indústrias. Logo, a forma de cooperação se desenvolve em oposição à economia camponesa e a produção artesanal independente, sendo que, ao substituir a antiga dispersão da produção acaba por determinar uma elevação da produtividade do trabalho, bem como um acirramento das contradições capitalistas.

O autor em questão acredita que nas pequenas indústrias camponesas russas o princípio dominante é uma crescente cooperação capitalista em contraposição aqueles (os populistas russos) que enxergavam no campesinato outras formas de cooperação, ou melhor, um cooperativismo fora dos moldes capitalistas. Para Lênin fora da cooperação capitalista o máximo que poderia ocorrer era minúsculas associações temporárias sem nível de organização.

“Nossa conclusão acerca do papel desempenhado pela cooperação capitalista nas pequenas indústrias camponesas e da sua significação progressista está na mais acentuada contradição com a tão difundida teoria populista, de acordo com a qual o princípio dominante na pequena indústria camponesa, sob as mais variadas formas, é o ‘cooperativismo’” (Lênin, 1982, p. 231).

Em uma perspectiva diferenciada Oliveira (1994), discute o cooperativismo e afirma que as iniciativas de cooperação até então em andamento nos assentamentos representa um risco. Afins de exemplificar os possíveis percalços, o autor destaca a proposta de divisão do trabalho com vistas à especialização existente no interior deste tipo de cooperação, bem como a aproximação com o capital financeiro através da estrutura bancária, antiga vilã do campesinato.

Por outro lado, o autor propõe como alternativa à competição direta com os produtores capitalistas, uma agricultura de resistência, ou melhor, nas suas palavras: uma agricultura defensiva.

“Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês.

A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (Oliveira, 1994, p. 50).

Stedile e Fernandes (1999), por sua vez, opta por resgatar o papel importante da cooperação e nos atenta para o fato de que o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola nos assentamentos foi um capítulo marcante da história de formação e amadurecimento do MST.

“Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental. Aprenderam também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. Pois era, e ainda continua sendo, preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] as condições subjetivas são o grau de consciência política e história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra” (Stedile e Fernandes, 1999, p. 101/102).

Portanto, para o autor a cooperação tem que ter como ponto de partida a avaliação da realidade objetiva e subjetiva dos assentados, portanto são eles que têm a tarefa de discutir qual a forma que pode ser melhor assimilada. Assim, “a partir da fórmula inicial, pode haver um processo de evolução ou um processo de desarticulação. Se se desarticular, significa que aquela forma de cooperação não estava à altura das condições objetivas e subjetivas [...], o que não significa dizer que a cooperação agrícola seja inviável (Stedile e Fernandes, 1999, p. 102).

Fernandes (2000), resgatando também a perspectiva histórica referente à importância da teoria da cooperação agrícola para a formação e territorialização do MST, destaca neste processo a indissociabilidade da luta econômica e da luta política.

“O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados. [...] É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. [...] Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas” (Fernandes, 2000, p. 228).

Para Fernandes, ao desenvolver experiências de cooperação que resultaram no processo de formação e consolidação do MST, “os sem-terra construíram uma importante forma de resistência contra a expropriação e a exploração, enfrentando o capitalismo na sua essência” (idem, p. 245).

Breve histórico do Sistema Cooperativista dos Assentados do MST

De forma geral, as cooperativas agrícolas no Brasil seguem duas tendências distintas: uma considerada tradicional e uma outra de resistência. Esta primeira, identificada na maioria das vezes com a proposta de “industrializar” e “modernizar” as relações no campo, funciona como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no

mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). Sendo assim, o cooperativismo agrícola tradicional traz o desenvolvimento do capitalismo ao campo não apenas como um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente da renda da terra ao capital industrial e financeiro (Oliveira, 1981). Esse tipo de cooperativa é vista como uma sociedade de capital e não de pessoas.

Por outro lado, há cooperativas agrícolas surgidas no processo de luta dos trabalhadores do campo, como as idealizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que têm como proposta estimular e massificar o projeto da cooperação agrícola caracterizado por ser:

- a) alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores;
- b) diferente, uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar, do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção;
- c) de oposição à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados.

São formas de cooperativas agrícolas modernas e profissionalizadas, porém, não capitalistas, logo que não visam a reprodução ampliada do capital (lucro). Dessa forma, o maior desafio desse tipo de cooperativas é manter o equilíbrio entre o caráter político – dimensão organizativa – e o econômico – dimensão produtiva (CONCRAB, 1996).

Nesta perspectiva, nosso texto tem como centro de análise a discussão sobre a cooperação agrícola como forma de organizar e comercializar a produção. Nosso ponto de partida é a compreensão de que existe por parte da Direção Nacional do MST uma preocupação que extrapola o aspecto econômico inerente à questão. Assim, há um esforço do Movimento em fomentar espaços de conscientização política para os trabalhadores, através de cursos de capacitação e formação. Por conseguinte, a direção do Movimento destaca as formas cooperativas de organização e comercialização da produção, como aquelas que possibilitariam tanto o desenvolvimento do setor econômico como do setor político nos assentamentos. Atualmente o Movimento tem reforçado a compreensão de que as formas cooperadas são não só o caminho de um novo modelo de assentamento, mas também a base para construção do projeto de uma nova sociedade.

Esta premência em pensar um sistema cooperativista nasce em parte como resultado do momento histórico vivenciado pelo Movimento: um amplo processo de *territorialização* que se explicita na conquista de assentamentos (Fernandes, 2000).

Partindo do pressuposto de que a luta pela terra é uma experiência de cooperação, no sentido de que os sem-terra tiveram que se unir e se organizar para ocupar o latifúndio, ela não termina com a *territorialização* da luta, na verdade, novos desafios surgem para os sem-terra com terra: a viabilização da produção.

Desta maneira, o MST sugere para os assentamentos uma proposta de trabalho coletivo estruturada em grupos familiares, cujos fundamentos já são difundidos a partir do acampamento que funciona como um verdadeiro “laboratório”. Em síntese, a prioridade assumida é que a terra e o trabalho sejam coletivos, vejamos um trecho das *Normas Gerais do MST*: “O Movimento Sem Terra sempre estimulou as atividades coletivas como principal forma de enfrentar os problemas da produção e comercialização nos assentamentos” (CONCRAB-MST, 1993).

Segundo Fernandes e Stedile (1999), a discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de 1986, devido ao aumento do número

de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. Assim, a organização da produção no assentamento surge como uma condição básica para a permanência do trabalhador assentado na terra.

Assim, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a cooperação agrícola – seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras – passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio movimento, desenvolvendo uma proposta alternativa de (re)organização do trabalho e da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, da consolidação da cooperativa como forma específica de formação política e de viabilização socioeconômica dos assentamentos.

O Movimento entende que essa forma de organizar o trabalho e conseqüentemente comercializar a produção, conhecida como cooperação agrícola, não resolve todos os problemas da agricultura brasileira, logo que os mesmos são estruturais e se ligam ao modelo agropecuário adotado para o país, todavia é o caminho do possível que se encaixa dentro de uma pedagogia da resistência ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista no campo. Para que esta pedagogia da resistência possa dar resultados a cooperação passou a ser entendida de forma multidimensional, ou seja, a partir da articulação dos campos econômico, político e social (CONCRAB-MST, 1996).

Portanto, as formas de cooperação agrícola são pensadas em função de três razões: econômicas, sociais e políticas. Nas razões econômicas ocorre a necessidade de aumento do capital constante, aumento da produtividade, da especialização do trabalho, racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, introdução de tecnologias ao processo produtivo visando conseguir melhores preços para os produtos e o desenvolvimento da agroindústria. As razões sociais estão vinculadas ao bem-estar dos assentados e compreendem a urbanização das moradias, infraestrutura básica (energia elétrica, água encanada), educação, transporte coletivo, saúde, igualdade de direitos entre homens e mulheres e o lazer. Quanto às razões políticas fazem parte à resistência a exclusão do sistema capitalista, a formação de militantes, dirigentes e a articulação política. Neste sentido, a eficiência da cooperação agrícola...

“[...] não está apenas na mecanização, modernização, forma de gestão e uso de instrumentos modernos. Isto na verdade é uma conseqüência, e a importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra e a liberação de membros das cooperativas para atuar na luta pela reforma agrária e outras frentes” (Fabrini, 2001, p. 13).

No entanto, segundo Stédile e Fernandes (1999), para se alcançar este estágio de organização produtiva houve uma constante reconstrução dos projetos de cooperação agrícola no interior do MST e dos assentamentos. Assim, num primeiro momento, estimulou-se a formação de pequenos grupos informais, reunindo entre 10 e 30 famílias de forma coletiva ou semi-coletiva, geralmente para a prestação de serviços como a utilização de máquinas e implementos agrícolas, a comercialização da produção e a formação de hortas comunitárias. Esta fase, segundo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), refere-se ao período de 1980/86, e foi uma estratégia dos assentados para sobreviver na terra recém conquistada. Num segundo momento – 1987/89 – houve o predomínio das associações de trabalhadores, buscando melhorar a infra-estrutura dos assentamentos. A adesão a essas formas associativas está relacionada à obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto. Num terceiro momento – 1989/92 – foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST que

tem como objetivo o trabalho com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada ou forma de organização do trabalho.

Neste terceiro momento, em maio de 1992, é fundada a CONCRAB que permite viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária. A CONCRAB se constitui como um segmento que procura viabilizar a proposta de cooperação do MST por meio dos seguintes objetivos:

“Articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; Organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; Manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; Viabilizar atividades de exportação e importação; Representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; Articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins” (CONCRAB-MST, 1993, p. 44).

Nesta terceira fase ressaltamos, ao mesmo tempo, a expansão do sistema cooperativista e a materialização de problemas no setor, sobretudo na administração das cooperativas pelos assentados. Como forma de contornar estes problemas no interior do Sistema Cooperativista dos Assentados, naquele momento entendidos como resultado de desencontros administrativos, o MST criou o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), cujo objetivo era formar jovens assentados para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos. No ano de 1994, foi realizado o seminário nacional sobre as perspectivas da cooperação agrícola, discutindo a crise nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Coletivos, bem como perspectivas para a cooperação no MST. Em 1995, foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Em 1996, o Sistema Cooperativista dos Assentados começou o debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o II Seminário sobre as perspectivas da cooperação agrícola no MST (CONCRAB-MST, 1998). Percebe-se que já se passava, de forma ainda embrionária, por um período de intenso debate e pela construção de um entendimento interno acerca da função das cooperativas como instrumentos políticos de organização social.

Como resultado destes anos de organização e estruturação, o MST construiu uma concepção de cooperação agrícola ampla e diversificada que pode ser realizada de várias formas, desde a mais simples até a mais complexa, a saber: Mutirão ou Troca de Serviço; Núcleos de Produção; Associações; Grupos Semi-Coletivos; Grupos Coletivos; Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS); Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR); Cooperativas de Crédito; Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (CPPS); Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

Embora o Movimento tenha estimulado as mais variadas formas de cooperação, a cooperativa se constitui como a melhor forma de implantação da cooperação nos assentamentos. (CONCRAB, 1998). Assim, a CPA é a forma de cooperação agrícola que melhor permite a concretização do principal objetivo do MST, qual seja, “a construção de uma nova sociedade e um novo sistema econômico” (MST, 1989), logo que ela se caracteriza pela não divisão da terra e pelo trabalho coletivo, organizado em setores de produção, o que facilita a liberação dos cooperados, não só para se capacitar em desenvolvimento cooperativista, como também para estar organização as ações de massa do Movimento.

Os desafios do Cooperativismo Agrícola dos Assentados do MST no limiar do século XXI

O final dos anos 90 do século passado foi marcado pelo aprofundamento da crise social e econômica da sociedade brasileira, em especial, dos agricultores. Neste contexto de desnacionalização da economia, centralização de capitais e crescente endividamento do país, o modelo de agricultura adotado de importação de produtos básicos e apoio a produção em larga escala de produtos com vistas a exportação como soja, café, laranja, etc., ganhou contornos ainda mais intensos. Logo, como reflexo desta distinção entre agricultura empresarial e agricultura familiar camponesa, as ações governamentais também passaram a se apresentar separadas, a saber: Ministério da Agricultura – para o setor empresarial – e Ministério do Desenvolvimento Agrário – responsável pelos assentamentos, com privilégios do primeiro em relação ao segundo no tocante ao desenvolvimento da agricultura e dos agricultores brasileiros.

Por sua vez, como forma de dar encaminhamento a este modelo de agricultura seletivo e excludente, um amplo processo de criminalização e isolamento dos movimentos sociais, em especial o MST, foi colocado em funcionamento. Juntamente com a inviabilização da resposta econômica dos assentamentos por meio da retirada dos créditos anteriormente conquistados como, por exemplo, o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

Portanto, neste contexto de extinção do crédito especial, de investigação das cooperativas do MST, de cancelamento dos convênios com o Movimento para assistência técnica (o LUMIAR), houve uma necessária (re)discussão por parte do Movimento a respeito dos caminhos da organização dos assentamentos.

Desta forma, passou-se do período em que a cooperação tinha como centro os recursos e os financiamentos, para um projeto de cooperação baseado na resistência e que tem como núcleo a terra, o trabalho e a família. Vejamos o que diz a respeito do assunto o Movimento:

“Esta nova fase deverá levar em conta a situação atual da agricultura brasileira e dos assentamentos. Nesta fase nós deveremos valorizar mais a mão-de-obra que os recursos e financiamentos. Voltar a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas de produção tendo como base a terra e a mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar” (MST, 2002, p. 4).

Por conseguinte, partindo desse processo cumulativo de experiências, o MST passa a afirmar a impossibilidade de avançar organizando a produção apenas numa direção: ora subsistência ora mercado. Esta análise é fruto do entendimento de que o assentado, no capitalismo, está preso a um circuito de miserabilidade imposto pela sujeição da renda da terra pelo capital, que em última instância gera uma inclusão no marco da precariedade. Desta maneira, o desafio maior passa a ser o de desenvolver uma produção para subsistência, chamada de “retaguarda econômica”, e também para o mercado capitalista, organizada de forma cooperativa que contribua para a organização social dos assentamentos e da sociedade como um todo. Assim, é pensando neste desafio que nascem indagações como: a expansão e êxito das cooperativas só são possíveis por meio da competição e acumulação no mercado capitalista? É possível um cooperativismo não capitalista no capitalismo? Quais os limites e possibilidades da Proposta de Cooperação do MST? Tais respostas ainda estão por ser dadas, contudo o caminho já está definido...

“Deve-se repensar a cooperação agrícola, voltando a priorizá-la como linha política de organização da produção, buscando sempre formas mais avançadas, e ao mesmo tempo que também desenvolva formas solidárias de organização social” (idem, p. 2).

É interessante destacar que neste processo de estruturação perante a nova realidade, o Movimento também vem repensando sua própria concepção de cooperativismo, isto é, se começa a apontar a possibilidade de ter havido um “desvio economicista” no afã de conquistar o mercado capitalista. Contudo, se houve problemas eles se referem ao cooperativismo – adjetivo –, e não a cooperação – substantivo –, como explica Horácio M. Carvalho:

“A *cooperação* desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária teve como propósito não apenas viabilizar economicamente a pequena produção familiar mas, sobretudo, construir um homem novo eivado de valores éticos e sociais que reafirmassem a solidariedade e a convivência social democrática. Entretanto, talvez a partir de um *desvio economicista*, o *cooperativismo* (principal produto da cooperação) pode ter contribuído para gerar um produtor com aspirações pequeno-burguesas de acumulação a partir de uma suposta inserção competitiva no mercado capitalista oligopolizado de produtos agropecuários” (Carvalho, 2000, p. 4, grifo nosso).

Por outro lado, mesmo após este processo cumulativo de experiências em cooperação, uma parcela considerável dos assentados tem dificuldades em aceitar a proposta de trabalho coletivo, logo que ela não reproduz necessariamente o “modelo” agrícola camponês. Por conseguinte, como a base do Movimento é formada, na sua maioria, por camponeses que por anos a fio alimentaram a utopia da terra para si, das decisões individuais como sinônimo de liberdade, das atitudes do crer pra ver, etc.; o Movimento enfrenta fora e dentro dos assentamentos forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e principalmente a implantação das formas coletivas de produzir como mostram os trabalhos de Souza (1994); D’Incao e Roy (1995) e Navarro (1996).

A produção camponesa, por um longo período, foi entendida pelo MST como um obstáculo para o desenvolvimento da produção cooperativa coletiva, por entender que as relações sociais e de produção camponesas não permitiam a formação de uma “consciência coletiva”, atribuindo a este comportamento individualista os possíveis fracassos no desenvolvimento de atividades coletivas entre os camponeses. Segundo Moraes (1996), tratava-se de um comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e o processo produtivo no sentido mais amplo.

Todavia, há fortes indícios como já foi comentado anteriormente de uma reavaliação do próprio Movimento a acerca dos conflitos em torno da problemática assentados individuais *versus* grupos cooperados coletivos. E essa reavaliação tem apontado na direção da adoção de orientações que procuram conciliar a produção de subsistência com a produção para o mercado, sem abandono do princípio cooperativo. Doravante, a postura parecer ser a de maior tolerância com a diversidade de produção e organização, bem como da busca de formas de perseverar a identidade sem-terra para além dos assentamentos como, por exemplo, as CRS (Comunidades de Resistência e de Superação). Por outro lado, os assentados estão “percebendo” que, no atual contexto político e econômico, a cooperação agrícola, como forma de organizar a produção, apresenta-se como estratégia de resistência tanto à expropriação da terra quanto às regras do mercado globalizado que procura subordiná-los.

Nesta perspectiva inserimos nosso projeto de pesquisa intitulado “As formas organizacionais de produção dos trabalhadores rurais sem-terra na região Leste de Mato Grosso do Sul” e aproveitamos para ressaltar que o MST não é o único movimento social que luta pela implantação de assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Existem também movimentos ligados a CUT, FETAGRI e a CPT. Todavia, o MST tem sido o Movimento que demonstra preocupação com a usurpação da renda da terra que o assentado está sujeito no capitalismo, portanto deriva dessa realidade nossa opção em pesquisar o sistema cooperativista dos assentados vinculados ao MST.

Desta forma, o Movimento tem direcionado ações no intuito de organizar a produção e a comercialização por meio da implantação de cooperativas nos campos sul-mato-grossenses com o intuito de impedir que a riqueza da terra escoe para mãos alheias.

Em última instância, podemos adiantar que nem sempre o MST, no Mato Grosso do Sul, tem conseguido atingir seu principal objetivo, qual seja, ser uma alternativa a usurpação da renda pelo capital. Sendo que, tal situação se dá como consequência dos entraves colocados pelo modelo de agricultura adotado para o país que, de forma geral, tem limitado nacionalmente a resposta econômica dos assentamentos como já citamos. Entretanto, como rebate a esta ofensiva capitalista abre-se uma outra perspectiva para os assentamentos, qual seja, construir um novo conceito de vida e trabalho para as áreas conquistadas. Portanto, a cooperação tem agora mais do que nunca a tarefa de propiciar o espaço político necessário à organização de novas formas de assentamento que combine moradia, núcleo de família, cooperação, modificação na matriz produtiva e formação técnico-política da juventude assentada (MST, 2002).

Considerações finais

Tendo em vista os últimos acontecimentos, quais sejam, a decisão por parte do MST de retirar de pauta o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) substituindo-o pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente nos vemos na difícil tarefa de fazer algumas considerações. A primeira delas refere-se ao fato de que o Sistema Cooperativista já passou por outras “crises” no próprio seio do Movimento situação que acabou por fomentar, como forma de superar os problemas, a criação do Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Portanto, da crise emergiram soluções para o fortalecimento da Cooperação ao invés da sua mera superação. Outra questão não menos importante trata-se da separação entre a crise do cooperativismo e crise da cooperação, ou seja, estamos diante, segundo nossa avaliação, de uma crise da forma de cooperação adotada, ou seja, do produto e não do projeto de cooperação em si.

Partindo desse mesmo entendimento o MST afirma que: “[...] as dificuldades nos oferecem as oportunidades de realizar mudanças, tanto em nível de tática e estratégia como a nível estrutural e organizativo. No caso do setor de assentamento as necessidades e os novos desafios que a realidade nos impõe, requer reajuste na forma de organização do setor” (MST, 2002, p. 3).

Por outro lado, de que forma os autores arrolados na primeira parte deste texto podem nos ajudar a pensar a pesquisa e, portanto, os desafios da cooperação agrícola nos assentamentos?

Iniciamos por destacar que as contribuições de Chayanov (1974) a respeito das especificidades que cercam o ciclo de vida da família camponesa, ou seja, a relação entre produtores e consumidores são importantes para que possamos entender a lógica do campesinato, qual seja, uma unidade econômica que toma decisões tendo como ponto de apoio uma racionalidade que parte da família para a terra e que precisa ser considerada quando pensamos propostas de cooperação agrícola.

Por sua vez, a leitura de Kautsky (1968) nos possibilita perceber as dificuldades que o modo de produção capitalista impõe ao campesinato, com destaque para a sujeição da renda da terra ao capital. Questão de suma importância para refletirmos sobre as possibilidades de viabilidade econômica das cooperativas do MST.

Podemos afirmar que na mesma direção seguem as contribuições de Lênin (1982), com especial destaque para a Teoria da Diferenciação Social do campesinato. Tal contribuição nos permite analisar o assentamento colocando a teoria em movimento para assim tentar responder se ela segue necessariamente um caminho inexorável, isto é, a desintegração do campesinato, bem como as consequências políticas desta Teoria para a proposta cooperativa.

O pensamento de Oliveira (1994) a nosso ver foi em parte precursor no tocante a denúncia de um possível desvio economicista na Teoria da Cooperação Agrícola do MST. Este autor ao destacar a necessidade de uma agricultura defensiva que, no momento, o MST chama de agricultura de resistência, já alertava sobre a necessidade dos assentamentos serem um território de “retaguarda econômica”. Portanto, para nossa pesquisa é interessante pensarmos as diferentes formas de organização econômica presentes no assentamento.

Por fim, as contribuições de Stedile (1999) e Fernandes (2000) são fundamentais para analisarmos a organização social do campesinato, ou seja, assumirmos a formação e territorialização do MST como um processo inseparável da organização e estruturação da teoria da cooperação agrícola. Por outro lado, pensar a cooperação nos remete, segundo os autores, a necessária compreensão de que a luta de classes é um processo multidimensional que envolve os campos econômico, social, cultural e político.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Revista do Departamento de Geociências*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.
- CARVALHO, Horácio M. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1998.
- CARVALHO, Horácio M. *A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares: possibilidades de superação*. Curitiba: set. 2000. (prelo)
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CONCRAB – MST. *A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1993. (Cadernos de Formação, n. 20)
- CONCRAB – MST. *Cooperativas de Produção*. São Paulo: Concrab, 1994. (Cadernos de Formação, n. 21)
- CONCRAB – MST. *Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1995. (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 4)
- CONCRAB – MST. *Quatro Anos Organizando a Cooperação*. São Paulo: Concrab, 1996.
- CONCRAB – MST. *Sistema cooperativista dos assentados*. São Paulo: Concrab, 1998.
- D’INCAO, Maria C.; ROY, Gérard. *Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FABRINI, João E. *A posse da terra e o sem-terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. Pres. Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- FABRINI, João E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Cascavel: Lgeo, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GORGER, Frei Sérgio A.; STEDILE, João P. (orgs.). *Assentamentos: resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)
- MORAES, Clodomir S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo, 1986. (Caderno de Formação, n. 11)

- MST. *Normas gerais do MST*. São Paulo: MST, 1989.
- MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001.
- MST. *Os desafios da produção e a organicidade do setor*. São Paulo: MST, 2002. (Mimeo.)
- NAVARRO, Zander. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Processos de Democratização em Áreas Rurais Brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., out. 1996, Caxambu, MG.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 58, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., Águas de São Pedro. *Mesas redondas...* [s.l., s.n.], 1994, p. 24-51.
- SOUZA, Maria Antonia de. *A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994. (Dissertação Mestrado)
- SOUZA, Maria Antonia de. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado em Educação)
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre

Discourse about Canudos and the rhetoric of the massacre

El discurso sobre Canudos y la retórica del masacre

Leda Verdiani Tfouni

Professora Associada do departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto e pesquisadora do CNPq.
Correio eletrônico: lvtfouni@usp.br.

Lucília Maria Sousa Romão

Doutora em Psicologia pelo Programa de pós-graduação em Psicologia do departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto. Correio eletrônico: tantpalavras@uol.com.br.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estudar o discurso sobre o movimento popular de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, relacionando-o aos sentidos atribuídos ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e aos seus integrantes hoje. Trata-se de uma investigação científica, baseada nos princípios da Análise do Discurso de filiação francesa, que concebe o social como constitutivo da linguagem bem como postula o sujeito interpelado pela ideologia como uma posição no discurso, a qual é determinada historicamente. É possível afirmar que ontem e hoje, os camponeses politicamente organizados têm sido satanizados e criminalizados pelo discurso oficial, sempre sendo rotulados de bandidos, quadrilheiros, baderneiros e ilegais. Tal manobra retórica é apenas uma das várias estratégias de apagamento da legitimidade da luta popular e de silenciamento das reivindicações dos excluídos.

Palavras-Chave

Canudos – MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) – Sujeito – Ideologia e sentido.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 243-256	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

El presente trabajo tiene como objeto estudiar el discurso sobre el movimiento popular de Canudos, liderado por Antonio Conselheiro, relacionándolo a los sentidos atribuidos al MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) y a sus integrantes hoy. Se trata de una investigación científica, basada en los principios del Análisis del Discurso de filiación francesa, que concibe lo social como constitutivo del lenguaje así como postula el sujeto interpelado por la ideología como una posición en el discurso. Es posible afirmar que ayer y hoy, los campesinos políticamente organizados han sido satanizados y criminalizados por el discurso oficial, siempre recibiendo la designación de bandidos, cuadrilleros, alborotadores e ilegales. Tal maniobra retórica es apenas una de las varias estrategias para apagar el carácter de legitimidad de la lucha popular y de silenciamiento de las reivindicaciones de los excluidos.

Palabras Clave

Canudos – MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) – Sujeto – Ideología y sentido.

Abstract

The current work has the aim of investigating the discourse about the popular revolution of Canudos, which had Antônio Conselheiro as its leader, associating it with the senses attributed to the Landless Peasant Movement and its members nowadays. It is a scientific investigation, based on the French Discourse Analysis principles, that conceives the social as the responsible for the linguistic and postulates the subject as a position determined by the ideology. We show that It is possible to state that yesterday and today the peasants politically organized have been depicted as evil and criminal through the image of thieves, hooligans, illegal and gang leaders. This rethoric device is only one of the many strategies used by the dominant power in order to destroy the legitimacy of the popular fight and silence the protests of the socially excluded.

Keywords

Canudos – Landless Peasant Movement – Subject – Ideology and sense.

“ Poderão cortar as flores mas jamais deterão a primavera ”.

Henfil

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o episódio de Canudos, e sua destruição pelo governo federal, sob a forma de um acontecimento, que, ao lado de outros eventos históricos da luta pela terra no Brasil, tal como Contestado, por exemplo, marcou a memória discursiva firmando ali regiões de sentidos que disponibilizam um interdiscurso a partir do qual o camponês, o sem-terra, é discriminado, satanizado e criminalizado pelo discurso oficial.

Para tanto, mobilizamos como base teórica os conceitos da Análise do Discurso de filiação francesa (a qual nos referiremos daqui para a frente como AD), que instala uma nova região epistemológica em que o social e o discursivo afetam-se e constituem-se mutuamente (Orlandi 1996, p.150). Passa a mover conceitos dentro dessa abordagem ao afirmar que:

“Como a apropriação da linguagem é social, os sujeitos da linguagem não são abstratos e ideais, mas estão mergulhados no social que os envolve, de onde deriva a contradição que os define.”

Palco de disputas, confrontos e embates entre sujeitos, a linguagem, na AD não pode ser entendida como informação partilhada de maneira igualitária entre todos os sujeitos; na verdade,

ela orchestra um permanente e tenso jogo de posições discursivas que negociam e silenciam sentidos já postos e por vir. Segundo Orlandi

“... há tensão, confronto, reconhecimento e mesmo conflito na tomada da palavra. Há tensão entre texto e contexto (...) há tensão entre interlocutores: tomar a palavra é um ato social com todas suas implicações...” (idem, p. 151).

A tarefa de interpretar essa disputa política por dizer concorre para a investigação do funcionamento discursivo, buscando o sentido que está antes e depois das palavras, rompendo com a clausura da análise de conteúdo, dinamitando a visão de que o sentido é dado e único. (Guespin, 1971) adota uma conceituação interessante a respeito:

“Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dele um enunciado. Um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso”. [Trad. das autoras]

O conceito de condições de produção é bastante fecundo na AD, pois traz para a análise do sentido dos enunciados a maneira pela qual a linguagem é afetada pela ideologia, ou seja, as formas pelas quais a História se inscreve na Língua e a faz significar.

Posto que a linguagem é processo e disputa política, deixamos estabelecido que as palavras não apresentam um sentido dado aprioristicamente. Tampouco significam e mobilizam a mesma região de sentido para todos os sujeitos de modo uniforme e regular. Assim, já contemplando o objetivo deste trabalho, temos que palavras como terra, greve, salário e reforma agrária edificam sítios de significação diferentes se ditos por um sujeito na posição de patrão ou por um outro, alocado na posição de empregado. A contradição instalada na luta de classes está impregnada na linguagem.

Assim, pensar o sentido das palavras como núcleo duro ou tradução literal do pensamento não faz parte do quadro teórico ao qual nos filiamos. Orlandi engendra as margens e as bordas como lugares privilegiados de eclosão dos sentidos:

“Não há um centro, que é o sentido literal, e sua margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” (Orlandi, 1996, p. 144).

Por opção científica, portanto, nos colocaremos aqui no lugar que enfrenta a pluralidade, o intervalar, a falta e o opaco como constitutivos da linguagem. No viés do que está escrito são bordados dizeres e silêncios grávidos de significação. Traçado do não-dito que reclama interpretação. O que o sujeito deixou de dizer ao dizer? O que ele silencia no dito? Qual o sentido latente no que falta dizer? Tais questões postam um olhar teórico e metodológico fecundo, pois assentam a análise no funcionamento do discurso, longe de categorias e regras pré-fixadas.

Além dessas perguntas, existem outras de igual importância: de onde os interlocutores significam? Em que ninho eles encontram abrigo para se instalar? Ou melhor, em qual região do interdiscurso há possibilidade de o sujeito ancorar os sentidos que o tomam? Para responder esse rol de indagações (esse corre-corre atrás dos sentidos sempre a fugir), é necessário empreender uma tarefa interpretativa, que especula o modo de funcionamento da linguagem, tomando-a como edificação simbólica do conflito, da disputa política, da pluralidade e das margens não transparentes. Para tanto, as noções de sujeito, interdiscurso e historicidade, além das condições de produção

oportunizam chaves interpretativas vitais para a compreensão dos discursos sobre Canudos que serão aqui analisados.

Para a AD, o sujeito do discurso tem correspondência com certo lugar na ordem social; é posição, portanto. A memória do dizer é o mecanismo que guarda e disponibiliza sentidos e silêncios possíveis para o sujeito em uma posição dada. As condições de produção nos remetem aos espaço da conjuntura e do contexto em que as forças políticas e sociais se chocam, historicamente datadas.

Tendo estabelecido a moldura teórica que contorna o quadro da AD, ficamos à vontade para registrar o que temos investigado ao longo dos últimos quatro anos, ou seja, que há uma formação discursiva (FD) dominante e hegemônica que circula e retorna convenientemente modificada, acerca dos movimentos reivindicatórios pela posse da terra no Brasil, FD esta que associa o movimento com criminalidade e satanização, e cria o efeito de apagamento dos sentidos reivindicatórios legítimos instalados por esses movimentos. Contemplaremos aqui especificamente o caso de Canudos, mas já mostramos, em trabalhos anteriores, (Romão e Tfouni, 2002; Romão, 2002) que este processo é parte da memória discursiva e pode ser mobilizado e convenientemente atualizado em momentos históricos nos quais os grandes latifúndios, e todos aqueles que se perfilam em sua defesa, sentem-se ameaçados, como é o caso, nos dias atuais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST).

Sendo assim, pretendemos olhar o acontecimento discursivo de Canudos à luz das reflexões que já construímos desse lugar interpretativo, investigando como a história faz retornar o mesmo, a paráfrase, cristalizando um sentido dominante como se fosse a única forma possível de dizer. Temos certeza de que os sentidos não são unos, antes recolhem-se à esteira da multiplicidade e da fragmentação. Também seria ilusória a tentativa de apresamento do sentido literal: são várias as explosões e ramificações dos efeitos de sentido.

O que temos observado é que um sentido se impõe como dominante sobre todos os outros, quando o tema é MST e Canudos: o de que a baderna gerencia o discurso da luta pela terra, o de que os excluídos causam ameaça à ordem e paz nacionais e o de que não há legalidade nas estratégias de mobilização popular do campesinato. Cabe aqui reforçar a analogia, ainda que embrionária nesse ensaio: as estratégias retóricas usadas naquele período se assemelham muito ao que as grandes corporações midiáticas sinalizam como sentido dominante quando o tema é MST. Encravar tais sentidos como legítimos inculca uma visão depreciativa, preconceituosa e limitante dos processos reivindicatórios da luta pela terra. A partir deste ponto, iniciamos uma interpretação de como a historicidade faz retornar esses sentidos de ontem, marcando os passos das condições de produção dos dizeres sobre o movimento canudense, já que no momento em que se comemora o centenário da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, faz-se necessária uma reflexão sobre o discurso da imprensa e da intelectualidade sobre o movimento popular do Belo Monte.

Dentro do Belo Monte

Adentrando o contexto sociohistórico, temos que, no final do século XIX, as chamadas lutas messiânicas colocaram a problemática da terra em pauta, fazendo circular um discurso reivindicatório, de resistência em prol da repartição social do solo. Belo Monte, no sertão da Bahia, foi uma experiência igualitária, profundamente religiosa, que teve como grande articulador Antônio Conselheiro. Moniz coloca que:

“as camadas pobres do sertão acreditavam nas palavras de Antônio Conselheiro, não só nas que prometiam um reino celeste como nas que pregavam, na terra a próxima criação da comunidade igualitária” (Moniz, 1981, p. 29).

Fato é que, nesse momento, o discurso pela posse da terra tece uma mobilização grande de ex-escravos, índios, camponeses desamparados, artesãos, migrantes, pequenos proprietários de terra, homens tão cheios de convicção, que preferiram a morte a abandonar a cidade santa e se render. Ao lado da reivindicação política, instala-se o discurso da efervescência religiosa e do descrédito pela República. Antônio Vicente Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro, também reconhecido como Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus, Irmão Conselheiro, foi a liderança e autoridade capaz de fazer tremer a terra nos sertões baianos, não somente pelos dons divinatórios (de premonição e cura), que lhe eram atribuídos, mas sobretudo pela capacidade política de articular massas de excluídos, por ocupar uma posição-sujeito interdita ao sertanejo.

A situação social do sertão não delineava tranquilidade para a maior parte da população trabalhadora. Tomadas pela instabilidade de emprego, pelas dificuldades econômicas e miséria (especialmente no sertão) e pela intolerância dos grandes latifundiários, enormes massas de camponeses inauguraram um processo político de luta pela terra e, depois, de resistência em Canudos. Belo Monte arrebanhava também mulheres, que carregavam o título de canudense com a mesma devoção de quem leva o andor de um santo. Excluídos que se identificaram discursivamente com o sonho da terra sem males. Neto (2001, p. 21) chama a atenção para a população que acompanha o Conselheiro, afirmando que

“esse povo, de ambulante e desesperançado, vai gradativamente engrossando o séquito conselheirista. Jovens e velhos, homens e mulheres, escravos, libertos e índios, beatos e beatas, párias e marginais. Era o cortejo dos esquecidos e mal-aventurados, que se consolidava para incômodo dos grandes proprietários, aflitos com a desorganização do sistema produtivo carente de braços para a lavoura e pecuária”.

É certo que isso não acontecia por acaso. As condições de vida conquistadas dentro do Arraial incluíam a eliminação dos mendigos, entrelaçando todos os habitantes na ciranda do trabalho, disciplina e fé. A produção agrícola se consolidava de modo a atrair pequenos comerciantes, cresciam os rebanhos de cabras, exportava-se couro, a cadeia apodrecia sem nenhuma preso.

Entretanto, a despeito de todas essas conquistas sociais, discursivizava-se o fanatismo dos conselheiristas, o perigo do crescimento veloz da comunidade de Canudos e a ilegalidade daquele povoado. Benício (1997) materializa discursivamente essa posição-sujeito, alocando-se em uma zona de sentido que tenta anular tanto o valor político quanto a reivindicação daquela experiência. Diz o autor que:

“Era como um numeroso magote de ciganos, errando por países estrangeiros. Aleijados, doidos, donzelas, ladrões, doentes, assassinos, vagabundos, cantadores, mocambeiros, cegos, possessos, incestuosos, pobres, afortunados, prostitutas, a mais hedionda mescla que se pode aglomerar por monomania religiosa estendia-se atrás do Conselheiro, o chefe, o pastor e o pai daquele ambulante Pátio de Milagres. Era ele o guia do fantástico comboio humano [...]” (Benício, 1997, p. 36).

Segundo esse lugar interpretativo, a definição da população seguidora de Conselheiro não se qualifica pela fome, pela carência de emprego, pela falta de moradia, pela escravidão incessante que sofria. É constituída por toda sorte de anomalias físicas e mentais, deficiências de caráter, insanidades psíquicas, perversões de ordem individual e profissões de pouco valor. Todas as marcas (*doidos, possessos, assassinos, vagabundos, doentes, aleijados*) indiciam que a região de sentido em que o sujeito se alocou encara tal população com desprezo e minimiza o seu poder político e o drama socialmente vivido por ela. Ao destacar o grupo como *doente, bandido e marginal*,

processa-se uma atribuição de valores negativos, que desautoriza todos os atos coletivos como derivados de insanidade mental e desvio dos princípios civilizados da sociedade republicana. A narração acima coloca o grupo como o equívoco da ordem social da época.

A designação destinada a Conselheiro o coloca no lugar de *chefe*. Isso mobiliza uma zona de sentido, que alinha discursivamente a idéia de quadrilheiro, verdadeiro insulto à ordem e à autoridade dos senhores fazendeiros. A imagem de *chefe* se incumbem de reprimir a liderança política e popular, espancar a sua representação de aglutinador reivindicante, resumir o esquartejamento público de Conselheiro na tentativa de *conter o avanço da desordem*. Ela recupera a imagem de ladrão e líder da bandidagem. Acharmos interessante frisar que esse significante será posteriormente atribuído ao líder João Pedro Stedile pela revista *Veja*, tal como discutimos em (Romão e Tfouni, 2002). Por agora, só pretendemos anotar que o sentido dominante elenca partículas de significantes e representações, que promovem o alinhamento de formações discursivas por um processo de identificação, que no caso da terra, é sempre a tentativa de criminalizar, diabolizar e negar os líderes políticos e a população que reivindica e se rebela contra a concentração de terra e renda.

Além de *chefe*, Conselheiro também é discursivizado no recorte que está sendo analisado, como *pastor* e *pai*. Ao defini-lo dessa forma, o sujeito resgata o sentido religioso desse primeiro significante. *Pastor* conduz o rebanho de ovelhas e remete ao coletivo *magote*. Na sua tarefa, o ato de guiar é sagrado pelas tantas metáforas apresentadas em parábolas e histórias do Evangelho, parecendo, assim, que o sujeito afia um elogio ao líder popular. No entanto, como já dissemos, as palavras mudam de sentido conforme o contexto em que são usadas e a posição de quem as enuncia. Assim, o significante *pastor*, aqui, não vem recuperar o sentido positivo e heróico do bom pastor, posto que sobrevaloriza-se às características perigosas e perturbadoras do líder e dos seus discípulos. Há um emparelhamento de significantes no mesmo discurso de modo a fazer funcionar Jesus e bandidagem lado a lado; “*donzelas e assassinos*” exemplificam isso. Naturalizam-se duas seqüências parafrásticas contrárias do ponto de vista semântico, criando um efeito de superposição que naturaliza o sentido em uma metáfora que originariamente seria uma antítese. Assim, a superposição produz um efeito de mixórdia. Silencia-se a conexão entre pastor, pai e chefe, e a palavra passa a funcionar como um fator da cegueira dos seguidores do Irmão Conselheiro.

Para engrossar a lista de significantes pejorativos e o funcionamento discursivo do fragmento acima, resta anotar as partículas *hedionda mescla*, *magote de ciganos*, *fantástico comboio humano*. Todas prontas a brocar sentidos negativos na população canudense. Se isolados, *prostitutas*, *possessos*, *incestuosos*, etc. eram perigosos, juntos representam uma mistura de diabolização, digna do status de inimigo nacional. O conjunto de defeitos, desvios e anomalias atribuídas aos humanos, equaciona uma realidade perigosa e alarmante, qual aglomerado de ciganos, povo andarilho, cuja reputação moral, em grande parte, repousa sobre a imagem de ladroagem e perigo. Por fim, todas as pessoas seguidoras de Conselheiro ingressam numa fila que parece um comboio, uma seqüência de veículos. Uma característica materializada lingüisticamente pela partícula *fantástico*. O fato de ser um quimérico comboio configura certa imagem de irrealidade, o exotismo e pés que não tocam o chão. Viagem apresentada como fruto de imaginação e elucubrações de fantasia risível que se constitui como mais um ingrediente imaginário desse discurso.

Ergue-se a voz que tenta calar tais ecos de miséria e exclusão, apagando o dilema social e a justificativa política, filiando-se à região de sentido de que não há outro motivo para tais movimentos senão a desordem, bagunça e perversão de seus atores numa vocação “natural” para desrespeitar as leis, o Estado, a Igreja e as instituições.

O movimento de Canudos destacou-se pela politização e pela conversão religiosa dos seus integrantes, conseguindo definir regras de conduta social bastante claras: observação da lei divi-

na, trabalho e disciplina, além do abandono dos vícios. Sola coloca as conseqüências desse processo:

“em Canudos não existiam mendigos ou prostitutas. As mulheres se vestiam de forma modesta, sem ostentar luxo ou miséria, e se ocupavam da fabricação de tecidos para a confecção de roupas, redes, etc., não faltando absolutamente nada a elas. A jornada de trabalho era de cinco horas diárias, com uma pausa para o almoço- ao passo que em algumas cidades da Bahia, Alagoas e Salvador a jornada diária era de cerca de doze horas em troca de um salário de 250 mil réis que mal dava para o sustento de uma família. O restante do tempo dos habitantes de Canudos era preenchido pelo lazer e pelas orações [...]. Todas as crianças tinham direito à educação e os adultos que quisessem aprender a ler e escrever também poderiam se matricular em uma das escolas existentes. Havia na comunidade uma cadeia, que por falta de uso acabou sendo apelidada pela população de poeira. Os assaltos não existiam e os crimes só raramente aconteciam, geralmente originados por ciúme e brigas entre casais. O assassino era expulso da cidade” (Sola, 1997, p. 40).

Percebe-se a dimensão sólida da primeira experiência socialista no sertão com o crescimento dos rebanhos de carneiros, porcos e aves, o trabalho nas plantações de batata, abóbora, cana, feijão, milho, além do abastecimento de toda a população com fartura e até mesmo da exportação de couro de cabrito para a Europa.

A existência de Canudos foi considerada ilegal e absurda por autoridades republicanas e até mesmo intelectuais do porte de Euclides da Cunha, que desmoralizaram a comunidade do Belo Monte com ataques preconceituosos e difamatórios, rotulando de *vadios, loucos, fanáticos e vagabundos* os que lá viviam. Fique marcado, já que aqui trabalhamos com as questões históricas das condições de produção desse discurso, que, na época, Antônio Conselheiro manifestava certa predileção política pela Monarquia, no momento de consolidação da República.

O governo brasileiro custou a destruir o Arraial; a população não se entregava, resistindo a investidas cada vez mais ferozes do Exército brasileiro. Entre orações, cantos e mobilização de defesa, mulheres, velhos e até crianças desenvolviam técnicas de guerrilha e luta corpo a corpo, defendendo suas casas e, principalmente, o santuário onde morava o Bom Conselheiro. Benício afirma que para os canudenses:

“[...] a morte não os atemorizava, doía-lhes, profundamente, o pensamento de que o arraial em que fizeram suas roças, em que tinham os seus casebres, trens e negócios, onde erguiam-se para o ar as duas enormes torres da igreja que não concluíram, caísse nas mãos dos soldados” (Benício, 1997, p. 203).

A decisão de lutar pelo Arraial fez o Exército perder quatro expedições, com soldados e munição cada vez mais pesada. Os majores se revezavam com vergonha e explicações de que o solo era ingrato, de que a seca consumia forças dos soldados, de que os ataques dos “fanáticos” vinham de locais imprevistos.

A população resistiu até o último grão de alimento e a última gota d’água. Com as fronteiras cerradas, sem conseguir captar água, sem chance de trocar produtos com os comerciantes vizinhos, a população foi definhando aos poucos. Fome e sede foram causas de inúmeros tombamentos. Feridos de guerra não recebiam tratamento, pois o enfermeiro e o médico do arraial foram fuzilados. Ainda assim, os rituais eram mantidos. Rezava-se nos mesmos horários, o sino batia as badaladas numa orquestração de normalidade, que, por vezes, confortava a população. Se para os canudenses o sino esculpia tranqüilidade no arraial, para os soldados significava ódio, pois representava vida e sobrevivência dos “loucos e fanáticos”. Timotinho era o beato sineiro, definido por

(Calasans, 2000, p. 22) da seguinte forma: *o sineiro do Belo Monte é uma das mais famosas figuras da guerra sertaneja de 1897.*

Ao manter viva a tradição do sino, o beato alimentava a população com uma crença pacificadora no momento em que canhões e infantarias se armavam para os ataques finais. Canudos tinha se tornado uma questão de honra para o governador e o presidente: o massacre estava anunciado. A primeira bala de canhão liquidou o sineiro nas últimas badaladas do dia. A segunda fez a torre e o sino virem abaixo. Ao escurecer, a população assistiu- atônita e incrédula- ao desabamento de um dos ícones sagrados do arraial: as batidas do sonho igualitário foram devoradas por um monstro sem cabeça.

Conselheiro morreu em 28 de setembro de 1897. De inanição, de estilhaço de bala ou de desintéria (*caminhiera* como a doença era chamada), há controvérsias a respeito. Foi sepultado pelos beatos no próprio Santuário em que viveu. A população rendeu-se ao desânimo, à fome e ao cansaço. Em 2 de outubro de 1897, o horror brocou um sentido novo àquela terra. Os bombardeios foram intensificados. Fuzilamentos. Um beato da confiança de Conselheiro, muito respeitado pelos habitantes do arraial, propôs ao general do Exército rendição dos sobreviventes. Pediu que os sobreviventes fossem embora pelos sertões sem armas, apenas vivos. Os oficiais concordaram. Benício narra tal passagem com o requinte de quem viu a cena da rendição:

“As pobres mulheres e crianças, antes de falar pediam água... água! Aquela grande miséria confragia a alma de todos. Metia dó e pena encarar aqueles rostos macilentos e sulcados de rugas profundas de sofrimentos indizíveis. Algumas, feridas, com o sangue coalhado, emplastrado entre os cabelos poeirentos, amamentavam os filhos: outras, baleadas nas pernas, no dorso, nos braços, torciam-se de dores. Os pequerruchos enrolavam-se medrosos nas barras das saias sujas e esfarrapadas das mães. Beatinho conseguiu trazer um milhar de mulheres e crianças, que eram entregues a determinados batalhões, que desapareciam com os bandos por trás dos morros” (Benício, 1997, p. 212).

Todos degolados um a um. Os oficiais limpavam o sangue humano na sola dos sapatos ao som de risos. Macotas, moradora do Arraial, levantou-se e desafiou os oficiais ao ver tamanha brutalidade. A fala dela se inscreve no lugar da resistência, no movimento discursivo da voz que não quer ser calada. O sentido que se instala nega o extermínio de que é vítima, refuta a censura e o tratamento recebido à bala de canhão. Mais do que falar, o sujeito grita, na posição de vitimado, o seu protesto. Na seqüência, estão reproduzidos o diálogo entre Macotas e o oficial:

“– Os senhores se apoderaram de nossas casas, dos nossos potes, das nossas roupas, do nosso feijão, de nossa farinha, do nosso milho, de tudo quanto tínhamos! O que querem mais? Não temos mais em que carregar um pingo de água nem o que comer; andamos todos esmolambados, assim! O que querem mais! Tocaram fogo em nossas roças, mataram os nossos filhos e maridos, não estão satisfeitos?! Querem o Conselheiro, não é? Pois bem, não o terão. Já morreu. O Pai de nós todos, que me está ouvindo e viu e vê o que os senhores fazem, chamou-o, está morto. O que mais desejam? A nós mulheres? Homens há poucos lá dentro e estes não se entregarão, morrerão todos, um por um, no combate, que é bem melhor de que se degolado como os senhores têm feito aos desgraçados que lhe vieram pedir socorro. Degolem a todos; degolem os filhos também, para que não reste um só que como eu, agora, amaldiçoe mais tarde a todos, a todos, raça danada!! – Cala-te, diabo! – Calar-me? Era o que faltava. Querem tirar-me a voz também? Pois é fácil; cortem o pescoço, como têm feito às minhas companheiras” (idem, p.212).

O confronto de sentidos potencializa dois territórios. De um lado, o sujeito expressa o clamor de quem não foi respeitado. Vilipendiado e sobrevivente de uma série de violências, o sujeito posta a sua indignação. Com a *roça, casa, pote, milho, feijão, farinha, roupas* roubados e destruídos, materializa-se lingüisticamente o trapo humano a que o canudense foi reduzido. Com o *filho, marido* mortos, com a *família* esfacelada, ele foi alfabetizado na cartilha da destruição, excluído até mesmo do convívio com os seus.

Ao relatar a escalada de perdas impostas pelo outro, o sujeito enuncia uma série de perguntas para as quais não fornece (nem existem) respostas. *O que querem mais? O que mais desejam?* escancaram o grau máximo de humilhação, sofrimento e privação a que o sujeito na posição de canudense é reduzido. A repetição do *mais* materializa uma pressuposição: existe a possibilidade de que algo mais aconteça. Algo impossível para a mulher (posto que todas as perdas já foram contabilizadas, posto que o “eu” já ficou reduzido à miséria sacrificada), mas que ela sabe existir para a posição de soldado. Nem água para ela, mais castigo e degola para ele. Há um anúncio da morte e da tortura finais, marcados discursivamente. Na posição de total humilhação, o sujeito *sem “um pingo de água nem o que comer*, sabe que só tem a morte como pagamento final por existir. Prenuncia o seu fim, qual os cativos que se matavam afogados, como as negras que abortavam ou destruíam seus filhos logo após o nascimento. A voz é metáfora da última forma de resistência: o silêncio das reivindicações é garantido pela degola de todos os viventes, a perda das cordas vocais e da vida não garantem a vitória diante do massacre.

No confronto descrito acima, dois sentidos entram em rota de colisão. A posição da resistência na voz do sujeito, que busca significar-se a partir dos seus direitos em choque com a posição daquele que ocupa o lugar hierárquico superior, com o poder já assegurado em suas mãos. Nessa última posição, coloca-se o sujeito que vê o Arraial como perigo, como uma ameaça às leis. Ele se filia à concepção oficial da Igreja, que promovia uma associação entre o poder magistral da instituição santa e a religiosidade perigosa e fanática dos seguidores do Irmão Conselheiro. O outro é enviado à zona da diabolização, do mal e do poder satânico, que causa destruição da vida em sociedade e, sobretudo, da paz e generosidade divinas a que os eleitos pela Igreja tinham direito. *Diabo* materializa isso lingüisticamente. Ao usar o verbo no imperativo – *cala-te* –, o sujeito assenta-se sobre uma posição discursiva que lhe atribui o poder de permitir a fala ou impor o silêncio. Registra a ordem, o imperativo da autoridade que julga ter pela imagem da farda e pelo cargo oficial que ocupa, destinando a mulher ao lugar de silenciada e, depois, de morta física e simbolicamente.

A explicação para a identificação do sentido dominante com a Igreja oficial dá-se de modo simples. Diante da existência simplória e cristã, maturada por Conselheiro e seus seguidores, a Igreja se assustou. Com o exemplo da grande quantidade de adeptos do Bom Senhor Conselheiro, ela se inquietou. A mobilização de tantos excluídos e o crescimento da imagem do profeta, tido como santo pelos seus discípulos, determinaram uma situação de pavor nos setores mais conservadores dessa instituição religiosa. O crescimento vertiginoso do arraial fez com que a Igreja e também o Estado se sentissem ameaçados em suas esferas de poder. Neto mostra que

“o clero, sentindo-se ameaçado, inquietava-se. Ancorados no caráter oficial da religião católica e motivados por interesses subjacentes contrariados especialmente o esvaziamento das igrejas os padres deblateravam e escreviam ao Arcebispado, urdindo tramas e pedindo providências contra o inoportuno Pregador. Argüiam junto ao Estado o acionamento de mecanismos repressivos de controle social e, no plano doutrinário, buscavam desqualificar a palavra e a pessoa de Antônio Conselheiro” (Neto, 2001, p.20).

As expedições (especialmente a quarta tentativa de massacrar Canudos) foram uma carnificina, que tiveram como troféu a cabeça putrefata (estava morto há quase um mês) e degolada do líder Antônio Conselheiro, que sofreu a acusação de loucura e insanidade como atesta a troca de ofícios entre D. Luís, arcebispo da Bahia, e o provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro bem como entre autoridades políticas e eclesiásticas da época. Benício compilou dizeres escritos das personalidades religiosas citadas acima:

“Tenho a honra de passar às mãos de V.Exa Rvma o ofício, junto, por cópia, que nesta data dirijo ao Exmo. Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no ‘Hospício de Alienados’ da corte...”

“Venho rogar a V. Exa. Que se digne obter do Exmo Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia dessa Corte a admissão do infeliz monomaniaco no Hospício de Alienados [...] para que cesse o estado de perturbação moral e material em que se acha grande parte do povo do interior da província.”

“Exmo. Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no Hospício de Alienados, da corte, como atacado de monomania religiosa”

“Declaro a V. Exma, em referência a seu ofício de 15 de junho último, que conforme me comunicou em data de 1 mês a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, não há presentemente no Hospício Pedro II, um lugar disponível para o alienado Antônio Vicente Mendes Maciel” (Benício, 1997, p. 27-28, p. 51-53).

Os recortes acima somados ao diagnóstico sentenciado pelo doutor Raimundo Nina Rodrigues, famoso antropólogo e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, representante-mor do lombrosionismo no Brasil, constituem um farto material para a interpretação. Ao analisar o crânio do líder, do alto dos paradigmas positivistas da época, ele ditou:

“O crânio de Antônio Conselheiro não apresenta nenhuma anomalia que denunciasses traços de degenerescência: é um crânio mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes [...] É pois um crânio normal” (Villa, 1999, p. 218).

O paradigma científico, que é discursivizado pelo fragmento acima, pretende estabelecer o controle do indivíduo, que é apresentado como descritível, medido e pesado fisicamente, ao mesmo tempo em que procede a um apagamento das características particulares de personalidade e ideologia. Para tal visão médico-anatômica do sujeito, o indivíduo é engessado pelo resultado de sua descrição fisionômica, fechada em categorias inflexíveis. Ao falar do tamanho e do funcionamento do corpo, da cor e das funções físicas do indivíduo, das feições do rosto, cria-se o efeito de sentido de que é possível deste modo ter acesso ao campo mais íntimo dos homens, sendo possível, assim, determinar os traços de sua personalidade. A esse respeito, Courtine e Haroche afirmam que:

“ao adivinhar a interioridade de um sujeito a partir das marcas significantes que se oferecem para ser lidas sobre seu rosto, compor-se-á a mais favorável expressão para chegar a seus fins. [...] Estas são questões longínquas, indissociáveis, desde a origem, do exercício do poder e presentes ao próprio nascimento da reflexão moderna sobre o político” (Courtine e Haroche, 1988, p. 61-68).

Ao analisar o rosto, os traços fisionômicos e a aparência do indivíduo, pretendia-se chegar a uma base fixa, cuja decifração maior seria colocar em relevo um ser observável, e, por assim dizer, controlado politicamente. Tal paradigma teve início com a antropologia criminal de Lombroso com o *slogan* de que era preciso “identificar os indivíduos a partir de uma classificação que sistematiza traços de morfologia facial. São tipos que esta classificação pressupõe: o degenerado, o melancólico [...] ou o gênio” (Courtine e Haroche, 1988, p. 69). Nesse sentido, o apagamento da capacidade de linguagem e a inexistência de particularidades colocam o homem na sua condição de animalidade mais originária, resumido à biologização das suas emoções e dos seus posicionamentos políticos e ideológicos.

O rosto, e por que não dizer o crânio?, refletem silenciosamente traços constantes, repetitivos e passíveis de classificação. No caso, a loucura se repete sempre da mesma forma com características identificadas a partir do visual. Assim, Antônio Conselheiro foi classificado como homem degenerado, louco, criminoso e sem raios de lucidez. Ora, para um alienado típico, doente mental (e louco), abrem-se duas possibilidades. A primeira é o postulado médico da internação e do afastamento do convívio social sob o parecer de uma doença incurável e tida como perigosa. A outra instância, que descreve a “normalidade’ funcional do cérebro de Antônio Conselheiro foca a atenção no seu aspecto fisiológico, silenciando a liderança política e religiosa que ele foi. Há um movimento de apagamento do seu valor político, questionado pela suposição de uma anormalidade física, demência ou loucura. Registrada a sanidade mental, o articulador de Canudos desaparece. Nega-se o líder, faz-se adormecer o discurso da mobilização social.

Além da imagem de *louco e insano*, outras representações para a liderança canudense são materializadas discursivamente pelo sentido dominante na posição que os padres se inscrevem. Frei João Evangelista de Monte Marciano foi o capuchinho italiano que adentrou o arraial com a missão “santa de converter os habitantes” e fazê-los retornar à vida republicana, aceitando o Estado e a Igreja oficiais. O relatório feito pelo frei como registro da viagem apresenta uma fotografia negativa do espaço físico, expondo crítica, preconceito e difamação, como por exemplo, o uso de vários adjetivos serve para construir o efeito de desvio político e religioso que Canudos encerraria. Assim, em sua descrição, ele escreve:

“A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada nos Canudos, não é só foco de superstição e fanatismo e um pequeno cisma na Igreja Baiana; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído. [...] Naquela infeliz localidade, portanto, não tem império a lei, e as liberdades públicas estão grosseiramente coarctadas. [...] Aquela situação deplorável de fanatismo e de anarquia deve cessar para o honra do povo brasileiro para o qual é triste e humilhante que, ainda na mais inculta nesga da terra pátria, o sentimento religioso desça a tais aberrações e o partidarismo político desvaire em tão estulta e baixa reação” (Marcondes, 1997, p. 118-119).

Toda a materialidade lingüística constrói uma fotografia capaz de desqualificar Canudos com tonalidades sombrias como assinalamos a seguir. Em primeiro lugar, ele recita uma ladainha de desmerecimentos, ocupando a posição de autoridade religiosa. *Seita, superstição, fanatismo, pequeno cisma na Igreja* arrastam o reduto do santo guerreiro para uma zona caricatural, marcada pela fê cega e perigosa, pois há na religiosidade sertaneja um desvio. Como representante da Igreja Oficial, em grande medida conivente com os abusos do poder latifundiário, o sujeito se posta em um campo civilizatório, tratando o outro com os adjetivos que possam condená-lo: “desprezível, perigoso, funesto, infeliz”. Interessante perceber que o funcionamento discursivo aponta uma

gradação com a seqüência sintática “não é só X, é principalmente Y”. Somados os inconvenientes do reduto, destaca-se a ameaça não só à Igreja, mas a toda nação.

O sujeito se move, então, da posição de líder religioso para o lugar de representante do povo. Fala pelo povo em prol do nacionalismo, da soberania e segurança nacionais. A ideologia que o interpela e a sua relação de proximidade umbilical com o poder político vigente parasitam o seu olhar, contaminando-o com a doença do preconceito. “Anarquia, honra do povo brasileiro, partidário político, terra pátria, liberdades públicas, lei” encerram a ocupação de um lugar endossado pela opinião pública, como se o sujeito expressasse a própria voz e vontade do povo. A mobilidade do sujeito dentro da formação discursiva dominante, ora cria um efeito de autoridade religioso, ora político, mas sempre oportuniza a legitimidade do seu saber e a culpabilidade dos canudenses.

Colocando-se como centro da verdade e normalidade já descritas, o sujeito instala-se na posição que condena o desvio e a transgressão religiosa dos canudenses, buscando reduzi-los em número e expressão. *Seita*, *cisma*, *núcleo*, *nesga* são marcas usadas por Frei Marciano e que materializam lingüisticamente partes incompletas, fragmentos do todo. Interessante colocar aqui o processo de nomeação e designação do arraial. Todas as metáforas ensaiam um largo espaço de discursividade, em que o silêncio joga sentidos em rotação. Orlandi, ao estudar a denominação *Nova República* a partir de recortes de discurso e Tancredo Neves, afirma que:

“Portanto, um dos aspectos fundamentais desse ato de nomear é o silêncio que ele cria. Podemos, então, perguntar: o que este nome silencia? [...] Em suma o que a fala da Nova República faz é instituir um espaço de discursividade onde, de um lado, se silenciam discursos que falariam da ditadura ou de outras formas de governo e, ao mesmo tempo, se garante que alguns sentidos e só eles circulem, a aí circulem necessariamente” (Orlandi, 1996, p. 271-274).

Da mesma maneira, Canudos recebe um tratamento que instala o efeito mínimo de representação política e religiosa, silenciando a dimensão revolucionária daquela experiência. Ao falar do pequeno, parte, fragmento, reduz-se o conflito, atrofia-se a reivindicação e luta pela terra, suturase a discursividade por onde escorre o sangue da indignação e da mobilização dos pobres. O sujeito direciona o sentido para a região da ilegalidade, ameaça, loucura, fanatismo, organizando as relações de poder de modo a convencer o leitor de que o sertanejo de vítima da violência passa a ser narrado como a causa e a origem dela.

Na guerra do fim do mundo, *seita* funciona como a indicar uma doutrina ou sistema de alguns sem o estatuto simbólico de uma Igreja, instituição de vários integrantes. *Cisma* é a segunda partícula a indicar a estratégia do sujeito para tornar mínima a representação do arraial. Tomando emprestado o sentido da palavra, o sujeito transporta o seu uso, desviando-o para o lugar que subestima o valor da religiosidade canudense e atribui desvalor aos integrantes de Canudos. Eles são dissidentes da grande mãe (Igreja Católica), deserddados da fé; assim, não podem ser narrados como célula inteira, mas como parte pequena, *núcleo* apenas.

Para encerrar o quadro de anormalidade e desvio, relativos à montagem de Canudos, para engrossar a redução do grupo mínimo, o sujeito usa *foco*. O sujeito do discurso promove uma associação entre Canudos e ponto de infecção, fonte de contágio e epidemia, como a indicar o perigo da contaminação emergente naquele arraial. O sentido entra em uma região que justifica a ação asséptica e higiênica do Estado e da Igreja.

O poder oficial da Igreja, representado pela sua proximidade com os proprietários de terra, também aparece configurado lingüisticamente no recorte a seguir. O vigário de Inhambuque escreveu um texto (1886) em que o funcionamento discursivo aponta uma identificação com a posição-sujeito apresentada acima:

“... se o dito Conselheiro fosse somente um herege catholico perverso, um falso profeta, nós sacerdotes tínhamos sempre ao nosso lado a verdade, sustentada pelos legítimos superiores e por nós, e havíamos de sair vitoriosos; mas como o tal se pôs de valentão, de bravo, de chefe de quadrilha, é necessário prevenir as Autoridades Eclesiásticas e Cívicas, para que em tempo sejam dadas as devidas providências, afim de que não tenhamos de deplorar maiores males” (apud Neto, 2001, p.19).

O recorte setoriza dois grupos. De um lado, a *verdade*, autorizada pelas figuras representáveis da Igreja e do Estado, *Autoridades Eclesiásticas e Cívicas*, cujas iniciais se escrevem com letra maiúscula. Aparentadas pela riqueza e representação política, incorporam o próprio *status* de agentes do bem, legitimados pela interpretação das “leis divinas”, compactuando com o poder supremo de tomar decisões em prol da *providência* divina e humana. O sujeito se (e os) coloca no lugar sábio, privilegiado, de representantes da vontade de Deus na terra (Igreja) e do regime político confiável (República).

Contra tais autoridades religiosas, se arma a bandidagem. *Bravo, valentão, perverso e falso*, o profeta do mal – *dito Conselheiro* – proclama a ruptura com os sentidos tidos como aquelas de uma “vida distinta”, equaciona preceitos de corrupção leitura das leis divinas, ameaça a Igreja e o Estado com heresias sem fim. Os males disseminados por *esse louco e seu bando* são materializados no discurso com o atributo *chefe de quadrilha*. Quadrilheiro e agente saltador, que anda em bando, alinham a diabolização ideal para condená-lo ao lugar de bandido e fora da lei. Há dupla acusação quando o sujeito envolve o fanatismo no seio da criminalidade. Conselheiro e seus beatos são representados como belzebus do sertão. Não constam dessa equação discursiva os miseráveis, os desempregados e expulsos da terra, os escravos mutilados de representação política e jurídica. Não vêm ao caso a mortalidade de levas de humanos em detrimento de fome, doenças e precárias condições de vida. Também não importa quem aprendeu a ler no alfabeto da exclusão social, sumaria-se a tosca explicação de que há um inimigo nacional a ser reprimido, pois a “paz dos homens de bens” está ameaçada.

Durante a quarta expedição, o general Artur Oscar pediu reforço de mais de cinco mil homens, depois outros quatro mil homens, num total de quase 12 mil soldados, para atacar o reduto de “bandidos” durante aproximadamente um ano. Quando da “vitória” dos oficiais, a *Gazeta de Notícias* publicou:

“A cidadela maldita, onde o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para a eterna vergonha de nossa Pátria, não existe mais” (Galvão, 1994, p. 214).

Representada como reduto de bandidos e tecida pelas imagens de *ignorância, fanatismo, maldição, estupidez, perversão e vergonha*, a cidade é escrita em seu diminutivo – *cidadela* –, materializando, no funcionamento discursivo, uma tentativa de minimizar os avanços econômicos e sociais do Arraial. A *cidadela* é pequena em tamanho físico e em representação simbólica. Na mesma região do sentido dominante e oficial, se inscrevem os recortes abaixo que (Benício, 1997, p. 23, 98, 102, 104) deixou como registro jornalístico. Todos eles indiciam que, nos momentos de ataque a Canudos, a forma de designação dos conselheiristas se identifica com a imagem de bandidagem:

“Faço apresentar a V.Sa. o indivíduo que se diz chamar Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, que suspeito ser algum dos criminosos dessa província que andam foragidos.” – ofício para a secretaria da polícia da Bahia.

“Antônio Conselheiro (...) chefiando milhares de bandidos e assassinos que vêm devastando do interior para a costa.” – Manoel Benício.

“Aguardo ordens. Oficiais e forças estaduais corretíssimos. Bandidos engrossam Canudos.” – Major Febrônio ao Chefe de Segurança Pública.

“Autoridades população Monte Santo em nome, vida e honra da família brasileira pedem façais quanto antes marchar força comando major Febrônio, detida quatro léguas de Monte Santo, a fim de neutralizar assalto presumido ou preparativos fuga bandidos.” – Juiz de direito de Monte Santo, dr. Gomes Forte Pontes ao governo do Estado.

Fica bastante cristalizado o dizer que desqualifica a mobilização política e, em seu lugar, narra o perigo à nação, a ilegalidade, a desordem e o fanatismo. Tal sentido dominante oficializou a retórica de satanização e criminalização que hoje se atribui aos fatos realizados pelo MST. Cabe aos leitores de plantão interpretar o que esse discurso significa e a quem ele serve.

Referências bibliográficas

- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CALASANS, José. *O Estado-Maior de Antônio Conselheiro* (quase biografia de jagunços). São Paulo: Edições GRD, 2000.
- COURTINE, Jean Jacques; HAROCHE, Claudine. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao XIX. In: LANE, S. T. M. (apres.) *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC, 1988, p. 61-86. (Série Cadernos PUC)
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.
- GUESPIN, A. *Problématique des travaux sur le discours politique*. Paris: Larousse, 1971. (Langages, n. 23)
- MARCONDES, Ayrton. *Canudos: as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Círculo do Livro, 1997.
- MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981.
- NETO, Manoel. Canudos, palavras, imagens e desafios. In: NETO, M.; DANTAS, R. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo – história oral temática*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; TFOUNI, Leda Verdiani. Vejam, caros amigos: o litígio discursivo. *Revista Eletrônica de Ciência Política ACHEGAS*, n. 2, 2002. (www.achegas.net)
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 2002. 310 p. (Tese de Doutorado em Psicologia)
- SOLA, José Antônio. *Canudos: uma utopia no sertão*. Campinas: Contexto, 1997.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.

Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocação entre gênero, trabalho e território

Trabajadoras rurales y lucha por la tierra em Brasil:
interligando género, trabajo y território.

Tural women workers and the land struggle in Brazil:
linking gender, labour and territory

María Franco Garcia

Mestranda em Geografia junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior e membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).
Correio eletrônico: mmartillo74@hotmail.com

Antonio Thomaz Júnior

Professor de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e do CEUD/ UFMS/Dourados; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) <www.prudente.unesp.br/ceget >; pesquisador 2B/CNPq/PQ e autor do livro *Por trás dos canaviais os nós da cana* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002).
Correio eletrônico: thomazjr@stetnet.com.br

Resumo

A construção de relações de gênero nos territórios de luta pela terra (assentamentos e acampamentos), dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, só pode ser compreendida a partir da processualidade social que os define. As funções sociais das trabalhadoras acampadas mudam uma vez que se transformam em assentadas, o que repercute diretamente na redução do seu espaço político e social. A preocupação que permeia esta interlocação radica na necessidade de desvendar processos estruturais e locais da divisão social e sexual do trabalho, que criam e reproduzem a ideologia hegemônica que por sua vez, direcionam as relações de gênero, com o objetivo de manter o *status quo* do controle social.

Palavras-Chave

Relação de gênero – Trabalho – Trabalhadora rural – Território – Luta pela terra.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 257-272	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

The construction process of relations of gender inside Land Struggle's territories (establishments and camps), of Brazilian Rural Workers Without Land, it can only be understood starting from the social process which defines them. The camped workers' social functions change once they become to have seated, what directly rebounds in the reduction of their political and social space. The principal worry of our dialogue starts in the need of unmasking structural and local processes of social and sexual division of work, that create and recreate the hegemonic ideology, which address the relations of gender with maintaining the *status quo* of the social control objective.

Keywords

Relations of gender – Work – Rural worker – Territory – Land struggles.

Resumen

La construcción de relaciones de género en los territorios de la Lucha por la Tierra (asentamientos y campamentos), de los trabajadores e trabajadoras rurales en Brasil, sólo puede ser entendida a partir del proceso social que los define. Las funciones sociales de las trabajadoras acampadas varían en cuanto se transforman en asentadas. La repercusión de este cambio supone la reducción del espacio político y social de las mujeres implicadas. La preocupación en la que se basa esta interlocución radica en la necesidad de colocar una luz sobre los procesos estructurales y locales de la división social y sexual del trabajo, que crean y reproducen la ideología hegemónica, que paralelamente, direcciona las relaciones de género, con el objetivo de mantener el status quo del control social.

Palabras Clave

Trabajadora Rural – Relaciones de género – Territorio – Lucha por la Tierra.

“El reverso del destino es la conciencia de libertad”

Octavio Paz

Introdução

Os apontamentos que aqui apresentamos são resultados parciais da pesquisa sobre relações de classe e gênero na territorialização da luta pela terra que estamos desenvolvendo na região do Pontal de Paranapanema, no Estado de São Paulo, Brasil. O foco deste artigo é apresentar funções e papéis de gênero identificados em assentamentos e acampamentos de origem na luta pela terra do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Pretendemos com isto, caracterizar os papéis sociais desempenhados pelos trabalhadores e as trabalhadoras rurais em diferentes momentos/espços do processo/movimento da luta pela terra: os acampamentos e assentamentos rurais.

Esta análise é ponto de partida para termos numa maior compreensão das mudanças protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro. O incremento da mobilização destas por meio de grupos de trabalhadoras organizadas, autonomamente ou bem no interior de movimentos sociais, nos assentamentos e acampamentos rurais brasileiros, representam sinais dessa mudança.

Os depoimentos das trabalhadoras e trabalhadores do assentamento Madre Cristina e do acampamento Padre Josimo, ambos no município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, constituem a base das nossas reflexões. Nesses territórios o *modus vivendi* é fruto de processos de organização coletiva, o que os converte em espaços privilegiados para a organização e cooperação entre seus membros. A organização espacial, a história de luta, e a proximidade das relações e

reivindicações comuns, funcionam como elementos de empoderamento de homens e mulheres, socialmente excluídos, no avanço do esforço para superar a miséria.

Nesse sentido, entendemos prioritário contextualizar na metamorfose contemporânea do mundo do trabalho, o contingente humano que forma o que hoje no Brasil, e no mundo, se conhece como os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. Particularmente, as mulheres e homens que ingressam nas fileiras de um dos seus mais representativos movimentos, além do mais distorcido e manipulado pela mídia, o MST. Um movimento social rural de classe que luta contra a exclusão e pela dignidade humana. Para tal fim, optamos pelas categorias de classe e gênero como portas de entrada da nossa leitura.

Em primeiro lugar, tratamos de identificar a estrutura da divisão sexual do trabalho que se estabelece nesses territórios. A identificação das atividades produtivas e reprodutivas e de trabalho comunitário nos assentamentos e acampamentos constata-se fundamental para evidenciar a participação de homens e mulheres em todos os níveis e âmbitos, para colocar prioridades e contribuições.

Em seguida, apontamos singularidades e reproduções de ideologias e práticas de subordinação da mulher presentes no universo dessas trabalhadoras. Indagar sobre estas questões responde ao objetivo de desvendar os limites que são colocados nestes novos espaços para a quebra do destino de gênero, luta inerente ao discurso do MST e implícito nas organizações das trabalhadoras assentadas. Intentamos explicitar a produção e reprodução das clivagens de gênero que nos assentamentos e acampamentos rurais se apresentam para a militância feminina no movimento social dos Sem Terra e as organizações de mulheres trabalhadoras rurais.

Por último, colocamos as duas estratégias diferenciadas de desenvolvimento e luta que mobilizam às mulheres trabalhadoras do assentamento Madre Cristina e o acampamento Padre Josimo: o Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Gênero, classe social e luta pela terra: apontamentos para o debate

Uma questão de vital importância para iniciarmos na “leitura” geográfica do processo da luta pela terra contemporâneo no Brasil, é a de estarmos cientes de uma realidade que, por árdua, habituamos a não definir com palavras e sim com números. Dados estatísticos mostram as absurdas disparidades que uma das distribuições de renda *per capita* mais desiguais do mundo fazem do Brasil, antes de tudo, um país de miseráveis.

Sabemos que qualquer distribuição, não importa quais sejam os meios de consumo, é consequência da distribuição das próprias condições de produção. Mas esta última distribuição, porém, é um aspecto do modo de produção em si (Marx, 1966). Ao afirmar que o Brasil é um país de miseráveis, correndo o risco simplista da generalização, propomos chamar a atenção sobre uma estrutura de relações sociais que outorga e tira oportunidades, além da privação de bens materiais e a sua injusta distribuição.

A armadilha liberal do paradigma distributivo como ideal de justiça social, torna opaco o sistema de opressão – dominação estrutural que constrói a dinâmica das relações sociais (Young, 2000). Atentos a dimensão do capital como relação social, este como sistema metabólico socioeconômico de controle é, antes de tudo, uma força de comando (Mészáros, s/d). O caráter sistêmico do controle social do capital implica a reprodução do sistema opressão – dominação nas mais importantes instituições políticas, econômicas e culturais. O que entranha a existência de múltiplas dimensões de controle.

Além da exploração de classe, a carência de poder e a exclusão social são formas de opressão que se constituem em virtude da divisão social do trabalho. O imperialismo cultural e a violência

estrutural são também práticas sociais opressivas e de controle (Young, 2000). Trazer à tona estes matizes revela-se de suma importância quando procuramos desvendar as clivagens que oprimem a mulheres e homens como grupos sociais com identidade, ou subjetividade coletiva, de gênero.

No rural brasileiro as diferentes frentes articuladas sob a bandeira da Luta pela Terra e a Reforma Agrária, agrupam uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra um destino social de exclusão (Martins, 2000). Na exploração da classe trabalhadora a opressão tem lugar por meio de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. Mas a injustiça da divisão em classes da sociedade produtora de mercadorias, não radica só no fato distributivo de que “os menos tem o mais”. A exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. As regras sociais a respeito do que é trabalho, quem faz o que e para quem, como é recompensado e qual é o processo social pelo que as pessoas se apropriam dos seus resultados, operam para determinadas relações de poder e desigualdade. O conflito no campo é a luta de classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais despossuídos dos meios de produção e desnecessários para um sistema econômico e social que coisifica as relações humanas, mercantilizando-as.

O cenário no qual se inserem essas trabalhadoras e trabalhadores, tem como base fundante a concentração da terra, do capital e da renda, e a precarização das relações de trabalho.

Hoje no Brasil, as desigualdades sociais do campo, fruto da concentração fundiária e da modernização seletiva da agricultura, somam-se segmentos sociais da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999), que nas cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e que e vivem a desqualificação, precarização e informalização assim como a despossessão ou o desemprego em massa (Thomaz Jr., 2001).

Focando as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, é importante destacar que estas se enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual que seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho, e à mulher, longe de emancipá-la a explora mais ferozmente. Assim as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas, implica remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos são inferior a recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no se cotidiano.

A infravaloração do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade ocidental, tanto nos espaços urbanos e rurais, quanto nos territórios da luta. Independentemente das conquistas de cunho feminista e trabalhista logradas durante décadas de luta atendemos hoje, ao incremento da precarização e informalidade nas relações de trabalho concomitante ao incremento da participação da mulher no mercado de trabalho

Uma consequência dramática de discriminação de gênero é o crescente processo “feminização da pobreza”. No Estado de São Paulo a maioria dos lares chefiados por mulheres se localiza na zona urbana, mas a sua situação marginal não é exclusiva da cidade. Durante o nossa pesquisa em campo constatamos que as famílias chefiadas por mulheres assalariadas rurais sobrevivem na periferia da opressão. Sobre elas recai o peso da discriminação de gênero, da exclusão social, da

carência de poder e da exploração de classe, colocando-as junto das suas famílias no limite da sobrevivência.

A respeito do trabalho não assalariado que se realiza nos assentamentos e acampamentos, este tem um marcado corte de gênero. Ainda que já vislumbramos fissuras no padrão de comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras forjadas na luta, a construção de relações de gênero nesses espaços parte da tradicional divisão sexual das tarefas legitimada na nossa sociedade. A mulher é relegada à esfera privada e reprodutiva no assentamento e às atividades assistenciais vinculadas à coordenação do cuidado das crianças, saúde e educação dos acampamentos. O espaço público e as atividades produtivas da roça no assentamento são masculinas, como o são também as tarefas de coordenação e gerenciamento dos acampamentos.

Entendemos que a produção e reprodução do espaço estrutura-se por meio de determinadas relações de poder decisivas (Smith, 1988). A classe e o gênero são as categorias de análise que nos permitem interpretar de forma ampliada, a produção e reprodução dos espaços e momentos da luta pela terra. Acampamentos e assentamentos concentram relações de gênero diferenciadas da classe trabalhadora forjada nessa luta.

A família e a propriedade privada reforçam a ideologia hegemônica de gênero que oprime a mulher sob normas discriminatórias socialmente aceitas. Nos acampamentos tem lugar a socialização da vida privada. Isto permite quebrar com o silêncio de muitas “companheiras” por meio da criação de espaços para que a sua voz seja escutada. As responsabilidades familiares e a divisão público/masculino – privado/feminino do espaço no assentamento, dificulta a participação das mulheres como agentes políticos de transformação e dinamismo no espaço rural.

O universo da luta pela terra e a participação da mulher: do acampamento ao assentamento

Nos acampamentos rurais a divisão das funções de gênero está condicionada pelo seu caráter temporal. Acampar significa ocupar coletiva e organizadamente um espaço visando conquistar a terra. O acampamento é o momento entre a ocupação e a posse do lote. E também é o território de barracos de lona e despejos, da organização e gestão coletiva, das assembleias, do trabalho comunitário, da militância ativa e da resistência. A sua dinâmica implica o desenvolvimento por parte de cada um dos seus membros de uma função. Isto faz que as acampadas exerçam diferentes papéis. A associação da mulher à esfera privada/doméstica/reprodutiva não é identificada na mesma medida que para a mulher assentada.

A maior parte das mulheres que tivemos a oportunidade de conversar no acampamento Padre Josimo, estavam a espera de um pedaço de terra quase cinco anos. Durante este período trabalharam como diaristas no assentamento vizinho Laudenor de Souza, como cortadoras de cana da fazenda próxima do acampamento, e também aquelas que contavam com a família para ficar tomando conta do barraco, buscaram emprego na cidade de Teodoro Sampaio, trabalhando de domésticas durante a semana e voltando a acampar nas suas folgas. A necessidade de sobreviver no acampamento faz com que a maior parte das famílias estejam divididas durante essa fase da luta. No Padre Josimo os membros dos casais responsabilizavam-se indistintamente do barraco alternando-se no tempo, em função de quem contasse com serviço fora.

A cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal. O papel da mulher como sujeito de resistência e “companheira de luta” é valorizado pela sua capacidade de trabalho, como se observa na fala do coordenador do acampamento:

“Muitas mulheres aqui neste acampamento dão de mil num homem. Trabalha muito, tem mulher que mora sozinha num barraco. Ela vai para o lote prepara o lugar para de fazer o barraco, tudo sozinha [...] a mulherada aqui dentro não tem tempo ruim. Elas são muito para frente. Para elas não muda nada quando peguem o lote, se vão trabalhar mais o menos. Não muda nada porque são muito trabalhadeiras”. (Trabalhador rural acampado no Padre Josimo e militante do MST)

Tanto nos confrontos armados como nas passeatas de protesto e ocupações de latifúndios improdutivos as acampadas e acampados do Padre Josimo apareceram lutando de forma igualitária.

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a consumação do acesso a posse da terra. Neles as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa para muitas assentadas o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada os espaços de sociabilidade são muito reduzidos.

Através das falas dos trabalhadores e trabalhadoras assentados no Madre Cristina podemos constatar que uma vez conquistada a terra os objetivos pessoais e a projeção do futuro familiar muda. Isto repercute diretamente no declínio da participação, sem distinção de gênero, na militância política da luta organizada e na mobilização dos assentados. Mas do cotidiano relatado, as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, tem maiores dificuldades de participar devido ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico, que se acentua no assentamento onde se faz patente a dupla jornada de trabalho.

Além do mais, na percepção das assentadas fica claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de se ausentar livremente do assentamento.

Segundo depoimentos das lideranças no assentamento, o envolvimento na luta pela terra contribui para a formação de comportamentos, mais participativos ou no mínimo mais conseqüentes entre as mulheres assentadas, o que permite discriminar aquelas que passaram pela experiência do acampamento, daquelas que não. Não obstante, quando nos referimos às trabalhadoras com um passado na luta, muitas assentadas insistem em que o resto das mulheres não participam porque não querem. Não reconhecem as limitações de gênero e apresentam tudo como uma escolha pessoal.

Todavia, outras assentadas colocam as assimetrias de poder entre homens e mulheres como o impedimento fundamental para a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política. A submissão da mulher dentro do casal é denunciada sistematicamente:

“Há mulheres interessadas em criar atividades no assentamento, ou participar do Movimento, e o marido não deixa mesmo. Tem umas que insistem e falam: eu vou sim. Mas tem umas que o marido não deixa mesmo, dizem que o lugar da mulher é lá, já que quis o lote, tem que ficar lá, tem o serviço, não pode deixar sozinho, depois vêm os filhos e assim...”. (Representante do Sector de Gênero do MST no assentamento Madre Cristina)

O cotidiano da labuta: a divisão sexual do trabalho e a construção de relações de gênero

Para o pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais existem, além dos obstáculos econômicos, sólidas barreiras culturais e sociais, como vimos constatando. As limitações com as quais as trabalhadoras se enfrentam no seu cotidiano, expressam-se na esfera da

atividade produtiva, afetando a questões como o cadastramento de beneficiários das terras, acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e capacitação (Pereira, 1996).

No assentamento e acampamento base do nosso estudo pudemos verificar que a manifestação desta limitação opera em várias dimensões. Em primeiro lugar o trabalho produtivo da assentada no lote, não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem.

Uma segunda questão é que o trabalho reprodutivo não é considerado trabalho. Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual. Não obstante partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher.

O fato de que esse trabalho seja improdutivo desde o ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as assentadas e acampadas empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecíveis e desvalorizadas pela sociedade.

Embora seja mais elevado o número de homens que ressumem as atividades femininas às atividades do lar, o volume de mulheres que incorporam essa concepção é também muito grande. O que significa que as tarefas são “naturalmente” realizadas pelas mulheres, como define a literatura sobre gênero e testemunham as falas das e dos trabalhadores entrevistados:

“Pegar a enxada? Lógico. Se você vai ficar esperando por ele nunca vai para frente, só ele que vai ficar pensando que você fica lá esperando sem fazer nada, acaba seu serviço da casa, e vai lá pegar a sua enxadinha, um pouquinho já ajuda”. (Trabalhadora rural acampada no Padre Josimo e responsável pela Ciranda Infantil)

“Eu sempre trabalhei aqui na região junto co meu marido de diaristas. Eu organizava a vida no barraco e cuidava dos filhos, mais sempre tirava um tempo para voltar para a roça. Tinha que ser assim”. (Trabalhadora rural acampada no Padre Josimo)

Embora a maior parte do trabalho realizado pelas mulheres dentro do assentamento seja não-remunerado, aquelas assentadas que realizam serviços na casa “para fora”, como costura, consideram-se afortunadas. A ajuda para o debilitado orçamento familiar e o acesso a um recurso tão escasso na vida do assentamento é reconhecidamente valorado pelas assentadas:

“Eu acho muito bom [...] a mulher tem que ter o seu dinheirinho, se você quer comprar algo, se você precisar de batom não ter que estar pedindo um real para o companheiro”. (Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina)

Em terceiro lugar, a atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha. No assentamento Madre Cristina de base agropecuária, a invisibilidade do trabalho da assentada na extração do leite é fruto do baixo valor que se confere ao seu trabalho.

Segundo a pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, realizada pela Unesco em 2000 no Estado de São Paulo, observamos que a distribuição das ocupações de homens e mulheres é similar ao estereótipo clássico, no que se relaciona a divisão de tarefas entre as “do lar” e as da produção; pais e filhos nas atividades agropecuárias e mães e filhas nas lides domésticas (Quadro 1). Os dados mostram que a principal atividade dos assentamentos é a agropecuária, onde

as ocupações das mulheres são mais diversificadas que as dos homens, que se concentram nas atividades agrícolas.

Quadro 1
Ocupação segundo membros da família nos assentamentos rurais
do Estado de São Paulo, 1999

OCUPAÇÃO	Pais	Mães	Filhos	Filhas
Agricultura/Pecuária	86,0	45,0	71,0	28,5
Atividades domésticas	0,5	49,0	0,5	40,0
Magistério	–	0,5	–	–
Estudante	–	–	14,5	25,0
Ocupações em contato com o público e/ou lideranças (1)	–	0,5	1,0	–
Atividades manuais, qualificadas ou semiqualficadas (2)	2,5	–	2,0	1,0
Serviços públicos e serviços gerais (3)	–	1,5	3,0	3,0
Sem ocupação (4)	0,5	0,5	1,5	1,5
TOTAL	100,0 (355)	100,0 (345)	100,0 (206)	100,0 (120)

(1) comerciantes, mensageiros/as, cabeleireiros/as, técnicos/as agrícolas, dirigentes e militares.

(2) carpinteiros/as, pedreiros/as, mecânicos/as, operadores/as, tratoristas, motoristas, frentistas, zeladores/as, artesãos/ãs, leiteiros/as, pescadores/as, balseiros/as.

(3) funcionários/as públicos/as, administradores, agentes administrativos, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, atendentes de farmácia, serventes, crecheiros/as, merendeiros/as, serviços gerais.

(4) Desempregados/as, inválidos/as, aposentados/as.

Adaptado da Pesquisa de Relações de Gênero em Assentamentos Rurais (UNESCO, 2000).

Fonte: RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta* ou “coordenadoras de painéis”. Brasília: Unesco, 2000.

O assentamento Madre Cristina não é exceção ao padrão da divisão de funções descrita para o universo de assentamentos do Estado de São Paulo. A lavoura e a pecuária são fundamentalmente masculinas, ainda que a participação feminina é constante não passa de ser reconhecida como complementar. Em contrapartida a criação de pequenos animais e aves e os cuidados com o pomar e a horta (fruticultura e horticultura) são funções da ampliada “esfera doméstica” que implica o lote. A participação do homem nessas atividades se realiza de forma residual.

No Quadro 1 podemos observar como nos assentamentos do Estado de São Paulo a diferenciação sexual do trabalho na agropecuária, tem um claro impacto na geração de valor. A lavoura e pecuária são responsáveis pelo grosso do valor total da produção agropecuária, enquanto que aves e pequenos animais junto com a horticultura/fruticultura representam porcentagens mínimas do valor da mesma produção.

Além da existência de uma diferenciação de papéis em função da atividade desempenhada, a jornada de trabalho também é um elemento que reforça a divisão sexual do trabalho. Verificamos que os discursos das entrevistas desnudam a realidade do trabalho que as mulheres realizam nestas comunidades. No assentamento as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite, etc. Mesmo diante do fato de que as mulheres participem de todas as atividades do campo, o discurso de ambos sexos permanece caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas, como insistimos, é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização do produto:

“Agora nós já vamos a pegar o nosso lote, ir atrás de crédito, de técnico e tudo isso, vai ser com ele mesmo. O meu é mais cuidar da casa. Eu falei para ele, da casa eu cuido, agora do resto é

“você. Nós decidimos assim. Se precisar a gente ajuda”. (Trabalhadora rural acampada no Padre Josimo)

A quase totalidade das trabalhadoras entrevistadas declararam serem os seus companheiros os principais responsáveis pelo dinheiro na casa. Salvo as mulheres solteiras e viúvas, são os homens que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio.

Por meio das falas das assentadas e acampadas verificamos que, no seu cotidiano o padrão de subordinação e invisibilidade do seu trabalho faz da sua participação na lavoura uma atividade percebida como subalterna. Ademais, apesar de responder por uma parcela significativa da produção para o autoconsumo – criação, hortaliças e frutas – esta é pouco valorizada devido à escassa participação na geração de renda. A dupla jornada é cumprida pelas trabalhadoras que se responsabilizam e são responsabilizadas pela maioria das tarefas do trabalho reprodutivo.

Autoras falam de tripla jornada (Valenciano, 2001) que as mulheres engajadas na luta e militantes de movimentos sociais estão desenvolvendo nesses espaços. Isto nos remete à percepção dos direitos, conseqüente da divisão sexual do trabalho. O confinamento na esfera doméstica que afeta às mulheres assentadas, junto ao fato de só os homens ter acedido ao mundo público, faz com que no exercício dos direitos fundamentais as discriminações sejam aceitas como naturais, até em relação à mulher sair da casa:

“Eu acho que mulheres igual a mim não tem muitas no assentamento, que saiam da casa, vão á luta,..., os maridos não deixam, a maioria não deixa. Para reunir ás mulheres mesmo, você tem que chegar e implorar.Tem maridos que brigam mesmo, e não tem conversa”. (Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina e representante do Setor de Gênero do MST no assentamento)

“Bem, no assentamento não é bem visto pelos companheiros o fato de que as companheiras deixem a casa e vão para São Paulo, Brasília. A primeira coisa que colocam são os filhos, o lugar da mulher é tomar conta dos filhos e não andar de baixo para cima detrás do Zé Rainha (liderança regional do MST). Não queriam terra? Pois a terra está aí. Assim mesmo falam”. (Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina e militante do MST)

“Eu cheguei a determinado assentamento e convidei a uma companheira para participar de uma mobilização da luta. Cheguei e falei: vamos. E o marido falou: ela não vai, ela tem o que fazer dentro da casa. Ela chorou, mas eu não voe discutir com ele”. (Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina e militante do MST)

“Eu não participo das reuniões das mulheres porque eu tenho medo. Tenho medo de ouvir o que eu não quero de ouvir por parte deles”. (Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina)

A relevância que a mobilização e politização destas mulheres por meio de organizações de classe e gênero é inquestionável à luz dos depoimentos das trabalhadoras.

Pensar, decidir e fazer no território de luta: ideologia e construção de relações de gênero

O gênero é uma entre varias relações sociais, o que significa que tem classe, raça e etnicidade. Os territórios da luta pela terra, como apontamos, são espaços de luta da classe trabalhadora pelo direito à vida e a dignidade roubada (Thomaz Jr., 2000).

Igual ao que ocorre na sociedade ocidental como um todo, a ideologia hegemônica de gênero se faz presente nos acampamentos e assentamentos. Em ambos espaços cobram-se valores sociais diferenciados segundo o gênero das companheiras e companheiros. A partir da análise da divisão sexual do trabalho, vimos que não se trata apenas de uma divisão fortuita e aleatória, senão que estabelece a hierarquização de funções entre homens e mulheres. Contudo, o gênero é também construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e nos espaços.

No acampamento Padre Josimo a exclusão social e o projeto político de ocupação e resistência unem na mesma luta a acampados e acampadas. A organização do acampamento em barracos próximos uns dos outros facilita a cooperação e socialização da vida entre todos os seus membros. Não obstante, a coletivização das funções não implica a mudança dos valores sociais que reproduzem a assimetria de gênero, fazendo que as mulheres fiquem presas a convencionalismos e moralismos dos quais os homens não são cobrados:

“As meninas não formam parte dos cursos de formação de base do movimento, porque, qual pai e mãe vai permitir que sua filha passe três meses em um barraco cheio de homem? O medo à sexualidade feminina está presente também na luta”. (Trabalhador rural assentado no São Bento e militante do MST)

Muitas observações da literatura especializada de gênero e da feminista encontram respaldo nos depoimentos levantados pela pesquisa que estamos desenvolvendo. O pensar e o falar das entrevistadas está carregado de contradições e ambigüidades entre o dito e o feito no seu cotidiano. Assim, o discurso da equidade entre homens e mulheres é apropriado por acampados e assentadas, mas continua-se acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam “mais jeito”. Da mesma forma que determinadas atitudes se correspondem com um determinado gênero:

“Alguns acham que é o homem que tem que ir atrás dos negócios. Está certo que a esposa também pode ir atrás, mas às vezes não tem tempo por causa dos afazeres do lar, pela criança, então ela não vai. Se eu tenho que ir a cidade vou mais despreocupado, porque sei que ela está cuidando da criança e de algum plantio próximo. Eu não deixo ela entrar numa roça, isso é muito pesado, é serviço de homem. Outras coisas mais leves, um quiabo, cuidar uma horta, ela pode fazer”. (Trabalhador rural acampado no Padre Josimo)

“Hoje tudo se divide, eu sou franco e acho bonito um homem ajudar a lavar uma louça, fazer uma comida, só que eu não levo jeito. Ajudo em último caso se ela estiver enferma”. (Trabalhador rural assentado no Madre Cristina)

Nas entrevistas se transluz o modo como as mulheres assumem estas responsabilidades tornado-as naturais. E as representações estereotipadas sobre os gêneros contribuem para afirmações de que os homens são incapazes de ocupar-se das crianças, diante de outras tarefas de maior importância:

“As crianças se dão melhor com a mãe, ela é mais paciente. Eu tenho que trabalhar, aqui no lote temos muito serviço, e sou eu sozinho”. (Trabalhador rural assentado no Madre Cristina)

“O trabalho da casa não é pesado não, é tranqüilo, eu levo jeito. A mulher é a que sempre cozinha porque o homem não leva jeito para isso. Agora com as crianças eu acho que é igual, né?” (Trabalhadora rural acampada no Padre Josimo)

O enfoque do empoderamento das mulheres (Moser, 1991) enfatiza o fato de que as mulheres experimentam a opressão de maneira diferente de acordo com a sua raça, classe, história e posição atual na ordem econômica internacional. O que nos sugere este tipo de abordagem é atender para as estruturas e situações que simultaneamente tem que enfrentar a mulher trabalhadora rural nos territórios da luta pela terra.

A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isto abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estarem organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação. O Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres Assentadas são as duas organizações que articulam esforços para lutar pela melhora da vida no acampamento Padre Josimo e no e assentamento Madre Cristina, a partir de posicionamentos diferenciados de classe e gênero. Ambas organizações trabalham conscientizando à mulher para desafiar a sua subordinação.

Uma outra consideração é que as trabalhadoras rurais que fazem parte de organizações ou movimentos sociais assumem e reconhecem seu triplo papel: produtivo, reprodutivo e militante.

A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo. Com este fim, as iniciativas baseadas na construção de identidades coletivas, novos códigos de valores e normas de interação social beneficiam-se das práticas associativas tal qual empreendidas pelos movimentos sociais rurais como o MST. (Abramovay, 2000).

O imperialismo cultural do pensamento racional iluminista ocidental coloca uma concepção da imagem feminina que agrega atributos de inferioridade, subordinação e constrangimento, cabendo ao gênero masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as suas acepções. E esses modelos e imagens são transmitidos às novas gerações mediante padrões de sociabilização. Mas, nos assentamentos e acampamentos rurais nada disto permanece inquestionável: estes são os sinais de mudança nas relações de gênero que apontávamos no início da nossa reflexão. As organizações das mulheres trabalhadoras nos assentamentos e acampamentos concretizam o desejo de mudar a realidade, desde a luta de classe e a perspectiva de gênero.

Formas de inserção e construção de espaços de poder das trabalhadoras rurais: o Setor de Gênero e as Comissões de Mulheres

Tanto no acampamento Padre Josimo como no assentamento Madre Cristina, os grupos organizados de mulheres viabilizam a reivindicação formal dos seus direitos, além de incrementar a percepção crítica sobre a condição de desvalorização na qual se encontra a mulher. A mobilização implica que o espaço da mulher deixa de ser restrito somente ao âmbito privado, “da casa”, da esfera doméstica.

Por meio dos depoimentos dos assentadas e assentados até agora apresentados, tratamos de evidenciar o cativo da terra, da casa, do lote, do espaço, muito marcante na mulher assentada. Além dos condicionantes materiais é significativo o peso dos papéis de gênero que fazem da mulher prisioneira desses espaços.

O isolamento e a ausência de mobilidade são percebidos pelas assentadas, que vêm nas companheiras na militância ativa, as mulheres que podem ir e vir. Mas também são cientes do preço que as mulheres têm que pagar por essa “liberdade”: a censura moral e social da comunidade e dos próprios companheiros de luta.

Os movimentos sociais de caráter popular são locais de práticas de resistência a desigualdade contidas nas relações de gênero (Pinto, 1992). A importância da participação de mulheres neles

não implica a sua transformação necessária em feministas, mas faz com que a sua posição na rede de poderes dentro da própria organização, do assentamento e do acampamento, seja transformada.

O sentido da propriedade da terra para o MST, não é somente restrito ao imediato e ao valor em relações de trocas econômicas. O lema do movimento, “resistir, ocupar e produzir”, assume que a luta pela terra é também uma luta de questionamento de sistemas, de múltiplas injustiças (Bogo, 2000).

Através de organizações, associações, comissões, movimentos autônomos ou setores e coletivos dentro de movimentos sociais, as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil estão criando espaços a fim de quebrar com a sua invisibilidade. As distintas formas de mobilização, com ideologias políticas diferentes, articulam estratégias de desenvolvimento rural com visível caráter de classe e gênero.

A luta pela terra e a dignidade das condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, com especial atenção às necessidades práticas de gênero, levada em frente pelo Setor de Gênero do MST e pela Comissão de Mulheres no assentamento Madre Cristina e no acampamento Padre Josimo, responde a esta mobilização.

As clivagens de gênero

As formas de inserção e construção de espaços de poder das mulheres assentadas no Madre Cristina são o Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres. No acampamento Padre Josimo só o Setor convoca e interage com as trabalhadoras.

Segundo Pinto (1992), a partir da inserção da mulher nos movimentos sociais de caráter popular derivam-se três situações. Em primeiro lugar, a mulher que deixa de atuar nos limites do privado provoca novas relações no interior da família e com a vizinhança e amigos. Em segundo lugar, a mulher passa a articular no interior do movimento lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens. Uma terceira situação seria a referente àquelas mulheres organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininos que passam a questionar a própria condição de mulher.

A primeira situação é generalizada nos territórios da luta. A participação da trabalhadora implica a ruptura com a sua invisibilidade pública. A ruptura que isto supõe é feita sob tensões no seio familiar. A decisão de participar, quando se realiza de forma autônoma, é usualmente acompanhada da resistência de pais, mães, familiares, mas, principalmente, dos companheiros. Essa resistência é muito maior no assentamento, onde as funções sociais de gênero são mais nítidas. A carência de poder na tomada de decisão no interior do casal é visível por meio de múltiplos depoimentos das mulheres trabalhadoras militantes. O grande limite para a participação efetiva da mulher na vida pública, associativa e comunitária, é para a grande maioria das entrevistadas a proibição explícita dos companheiros.

A quebra do cotidiano familiar tanto para as mulheres trabalhadoras militantes quanto para as assentadas que se organizam em comissões é um fato. O desenvolvimento da dimensão pública da sua vida, pressupõe além de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder a nível privado. O embrião dessas mudanças é a nova divisão de tarefas que se realiza no lote. Todavia, longe da equidade de gênero na participação no trabalho reprodutivo, uma das respostas da inserção das assentadas e acampadas nas organizações de mulheres que observamos é que elas se constituem nos canais para repensar a sua condição no seio familiar, valorizando o seu papel social.

Origens ideológicas das organizações

As mulheres trabalhadoras militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) criaram por meio do Coletivo de Gênero, um espaço de poder que as identifica coletivamente, no seio de um movimento social liderado por homens. Uma leitura feminista desse fenômeno nos levaria a discutir o caráter discriminatório dessa segregação dentro do movimento e os seus porquês, algo que está fora dos nossos objetivos. Não obstante, às sucessivas mudanças de nomenclatura, do Coletivo de Mulheres passou-se ao Coletivo de Gênero e deste ao Setor de Gênero, parecem indicar a vontade de superação dessa segregação, muito mais que uma simples mudança de nome.

Porém, durante o nosso trabalho de campo pudemos verificar que a maioria de militantes que faz parte ou representa o Setor nos respectivos assentamentos continua sendo de mulheres, quando não são as únicas. A vontade presente no discurso do movimento é incorporar representantes de ambos os gêneros nesse Setor. No Pontal do Paranapanema a Direção Regional do Setor é formada por três integrantes, sendo duas mulheres. Nos assentamentos com presença de representantes do Setor a proporção de mulheres é sempre maior. Contudo, é importante destacar que este foi e é um espaço de visibilidade conquistado pela mulher militante.

As assentadas do Madre Cristina também se organizam através de uma Comissão de Mulheres que, sob a coordenação do ITESP (Instituto de Terras de São Paulo), às articula para o desempenho de projetos de desenvolvimento, vinculados ao incremento da renda familiar. Como evidenciamos, a dependência econômica do companheiro é também um elemento constrangedor que dificulta as relações eqüitativas entre o casal. A possibilidade de contar com um dinheiro próprio, encaminhado à manutenção da família, é um mecanismo de empoderamento que faz atrativa a participação da assentada na Comissão.

O motivo econômico somado aos limites físicos do assentamento para a implementação dos projetos, não só estimula a participação da mulher, que dá conta de organizar o seu tempo de trabalho e responsabilidades familiares, como contribui para quebrar com as limitações que as práticas discriminatórias de gênero colocam.

Se bem que os objetivos e a ideologia do Setor de Gênero do MST e as Comissões de Mulheres são diferenciados, mas não significa que a participação neles seja excludente. Ambas são formas de construção e dimensionamento de espaços de poder das mulheres trabalhadoras rurais, e assim são identificadas pelas mesmas. No entanto, as mulheres militantes do movimento se mostram mais reticentes e críticas a respeito dos modelos fechados e as estratégias que os técnicos do organismo do Estado colocam para o desempenho destes projetos. Ainda que os técnicos estatais confirmem o incremento da participação das mulheres nos projetos e políticas para o desenvolvimento dos assentamentos, só aquelas com uma trajetória de militância política são as que decidem fazer-se ouvir nessas assembléias. O fato de a mulher assentada transgredir a invisibilidade a partir destas incipientes incursões na esfera pública, representa um logro no caminho da emancipação da sua condição subordinada de gênero.

È importante reter desta experiência, não só a chegada das mulheres à mobilização de classe e o questionamento da sua condição de gênero, mas também a ruptura do isolamento do “eu” construído no privado, e sua inserção no espaço público (Stephen, 1996).

Acreditamos que este processo de ruptura é o que concretiza o “novo” das relações sociais de gênero que se constroem nos territórios de luta.

Considerações finais

Chegados até aqui, acreditamos ser necessário levar à discussão o conceito de mulher trabalhadora rural enquanto “categoria totalizadora”. Através de entrevistas e conversas junto com as mulheres do Pontal do Paranapanema durante quase dois anos de pesquisa, conferimos a grande limitação conceitual e analítica que o emprego de categorias como esta supõe para a compreensão do “movimento” da luta.

A territorialização do processo da luta, se concretiza através da produção de espaços de resistência à exclusão e da construção de relações sociais que implicam relações de gênero diferenciadas. É assim como entendemos a dimensão relacional do conceito de gênero.

Constatamos ainda que, as forças sociais que atuam e se articulam nos assentamentos e acampamentos, refletem uma ideologia de gênero herdada e hegemônica na sociedade ocidental. Não mais porque recuperando as palavras de uma ex-militante:

“O assentamento não é, ainda que as vezes pareça, uma ilha isolada da sociedade, nem o MST pode sê-lo, porque são produtos da mesma, com todos os seus sonhos e todas as suas contaminações”.
(Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina)

Os levantamentos de campo nos mostraram a existência e reprodução de fortes obstáculos culturais e sociais, além de econômicos, que inibem o pleno exercício da cidadania das mulheres nos acampamentos e assentamentos rurais.

A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária. As organizações de classe onde se privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos por onde trilhar as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas faces.

A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo: 1999.
- BOGO, Ademar. *O MST e a Cultura*. São Paulo, Editora Peres, 2000. (Caderno de Formação, n. 34)
- PEREIRA, H. (org.). *Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre mulheres e homens. O caso do Pontal de Paranapanema*. Rio de Janeiro: FAO/INCRA,1996. (<http://www.incra.gov.br/fao/>)
- PINTO, Célia R. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. p.127-150.
- MARTINS, J.S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Record, 2000.
- MARX, Karl. *El Capital*. Buenos Aires: Claridad, 1966.

- MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 2, p. 129-137, 1997.
- MOSER, Caroline. La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMÁN, V.; PORTOCARREO, P.; VARGAS, V. *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Lima: Entre Mujeres/Flora Tristán, 1991. p. 55-124.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- STEPHEN, Lynn. Relações de Gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenho societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição á “leitura” geográfica do trabalho. *Pegada*, Presidente Prudente, v.2, n.2, 2001.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002a.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4., Barcelona, 2002b. (disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm)
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A dignidade roubada e a barbárie: um espectro ronda nossas vidas. *Revista Espaço Aberto*, Maringá, ano 1, n. 11, abr. 2002c. (www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm)
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. *Ciência Geográfica*, 2003. (no prelo)
- VALENCIANO, C. R. Processo de luta pela terra e seus desdobramentos no município de Teodoro Sampaio. *Pegada*, v. 2, n.2, 2001.
- YOUNG, Iris. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 2000.

Ética, humanidade e ações por cidadania:
do *impeachment* de Collor
ao Fome Zero do governo Lula

Ethics, humanity is actions for citizenship – of “impeachment”
of Collor to governo Lula’s “Fome Zero”

Ética, la humanidad está a favor acciones de la ciudadanía – de “acusación”
de Collor al “Cero de Fome” de governo Lula

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Doutor em Geografia Humana e Professor do Campus da UFG – Catalão/GO.
Correio eletrônico: stacciar@innet.psi.br.

Resumo

Tendo como referência básica o território brasileiro dos últimos quinze anos, este artigo aborda a ciência geográfica clamando por um discurso pautado nos referenciais da ética, da humanidade e da construção de um país com mais cidadania e menos fome. Neste sentido, é explicitado o “Fora Collor” como uma necessidade ética, bem como as iniciativas sociais plurais da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, as quais foram empreendidas por múltiplos atores sociais brasileiros, objetivando diminuir o estado de fome de 32 milhões de brasileiros. Ao final, são levantadas algumas idéias que podem ser revisitadas tendo em vista o desejo de que o Plano Fome Zero anunciado pelo Governo Lula tenha sucesso de fato. Em outras palavras, que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade durante o governo Lula recentemente eleito e empossado.

Palavras-Chave

Geografia – Ética – Fome – Brasil – Governo.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 273-284	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

Considering as basic reference the Brazilian territory of the last fifteen years, this article approaches the geographical science clamoring for a speech marked by the values of the ethics, the humanity and the construction of a country with more citizenship and less hunger. In this sense, the “out Collor” as an ethical need, as well as the social plural initiatives like the Action of the Citizenship Against the Hunger, the Poverty and For the Life, which were undertaken by multiple Brazilian social actors, objectifying to decrease the situation of hunger for 32 millions of Brazilians. At the end, we have lifted up some ideas that can be revisited considering our desire that the “Fome Zero Program” announced by Lula’s government, could be really successfully. In other words, we want the hope survives and the fear of the empty pots disappears during the recently elect and vested Lula’s government.

Keywords

Geography – Ethics – Hunger – Brazil – Government.

Resumen

Tiende como referencia básica el territorio brasileño de los últimos quince años, este artículo se acerca la ciencia geográfica que clama para un discurso marcada por los valores de las ética, de la humanidad y de la construcción de un país con más ciudadanía y menos hambre. En este sentido, el” se introduce Collor” Fuera como una necesidad ética, así como las iniciativas los plurales sociales de la Acción de la Ciudadanía Contra el Hambre, la Pobreza y Para la Vida que ellos fueron emprendidos por actores sociales brasileños múltiples para disminuir el estado de hambre de 32 millón de brasileño. Al final, ellos se alzan a algunas ideas que pueden volverse a visitar tiende en vista el deseo que el “Cero de Fome Plano” anunciado por el Governo Lula tiene éxito de hecho. En otras palabras que la esperanza sobrevive y que el miedo de las ollas vacías realmente desaparece recientemente durante el Governo Lula elija y vistió.

Palabras clave

Geografía – Ética – Hambre – Brasil – Gobierno.

“Há uma aceleração muito forte na produção de um ente político no Brasil. A consciência está em gestação. Creio que há uma espécie de revolução que nem sempre é silenciosa que se está dando e que nós não temos as antenas para captar porque nos acostumamos a um outro tipo de raciocínio sobre o que é fazer política. Há toda uma produção da política que é paralela às atividades dos partidos e vai confluír para alguma coisa que pode ser orientada no sentido de melhoria das condições gerais do país” (Santos, 2001, p. A8).

Introdução

Geografia – ética, humanidade e cidadania

Na Conferência de Encerramento do XIII Encontro Nacional de Geógrafos que ocorreu em julho de 2002, na cidade de João Pessoa (PB), o eminente geógrafo espanhol Horácio Capel Saez iniciou seu pronunciamento colocando que “no Brasil se produz uma das melhores geografias do mundo”. Após duas horas de exposição, Capel termina sua fala declarando que “a responsabilidade que nós geógrafos temos e devemos ter para com a construção de uma sociedade mais igualitária é muito grande”.

No dia 18 de julho de 2000, dentro da programação do XII Encontro Nacional de Geógrafos realizado na cidade de Florianópolis, faz-se uma mesa redonda cujo debate é a questão dos “movimentos e ações populares”. Naquele momento, Carlos Walter Porto Gonçalves – professor da UFF – afirma que “a Geografia tem que ter compromisso com a ética e com a solidariedade humana”.

Bernardo Mançano Fernandes – da Unesp de Presidente Prudente (SP) – destaca que “falar em exclusão social, é falar sobre exclusão territorial”. O Doutor Rafael Sânzio Araújo dos Santos, professor da UNB, por sua vez, frisa que “a comunidade tem força” enquanto o Doutor José Borzachiello da Silva, professor da UFCE, discorre que “nos anos 1990 dá-se uma emergência dos estudos geográficos vinculados aos conceitos do lugar, do desejo e da subjetividade” na busca de territórios mais democráticos.

Para Betinho “miséria e democracia são incompatíveis”, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma educação de boa qualidade.

Em verdade, no Brasil, desde a década de 1940, já se observava uma preocupação com os aspectos sociais da Geografia, explicitados por Caio Prado Júnior e Orlando Valverde em artigos publicados em revistas de Geografia de vários lugares do território brasileiro. Cabe acrescentar, dentro da ciência geográfica, um dos grandes nomes que tornar-se-á extremamente conhecido por seus trabalhos em prol de um país e de um mundo com menos fome e mais cidadania: Josué de Castro.

Se as lutas, iniciativas e movimentos existentes até a década de 1960 são difíceis, o mesmo também deve ser dito para os momentos vividos pelos brasileiros durante todo o regime da ditadura instalada no Brasil com o golpe dos militares, em março de 1964. A partir de então, o Brasil é governado por uma tecnoburocracia militar e civil que passa a defender os fortes interesses da burguesia nacional e internacional, principalmente as grandes firmas transnacionais sob forte influência do capital norte-americano.

São muitos os brasileiros que, por lutarem por mais democracia, são perseguidos e têm de deixar o país para não morrerem torturados. Assim, escritores, compositores, músicos, professores e pesquisadores de diversas áreas científicas deixam o país natal, indo prestar excelentes trabalhos para as comunidades de outros países. Em decorrência do exílio, o geógrafo Milton Santos, por exemplo, vai para a França, onde estabelece contatos mais próximos com grandes nomes da Geografia mundial, dentre os quais merece destaque Jean Tricart, estudioso dos processos metodológicos ligados a uma Geomorfologia entendida no bojo de uma estreita relação estabelecida entre o homem e a natureza, no âmbito das sociedades de classes. Também estabelece um vínculo íntimo com os estudos de Pierre George sobre “O desenvolvimento da URSS” e, em especial, com a vasta obra de Yves Lacoste.

No exílio, Milton Santos começa a trabalhar em diversas universidades da Europa, América do Norte e África, onde mantém contatos proveitosos com duas conceituadas revistas científicas: a revista *Antipode*, na América do Norte, constituída por geógrafos quantitativistas que não mais se entusiasma com os métodos matemático-estatísticos e que agora adotam uma linha de análise apoiada no materialismo histórico dialético, e a revista *Herodote* que, na Europa, discute a crise da Geografia.

Por um lado, se são muitos os brasileiros obrigados a deixarem o Brasil por serem perseguidos pela ditadura militar, por outro, são muitos também aqueles que ficam lutando por uma anistia política ampla, geral e irrestrita. Dentre tantos, pode-se destacar o nome de Henfil, cartunista e escritor que, por longos anos, vai se juntar a outros escritores e cartunistas para lutar pela reconstituição democrática no território brasileiro. Henfil ficará muito mais conhecido a partir do momento que passa a escrever regularmente na revista *Isto É*, defendendo abertamente o retorno dos exilados políticos.

As cartas que Henfil escreve para a sua mãe (D. Maria) e para o irmão exilado no Canadá (Betinho) tornam-se símbolos da luta de um país que quer o fim da tortura, da censura promovida pela ditadura militar brasileira e que almeja uma sociedade com mais democracia e com menos fome. Aquele movimento cresce e se populariza ainda mais quando Elis Regina canta a música de Aldir Blanc e João Bosco pedindo a volta do irmão do Henfil – o retorno de todos os manos que “partiram num rabo de foguete”.

A anistia política tão desejada é conseguida e muitos são os intelectuais que retornam ao país. Este é um momento de grandes debates no interior da ciência geográfica. No que se refere ao movimento de renovação da Geografia no Brasil, Moreira (1992, p. 7) frisa que “o texto *A Geografia* de Yves Lacoste e a difusão das obras de Lefebvre sobre o espaço e urbanismo são a lenha que queima na ebulição em crescendo desde a primeira metade dos anos 70 entre os geógrafos do Rio”. Em verdade, com a crise do regime autoritário, as idéias da Geografia Crítica – tanto oriundas dos Estados Unidos como da França – repercutiram no Brasil fornecendo elementos para os periódicos do final da década de 1970. O ponto alto dos debates ocorre no Encontro Nacional da Associação de Geógrafos Brasileiros.

A volta de Milton Santos do exílio, bem como a sua participação no Conselho Editorial de duas conceituadas revistas, impulsiona a crítica à ciência geográfica. Merece destaque a publicação do livro *Por uma Geografia Nova*. Sobre este livro, Moreira (1992, p. 9) completa “que num repente, descobre-se a pólvora: a historicidade do espaço ... Com ele, a historicidade entra em cena na Geografia”. Mas não é só na ciência geográfica que o ardor das discussões se fazem presentes. As ciências humanas, como um todo, vivem um momento de efervescência. Os debates e as iniciativas ocorrem em diversos setores da sociedade organizada.

Ainda no Rio de Janeiro, a volta do irmão Henfil e de vários outros exilados responde pela fundação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), fato que materializa um sonho antigo de Betinho: o desejo de criar uma entidade popular voltada à democratização das informações e para a formação de uma Educação Integral direcionada para os valores da cidadania.

A partir do início da década de 1980, muitas serão as lutas voltadas para a construção de um país com mais participações políticas de base, com democracia de verdade. O Brasil não tem eleições diretas para governador das unidades federativas, nem para prefeito das capitais e cidades consideradas de “Segurança”. Isto tudo para não se esquecer que eleições diretas para presidente da República ainda é um sonho considerado quase impossível.

Em 1989, depois de quase três décadas sem eleições diretas para presidente, ocorre a eleição presidencial livre e direta, na qual a maioria dos eleitores brasileiros escolhe, sob forte influência dos meios de comunicação de massa, um novo presidente da República – o senhor Fernando Collor. Frente ao apresentado, muitas foram e são as dificuldades e empecilhos para se avançar no sentido de um país mais democrático.

“Fora Collor”: o *impeachment* como necessidade ética

O final da década de 1980 e início da década de 1990 é um momento histórico extremamente rico à medida que muitas transformações socioespaciais ocorrem (Campos, 1999) com extrema rapidez, nos mais variados lugares do mundo, colocando em dúvida as velhas divisões teórico-ideológicas que vão sendo substituídos por um discurso clamando por ética e humanidade. Dentre outros significativos fatos, pode-se citar o massacre de estudantes na China, o desmembramento das repúblicas soviéticas, a queda do Muro de Berlim, a “matança” de negros nos Estados Unidos da América, o *impeachment* do presidente eleito no Brasil e a permanência elevada da miséria e da corrupção em quase todas as partes do planeta.

Situado num amplo contexto, não tem como discorrer sobre as origens da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida sem antes entender o *impeachment* de Collor, o *Mapa da fome* (IPEA) e o trabalho desenvolvido pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. Desde os momentos iniciais de Fernando Collor, Betinho indignara-se com o jovem e exibicionista presidente da República, que derrotou Lula (Luis Inácio da Silva) nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse. Além dessa triste convivência estabelecida entre um político conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado “neoliberalismo”, anunciando um grande programa de privatizações e demissões de milhares de funcionários públicos federais.

Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização de um amplo programa de privatizações – exigidas pelo neoliberalismo em curso – precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1990) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que é considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista. Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção, envolvendo altos funcionários da administração federal. Somado a isto, acusações de desvios de dinheiro público e favorecimento ilícito de parentes são dirigidas para a primeira dama, que já ficara famosa pelo total desaparego das coisas ligadas ao intelecto.

A situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à revista *Veja*, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (o “PC”), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, no Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

De fato, o movimento pelo Impeachment de Collor não nasce do IBASE onde Betinho trabalha, nem de uma articulação específica de outras organizações não-governamentais (ONGs), mas sim de um grupo de cidadãos que se encontram no Fórum da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aquele grupo é composto por pessoas de diversas ONGs, militantes de partidos, sindicalistas, universitários e representantes de outros segmentos sociais. Entre os representantes dos partidos políticos estavam o Deputado Federal José Carlos Sabóia, do PSB do Maranhão, que muito reclama do isolamento dos parlamentares progressistas dentro do Congresso Nacional (Fico, 1999).

No dia 9 de maio de 1992, numa reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Sociais (INESC), com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), do IBASE e de algumas personalidades políticas fica decidido a realização de uma Vigília pela Ética na Política no auditório do Senado Federal, reunião aquela realizada no dia 29 de maio com cerca de 980 pessoas, dentre as quais cerca de 50 deputados federais, 10 senadores e 180 representantes de entidades organizadas. Naquele evento é lido o Manifesto pela Ética na Política.

O impacto da Declaração do Movimento pela Ética na Política é extremamente positivo e contagiante. No Rio de Janeiro, no dia 7 de julho, representantes de mais de 190 entidades da sociedade civil organizada fazem a leitura – à luz de velas – de 11 artigos da Constituição Federal que destacam os fundamentos da Ética na Política e as responsabilidades do Presidente da República. Em São Paulo, na semana seguinte, cerca de 1.200 pessoas reúnem-se na famosa Faculdade de Direito da USP para exigir moralidade para com o dinheiro público. A partir de então, vigílias

cívicas, bem como manifestações *pró-impeachment* em *out-doors*, começam a aparecer em diversas capitais do país.

Nesse ambiente de crescimento do Movimento pela Ética na Política, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve apresentar ao Congresso Nacional o pedido de *impeachment* que é levado numa caminhada que se realiza no dia primeiro de setembro de 1992. Entre os que assinam o pedido de *impeachment*, pode-se citar o escritor Osny Duarte Pereira, o jurista Evandro Lins Silva e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Partindo da sede da OAB na cidade de Brasília, em companhia de Jair Meneguelli, Betinho e outras personalidades foram à frente de braços dados. Ao final, a passeata que iniciara com cerca de noventa pessoas, chega a reunir cerca de mil e cem cidadãos. Como o movimento não para de crescer, a mídia, inicialmente através do jornal *Folha de S. Paulo*, foi aderindo cada vez mais. Até a Rede Globo de Televisão – que muito ajudara a eleger o presidente corrupto – não tem como deixar de noticiar as manifestações que surgem em diversos lugares do território brasileiro.

Desfazendo da reação popular, Collor chama a população para sair às ruas em um domingo, dia 16 de setembro de 1992, vestida de verde e amarelo em apoio à sua permanência no cargo. O Movimento pela Ética na Política, por sua vez, convoca uma contramanifestação. O resultado são milhões de pessoas em todo Brasil atendendo ao apelo de sair às ruas vestidas de preto, em sinal da luta contra à generalizada corrupção no Congresso Nacional e no Poder Executivo Nacional.

Em 29 de setembro daquele ano, a Câmara de Deputados autoriza – por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências – a abertura do processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor, imediatamente posto em licença, assumindo interinamente o Sr. Itamar Franco, então vice-presidente. Três meses depois – em 29 de dezembro de 1992, durante sessão do Senado Federal de julgamento do *impeachment* – certo da derrota, Collor renuncia à Presidência, fato aquele que não o livra de ter seus direitos políticos cassados até o final do ano 2000.

Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

Desta forma, no Brasil, em 1992, a população brasileira participa ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, o qual fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira. Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação de um “Bloco Ético Plural Pró-Impeachment” do corrupto presidente brasileiro que ocorre a fundação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida que também fica bastante conhecida como “Campanha da Fome” ou “Campanha do Betinho”.

No fundo, o “Bloco Ético Plural” que participa do *impeachment* do Collor contém líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza era um símbolo do Movimento por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem-tetos, etc.). Assim, o que unifica os mais diversificados segmentos sociais (IBASE, CNBB, INESC, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, ANDIFES, EMBRAPA, estudantes, professores, partidos políticos, donas de casa, etc.) que agora atuam sob a égide da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira.

A exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do *Mapa da fome* do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um “mapa da fome”, onde a

miséria é expressada espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e IPEA) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal. Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela Ação da Cidadania, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais rico do planeta terra. Neste sentido, estabelecendo respeito ao pluralismo e à diversidade, a “Campanha da Fome” nasce com um “conteúdo humanitário e suprapartidário, e sem intenção corporativa ou religiosa”. Sendo assim, e orientando o planejamento inicial da Ação da Cidadania, Souza (1992, p. 5) faz questão de ressaltar que “na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela e nem a exclui”. Assim, pautados na diferença e na pluralidade, como princípios orientadores da Ação da Cidadania destacam-se a parceria, a solidariedade e a descentralização entendidos como valores de alcance social.

Se a miséria está presente tanto no “mundo capitalista” como no “mundo da economia planificada”, tanto no “Primeiro Mundo” como no “Terceiro Mundo”, a solução para esta problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de solidariedade, “*de amor ao próximo*”. Neste sentido, para a Ação da Cidadania, solidariedade nunca foi e nunca será assistencialismo, pois solidariedade é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la (Franco, 1996). Neste sentido, Souza (1993, p. 1-15) acrescenta a “importância de ligar a filantropia com a mudança, de colocar junto quem quer fazer mudança estrutural com quem quer praticar a solidariedade”.

Uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o segundo passo da *Cartilha para Formação de Comitês* sugerir, como ideal, o caminhar das ações emergenciais dando origem às ações estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo território brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos.

Este sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá, sem duras críticas de setores ligados à denominada “esquerda”. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-Convergência Socialista acusa que “a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país”. Porém, se há críticas, também se fazem presentes outras posições como a do presidente do Conselho de Administração da Fundação ABRINQ colocando que “é inegável que esse processo acaba agindo sobre a própria cabeça do empresariado, porque como elite, estamos encurralados no nosso país, pois fomos concentrando tanto a renda que acabamos cercados de miséria” (Harizin e Pedral, 1993).

Passados as primeiras críticas e embates, a “etapa da comida para quem tem fome” constitui-se o período de maior visibilidade da Campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros 15 meses da “Campanha da Fome” são empreendidas as mais diversas e criativas ações de arrecadação de alimentos que variam desde a elaboração de sopões de vegetais ganhos em feiras livres até a doação de tickets-alimentação, a construção de padarias comunitárias, bem como a promoção de jogos de futebol, de espetáculos teatrais, de shows musicais beneficentes com ingressos de entrada sendo constituídos prioritariamente por cestas básicas, idéia esta – ainda presente – em muitos shows, espetáculos e apresentações artísticas em vários lugares do país.

Desta maneira, as idéias “de matar a fome de quem tem fome” e “fome se combate com alimentos”, foram bem aceitas pela pluralidade de atores da sociedade brasileira e isto se constitui como uma alteração política cultural extremamente importante. Participam da Ação da Cidadania desde setores já acostumados a lidar com a arrecadação de alimentos para pobres, como os religi-

osos espíritas kardecistas, até grupos exageradamente refratários como alguns atores sociais ligados a setores de esquerda, os quais – sob inspiração socialista – têm em suas agendas de lutas apostas em mudanças mais estruturais.

Do ponto de vista espacial, são fundados comitês em todas as unidades federativas do país com forte apoio de sindicalistas, estudantes, funcionários do Banco do Brasil, CEF e de outras empresas estatais brasileiras, sendo que estes últimos também empreendem esforços contra a privatização das empresas públicas. A heterogeneidade de atores e a presença de outros interesses que não só a erradicação da fome, são, assim, marcas da composição dos “Comitês contra a Fome” seja em Boa Vista (RO), Fortaleza (CE), Catalão (GO), Porto Alegre (RS) ou na quase maioria dos 1.160 comitês criados em municípios do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Se a pluralidade política é um testemunho de nosso tempo, não se pode esquecer que qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades. Entretanto, apesar de diversos interesses e dos múltiplos atores, merece destacar que muitas parcerias, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, constituem-se trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a “polinização” de idéias cidadãs. É o caso, por exemplo, de diversos comitês que com o apoio da Pastoral da Criança da Igreja Católica salva-vidas de milhares de crianças do sertão nordestino, as quais na falta das mínimas condições de higiene individual e de educação sanitária, tornam-se presas fáceis da morte por infecção intestinal. Um outro excelente exemplo de parcerias que dá certo vem do Estado do Rio de Janeiro, onde alguns comitês constituídos por militantes políticos e de causas humanitárias se unem para uma “vigilância cidadã” sobre os gastos da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal. Qualquer aberração, distorção ou fraude é imediatamente denunciado na Promotoria Pública Estadual e nos meios de comunicação de massa.

O fato da Ação da Cidadania não ser composto por um grupo centralizado, fechado, monolítico, insere-se na ordem do pensamento da esquerda mundial pós-queda do Muro de Berlim, o qual aceita e acredita na força de movimentos pluriclassistas e difusos, capazes de oferecer possibilidades políticas referenciadas pela desconcentração e pelo estímulo das diferenças. Neste sentido, se o grupo plural que constitui a “Campanha do Betinho”, por vezes, salienta diferenças que se apresentam gigantescas, em outros momentos, revela-se uma imensa capacidade de multiplicar recursos e encurtar caminhos. Assim, unidos sem apagar as diferenças, os atores sociais envolvidos na “Campanha da Fome” parecem não comprometer a criatividade, a espontaneidade e o entusiasmo dos trabalhos. Pelo contrário a Ação da Cidadania começa oficialmente com um comitê plural fundado em Barra do Piraí (RJ) e atinge cinco mil (5.000) comitês em menos de um ano – uma verdadeira expressão territorial da cidadania em gestação! Portanto, a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a fome de 32 milhões de carentes “contamina” o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

No ano de 1993, existem desde “comitês simples” (uma ou poucas pessoas) até comitês com mais de trinta entidades. Desta forma, é muito interessante o plano de escala do envolvimento da “Campanha da Fome” que ora se mistura a vários outros movimentos, assim como, às vezes, parte de pequenas parcelas do povo simples e chega até o envolvimento pessoal do próprio presidente da República, seja Itamar Franco com a criação do CONSEA, ou mesmo Fernando Henrique Cardoso com o Conselho da “Comunidade Solidária”. Também interessante é o fato da Ação da Cidadania conseguir atingir o objetivo planejado de estar na mídia, de dar grande visibilidade pública para a problemática da fome e da miséria como valores concretos não desejáveis a uma sociedade democrática.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversifi-

cados os setores que desejam ver a Ação da Cidadania dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a Campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior enquanto que, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do Presidente Itamar Franco aos líderes da Ação da Cidadania que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda.

De fato, parece que, ao nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a “Campanha da Fome”. Para alguns, apesar de às vezes serem importantes, a presença de segmentos da sociedade civil organizada, que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, pode corresponder, como uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo em parte a esta proposição, um segundo agrupamento acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material, também podem se “contaminar” e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Neste aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos “microespaços”! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante “fermentar da cidadania”. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira democracia.

O inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da Ação da Cidadania. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, levam alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o “Fórum da Ação da Cidadania contra a Fome” – a proposições que dificilmente encontram condições concretas para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais, cria uma diminuição das ações dos comitês em funcionamento. Às vezes, as propostas de trabalho se tornam infundáveis frente a uma realidade de pouco trabalho concreto por parte daqueles que apontam o melhor caminho para solucionar a miséria da “formação econômico-social” brasileira.

No fundo, há uma tentativa de cooptação da Ação da Cidadania que se soma a um pluralismo ainda maior de planejamento, fatores estes que respondem pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos Comitês. É neste contexto que ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), quando se dá as discussões para a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e quando ocorre a substituição do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) parceiro da Ação da Cidadania, agora preterido pelo Conselho da Comunidade Solidária.

Um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a Ação da Cidadania é aquele que se vive por ocasião da criação da Comunidade Solidária. Betinho, acreditando que “o governo é uma arena de lutas” e que “a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo”, aceita fazer parte do Conselho presidido pela Primeira Dama Dona Ruth Cardoso. Porém, se isto pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato do novo presidente ter extinguido o CONSEA sem, ao “menos agradecer os bons resultados alcançados conjuntamente com a Ação da Cidadania”. Além disso, tinha o agravamento das alianças políticas estabelecidas por FHC com setores políticos acostumados a ganhar eleições com campanhas eleitoreiras que se aproveitam da miséria brasileira.

Sendo simultaneamente uma chance e um risco, o político é um espaço do “indecidível” (Ortega, 2000). Sob esta ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo Conselho da Comunidade Solidária leva Betinho a rever o seu posicionamento

e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam em fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do IPEA e IBGE.

Uma vez deixado o Conselho da Comunidade Solidária, Betinho e lideranças ligadas ao IBASE incentivam a idéia do “Balanço Social das Empresas”, um chamamento pela participação das empresas nas questões de ordem social. Além disso, cabe destacar que uma idéia pública que não só é estimulada, como consegue de fato se concretizar por vários anos (até o ano de 2001 em várias cidades do Brasil!) é “O Natal sem fome”, o qual vira um símbolo de luta de seres humanos que acreditam na possibilidade da solidariedade como valor social.

Por ocasião de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O religioso e escritor Frei Betto, fala que “ele foi um militante da utopia”. O ator Paulo Betti acha que “São Pedro vai ficar de joelhos na porta do Céu para que Betinho possa entrar”. Elio Gaspari, da *Folha de S. Paulo*, afirma que “Betinho foi se embora e fica a sensação de que ele passou por aqui ensinando a banalidade do bem”.

Em linhas gerais, não há condições de se afirmar em quanto a “Campanha da Fome” diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, este movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípua do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sobre a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a Reforma Agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por “intelectuais da esquerda”, por “economistas neoliberais” e até mesmo pela população simples. Nesta direção, em 1997 a Reforma Agrária chegou a ter apoio de 80% de toda população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isto, o maior feito dos dez anos (1993 a 2002) de trabalho da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é o de ter revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Neste aspecto, a “Campanha da Fome” questiona a ordem estabelecida, indaga o porquê da existência de tanta miséria e chama a todos – independentes de credos religiosos e de posições políticas – para um verdadeiro “despertar da indignação”: “quem tem fome, tem pressa!”... “a fome mata!”.

Considerações finais: “fome zero” do governo Lula – que caminhos seguir?

Diante do exposto sobre a Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, cabe por fim, de maneira simples, prática e objetiva frisarmos algumas poucas idéias que consideramos importantes para serem continuamente revisitadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por todos os membros do Programa Fome Zero lançado em 30 de janeiro de 2003:

- Combater a fome é algo que, por princípio, unifica os mais diversificados segmentos sociais desde sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, religiões até entidades classistas, estudantes, donas de casas, institutos de educação popular, empresas públicas, etc.
- A instauração da “ética” e da “luta contra a miséria”, como deveres da ação política, permite alargar o conceito de “política” e de “mudança”. Em outras palavras, a ética possibilita aprofundar a crítica às agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como por exemplo, de que “toda esquerda é boa, competente e toda direita é ruim”.
- A descentralização e a questão do local (dos lugares) deve se encontrar numa posição central no desenrolar das atividades propostas por um “plano” nacional tão abrangente e premente como o Fome Zero.

- Um verdadeiro “despertar da indignação”, um combate eficaz da fome, tem que ser dirigido pelo carisma, empenho e constante trabalho pessoal do presidente eleito, sob pena do fracasso, se ficar como um mero projeto coordenado por autoridades secundárias do Governo Federal e/ou atores globais como se desenrolou pelo fracassado Conselho de Comunidade Solidária do governo FHC.
- Muitos trabalhos coletivos, envolvendo atores plurais, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, podem se constituir em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a multiplicação de idéias e ações cidadãs.
- Cotidianamente e simbolicamente, jamais o Fome Zero será um programa de sucesso se o Governo Federal permitir o desperdício e/ou desvio do dinheiro público. Portanto, é preciso, se necessário, punir com firmeza e urgência os atos de corrupção praticados por lideranças microrregionais (deputados estaduais, prefeitos, vereadores, etc.) na efetivação dos programas sociais apoiados pelo Fome Zero.
- Um programa eficaz de combate à fome passa por questões de ordem emergenciais (“como comida para quem não tem o que comer”), e por questões de ordem estruturais, sendo as maiores delas a geração de empregos e a democratização das terras (urbanas e rurais). De fato, somente um completo e sério programa de Reforma Agrária poderá gerar 6 milhões de empregos com um conseqüente aumento da renda dos trabalhadores e das quantidades dos estoques alimentares a preços mais baratos.
- Rever todos os contratos internacionais firmados nos últimos 40 anos poderá indicar caminhos seguros para tentar renegociar a dívida externa brasileira em bases mais justas, na tentativa de economizar divisas a serem aplicadas na imediata geração de empregos.
- Jamais se esquecendo que 45% dos miseráveis brasileiros tem menos de 15 anos de idade, o Fome Zero deverá dar uma atenção especial no sentido de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
- O Plano Fome Zero não pode se embrenhar numa interminável burocracia e/ou listas de propostas miraculosas, esquecendo que a “fome tem pressa”, que “a fome mata no aqui e no agora” de todos os cantos do território brasileiro.

Por fim, todos nós, temos que acreditar e lutar para que a fome diminua nos lares da nação brasileira. Faz-se necessário virar a página da história onde a fome prevaleceu durante cinco séculos... Que o governo Lula acerte e mude o teor de miséria constante, presente neste riquíssimo solo nacional. Que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade ... Finalmente, para que a esperança sobreviva ao medo, as palavras tantas vezes empenhadas terão que ser substituídas por práticas políticas concretas, efetivas e constantes de combate à fome pelo governo Lula recentemente eleito.

A ciência geográfica está viva! E continuará lutando por vida com mais cidadania! Neste sentido, as palavras de Andrade continuam extremamente sólidas ao enfatizarem que

“ao se defrontar com os problemas ligados à questão social como um todo único e com os seus vários segmentos, o geógrafo necessita lembrar que, além de profissional, ele é também cidadão e que o exercício da profissão não implica a renúncia à cidadania. Se como profissional lhe cabe, como qualquer outro profissional, analisar, investigar, descrever e apresentar sugestões ou tomar decisões, como cidadão ele tem a obrigação de lembrar dos seus deveres éticos e de procurar fazer ou apontar as medidas que necessitam ser tomadas para que se faça justiça” (Andrade, 1997, p. 40).

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel C. *A Geografia e a questão social*. Recife: EDUFAL, 1997.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. A fome na Geografia brasileira: Josué de Castro. *Cadernos do ICH*, Campinas, n.º 8, p. 25-50, mar. 1999.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- FICO, Carlos. *IBASE – Usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- FRANCO, Augusto de. *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida: um novo começo*. Brasília: Fórum Nacional, 1997.(mimeo.)
- FRANCO, Augusto de. *Ação local*. Brasília: Ágora, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- HARAZIN, Dorrit; PEDRAL, Sibelle. A fome adquire rosto e move o Brasil comum. *Veja*, São Paulo, p. 86-93, 29 dez. 1993.
- JACOBI, Pedro. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 27-33, dez. 1995.
- LANDIM, Leilah. Entrevista. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 81, p. 27-34, jun. 1999.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, p. 4-13, jun. 1992.
- MORELLI, Mauro. Opção pela Cidadania. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 49-65, mar. 1999.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma Política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PELIANO, Anna M. T. M. (org.) *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978.
- SOUZA, Herbert de. A luta contra a miséria. *Democracia*, Rio de Janeiro, p. 5, fev./mar. 1996.
- SOUZA, Herbert de. Cinco anos de luta contra a miséria e pela democracia. *Jornal da Cidadania*, Rio de Janeiro, p. 9, jun. 1997.
- SOUZA, Herbert de. Combate à miséria é prioridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1-15, 5 set. 1993.
- SPÓSITO, Eliseu S. De quem é a cidade? In: _____. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 56-63.
- TOURAINÉ, Alain. A política contra a cegueira. *Folha de S. Paulo*, p. 8-9, 27 jan. 2002. (Caderno Mais)

Compêndio dos números anteriores

- 01) MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. Ano 1, n. 1, p. 6-19, 1986.
- 02) THOMAZ JÚNIOR, Antonio. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. Ano 1, n. 1, p. 20-25, 1986.
- 03) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Ano 1, n. 1, p. 26-38, 1986.
- 04) VALVERDE, Orlando. A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Ano 1, n.1, p.39-42, 1986.
- 05) SALES, W. C. de C.; CAPIBARIBE, P. J. A.; RAMOS, P.; COSTA, M. C. L. da. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. Ano 1, n. 1, p.43-45, 1986.
- 06) CARVALHO, Marcos Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Ano 1, n. 1, p.46-52, 1986.
- 07) SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. Ano 1, n. 1, p. 53-61, 1986.
- 08) CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. Ano 1, n. 1, p. 62-66, 1986.
- 09) PONTES, Beatriz Maria Soares. Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano. Ano 1, n. 1, p. 67-72, 1986.
- 10) PLANO DIRETOR DA AGB NACIONAL GESTÃO 1985/86. Ano 1, n. 1, p. 73-75, 1986.
- 11) A AGB e o documento final do projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. Ano 1, n. 1, p. 76-77, 1986.
- 12) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. n. 2, p. 9-42, jul. 1987.
- 13) VLACH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. n. 2, p.43-58, jul. 1987.
- 14) VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia tradicional e Geografia Crítica). n. 2, p.59-90, jul. 1987.
- 15) REGO, Nelson. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. n.2, p.91-114, jul. 1987.
- 16) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Análise dos planos de ensino da Geografia. n.2, p.115-127, jul. 1987.
- 17) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. n.2, p.129-148, jul.1987.
- 18) VIANA, P. C. G.; FOWLER, R. B.; ZAPPIA, R.S.; MEDEIROS, M.L.M.B.de. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxico. n.2, p.149-154, jul. 1987.
- 19) AB' SABER, Aziz Nacib. Espaço territorial e proteção ambiental. n. 3, p. 9-31, mar. 1988.
- 20) GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. n.3, p. 33-54, mar. 1988.
- 21) BERRÍOS, Rolando. Planejamento ambiental no Brasil. n. 3, p. 55-63, mar. 1988.
- 22) BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. n. 3, p. 65-74, mar. 1988.
- 23) LIMA, Samuel do Carmo. Energia nuclear – uma opção perigosa. n. 3, p. 75-88, mar. 1988.
- 24) SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes e SCHÄFFER, Neiva Otero. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. n. 3, p. 89-103, mar. 1988.
- 25) ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino - o caso da industrialização brasileira. n. 3, p. 105-120, mar. 1988.
- 26) MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do espaço brasileiro em fins do século XX. n. 4, p. 9-38, jul. 1988.
- 27) RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. n.4, p.39-53, jul. 1988.
- 28) SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos Geógrafos. n.4, p. 55-76, jul. 1988.
- 29) VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. n. 4, p. 77-87, jul. 1988.
- 30) VLACH, Vânia Rubia Farias. Rediscutindo a questão acerca do livro didático de Geografia para o ensino de 1º e 2º graus. n. 4, p. 89-95, jul. 1988.
- 31) SCHÄFFER, Neiva Otero. Os estudos sociais ocupam novamente o espaço... da discussão. n. 4, p. 97-108, jul. 1988.
- 32) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. n. 5, p. 9-20, 1988.
- 33) SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestígiamentos

- pseudo-críticos do espaço social). n. 5, p.21-45, 1988.
- 34) GOMES, Paulo César da Costa; COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade). n. 5, p. 47-67, 1988.
- 35) SILVA, Mário Cezar Tompes da. O papel do político na construção do espaço dos homens). n.5, p. 69-82, 1988.
- 36) SOUZA Marcos José Nogueira de. Subsídios para uma política conservacionista dos recursos naturais renováveis do Ceará). n.5, p.83-101, 1988.
- 37) KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. n.6, p.9-18, ago.1989.
- 38) MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. n. 6, p. 19-63, ago. 1989.
- 39) SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. n. 6, p. 65-76, ago. 1989.
- 40) FAULHABER, Priscila. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. n. 6, p. 77-92, ago. 1989.
- 41) TARELHO, Luiz Carlos. Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. n. 6, p.93-104, ago. 1989.
- 42) OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no estado de São Paulo. n. 6, p. 105-114, ago. 1989.
- 43) BARBOSA, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. n. 6, p. 115-122, ago. 1989.
- 44) MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. n.7, p.9-21, 1990.
- 45) BARROS, Raimundo. O seringueiro. n. 7, p.23-42, 1990.
- 46) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. n. 7, p. 43-52, 1990.
- 47) COLTRINARI, Lylian. A Geografia e as mudanças ambientais. n. 7, p. 53-57, 1990.
- 48) SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de vista: o pós-marxismo e o espaço cotidiano. n. 7, p. 59-62, 1990.
- 49) COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. n. 7, p. 63-92, 1990.
- 50) RIBEIRO, Wagner Costa. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. n. 7, p. 3-107, 1990.
- 51) CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOU-LART, Lúcia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do ensino de geografia: a noção de espacialidade e o estatuto da natureza. n. 7, p. 109-118, 1990.
- 52) CORDEIRO, Helena K. Estudo sobre o centro metropolitano de São Paulo. n. 8, p. 7-33, abr. 1991.
- 53) MAURO, C. A.; VITTE, A.C.; RAIZARO, D. D.; LOZANI, M. C. B.; CECCATO, V. A. Para salvar a bacia do Piracicaba. n. 8, p. 35-66, abr. 1991.
- 54) PAVIANI, Aldo. Impactos ambientais e grandes projetos: desafios para a universidade. n. 8, p. 67-76, abr. 1991.
- 55) FURIAN Sônia. “A nave espacial terra: para onde vai?” n. 8, p. 77-82, abr. 1991.
- 56) ALMEIDA, Rosângela D. de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. n. 8, p. 83-90, abr. 1991.
- 57) FILHO, Fadel D. Antonio e ALMEIDA, Rosângela D. de. A questão metodológica no ensino da Geografia: uma experiência. n. 8, p. 91-100, abr. 1991.
- 58) ESCOLAR, M., ESCOLAR, C., PALACIOS, S.Q. Ideologia, didática e corporativismo: uma alternativa teórico-metodológica para o estudo histórico da Geografia no ensino primário e secundário. n. 8, p. 101-110, abr. 1991.
- 59) ARAÚJO, Regina e MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP-SP. n. 8, p. 111-119, abr. 1991.
- 60) PEREIRA, D., SANTOS, D., CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º grau: algumas reflexões. n. 8, p. 121-131, abr. 1991.
- 61) SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A cidade de São Paulo no imaginário infantil piedadense. n. 8, p. 133-155, abr. 1991.
- 62) MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. n. 8, p. 157-162, abr. 1991.
- 63) SANTOS, Milton. A evolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. n.9, p.7-17, jul./dez.1991.
- 64) LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. n. 9, p. 19-40, jul./dez.1991.
- 65) GUIMARÃES, Raul Borges. A tecnificação da prática médica no Brasil: em busca de sua geografização. n. 9, p. 41-55, jul./dez.1991.
- 66) PIRES, Hindemburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. n. 9, p. 57-89, jul./dez.1991.

- 67) OLIVEIRA, Márcio de. A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões. n. 9, p. 91-101, jul./dez.1991.
- 68) HAESBAERT, Rogério. A (des)or-dem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. n. 9, p. 103-127, jul./dez.1991.
- 69) SILVA, Armando Corrêa da. Ontologia analítica: teoria e método. n. 9, p.129-133, jul./dez.1991.
- 70) SILVA, Eunice Isaías da. O espaço: une/separa/une. n. 9, p. 135-141, jul./dez.1991.
- 71) ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. n.9, p.143-152, jul./dez.1991.
- 72) MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. n. 10, p. 11-22, jan./jul. 1992.
- 73) AZEVEDO de Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.
- 74) PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. n.10, p.79-92, jan.-jul. 1992.
- 75) CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. n. 10, p. 93-116, jan./jul. 1992.
- 76) VALVERDE, Orlando. Pré-história da AGB carioca. n. 10, p. 117-122, jan./jul. 1992.
- 77) SOUZA, Marcelo José Lopes de. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: natureza, validade e limites. n.10, p.123-139, jan./jul. 1992.
- 78) ANDRADE, Manuel Correia de. América Latina: presente, passado e futuro. n. 10, p. 140-148, jan./jul. 1992.
- 79) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia política e desenvolvimento sustentável. n. 11-12, p. 9-76, ago.92/ago.93.
- 80) RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço., meio ambiente e desenvolvimento: reeleituras do território. n. 11-12, p. 77-90, ago.92/ago.93.
- 81) EVASO, A. S.; VITIELLO, M. A.; JUNIOR, C. B.; NOGUEIRA, S. M.; RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? n.11-12, p. 91-101, ago.92/ago.93.
- 82) DAVIDOVICH, Fany. Política urbana no Brasil, ensaio de um balanço e de perspectiva. n.11-12, p. 103-117, ago.92/ago.93.
- 83) MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. n.11-12, p. 119-133, ago.92/ago.93.
- 84) IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. n. 11-12, p.135-151, ago.92/ago.93.
- 85) FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização no campo. n.11-12, p.153-175, ago.92/ago.93.
- 86) ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Ensino de Geografia e a formação do geógrafo-educador. n. 11-12, p. 177-188, ago.92/ago.93.
- 87) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Licenciandos de Geografia e as representações sobre o “ser professor”. n. 11-12, p. 189-207, ago.92/ago.93.
- 88) VESENTINI, José William. O novo papel da escola e do ensino da Geografia na época da terceira revolução industrial. n. 11-12, p. 209-224, ago.92/ago.93.
- 89) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. n. 11-12, p. 225-236, ago.92/ago.93.
- 90) RIBEIRO, W. C. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? n.11-12, p.237-242, ago.92/ago.93.
- 91) PINHEIRO, Antonio Carlos e MASCARIN, Silvia Regina. Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia. n. 11-12, p. 243-264, ago.92/ago.93.
- 92) SILVA, Armando Corrêa da. A contrérsia modernidade x pós-modernidade. n. 11-12, p. 265-268, ago.92/ago.93.
- 93) ROSA, Paulo Roberto de Oliveira. Contextos e circunstâncias: princípio ativo das categorias. n.11-12, p. 269-270, ago.92/ago.93.
- 94) CALLAI, Helena Copetti. O meio ambiente no ensino fundamental. n. 13, p. 9-19, 1997.
- 95) CAMARGO, L.F. de F., FORTU-NATO, M.R. Marcas de uma política de exclusão social para a América Latina. n. 13, p. 20-29, 1997.
- 96) KAERCHER, Nestor André. PCN's: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos. n. 13, p. 30-41, 1997.
- 97) CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: reeleituras contemporâneas. Uma reabilitação? n. 13, p.42-60, 1997.
- 98) PONTES, Beatriz Maria Soares. Economia e território sob a ótica do estado autoritário (1964-1970). n. 13, p. 61-90, 1997.
- 99) SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. A agora e o agora. n. 14, p. 11-21, jan.-jul. 1999.
- 100) FILHO, Manuel Martins de Santana. Sobre uma leitura alegórica da escola. n. 14, p. 22-29, jan.-jul. 1999.
- 101) COUTO, Marcos Antônio Campos; ANTUNES, Charles da França. A formação do professor e a relação escola básica-universidade: um projeto de educação. n. 14, p. 30-40, jan.-jul. 1999.

- 102) PEREIRA, Diamantino. A dimensão pedagógica na formação do geógrafo. n. 14, p. 41-47, jan./jul. 1999.
- 103) CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de Geografia. n. 14, p. 48-55, jan./jul. 1999.
- 104) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no ensino médio. n. 14, p. 56-89, jan./jul. 1999.
- 105) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. n. 14, p. 90-110, jan./jul. 1990.
- 106) CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. n. 14, p. 111-128, jan./jul. 1990.
- 107) SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a construção do Brasil. n. 15, p. 9-20, 2000.
- 108) DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. n. 15, p. 21-37, 2000.
- 109) SOUZA, Marcelo Lopes de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. n. 15, p. 39-58, 2000.
- 110) FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. n. 15, p. 59-85, 2000.
- 111) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? n. 15, p. 87-112, 2000.
- 112) BRAGA, Rosalina. Formação inicial de professores: uma trajetória com permanências eivadas por dissensos e impasses. n. 15, p. 113-128, 2000.
- 113) ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia do Brasil. n. 15, p. 129-144, 2000.
- 114) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. n. 15, p. 145-154, 2000.
- 115) OLIVEIRA, Márcio Piñon. Geografia, Globalização e cidadania. n. 15, p. 155-164, 2000.
- 116) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “Navegar é preciso, viver não é preciso”: estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes: Araguaia e Tocantins. n. 15, p. 167-213, 2000.
- 117) VITTE, Antonio Carlos. Considerações sobre a teoria da *etchplanação* e sua aplicação nos estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas. n. 16, p. 11-24, 2001.
- 118) RAMIRES, Blanca. La nueva geografía? n. 16, p. 25-38, 2001.
- 119) FERREIRA, Darlene Ap. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: periodização e conceitualização. n. 16, p. 39-70, 2001.
- 120) MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. n. 16, p. 71-98, 2001.
- 121) SPOSITO, Eliseu. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. n. 16, p. 99-112, 2001.
- 122) MENDONÇA, Francisco. Geografia socio-ambiental. n. 16, p. 113-132, 2001.
- 123) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o Ensino? n. 16, p. 133-152, 2001.
- 124) PIRES, Hindenburgo Francisco. “Ethos” e mitos do pensamento único globaltotalitário. n. 16, p. 153-169, 2001.
- 125) REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; HEIDRICH, Álvaro. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. n. 16, p. 169-194, 2001.
- 126) SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. n. 17, p. 11-24, 2001.
- 127) OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. n. 17, p. 25-48, 2001.
- 128) NETO, João Lima Sant’anna. Por uma Geografia do Clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. n. 17, p. 49-62, 2001.
- 129) SEGRELLES, José Antonio. Hacia una enseñanza comprometida y social de la Geografía en la universidad. n. 17, p. 63-78, 2001.
- 130) RIBEIRO, Júlio César; GONÇALVES, Marcelino Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. n. 17, p. 79-98, 2001.
- 131) CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. n. 17, p. 99-118, 2001.
- 132) NETO, Manuel Fernandes de Sousa. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma Jangada de Pedras. n. 17, p. 119-138, 2001.
- 133) ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. n. 17, p. 139-154, 2001.
- 134) GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. n. 17, p. 155-170, 2001.
- 135) CAPEL, Horácio. A Geografia depois dos atentados de 11 de setembro. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 11-36, jan./jun. 2002.

- 136) HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2002.
- 137) ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Globalização, Estado e culturas criminosas. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 47-62, jan./jun. 2002.
- 138) SEGRELLES, J. A. Integração regional e globalização. Uma reflexão sobre casos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Área de Livre Comércio das Américas desde uma perspectiva europeia. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 63-74, jan./jun. 2002.
- 139) RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 75-84, jan./jun. 2002.
- 140) MANGANO, Stefania. Evolução do conceito da planificação territorial na Itália. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 85-94, jan./jun. 2002.
- 141) STRAFORINI, Rafael. A totalidade do mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 95-114, jan./jun. 2002.
- 142) KEINERT, Tânia M. M.; KARRUZ, Ana Paula; KARRUZ, Silvia Maria. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades locais. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 115-132, jan./jun. 2002.
- 143) GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Dilemas nas (re)estruturações das metrópoles. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 133-142, jan./jun. 2002.
- 144) DINIZ Filho, Luis Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, jan./jun. 2002.
- 145) CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.
- 146) NUNES, Luci Hidalgo. Discussão acerca de mudanças climáticas (notas). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 179-184, jan./jun. 2002.
- 147) MELAZZO, Everaldo Santos. Renda de cidadania: a saída é pela porta (resenha). Ano 18, v.1, n. 18, p. 185-186, jan./jun. 2002.
- 148) RAMÍREZ, Blanca. Terra Incognitae: el surgimiento de nuevas regiones y territorios em el marco de la globalización (resenha). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 187-190, jan./jun. 2002.

Revista Terra Livre

Normas para publicação

Terra Livre é uma publicação anual da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) que tem por objetivo divulgar matérias concernentes aos temas presentes na formação e prática dos geógrafos e sua participação na construção da cidadania. Nesse sentido, nela são acolhidos textos sob a forma de artigos, notas, resenhas, comunicações, entre outras, de todos os que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela Geografia, e que estejam relacionados com as discussões que envolvem as teorias, metodologias e práticas desenvolvidas e utilizadas nesse processo, assim como com as condições e situações sob as quais vêm se manifestando e suas perspectivas.

1. Todos os textos enviados a esta revista devem ser inéditos e redigidos em português ou espanhol.
2. Os textos devem ser apresentados com extensão mínima de 20 e máxima de 30 laudas, com 30 linhas de 70 toques cada, em espaço duplo, em folhas de papel branco, formato A-4 (210x297mm), impresso em uma só face, sem rasuras e/ou emendas, e enviados em duas vias impressas acompanhadas de versão em disquete (de 3,5") de computador padrão IBM PC, compostos em *Word para Windows*, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12.
3. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, espanhol e inglês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à(s) instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) ou endereço postal.
4. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, espanhol e inglês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chave que identifiquem o conteúdo do texto.
5. O estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.
6. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Esse recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.
7. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a idéias e/ou informações no decorrer do texto devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos:

a) *no caso de livro*: SOBRENOME, Nome. *Título da obra*. Local de publicação: Editora, data. Ex.: VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

b) *no caso de capítulo de livro*: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org). *Título do livro*. Local de publicação: Editora, data. página inicial-página final. Ex.: FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Nierói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce; BASSO, Luís; VERDUM, Roberto

(orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p.67-93.

c) *no caso de artigo*: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico*, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano. Ex.: SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? *Orientação*, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) *no caso de dissertações e teses*: SOBRENOME, Nome. *Título da dissertação* (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

9. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias,...) devem ser enviadas preferencialmente em arquivos digitais (formatos JPG ou TIF). Caso contrário, adotar-se-á suporte de papel branco. Neste caso, as fotografias devem ter suporte brilhante, nas cores preto & branco. As dimensões máximas, incluindo legenda e título, são de 15 cm, no sentido horizontal da folha, e 23 cm, no seu sentido vertical. Ao(s) autor(es) compete indicar a disposição preferencial de inserção das ilustrações no texto, utilizando, para isso, no lugar desejado, a seguinte indicação: {(fig., foto, quadro, tabela,...) (nº)}.

10. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais. Os artigos serão enviados aos pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Os originais não aprovados serão devolvidos ao(s) autor(es).

11. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte. Cada trabalho publicado dá direito a cinco exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e três exemplares nos demais casos (notas, resenhas, comunicações,...)

12. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

13. Os trabalhos devem ser enviados à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Diretoria Executiva Nacional/Coordenação de Publicações – TERRA LIVRE – Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Edifício Geografia e História – Cidade Universitária – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil.

Sumario/Summary

UNA GEOGRAFÍA DE LA RADICALIDAD POPULAR NUEVA: ALGUNAS REFLEXIONES A PARTIR DEL CASO DEL MST A geography of the new popular radicality: a few reflections based on the case of MST <i>Jean-Yves Martin</i>	11
ANÁLISIS COMPARADO DE MOVIMIENTOS SOCIALES: MST, GUATEMALA Y ESPAÑA Compared analysis of social movements: MST, Guatemala and Spain <i>Ángel Calle</i>	37
UN LUGAR EN LA BANDERA (LA MARCHA ZAPATISTA) One place in the flag (the zapatista march) <i>Georgina Calderón Aragón</i>	59
EL PROYECTO DEL MST DE DESARROLLO TERRITORIAL DE LOS ASENTAMIENTOS Y CAMPESINOS The MST project of settlements territorial development and peasants <i>João Edmilson Fabrini</i>	75
EL CONCEPTO DE AMBIENTE RURAL EN CUESTIÓN The concept of the rural space in question <i>Marta Inez Medeiros Marques</i>	95
LAS VILAS RURAIS (VILLAS RURALES) DEL ESTADO DEL PARANÁ Y LAS NUEVAS RURALIDADES The Vilas Rurais (rural villages) of State of Parana and the new ruralities <i>Bernardo Mançano Fernandes e Karina Furini da Ponte</i>	113
GEOGRAFIA, DIFERENCIA Y POLÍTICAS DE ESCALA Geography, difference and the politics of scale <i>Neil Smith</i>	127
LOS AVICULTORES INTEGRADOS EN BRASIL: ESTRATEGIAS Y ADAPTACIONES – EL CASO COPERGUAÇU DESCALVADO – SP The integrated producer poultry of the Brazil: strategies and adaptation the case of Coperguaçu Descalvado – SP <i>Alba Regina Azevedo Arana</i>	147
LAS UNIDADES DE PRISIÓN EN EL OESTE PAULISTA: IMPLICACIONES DEL APRISIONAMIENTO Y DEL FRACASO DE LA TENTATIVA DE LA SOCIEDAD ISOLAR POR COMPLETO PARTE DE SÍ MISMA The prison unities at Oeste Paulista: implications of imprisonment and failure on attempt of society to isolate completely part of itself <i>Eda Góes e Rosa Lúcia Makino</i>	163

LA REINSERCIÓN DE LA BASURA EN LA SOCIEDAD DEL CAPITAL: UNA CONTRIBUCIÓN AL ENTENDIMIENTO DEL TRABAJO DE CATA Y DEL RECICLAJE Reinsertion of domestic waste on the capital society: a contribution to understand the search trash work and its recuperation <i>Antonio Cezar Leal, Antonio Thomaz Junior, Neri Alves, Marcelino Andrade Gonçalves, Eduardo Pizzolin Dibieso, Silvia Cantóia, Adriana Martins Gomes, Sara Maria M. P. S. Gonçalves e Valdir Estevão Rotta</i>	177
GLOBALIZACIÓN, TURISMO Y SUS EFECTOS EN EL MEDIO AMBIENTE Globalization, tourism and the consequences environment <i>Clézio Santos</i>	191
GENERACIÓN DE “AMBIÊNCIAS”: TRES CONCEPTOS ARTICULADORES Generation of “ambiences”: three concepts of articulation <i>Nelson Rego</i>	199
LA LIBERTAD EN LO “HACER CIÊNCIA” EN GEOGRAFIA Freedom in Geography “science-making” <i>Silvio Simione da Silva</i>	213
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DEL COOPERATIVISMO AGRÍCOLA Y EL MST Theoretical foundations of agricultural cooperativism and the MST <i>Tânia Paula da Silva</i>	229
EL DISCURSO SOBRE CANUDOS Y LA RETÓRICA DEL MASACRE Discourse about Canudos and the rhetoric of the massacre <i>Leda Verdiani Tfouni e Lucília Maria Sousa Romão</i>	243
TRABAJADORAS RURALES Y LUCHA POR LA TIERRA EM BRASIL: INTERLIGANDO GÉNERO, TRABAJO Y TERRITÓRIO Tural women workers and the land struggle in Brazil: linking gender, labour and territory <i>María Franco Garcia e Antonio Thomaz Junior</i>	257
ÉTICA, LA HUMANIDAD ESTÁ A FAVOR ACCIONES DE LA CIUDADANÍA – DE “ACUSACIÓN” DE COLLOR AL “CERO DE FOME” DE GOVERNO LULA Ethics, humanity is actions for citizenship – of “impeachment” of Collor to governo Lula’s “Fome Zero” <i>José Henrique Rodrigues Stacciarini</i>	273



ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
2004 – 70 anos da AGB

REVISTA TERRA LIVRE
Solicitação de assinatura

Nome: _____

Endereço: _____ No. _____

Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Assinatura dos números 18, 19, 20, 21 e 22 (cinco números de 2002 a 2004)
Preço = R\$ 100,00 (cem reais)

Assinatura dos números 19, 20, 21 e 22 (quatro números de 2002 e 2003)
Preço = R\$ 80,00 (oitenta reais)

Fazer depósito bancário:
Banco do Brasil — AG: 1.202-5 — C/C: 15.895-X.
Enviar esta ficha e o comprovante de depósito à:
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional
Caixa Postal 64.525
CEP 05497-970 – São Paulo – SP
(Fazer cópia do comprovante e guardá-la com você.)

assinatura

____/____/____
data

APOIO:

